FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
Assinado de forma digital por FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=Autenticado por Certisign Certificadora Digital, cn=FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334
Dados: 2011.08.25 14:07:30 -03'00'

DJ 2716
25/08/2011

Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989–ANO XXIII–**DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2716**–PALMAS, QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2011 (DISPONIBILIZAÇÃO)

CONSELHO DA MAGISTRATURA 1
PRESIDÊNCIA 1
COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO E COORDENAÇÃO 2
DIRETORIA GERAL 2
DIRETORIA JUDICIÁRIA 3
TRIBUNAL PLENO 3
1ª CÂMARA CÍVEL 4
2ª CÂMARA CÍVEL 6
1ª CÂMARA CRIMINAL 11
2ª CÂMARA CRIMINAL 12
RECURSOS CONSTITUCIONAIS 14
PRECATÓRIOS 16
DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS 18
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO 18
2ª TURMA RECURSAL 22
1º GRAU DE JURISDIÇÃO 22

CONSELHO DA MAGISTRATURA

SECRETÁRIA: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR

Intimação de Acórdão

PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA 41970/10 (10/0089524-3)
REQUERENTE: Juíza de Direito S. M. P.
REQUERIDO : Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
RELATORA : Desembargadora *ÂNGELA PRUDENTE*

EMENTA:PROCESSO ADMINISTRATIVO – MOÇÃO INDIGNAÇÃO – ATUAÇÃO MAGISTRADO DE 1º GRAU – APURAÇÃO DE EVENTUAL FALTA FUNCIONAL – COMPETÊNCIA – *ART. 19, CAPUT, RESOLUÇÃO Nº. 30/2007-CNJ – ART. 5º, INCISO V, RITJTO* - CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA – REMESSA DO FEITO. 1. Tratando-se de expediente nominado de "MOÇÃO INDIGNAÇÃO", onde se atribui falta funcional a Magistrado integrante do primeiro grau de jurisdição, a apuração é relegada à Corregedora-Geral da Justiça, por força da regra cogente do *artigo 19, caput, da Resolução nº. 30/2007-CNJ*, cabendo àquela autoridade judiciária a abertura de eventual sindicância, conforme prevê o *artigo 5º, inciso V, do RITJTO*. 2. Autos encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora *JACQUELINE ADORNO* – Presidente, acordam os componentes do Colendo Conselho da Magistratura, por unanimidade, em determinar o ENCAMINHAMENTO os autos à Corregedoria-Geral da Justiça, por ser o órgão competente para conhecimento do pedido. Votaram acompanhando a Relatora os Excelentíssimos Desembargadores JACQUELINE ADORNO – Presidente, LUIZ GADOTTI – Vice Presidente e MARCO VILLAS BOAS - Membro. Ausência justificada do Excelentíssimo Desembargador DANIEL NEGRY, em razão de férias. Palmas-TO, 24 de agosto de 2011. Desembargadora *ÂNGELA PRUDENTE* - RELATORA. Acórdão de 10.08.2011.

CONSELHO DA MAGISTRATURA do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de agosto de 2011. (a) Rita de Cácia Abreu de Aguiar – Secretária.

PRESIDÊNCIA

Decretos Judiciários

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 429/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de realizar os trabalhos de dedetização nas dependências do prédio do Fórum da Comarca de 3ª Entrância de Guaraí - TO;

CONSIDERANDO a complexidade quanto à execução dos serviços que, quando iniciados, não poderão ser interrompidos ou mesmo feito por partes;

CONSIDERANDO que, durante a sua realização, a propagação dos produtos químicos a serem utilizados poderá ocasionar riscos à saúde dos servidores e visitantes;

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender os trabalhos no foro judicial da Comarca de 3ª Entrância de Guaraí, no dia 26 de agosto de 2011, ficando suspensos os prazos processuais nesta data, devendo, obrigatoriamente permanecer um servidor em cada sala, para que a equipe possa fazer o trabalho.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 23 dias do mês de agosto do ano 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 430/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte, resolve exonerar, a pedido da Juíza **Célia Regina Régis**, convocada em substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA, a partir desta data, **RHEILA AIRES DA SILVA**, matrícula 352157, do cargo de provimento em comissão de **Secretário TJ**, e **nomeá-la** para o cargo de provimento em comissão de **Assistente de Gabinete de Desembargador**, com lotação em seu Gabinete.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

Portarias

PORTARIA Nº 366/2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso V, do Regimento Interno,

Considerando o contido na Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça, na Portaria nº 18 da Corregedoria Nacional de Justiça, de 31 de março de 2011, e na Portaria nº 162/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2627, de 13 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a realização de audiência de conciliação no precatório PRC nº 1707/2006, no dia 29 do mês de agosto de 2011, no prédio deste Tribunal de Justiça.

Art. 2º. Designar o Juiz de Direito **Gilson Coelho Valadares** para presidir a audiência de conciliação, referida no artigo 1º, com suporte da Secretaria de Precatórios, podendo praticar todos os atos necessários à obtenção de acordo, inclusive homologá-lo conjuntamente com a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins**.**

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

PORTARIA Nº 367/2011

RESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 12, § 1º, inciso V, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir desta data, o Juiz Substituto **MÁRCIO SOARES CUNHA**, para auxiliar na 3ª Vara Cível da Comarca de 3ª Entrância de Gurupi.

Art. 2º. Revogar, a partir de 22 de agosto de 2011, a Portaria nº 27/2010, publicada no Diário da Justiça nº 2345, de 20 de janeiro de 2010, que designou o Juiz Substituto **Márcio Soares Cunha,** para responder pela 2ª Vara Cível da Comarca de 3ª Entrância de Gurupi**.**

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

Termo de Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO: Pregão Presencial nº 021/2011 - SRP
PROCESSO: PA 42623 (11/0093579-4)
OBJETO: registro de preços para aquisição de equipamentos multimídia, áudio e vídeo, com o objetivo de atender as necessidades do Poder Judiciário Tocantinense.
Considerando que a licitação em referência foi realizada de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2011 e 6.204/2007, Decreto Judiciário nº. 295/2007, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, **ACOLHO** o Parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa de nº. 766/2011 (fls. 357/358), bem assim o Despacho nº 915/2011 (fl. 359), oportunidade em que **HOMOLOGO** o procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 021/2011 - SRP, conforme classificação e adjudicação procedidas pela Pregoeira, às licitantes adiante indicadas, para que produza seus efeitos legais

1. Empresa **JAMBO COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 11.104.598/0001-85, em relação aos itens:

Item	Descrição	Qtde Registrada	Valor Unitário	Valor Total
1	Mesa de som	150	375,00	56.250,00
2	Microfone de mesa	600	184,00	110.400,00
3	Webcam	150	36,80	5.520,00
5	Cabo de áudio 5m P2 par P10	150	24,90	3.735,00
Valor Total Adjudicado (R$)				**175.905,00**

2. Empresa **MINASCOM COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 04.421.136/0001-26, em relação aos itens:

Item	Descrição	Qtde Registrada	Valor Unitário	Valor Total
4	HUB USB	150	22,80	3.420,00
6	Nobreak 1200 VA	150	398,66	59.799,00
Valor Total Adjudicado (R$)				**63.219,00**

Publique-se.

À DIADM, para confecção das Atas de Registro de Preços e coleta das assinaturas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 24 de agosto de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO E COORDENAÇÃO

SECRETÁRIA: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR

Intimação às Partes

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 11128/10 (10/0089496-4)
ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
AGRAVANTE: Estado do Tocantins
PROC. EST: Jax James Garcia Pontes
AGRAVADA: Ana Berenice de Aguiar Santana e Silva
ADVOGADO: Aramy José Pacheco

Por ordem da Excelentíssima Senhora **Desembargadora ANGELA PRUDENTE** – Relatora ficam as partes interessadas nos autos acima epigrafados**, INTIMADAS** da decisão de fls**.177/178. DECISÃO:** Cuida-se de dúvida na distribuição do presente agravo de instrumento, instaurada a partir da certidão de fls. 154, datada de 25/11/2010, onde a Diretora Judiciária em substituição aduz que existe identidade de objeto e da causa de pedir com o AI 10476 (10/00839995-5), da relatoria do Desembargador CARLOS SOUZA, além disso, identificou também possível conexão com o AI 9645 (09/0075839-2), distribuído anteriormente ao Desembargador AMADO CILTON. Despachado o feito para nova oitiva da Diretoria Judiciária, mormente em razão do decurso de tempo e da possibilidade de julgamento dos processos ensejadores de eventual conexão (fls. 170), o referido Órgão Judiciário certificou - fls. 172/174 no sentido de que os recursos anteriores AI 10476 e AI 9645, motivadores de possível conexão, já foram devidamente julgados e arquivados, em 26/07/2011 e 31/01/2011, respectivamente.Feito concluso. É a suma do que interessa nesse momento, passo a DECIDIR. A discussão gravita em torno da alteração da distribuição por força de conexão, o que certamente foi suficientemente esclarecido pela certidão de fls. 172, acompanhada dos relatórios de andamento processual (fls. 173/174), motivo pelo qual a resolução da controvérsia comporta decisão monocrática. Depreende-se do teor da referida certidão que ambos os recursos anteriores (AI 10476 e AI 9645), onde se aponta similitude de objeto e causa de pedir, já foram julgados e arquivados, hipótese em que incide o enunciado da Súmula 235 do STJ *"a conexão não determina a reunião dos processos,* se um deles já foi julgado". No mesmo sentido, aplica-se a regra o *artigo 253, inciso I, do CPC*, "litteris": *Art. 253. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza: – quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;*Portanto, uma vez reconhecida a impossibilidade de reunião dos feitos para julgamento em conjunto, resta afastada a necessidade de distribuição por dependência, ensejando, assim, a distribuição regular do presente agravo de instrumento, por sorteio. Sob tais condições e aplicando-se o regramento dos citados dispositivos legais, DETERMINO a imediata distribuição regular, por sorteio, do recurso em epígrafe. Publique-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 22 de agosto de 2011. Desembargadora ANGELA PRUDENTE – Relatora.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, em Palmas, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2011. (a) Rita de Cácia Abreu de Aguiar – Secretaria.

DIRETORIA GERAL

Portarias

PORTARIA Nº 905/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida no Ofício-Circular nº 414/GP - DPJ, de 26.07.2011, resolve **conceder** às servidoras **AGNES SOUZA DA ROSA**, matricula nº 219450, e **MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINHEIRO CASTRO**, matricula nº 652245, o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias, por seus deslocamentos a Brasília-DF, para participar do IV Seminário "Justiça em Números", a ser realizado no dia 29 de agosto de 2011, com saída em 28/08/2011 e retorno dia 29/08/2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 25 de agosto de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 904/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/09 da Presidência do Tribunal de Justiça, de 28 de maio de 2009, e,

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos, conforme Memorando CSIND nº 004, de 23.08.2011, formulado pela Presidente da Comissão designada pela Portaria nº 789/2011-DIGER,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão designada pela Portaria nº 789/2011-DIGER, publicada no Diário da Justiça nº 2694, de 25.07.2011, referente aos autos PA nº 41234/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, em Palmas, aos 24 do mês de agosto de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

Termo de Homologação

PROCEDIMENTO: Pregão Presencial nº 035/2011

PROCESSO: PA 42898 (11/0095964-2)

OBJETO: aquisição de material para atendimento das necessidades relativas à manutenção da rede de telefonia e da rede interna do Poder Judiciário.

Considerando que a licitação em referência foi realizada de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e 6.204/2007, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso IX do art. 1º do Decreto Judiciário nº 302/2009 (Publicado no Diário de Justiça nº 2199, de 28/05/2009) e, ainda, consoante dispõe o inciso XXXII do art. 59 do Regulamento da Secretaria do TJ/TO, **ACOLHO** o Parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa de nº. 894/2011 (fls. 367/368), bem como o Despacho nº 892/2011, da Controladoria Interna (fl. 369), oportunidade em que **HOMOLOGO** o procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 035/2011, conforme classificação e adjudicação procedidas pelo Pregoeiro, às licitantes adiante indicadas, para que produza seus efeitos legais:

I – Itens 1, 16, 18 e 18 à empresa R & A Assistência Técnica em Informática LTDA, CNPJ n.º 10.552.934/0001-90, no valor total de R$ 16.465,00 (dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais);
II – Item 17 à empresa Araújo & Ramos – ME, CNPJ n.º 11.454.615/0001-04, no valor total de R$ 70,00 (setenta reais);
III – Itens 06, 07, 08, 09, 10 e 12 à empresa Mania Digital Comércio de Equipamento de Informática, CNPJ n.º 08.140.005/0001-21;
IV – Itens 02, 03, 04, 05, 11 e 14 à empresa RJ Comercial Ltda – ME, CNPJ n.º 07.123.324/0001-66.

Publique-se.

À DIADM, para emissão da Ata de Registro de Preços, Portaria de designação do gestor, coleta das assinaturas e publicações pertinentes.

***GABINETE DA DIRETORIA GERAL*,** em Palmas, aos 24 dias mês de junho de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DIRETOR:FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

Intimação às Partes

AÇÃO PENAL – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – APN N.º 1719
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉU : MATEUS RIBEIRO DOS REIS
ÓRGÃO DO TJ: TRIBUNAL PLENO

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora– JACQUELINE ADORNO - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, intimadas do DESPACHO de fls. 182, a seguir transcrita: " Compulsando os presentes autos, denota-se que por um engano, ao considerar o teor da certidão de fls. 278, proferi despacho às fls. 179, determinando a conclusão deste feito à Magistrada Convocada Dra. Adelina Gurak, conforme decisão deliberada pelos membros da Comissão de Distribuição, Coordenação e Sistematização (fls. 176). Entretanto, considerando o teor da certidão de fls. 178, que noticia a existência de precedente do STJ e STF, no sentido de que "*tratando-se de ação de competência originária em que figurem como partes Magistrados e/ou membros do Ministério Público, os juízes convocados não são computados para quorum de julgamento"*, e, tendo esta Corte de Justiça já deliberado no mesmo sentido, retirando o feito de julgamento para a sessão em que haja quorum composto por maioria de Desembargadores, **torno sem efeito o despacho de fls. 179,** para corrigindo a ambigüidade apontada, determinar a distribuição dos presentes autos a um dos desembargadores do Tribunal Pleno, ficando impedidos no ato de distribuição os juízes convocados para substituir Desembargadores.**P.R.I.**.". Palmas, 23 de agosto de 2011. (a) Desembargadora – JACQUELINE ADORNO – Presidente.

AÇÃO PENAL – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – APN N.º 1701
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉUS: CARLOS JUAREZ METZKA, KONRAD CESAR RESENDE WIMMER E VINICIUS DE OLIVEIRA E SILVA
ÓRGÃO DO TJ: TRIBUNAL PLENO

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora– JACQUELINE ADORNO - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, intimadas do DESPACHO de fls. 279, a seguir transcrita: " Compulsando os presentes autos, denota-se que por um engano, ao considerar o teor da certidão de fls. 275, proferi despacho às fls. 276, determinando a conclusão deste feito à Magistrada Convocada Dra. Adelina Gurak, conforme decisão deliberada pelos membros da Comissão de Distribuição, Coordenação e Sistematização (fls. 273). Entretanto, considerando o teor da certidão de fls. 275, que noticia a existência de precedente do STJ e STF, no sentido de que "*tratando-se de ação de competência originária em que figurem como partes Magistrados e/ou membros do Ministério Público, os juízes convocados não são computados para quorum de julgamento"*, e, tendo esta Corte de Justiça já deliberado no mesmo sentido, retirando o feito de julgamento para a sessão em que haja quorum composto por maioria de Desembargadores, **torno sem efeito o despacho de fls. 275,** para corrigindo a ambigüidade apontada, determinar a distribuição dos presentes autos a um dos desembargadores do Tribunal Pleno, ficando impedidos no ato de distribuição os juízes convocados para substituir Desembargadores.**P.R.I.**.". Palmas, 23 de agosto de 2011. (a) Desembargadora – JACQUELINE ADORNO – Presidente.

EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº. 1558/2010
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
EMBARGANTE: ESTADO DO TOCANTINS
EMBARGADO MEIRIVAN FIGUEIREDO MARTINS LUSTOSA
DEF. PUBL.: MARIA DO CARMO COTA
RELATORA: Desembargadora **JACQUELINE ADORNO** – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora– JACQUELINE ADORNO - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, intimadas do DESPACHO de fls. 30/31, a seguir transcrita: "Cabe ao Presidente do Tribunal, nos termos do artigo 12, § 2º, inciso VI, do Regimento Interno, *promover a execução de suas decisões e das do Tribunal, nos processos de competência originária deste, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.* Evidenciada à oposição de **embargos à execução** pelo Estado do Tocantins, **os autos**, nos termos da alínea "t" do inciso I do artigo 7º, do Regimento Interno, deste Egrégio Tribunal de Justiça, devem ser **encaminhados ao Relator do acórdão**, a quem compete analisá-los. Vejamos:*" Artigo* ***7º - O Tribunal Pleno não tem área de especialização, competindo-lhe: I – processar e julgar originariamente:t) os embargos opostos à execução do seu acórdão, no feito de competência originária, através do mesmo Relator;"***.**Desta forma, remetam-se os autos ao Relator do acórdão do Mandado de Segurança nº.3066. **P. R. I.**.". Palmas, 22 de agosto de 2011. (a) Desembargadora – JACQUELINE ADORNO – Presidente.

TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIO: WAGNE ALVES DE LIMA

Intimação às Partes

AÇÃO PENAL Nº 1689/11 (11/0091237-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA Nº 147/09 DO TJ/TO)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉU: CLEYTON MAIA BARROS (PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS - TO)
ADVOGADOS: LEANDRO MANZANO SORROCHE E TÚLIO JORGE R. DE M. CHEGURY
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA – Relator em Substituição; ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de f. 226, a seguir transcrito: "Vista ao Ministério Público para manifestação sobre os documentos juntados com a defesa prévia (fls. 212/223). Delego ao MM. Juiz de Direito da Vara Criminal competente para o cumprimento das precatórias criminais na Comarca de Palmas a realização de audiência para inquirição das testemunhas arroladas pelo Ministério Público na denúncia de fls. 114/116. Após, conclusos. Cumpra-se. Palmas, 15 de agosto de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO – Relator".

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4510/10 (10/0082981-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: ACÓRDÃO DE FLS. 369
EMBARGANTE: FIDELÍCIA CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO FRANCISCO CARMINATTI BARBERO
EMBARGADOS: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS E PRESIDENTE DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: Juíza ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em substituição, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fls. 396, a seguir transcrito: "I - A despeito do Estado do Tocantins ter apresentado contrarrazões aos embargos de declaração, considerando que a previsão esculpida no art. 14 §2º, da Lei nº 12.016/09, estende às autoridades impetradas o direito de recorrer, proceda-se à intimação pessoal das mesmas para que, querendo, manifestem acerca dos embargos de declaração, no prazo de cinco dias. Palmas - TO, 19 de agosto de 2011. Juíza Adelina Gurak – Relatora"

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4857/11 (11/0095026-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: MARIA DO CARMO COTA
ADVOGADO: EVANDRO BORGES ARANTES
IMPETRADO: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Desembargador BERNARDINO LUZ

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ - Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 103/105, a seguir transcrita: "Trata o presente feito de MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de liminar, impetrado por MARIA DO CARMO COTA contra ato do DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, visando receber verbas indenizatórias referentes ao período em esteve atuando junto ao egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Justiça, argumentando, em síntese, o seguinte: 1º) ser Defensora Pública de Classe especial, exercendo suas atividades junto ao Tribunal de Justiça deste Estado; 2º) em razão dos atos n°063 e 058, de 27/05/2009 e 21/06/2010, respectivamente, passou a acumular suas funções junto às Câmaras 1ª Cível e 1ª Criminal, bem como Tribunal Pleno deste sodalício, em substituição à Defensora Pública Estellamaris Postal, afastada de suas funções, para ocupar o cargo de Defensora Pública Geral; 3º) requereu administrativamente o pagamento da indenização prevista no art.28, da Lei Complementar 055/2009, em razão da referida substituição, sendo o seu pleito indeferido. Firma sua convicção no fato de constar, no órgão em referência, ato de lotação dos Defensores

Públicos de Classe Especial, com designação de seus respectivos substitutos, inferindo-se, no seu entendimento, que se ocorrer "afastamento de seu titular, o substituto assume as atribuições do mesmo, e terá então o direito à indenização prevista pelo artigo 28, incisos II e IV, da lei 055/2009, e art.37 da lei 1818/2007, mesmo que para isso, tenha que interpretar os referidos dispositivos por analogia" (fls.08). Sustenta estarem presentes, in casu, os requisitos do "fumus boni juris" e o "periculum in mora", pugnando pela concessão liminar do presente writ e sua confirmação, ao final, definitivamente. Instruiu a inicial com os documentos de folhas 16/77. O pleito liminar foi indeferido, pelas razões constantes na decisão de fls.80/83, e instada a manifestar-se, a Procuradoria-Geral da Justiça, através do douto parecer de fls.97/101, opinou pela extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, ante a inadequação da via eleita. É, em síntese, O RELATÓRIO. DECIDO. Devo registra, inicialmente, que o mandado de segurança é o instrumento processual destinado a proteger direito líquido e certo sempre que ilegalmente, ou com abuso de poder, qualquer pessoa física, ou jurídica sofrer violação, ou houver justo receio de sofrê-la, por parte de autoridade, segundo dispõe o art. 1º, da Lei 12.016/2009. Da narrativa dos fatos e do pedido formulado pela impetrante, fica claro que o objetivo do presente writ é a cobrança de parcelas, que a autora entende devidas, em razão de indenização por substituição, prevista no art. 28, III e IV, da Lei Complementar Estadual 55/2009. Todavia, como bem salienta o Órgão de Cúpula Ministerial, Mandado de Segurança, pela sua natureza, não é a via adequada para tanto. De fato, as Súmulas nº269 e 271, do Supremo Tribunal Federal, vedam a utilização do mandado de segurança para obtenção de pagamento de vencimentos, estabelecendo: "Súmula 269 - O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança." "Súmula 271 - Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria." Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA SUBSTITUTIVO DE AÇÃO DE COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NOS 269 E 271 DO STF. IMPETRAÇÃO VISANDO COIBIR ATO FUTURO, INCERTO E GENÉRICO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. I - O mandado de segurança, remédio constitucional, conforme entendimento sedimentado na doutrina e jurisprudência, não é substitutivo de ação de cobrança e nem produz efeitos patrimoniais pretéritos. Súmulas nºs 269 e 271 do STF. II - Ainda que se trate de impetração preventiva, mister a individualização e demonstração da iminente edição do ato que se busca ver impugnado. Não é possível o ajuizamento de mandado de segurança visando coibir, de maneira genérica, permanente e futura, a edição de qualquer ato que, ao ver do impetrante, poderia lesar seu direito. Recurso desprovido." (STJ: ROMS nº 15991/AM, 5ª T., rel. Min. Félix Fischer, v.u., DJ de 15/12/2003, p. 327). Grifei. "RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - COMPROVAÇÃO DE PLANO - IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - SÚMULA 269 STF - RECURSO IMPROVIDO. 1. O direito líquido e certo do Recorrente, como requisito para impetração de mandado de segurança, deve ser demonstrado de plano, isto é, juntamente com os documentos que instruíram a exordial, não podendo ser comprovado por outras vias, sendo defeso, nesta ação, a dilação probatória.2. O mandado de segurança não pode ser impetrado como substitutivo da ação de cobrança, visando o recebimento de vantagens pecuniárias. Aplicação do enunciado 269 da Súmula do STF.3. Recurso improvido." (STJ, 19228 DF 2004/0166162-1, Relator: Ministro PAULO MEDINA, Data de Julgamento: 29/06/2005, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 12.09.2005 p. 371). Grifei. "PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. MATÉRIA DE FATO CONTROVERTIDA. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA OBTER O PAGAMENTO DE QUANTIA COM EFEITOS PATRIMONIAIS PRETÉRITOS. SÚMULAS 269 E 271 DO STF. RECURSO IMPROVIDO." (STJ, 21882 RO 2006/0098617-2, Relator: Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Data de Julgamento: 21/05/2007, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 04.06.2007 p. 299). Grifei. Desse modo, conforme demonstrado acima, impetrante deve pleitear referidas parcelas, pelas vias ordinárias próprias. Ressalto, por oportuno, que a inadequação da via eleita acarreta a extinção do feito, por falta de interesse processual, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Diante de tais considerações, DECLARO EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, diante da inadequação da via eleita, consistente na falta de interesse processual, nos exatos termos do que dispõe o art.267, inciso VI, do CPC, determinando seu arquivamento, após as formalidades legais. Oficie-se à autoridade apontada como coatora, encaminhando-lhe cópia integral desta decisão. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 22 de AGOSTO de 2011. Desembargador BERNARDINO LUZ – Relator".

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA

Pauta

PAUTA Nº. 32/2011

Serão julgados pela 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 32ª (trigésima segunda) Sessão Ordinária de Julgamento, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2011, quarta-feira a partir das 14:00 horas, ou nas Sessões posteriores, os seguintes Processos:

1)=MANDADO DE SEGURANÇA - MS-4547/10 (10/0083655-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
IMPETRANTE: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MILHOMEM APINAGÉ NERES.
ADVOGADO: ELI GOMES DA SILVA FILHO.
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO.
PROC DE JUSTIÇA: ELAINE MARINHO PIRES

1ª CÂMARA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	**RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**VOGAL**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**VOGAL**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**PRESIDENTE**

2)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-9876/09 (09/0078025-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1.8895-0/09 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE GOIATINS-TO).
AGRAVANTE: PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO OURO - TO / GILMAR RIBEIRO CAVALCANTE.
ADVOGADO: EDIMAR NOGUEIRA DA COSTA
AGRAVADO(A): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	**RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**VOGAL**

3)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11186/10 (10/0090063-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 97257-4/10 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO).
AGRAVANTE: EDVALDO DE SOUZA MAXIMO.
ADVOGADO: ANA ALAIDE CASTRO AMARAL BRITO, SAÚ LUIZ RODRGUES SALGADO E OUTROS.
AGRAVADO(A): BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	**RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**VOGAL**

4)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11194/10 (10/0090084-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO ANULATÓRIA Nº 4.5794-7/10 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS-TO).
AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: SULAMITA BARBOSA POLIZEL.
AGRAVADO(A): JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS.
ADVOGADO: JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS.

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**RELATOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**VOGAL**
Juíza Adelina Maria Gurak	**VOGAL**

5)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10671/10 (10/0085493-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 65082-8/10 - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COLINAS- TO).
AGRAVANTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO.E MARCUS VINICIUS MALTA SEGURADO
AGRAVADO(A): GILSON PAZ DE ARAÚJO.

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**RELATOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**VOGAL**
Juíza Adelina Maria Gurak	**VOGAL**

6)=APELAÇÃO - AP-11085/10 (10/0084692-7)
ORIGEM: COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 34520-9/08 DA ÚNICA VARA).
APELANTE: OSNI SÉRGIO BECHELLI.
ADVOGADOs: MARCOS AIRES RODRIGUES E OUTRO
APELADO: AFRÂNIO ANTONIO DELGADO E IVETE LUIZA PAULINO DELGADO.
ADVOGADO: VILSON MILESKI.
PROCURADORA
DE JUSTIÇA: VERA NILVA ÁLVARES ROCHA.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Lima Luz	**RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**REVISORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**

7)=APELAÇÃO - AP-11718/10 (10/0087842-0)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE ATO JURIDICO C/C RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2.990/99 ÚNICA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: MUNICIPIO DE CARIRI DO TOCANTINS.
PROC GERAL MUN: RONISON PARENTE SANTOS,REGINALDO FERREIRA CAMPOS.
APELADO: OSVALDO RIBEIRO MARINS.
ADVOGADO: IRON MARTINS LISBOA.
PROCURADOR
DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Lima Luz	**RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**REVISORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**

8)=APELAÇÃO - AP-11273/10 (10/0085817-8)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 05628-4/10, DA 2ª VARA CÍVEL).

APELANTE: VICENTE ANDRADE ARANTES E FRANCISCA CAMPOS ARANTES.
ADVOGADO: IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ.
APELADO: JUVENAL AUGUSTO DE OLIVEIRA MAIA JUNIOR E AMÉLIA PEDRAS DE OLIVEIRA MAIA.
ADVOGADOS: ANTÔNIO PIMENTEL NETO E OUTRO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Lima Luz	**RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**REVISORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**

9)=APELAÇÃO - AP-11877/10 (10/0088737-2)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, Nº 7323/04 DA 2ª VARA CÍVEL).
APENSO: (AÇÃO DECLARATÓRIA DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C NULIDADE DE TITULO C/ PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 6344/99).
APELANTE: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A E SAINT-GOBAIN S.A ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO.
ADVOGADOS: ADRIANA MAIA DE OLIVEIRA,JOAQUIM PEREIRA DA COSTA JÚNIOR E OUTROS
APELADO: CÍCERO PEREIRA DAS MERCÊS.
ADVOGADOS: EMERSON DOS SANTOS COSTA E MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Lima Luz	**RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**REVISORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**

10)=APELAÇÃO - AP-11860/10 (10/0088629-5)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Nº 5670/98 - 3ª VARA CÍVEL).
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO.
APELADO: REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA E GLORIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.
DEFEN. PÚBL.: MONICA PRUDENTE CANÇADO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Lima Luz	**RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**REVISORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**

11)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8712/09 (09/0073266-0)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, Nº 99667-8/07 DA 3ª VARA CÍVEL).
APELANTE: FRANCISCA DAS CHAGAS CORREIA BARRETO PEREIRA.
ADVOGADO: JOSÉ TITO DE SOUSA.
APELADO: CRISTIANE REGINA MENDES BARRETO REBESCHINI E OUTROS
ADVOGADOS: HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	**RELATORA**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**REVISOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**VOGAL**

12)=APELAÇÃO - AP-8997/09 (09/0074955-5)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 1.6313-5/08 DA 2ª VARA CÍVEL).
APELANTE: IPARATYH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
ADVOGADO: LOURDES TAVARES DE LIMA.
APELADO:CEZAR AUGUSTO CALDAS SOUZA LEÃO.
ADVOGADOS: ROBERTO LACERDA CORREIA, RODRIGO COELHO E OUTROS

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	**RELATORA**
(Des Amado Cilton)Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**REVISOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**VOGAL**

13)=APELAÇÃO - AP-10052/09 (09/0078900-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 26008-0/05, DA 4ª VARA CÍVEL).
APELANTE: EDITORA GLOBO S/A.
ADVOGADOS: MURILO SUDRÉ MIRANDA E OUTROS.
APELADO: RICARDO MATEUS DE LIMA.
ADVOGADOS: GERMIRO MORETTI E AMILTON DE PAULA BERNARDO

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	**RELATORA**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**REVISOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**VOGAL**

14)=APELAÇÃO - AP-8892/09 (09/0074595-9)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 8730-5/09 DA VARA CÍVEL).
APELANTE: NELSON DOS SANTOS PIMENTEL.
ADVOGADO: JACY BRITO FARIA.
APELADO: ESPÓLIO DE JOSÉ RIBEIRO ISAIAS.

2ª TURMA JULGADORA

Juíza Célia Regina Régis	**RELATORA**
Des Amado Cilton(Juiz Euripedes do Carmo Lamounier)	**REVISOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**VOGAL**

15)=APELAÇÃO - AP-11932/10 (10/0088900-6)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, Nº 63734-3/06 DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA.
APELADO: DJALMA PEREIRA DE SOUSA.
ADVOGADO:DEARLEY KÜHN E OUTRO.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**RELATOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**REVISOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**VOGAL**

16)=APELAÇÃO - AP-11913/10 (10/0088848-4)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 104048-7/08 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS).
APENSO: (EXECUÇÃO FISCAL Nº 108295-1/09).
APELANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (ESTADO DO TOCANTINS).
PROC.(ª) EST.: ADELMO AIRES JÚNIOR.
APELADO: MILHOMEM E BATISTA LTDA.
DEFEN. PÚBL.: CLEITON MARTINS DA SILVA

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**RELATOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**REVISOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**VOGAL**

17)=APELAÇÃO - AP-11289/10 (10/0085866-6)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 107806-9/08 DA 3ª VARA CIVEL).
APELANTE: GILBERTO MESSIAS DE OLIVEIRA.
ADVOGADOS: MÁRIO ANTÔNIO SILVA CAMARGOS E OUTROS
APELADO: ALLANA SANTOS MARINHO PEDROSO.
ADVOGADOS: IBANOR OLIVEIRA E OUTRO

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**RELATOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**REVISOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**VOGAL**

18)=APELAÇÃO - AP-13686/11 (11/0095002-5)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 10359-8/04 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS.
APELADO: LEILIOMAR ALVES MENDES.
ADVOGADO: BOLIVAR CAMELO ROCHA.

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**RELATOR**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**REVISOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**VOGAL**

19)=APELAÇÃO - AP-13812/11 (11/0095280-0)
ORIGEM: COMARCA DE PIUM.
REFERENTE:(AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 96602-7/07 DA UNICA VARA).
APELANTE: VALDEMIR RABELO DE PONTES.
ADVOGADOS: JOSÉ PEDRO DA SILVA E OUTRO
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST.: SÉRGIO RODRIGO DO VALE.

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	**RELATOR**
Desembargador Bernardino Lima Luz	**REVISOR**
Juíza Adelina Maria Gurak	**VOGAL**

20)=APELAÇÃO - AP-13166/11 (11/0092849-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE:(AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 3387/03 DA DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS.
APELANTE: MUNICIPIO DE PALMAS - TO.
PROC DO MUN: FABIO BARBOSA CHAVES.
APELADO: DOMINGOS DE OLIVEIRA COSTA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Maria Gurak	**RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**
Juiz Euripedes do Carmo Lamounier	**VOGAL**

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIA: ORFILA LEITE FERNANDES

Pauta

PAUTA Nº. 33/2011

Serão julgados pela 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua trigéssima terceira (33ª) Sessão Ordinária de Julgamento, aos trinta e um dias (31) dias do mês de agosto de 2011, quarta-feira, a partir das 14 horas, ou nas sessões posteriores, os seguintes feitos:

FEITOS A SEREM JULGADOS

1. MANDADO DE SEGURANÇA - MS-4.126/09 (09/0070214-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO - TO
ADVOGADO: JOÃO DE DEUS
IMPETRADA: JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO AFONSO-TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ADONIAS BARBOSA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

2ª CÂMARA CÍVEL

Juiz Adonias Barbosa	**Relator**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

2. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.690/11 (11/0095333-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2.5919-1/11, DA 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
AGRAVADO: CÉSAR CELESTINO COSTA
DEF. PÚBLICO: MARLON COSTA LUZ AMORIM
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

3. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.754/11 (11/0095930-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 25325-8/11, DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FILADÉLFIA
AGRAVANTE: JOÃO BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A - CESTE
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

4. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.756/11 (11/0095933-2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2.5335-5/11, DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FILADÉLFIA - TO
AGRAVANTE: MÁRCIO ALECRIM FERREIRA
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CESTE - CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

5. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.752/11 (11/0095928-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2.5336-3/11, DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FILADÉLFIA - TO
AGRAVANTE: IVONETE VIEIRA MILHOMENS
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CESTE - CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

6. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.750/11 (11/0095926-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2.5328-2/11, DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FILADÉLFIA - TO
AGRAVANTE: UBERLINA ALECRIM FERREIRA
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CESTE - CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

7. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.766/11 (11/0095943-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 25337-1/11, DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FILADÉLFIA
AGRAVANTE: DIVA COELHO DE SOUSA
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A - CESTE
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.762/11 (11/0095939-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2.6338-0/11, DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE FILADÉLFIA-TO
AGRAVANTE: MARIA BARBOSA DOS REIS
ADVOGADOS: TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANÇA ANTUNES E OUTRO
AGRAVADO: CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA S/A - CESTE
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antôio Félix	**Revisor**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

9. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.539/10 (10/0084492-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE IDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 15395-6/10, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE: EDUARDO HENRIQUE VITAL GODINHO
ADVOGADO: JOSÉ ÁTILA DE SOUSA PÓVOA
AGRAVADA: OI CELULAR S/A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY)

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Relator**
Juiz Adonias Barbosa	**Vogal**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**

10. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.720/11 (11/0095568-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº2.1202-0/11, DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARRAIAS - TO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ARRAIAS-TO
ADVOGADOS: MÁRCIO GONÇALVES E RICARDO HAAG
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

11. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.888/11 (11/0097295-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 3.3115-1/11, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE: MARCOS OLIMPIO BOMFIM COSTA
ADVOGADOS: ELTON TOMAZ DE MAGALHÃES E OUTROS
AGRAVADO: BANCO VOLKSWAGEN S/A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY)

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Relator**
Juiz Adonias Barbosa	**Vogal**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**

12. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.151/09 (09/0080404-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL Nº 1470-6/04, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: POSTO TUCUNARÉ LTDA
ADVOGADOS: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI E FABIO WAZILEWSKI
AGRAVADO: JOSÉ SOARES VITERBO
ADVOGADOS: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA E OUTROS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ADONIAS BARBOSA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI)

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Adonias Barbosa	**Relator**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**

13. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.930/11 (11/0097876-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS Nº 11.6270-3/10, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO
AGRAVANTE: SANDRA TEIXEIRA DIAS
ADVOGADO: ANTÔNIO HONORATO GOMES
AGRAVADO: BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY)

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Relator**
Juiz Adonias Barbosa	**Vogal**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**

14. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.808/11 (11/0096373-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 3.3059-7/11, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE: BANCO MERCEDES - BENZ DO BRASIL S/A
ADVOGADA: MARINÓLIA DIAS DOS REIS
AGRAVADO: MARCUS VINÍCIUS BUENO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO GIL ARAÚJO CORRÊA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Relator**
Juiz Adonias Barbosa	**Vogal**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**

15. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-5000353.45-2011.827.0000 – (Processo Virtual)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE PERDAS E DANOS Nº 2008.0001.7766-7, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
AGRAVANTE: BRASIL TELECOM S.A
ADVOGADOS: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM E OUTROS
AGRAVADOS: GILSON SILVA CARVALHO E ALBANIZA ALMEIDA SANTANA
ADVOGADOS: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**
Juiz Sândalo Bueno do nascimento	**Vogal**

16. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-5000070.94-20.2001.404.000 – (Processo Virtual)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 2009.0005.0410-0/0 DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI – TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
AGRAVADO: ANTÔNIO GOMES ALVES
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO GIL DE ARAÚJO CORRÊA

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Relator**
Juiz Adonias Barbosa	**Vogal**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**

17. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-5000135-89.2011.404.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CONSIGNATÓRIA C/C REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
AGRAVANTE: EDILSON BARBOSA DE MELO
ADVOGADO: ANTÔNIO HONORATO GOMES
AGRAVADO: BANCO AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

18. REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1.826/11 (11/0096818-8)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 3.865/02
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS-TO
IMPETRANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
IMPETRADO: GOIATINS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ADONIAS BARBOSA (em Substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI)

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Adonias Barbosa	**Relator**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**

19. APELAÇÃO - AP-5000235-44.2011.404.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 3482/02, DA 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: RONNIE QUEIROZ SOUZA E OUTROS
APELADO: M. F. SOARES - ME
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ADONIAS BARBOSA (em substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI)

1ª TURMA JULGADORA

Juiz Adonias Barbosa	**Relator**
Desembargador Marco Villas Boas	**Vogal**
Desembargador Antônio Félix	**Vogal**

20. APELAÇÃO - AP-5000191-25.2011.404.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 9610/09, DA 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS-TO
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: ANTÔNIO LUIZ COELHO E OUTROS
APELADO: BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S/A
ADVOGADOS: RUDOLF SHAITL E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

21. APELAÇÃO - AP-14.019/11 (11/0096413-1)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 397/02 - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
APELADA: ROSÁLIA DAMASCENO BRITO
ADVOGADO: LUCAS MARTINS PEREIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

22. APELAÇÃO - AP-13.476/11 (11/0094424-6)
ORIGEM: COMARCA DE AXIXÁ DO TOCANTINS
REFERENTE: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 87047-8/08, DA ÚNICA VARA
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
APELADA: DORALICE ARAÚJO LIMA
ADVOGADOS: WÁTFA MORAES EL MESSIH E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Revisor**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

23. APELAÇÃO - AP-13.494/11 (11/0094445-9)
ORIGEM: COMARCA DE AXIXÁ DO TOCANTINS
REFERENTE: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 4179-8/09, DA ÚNICA VARA
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
APELADA: MARIA HELENA SANTOS DE MORAES
ADVOGADO: MADSON SOUZA M. E SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Revisor**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

24. APELAÇÃO - AP-13.488/11 (11/0094439-4)
ORIGEM: COMARCA DE AXIXÁ DO TOCANTINS
REFERENTE: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 47812-6/09, DA ÚNICA VARA
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
APELADA: ELDINA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS: WÁTFA MORAES EL MESSIH E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	**Relator**
Desembargador Antônio Félix	**Revisor**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Vogal**

25. APELAÇÃO - AP-13.711/11 (11/0095049-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: AÇÃO CAUTELAR Nº 22008-4/10, DA 1ª VARA CÍVEL
APELANTE: MERIVÂNIA DE ABREU AMORIM
ADVOGADO: MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS:FRANCISCO O. THOMPSON FLORES E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

26. APELAÇÃO - AP-13.113/11 (11/0092618-3)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 50488-7/09, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO
ADVOGADOS: PEDRO BIAZZOTO E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

27. APELAÇÃO - AP-13.753/11 (11/0095177-3)
ORIGEM: COMARCA DE AURORA DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 89463-4/09, DA ÚNICA VARA
APELANTE: MUNÍCIPIO DE NOVO ALEGRE-TO
ADVOGADO: SAULO DE ALMEIDA FREIRE
APELADO: PAULINO PEREIRA DOS SANTOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCELO ULISSES SAMPAIO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revior**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

28. APELAÇÃO - AP-14.080/11 (11/0096651-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÇU
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL DE CONTA CORRENTE, CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE E CONTRATOS DE FINANCIAMENTO Nº 1764/00, DA ÚNICA VARA
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS: RUTE SALES MEIRELLES E OUTROS
APELADO: ADOLFO FREITAS GUIMARÃES
ADVOGADO: EDSON BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

29. APELAÇÃO - AP-12.478/10 (10/0090385-8)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 7070-3/04, DA 1ª VARA CÍVEL
APELANTES: SELMA HELENA DA SILVA E SHIROTADA IVASSAVA
ADVOGADO: ALMIR SOUZA DE FARIA
APELADOS: DEOCLECIANO FARIAS AIRES E CEILA CARVALHO AIRES
ADVOGADO: JOSÉ FRANCISCO DE S. PARENTE
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

30. APELAÇÃO - AP-5000595-04.2001.827.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 2006.0009.0791-0 DA 4ª VARA DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ADM. DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO: LEANDRO RÓGERES LORENZI E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

31. APELAÇÃO - AP-5000545-75.2011.827.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2010.0010.5018-2 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS
APELANTE: BRASIL TELECOM CELULAR S/A
ADVOGADOS: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM E OUTROS
APELADO: CONSTRUTORA ALJA LTDA
ADVOGADO: ASTUNALDO FERREIRA DE PINHO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

32. APELAÇÃO - AP-5000530-09.2001.827.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA DE INDÉBITO Nº 3505/2003 DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: LYCIA CRISTINA SMITH VELOSO
ADVOGADOS: AIRTON JORGE DE CASTRO VELOSO E OUTROS
APELADO: MUNICÍPIO DE PALMAS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA PARENTE E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

33. APELAÇÃO - AP-5000404-56.2011.827.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.0008.6197-9 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE COLMÉIA
APELANTE: MUNICÍPIO DE COLMÉIA
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
APELADO: MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADA: WANESSA PEREIRA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX
1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

34. APELAÇÃO - AP-5000338-76.2011.827.0000 - (Processo Virtual)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 7300/2004 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPÍ
APELANTE: BANCO VOLKSWAGENS S/A
ADVOGADOS: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTRO
APELADO: JASON VIEIRA DE OLIVEIRA
DEF. PÚBLICO: MÔNICA PRUDENTE CANÇADO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antonio Félix	**Relator**
Juiz Sândalo Bueno do Nascimento	**Revisor**
Juiz Gil de Araújo Corrêa	**Vogal**

Intimação de Acórdão

APELAÇÃO – AP – 14149 (11/0096922-2)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM CANCELAMENTO DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 2641/06, DA 3ª VARA CIVEL.
APENSA: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA Nº 2695/06
APELANTES: TALES CYRIACO MORAIS E SUA MULHER LUCIMARY COELHO CYRIACO
ADVOGADOS: MÁRIO ANTÔNIO SILVA CAMARGOS E OUTROS
APELADA: CLASS VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS: ANTÔNIO AUGUSTO ROSA GILBERTI
RELATOR: JUIZ CONVOCADO SÂNDALO BUENO DO NASCIMENTO (em substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR MOURA FILHO)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. JULGAMENTO IMPROCEDENTE NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA E SUFICIÊNCIA DE PROVAS. AFASTADAS. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. - Inexiste cerceamento de defesa, em virtude do indeferimento de oitiva de testemunhas, quando os autores/recorrentes permaneceram em posse das cartas precatórias para oitiva das testemunhas por mais de três anos, sem ao menos realizar o protocolo das mesmas. Ademais, opera-se a preclusão quando a parte não recorre tempestivamente da decisão negatória de seu pedido. - Suficiência de provas para o suposto julgamento procedente da ação inicial é matéria de mérito que demanda a análise do conjunto probatório existente nos autos. - Depoimentos colhidos na fase de instrução processual demonstraram que o conserto realizado no veículo foi executado, a pedido dos recorrentes, de forma parcial, o que acarretou todos os problemas subseqüentes no veículo. - Os autores/recorrentes não lograram êxito em demonstrar as alegações iniciais, acarretando a manutenção do julgamento improcedente do pedido inicial, bem como da reconvenção.
ACÓRDÃO: Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível desta Egrégia Corte de Justiça, sob a presidência do Desembargador MARCO VILLAS BOAS, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença de primeiro grau. Votaram com o Relator os Juízes GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em substituição do Desembargador DANIEL NEGRY) e ADONIAS BARBOSA (em substituição ao Desembargador LUIZ GADOTTI). Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça ALCIR RAINERI FILHO. Palmas-TO, 10 de agosto de 2011.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 11915 (11/0097683-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA Nº 6460-9/11, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
AGRAVANTES: ANTÔNIO LUCENA BARROS, JOSÉ LUCIANO FRANCO DE REZENDE, MARTA MENDANHA FRANCO DE REZENDE, MOISÉS CARVALHO PEREIRA, MARÇAL CABRAL DE MELO, ÓRGAO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - D. A. C. - DEPARTAMENTO DE AVIAÇAO CIVIL
ADVOGADO: SÉRGIO RODRIGO DO VALE
AGRAVADO: IBANOR ANTÔNIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IBANOR ANTÔNIO DE OLIVEIRA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO SÂNDALO BUENO DO NASCIMENTO (em substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR MOURA FILHO)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. PENDÊNCIA DE EMBARGOS INFRINGENTES. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA. CABIMENTO. CAUÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PAGAMENTO. PARTE VENCIDA. CONSTRIÇÃO DE VALORES NO IMPORTE DE R$ 90.554,90. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. - É possível o levantamento da quantia depositada em execução provisória, uma vez que oferecida caução. - A parte vencida fica sujeita ao pagamento dos honorários sucumbenciais. - Falta interesse recursal em matéria deferida ao recorrente na primeira instância.
ACÓRDÃO: Acordam os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador ANTÔNIO FÉLIX, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, por presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO para manter intocada a decisão de primeiro grau. Votaram com o Relator os Juízes de Direito GIL DE ARAÚJO CORREIA (em substituição ao Desembargador DANIEL NEGRY) e ADONIAS BARBOSA (em substituição ao Desembargador LUIZ GADOTTI). Ausência justificada do Desembargador MARCO VILLAS BOAS. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador de Justiça ALCIR RAINERI FILHO. Palmas-TO, 10 de agosto de 2011.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI – 10661 (10/0085325-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE TUTELA INIBITÓRIA C/C AÇÃO COLETIVA DE RESSARCIMENTO Nº. 11339-3/10, 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA
ADVOGADO: CLÉO FELDKIRCHER
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: JUIZ CONVOCADO ADONIAS BARBOSA (em substituição ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. ANTECIPAÇÃO TUTELA. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE REVISTAS. REQUISITOS. PROVA INEQUIVOCA PRESENTE. FUNDADO RECEIO DE DANO PRESENTE. ENUNCIADO 363 DO CJF. AGRAVO IMPROVIDO. O cerne da questão se restringe à verificação dos requisitos autorizativos da concessão de antecipação da tutela, previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil. Com acerto o douto Julgador registrou a existência de prova inequívoca, hábil a demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Quanto ao fundado receio de dano de difícil reparação, a conduta da Agravante fere o princípio da livre contratação e da boa-fé nas relações contratuais (art. 421 e 422 do CC), sendo que "os princípios da probidade e da confiança são de ordem pública, estando a parte lesada somente obrigada a demonstrar a existência da violação" (Enunciado 363 do Conselho da Justiça Federal). Agravo improvido.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO FÉLIX, a 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator. Votaram com o Relator, o Excelentíssimo Juiz SÂNDALO BUENO DO NASCIMENTO,Vogal, e o Excelentíssimo Desembargador ANTÔNIO FÉLIX, Vogal. Ausência justificada do Excelentíssimo Desembargador MARCO VILLAS BOAS, Vogal. Presente à sessão, o Dr. Alcir Raineri Filho, representando a Procuradoria-Geral de Justiça. Palmas, 17 de agosto de 2011.

APELAÇÃO – AP – 14315(11/0097641-5)
ORIGEM: COMARCA DE PALMEIRÓPOLIS
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 3948-3/09, DA ÚNICA VARA
APELANTE: NATIVA DE FÁTIMA SOUZA
ADVOGADO: FRANCIELITON RIBEIRO DOS S. DE ALBERNAZ
APELADO: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: JACÓ CARLOS SILVA COELHO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE – INTELIGÊNCIA DO ART. 3º - "B" DA LEI Nº. 6.174/94 - INDENIZAÇÃO INDEVIDA –NEXO DE CAUSALIDADE NÃO DEMONSTRADO - SENTENÇA JULGANDO A IMPROCEDENCIA DO PEDIDO INICIAL MANTIDA – RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. - A Lei 6.174/74, a rigor do seu artigo 3º, determina que o pagamento do seguro DPVAT, em relação ao valor pretendido, é para e tão somente àquele que, por força de acidente automobilístico, venha a sofrer danos pessoais em caso de invalidez permanente e despesas de assistência médica em casos de meras lesões corporais. 2. – Sendo insuficiente a prova testemunhal, no sentido de comprovar que as lesões sofridas pela vítima resultaram de negligência da ré, é forçoso reconhecer que não foi demonstrado o nexo de causalidade entre o pretenso ato ilícito, e a conduta . 3. - Dessa forma, não versando o caso sobre invalidez permanente, e, não havendo comprovação da existência de nexo de causalidade entre a conduta e o dano acusado pela apelante, reconhece-se que não é o caso de indenização pelo Seguro DPVAT. 4. – Mantém-se a sentença pela improcedência do pedido e extinção do feito com julgamento do mérito.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos estes autos, sob a Presidência em exercício do Desembargador Antônio Félix, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, tudo conforme relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Juiz Sândalo Bueno do Nascimento – Revisor (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Moura Filho). Exmo. Sr. Juiz Gil de Araújo Corrêa – Vogal (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Daniel Negry). Ausência justificado do Exmo. Sr. Des. Marco Villas Boas – Presidente. Representou a Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Alcir Raineri Filho. Palmas – TO, 29 de junho de 2011.

APELAÇÃO CÍVEL – AP – 13535(11/0094533-1)
ORIGEM COMARCA DE DIANÓPOLIS
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 5131/02 DA ÚNICA VARA CÍVEL
APELANTE: CALCARIO DIANOPOLIS LTDA DIACAL
ADVOGADO: ADRIANO TOMASI
APELADO: FELINE E RIBAS LTDA
ADVOGADO: RUDINEI FORTES DRUMM
DESEMBARGADOR: ANTÔNIO FÉLIX

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA –CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL-NÃO RECEBIMENTO DE COMISSÕES-REFORMA DO VALOR INDENIZADO- NEGADO PROVIMENTO. 1- Em que pese às alegações do Apelante de que referido crédito deveria ser no valor de R$ 17.300,00(dezessete mil e trezentos reais), o Apelado em sua peça inicial juntou aos autos controle de comissões com um débito em seu favor no valor de R$ 33.997,77(trinta e três mil e novecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos), referentes aos meses de junho a novembro de 2000, bem como a quantia relacionada ao saldo de comissões do ano de 1999 e comissões das vendas a base de troca (CPRs) valores estes não impugnados pela Apelante. 2- O Apelante em momento algum comprovou no processo provas, nem ate mesmo o controle de comissões devidas ou já devidamente pagas ao Apelado, nem sua suposta pratica de desídia que motivou a rescisão do contrato de representação. 3- Quanto à indenização de 1/12 avo em favor da Apelada não assiste razão para reforma da sentença, uma vez demonstrado nos autos motivo justo para recebimento de indenização, já que houve culpa da Apelante pelo não pagamento das comissões, nos termos do artigo 27, alínea J, da Lei 4.886/65. 4- Nego provimento.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos estes autos, sob a Presidência em exercício do Desembargador Antônio Félix, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, tudo conforme relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Votaram com o Relator: Exmo. Sr. Juiz Sândalo Bueno do Nascimento – Revisor (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Moura Filho). Exmo. Sr. Juiz Gil de Araújo Corrêa – Vogal (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Daniel Negry). Ausência justificado do Exmo. Sr. Des. Marco Villas Boas – Presidente. Representou a Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Alcir Raineri Filho. Palmas – TO, 29 de junho de 2011.

Decisão

APELAÇÃO Nº 10534 (10/0080906-1)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 46480-3/07
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS: ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO, ALMIR SOUSA DE FARIA E OUTROS
APELADO: ARLINDO PERES
ADVOGADO: SÉRGIO VALENTE
RELATOR: JUIZ GIL DE ARAÚJO CORRÊA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA.- Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: O Banco do Brasil S/A apela da sentença proferida na Ação de Cobrança nº 46480-3/07, oriunda da 1ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, proposta por Arlindo Peres, que julgou procedente a demanda, condenando-o "ao pagamento das diferenças das correções pleiteadas no período como requerido pelo autor", além de determinar que exiba todos os extratos das contas poupanças em nome daquele, e manter a multa pelo descumprimento da obrigação de exibir os documentos. Condenou também ao "pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atualizado da diferença a serem pagas ou, em não sendo juntados os extratos, sobre o valor total da multa". Buscando a reforma da sentença, alega o apelante que a adoção da correção monetária foi imposta pelo poder Executivo e pelo BACEN através de Decretos e Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, que traziam as regras dos planos econômicos, não havendo, portanto, qualquer diferença a ser paga ao apelado, tampouco sua obrigação em ressarci-lo. Sustenta ser fisicamente e juridicamente impossível apresentar os extratos das contas de poupança, razão pela qual pleiteia que seja exonerado de juntar tais documentos, entendendo serem os mesmos dispensáveis à propositura da ação de cobrança. Afirma que a multa nos termos em que foi aplicada é excessiva e acarretará enriquecimento ilícito do apelado, fundamento que lança para requerer a extinção da penalidade ou redução de seu valor. O apelado apresentou contra-razões às fls. 203/211, rechaçando as teses recursais do apelante, e pugnando pela manutenção da sentença apelada. É o relatório. Tratam os autos de ação de cobrança visando o recebimento de expurgos inflacionários dos Planos Econômicos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor I (1990). Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar os Recursos Extraordinários 626.307/SP e 591.797/SP, reconheceu haver repercussão geral da matéria em questão, sendo que, naqueles mesmos autos, o relator Ministro Dias Toffoli, proferiu decisões, determinando o sobrestamento de todos os recursos que se refiram aos aludidos planos, até decisão final daquela Corte sobre a matéria. Veja-se: "(...), determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, dos Planos Econômicos Bresser e Verão, em curso em todo o País, em grau de recurso, independentemente de juízo ou tribunal, até julgamento final da controvérsia pelo STF. (...)" (...), determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF. (...)." Desta forma, atento a tais deliberações, determino o sobrestamento do presente recurso, até o julgamento definitivo do tema pelo Supremo Tribunal Federal. Remetam-se os autos à Secretaria da 2ª Câmara Cível. Publique-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 23 de agosto de 2011. Juiz Gil DE ARAÚJO CORRÊA –Relator.

APELAÇÃO Nº 13220 (11/0093024-5)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 47385-3/07 DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADA: LEISE THAIS DA SILVA DIAS
APELADA: LADY FIEBIG TAUBE
ADVOGADOS: VALDIR HAAS E OUTROS
RELATOR: JUIZ GIL DE ARAÚJO CORRÊA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor juiz GIL DE ARAÚJO CORRÊA - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" O Banco Itaú S/A apela da sentença proferida na Ação de Cobrança nº 47385-3/07, oriunda da 2ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, proposta por Lady Fiebig Taube, que julgou procedentes os pedidos iniciais, condenando-o "ao pagamento das diferenças da aplicação integral do IPC, em relação às cadernetas de poupanças em que o autor é titular (...), no índice de 26,06% para o mês de junho de 1987, deduzidos os valores de percentuais eventualmente já aplicados, sendo que dos valores apurados deverão incidir correção monetária pelo INPC desde os respectivos depósitos, bem como juros de mora a partir da citação válida, a razão de 6% (seis por cento) ao ano, até a data que entrou em vigor o novo Código Civil e, a partir de então, no percentual de 1% ao mês (...)". Preliminarmente, sustenta sua ilegitimidade passiva, bem como a legitimidade passiva 'exclusiva' da União Federal, sob o argumento de que seria de responsabilidade do Banco Central legislar sobre o sistema monetário, e que só teria cumprido as determinações emanadas por aquela instituição. Por esta razão, requer sua exclusão do pólo passivo de ação, e, por conseguinte, a extinção do processo sem julgamento do mérito. No mérito, alega que o contrato da caderneta de poupança não tem as garantias do direito privado, que asseguram a manutenção das regras da lei em vigor à época de sua celebração (direito adquirido), pois tem suas cláusulas vinculadas ao regime público, através de lei de aplicação imediata, razão pela qual agiu em estrita observância ao princípio da legalidade ao aplicar de pronto as regras do plano econômico, não havendo, portanto, qualquer diferença a ser paga a apelada. Diante de tais argumentos requer a reforma da sentença, para julgar improcedentes os pedidos da apelada, ou, em não sendo este o entendimento, "que sejam utilizados os critérios de atualização das cadernetas de poupança para apuração do quantum eventualmente devido, excluídos a correção monetária pelo INPC." A apelada apresentou contra-razões às fls. 151/159, onde requer, preliminarmente, o não conhecimento do recurso interposto, ante a ausência de fundamentação jurídica; no mérito, que ao mesmo seja negado provimento, mantendo-se a sentença guerreada; e, por fim, a condenação do apelante por litigância de má-fé, em decorrência do caráter protelatório do apelo. É o relatório. Como visto, trata-se de ação de cobrança visando o recebimento de expurgos inflacionários do Plano Econômico Bresser. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário 626.307/SP, reconheceu haver repercussão geral da matéria em questão, sendo que, naqueles mesmos autos, o relator Ministro Dias Toffoli, proferiu decisão, determinando o sobrestamento de todos os recursos que se refiram ao aludido plano, até decisão final daquela Corte sobre a matéria. Veja-se: "(...), determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, dos Planos Econômicos Bresser e Verão, em curso em todo o País, em grau de recurso, independentemente de juízo ou tribunal, até julgamento final da controvérsia pelo STF. (...)". Desta forma, atento a tais deliberações, determino o sobrestamento do presente recurso, até o julgamento definitivo do tema pelo Supremo Tribunal Federal. Remetam-se os autos à Secretaria da 2ª Câmara Cível. Publique-se. Cumpra-se". Palmas-TO, de agosto de 2011. Juiz Gil DE ARAÚJO CORRÊA –Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 11286(11/0090881-9).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº. 9.4399-0/10 – 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO.
AGRAVANTE: GMR FLORESTAL S/A – REFLORESTAMENTO E ENERGIA DO TOCANTINS.
ADVOGADOS: ROGÉRIO GOMES COELHO E OUTRA.
AGRAVADOS: VANESSA JOCELI DE CASTRO MACHADO E OUTROS.
ADVOGADOS: JOÃO PAULO FONTES DO PATROCÍNIO E OUTROS.
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Cuida-se de agravo de instrumento, tirado dos autos da ação de rescisão contratual nº. 9.4399-0/10, em tramite na 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas. A decisão combatida, acostada às fls. 114/115 é a seguinte: "As partes entabularam 'Contrato de Parceria e Permuta de Área Rural por Plantio de Eucalipto Clonado e Outras Avenças', onde os requerentes venderiam 80% de suas terras e em troca a requerida plantaria eucaliptos nos 20% da área que restaria aos requerentes. O contrato em que as partes fizeram a negociação supra contém ainda uma série de estipulações, especificando que o plantio a ser feito na área que iria permanecer com os requerentes dar-se-ia de forma gradativa, em etapas de 40%, 35% e 25%, no prazo máximo de 3 anos 'e contados somente após a emissão da Licença Ambiental de Supressão Vegetal e Plantio de Eucalipto' (cláusula 3, fls. 37). O referido contrato prevê ainda que as despesas para a retirada das competentes licenças ambientais correriam por conta da parte requerida (cláusula 4, fls. 37) e ainda teria o prazo de '120 (cento e vinte) dias para dar entrada com topógrafos nas referidas áreas e, somente após isto, protocolar as licenças ambientais necessárias para o bom andamento' (cláusula 4.1, fls. 37), (sic). A partir da retirada da licença ambiental a requerida se comprometeu a pagar 72 prestações mensais de R$ 3.000,00 para os requerentes (cláusulas 4.3, fls. 38), bem como prevê o contrato que terá a requerida o prazo de 180 dias para começar o plantio, após a retirada das licenças ambientais (cláusula 8.3.3, fls. 40). Acontece que em nenhum momento o contrato estipula prazo para que a requerida obtenha as aludidas licenças ambientais, ou seja, não há marco inicial para contraparte da avença e ainda dá leitura das mencionadas cláusulas, bem como do contrato em sua íntegra, depreende-se a dubiedade de seu conteúdo. A análise pelo conjunto probatório apresentado de dubiedade/contradição do contrato em que se firma o pactuado dá plausibilidade e sustentáculo ao pedido formulado pela autora. Ademais, a falta de critérios claros e objetivos em que se possa aferir com precisão os direitos e deveres das partes induzem ao pensamento de que a espera pelo tramitar processual pode efetivamente converter-se em risco de lesão aos autores, pois como mencionado não há parâmetros precisos. Ainda a corroborar com o requisito do perigo da demora tem-se o documento de fls. 68, em que, aparentemente, um ex-funcionário da requerida alega que esta não vem observando a boa-fé no cumprimento de sua contraprestação ao mencionar vícios de sondagem e de preparo do solo e ainda de qualidade das mudas. É certo que uma vez implementada o reflorestamento comercial com estes vícios, os danos se apresentam potenciais e de difícil correção. Cabe ressaltar ainda que a concessão da medida pleiteada não é irreversível. Pelo exposto, nos termos do art. 461, §3º, defiro liminar em favor dos autores, a fim de determinar: que a requerida se abstenha de ingressar nas terras descriminadas no contrato entabulado entre as partes e por consequência lógica não pratique nenhum ato do contrato até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de ser lhe aplicada multa diária o valor de R$ 1.000,00, limitada ao valor correspondente a 30% do valor do contrato; Nas razões de sua irresignação, informa que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato: "(i) a Agravante pagou a parcela de sinal (doc. 08), (ii) iniciou a Agravante os serviços de topografia; (iii) finalizando o procedimento com os topógrafos, iniciou o processo de licenciamento da área, conforme dá ciência toda a documentação anexa ao presente recurso; (iv) obtido o Certificado de Regularidade Florestal (doc. 09), iniciou-se os trabalhos na área negociada, conforme apontam as fotos ora colacionadas aos autos, as quais demonstram serviços de preparo do solo como limpeza e talhonamento (doc. 07). "Em razão desse investimento financeiro, porque efetivamente deu início ao plantio da área contratada, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, de modo a permiti-los, a entrada, ao menos, na Fazenda Icpês, para a manutenção dos hectares de eucaliptos plantados. É a síntese. Decido. Recebo o presente Agravo de Instrumento e defiro o seu processamento, por estarem presentes os requisitos dos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil. O exame dos documentos que instruem os autos demonstra que, de fato, a Agravante adimpliu a quantia de R$ 75,000.00 (setenta e cinco mil reais) (Cf. fls. 141/143), conforme avençado. Extrai-se, também, que diligenciou no sentido de obter as referidas licenças ambientais (cf. doc. fl. 145). As fotografias e notas acostadas aos autos dão conta de que a área já sofreu ingerência da agravante, com o plantio de mudas de eucalipto, no período de adimplência do contrato. É claro que o inadimplente deve arcar com as consequências de sua conduta, contudo, o retorno das partes à situação anterior ao contrato não deve jamais ensejar o enriquecimento sem causa de uma das partes em detrimento da outra. Nesse contexto, mesmo não cabendo a discussão acerca da existência ou não de inadimplência do contrato, estou que chancelar a perda do investimento realizado pelo comprador/agravante acarretará o enriquecimento sem causa dos vendedores/agravados, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico. Deste modo, por entender presentes a

fumaça no bom direito e o perigo da demora, concedo parcial efeito suspensivo ao presente recurso, tão-somente para permitir o ingresso da agravante na Fazenda Icpês, estritamente na área em que, efetivamente, cultivou muda de eucalipto. Ressalto, todavia, que este ingresso não lhe permite a prática de novos plantios ou intervenções, senão os necessários à conservação das mudas que, por ventura, tenham sido cultivadas no período de normalidade do contrato. Requisitem-se informações ao magistrado a quo, na forma do artigo 527, inc. IV, do CPC e intimem-se as partes, sendo a agravada para os fins do artigo 527, inc. V, do CPC. Publique-se. Cumpra-se". Palmas, 22 de agosto de 2011. Juiz Adonias Barbosa da Silva –Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11178 (10/0090039-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CAUTELAR Nº 11.8943-1/10 - DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PALMAS –TO
AGRAVANTE: WILIAN MARTINS LOPES
ADVOGADO: CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO
AGRAVADA: SIMONE DE OLIVEIRA FREITAS
ADVOGADA: SIMONE DE OLIVEIRA FREITAS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por WILIAN MARTINS LOPES contra decisão denegatória de pedido liminar, formulado na ação cautelar inominada em epígrafe, movida contra SIMONE DE OLIVEIRA FREITAS. A cautelar foi ajuizada pelo ora agravante, com o intuito de assegurar valores em ação declaratória de união estável, separação e partilha. Na inicial, o recorrente formulou pedido liminar de bloqueio de bens, como garantia de futura meação. A liminar foi indeferida, ensejando a interposição do recurso em exame. À fl. 103/104, o agravante comunicou ter celebrado composição amigável no primeiro grau. Pediu, por isso, o reconhecimento da perda do objeto do agravo. É o relatório. Decido. A composição noticiada pelo agravante, aliada à expressa desistência recursal, inviabilizam o exame do agravo de instrumento. Posto isso, com amparo no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo, por prejudicado, e determino seu arquivamento. Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se". Palmas –TO, 22 de agosto de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 9250 (09/0072415-3).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº. 2.2785-0/08 – 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
AGRAVANTE: TECPLAN ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA.
ADVOGADO: ELISA HELENA SENE SANTOS.
AGRAVADO: MARIA HELENA ARAÚJO ALENCAR, ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA, ELIZÊNIA RIBEIRO DE SOUSA, MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, MIGUEL PEREIRA GONÇALVES E OUTROS.
ADVOGADO: FABRÍCIO FERNANDES DE OLIVEIRA.
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz ADONIAS BARBOSA DA SILVA - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" TECPLAN ENGENHARIA E EMPREENDMENTOS GERAIS LTDA., inconformada com o despacho que suspendeu a decisão reintegratória (fl.12), agravou por instrumento. Informa que o Magistrado Singular suspendeu a liminar de reintegração de posse, concedida após audiência de justificação prévia, porque os agravados afirmaram morar na área de forma mansa e pacífica, a mais de ano e dia, alegando, ainda, que o imóvel, localizado no Setor Vitória, destina-se ao assentamento de pessoas carentes, contempladas pela zona de especial interesse social (ZEIS), instituída pela prefeitura local. Ressalta que essa informação foi acostada aos autos após o prazo de defesa, e levou o julgador a erro, visto que o conteúdo do Decreto Municipal demonstra se tratar de área diversa da litigiosa. Alega que a decisão combatida "veio desacompanhada de qualquer documentação comprobatória de que trata-se da mesma área em discussão nos autos e sequer comprova a posse ou domínio manso e pacífico dos Agravados a mais de ano e dia, constituindo verdadeiro incidente desastroso tal acolhida!" (fl. 06). Pugna pela revogação do despacho combatido em antecipação de tutela, "ante a falta de fundamentação da decisão monocrática de fls. 154; falta de prova de que a área esta incluída no Decreto Municipal como ZEIS; falta de prova de que área do loteamento Residencial Tapajós é a mesma área do loteamento Vitória; falta de prova de posse ou domínio por parte dos Agravados a mais de ano e dia; falta de prova de que existe lide ajuizada sobre a área que tenha declarado expropriada..." (fls. 09/10) Às fls. 64/66 consta decisão que deixou de conhecer do agravo por falta de comprovante de recolhimento de custas. Agravo regimental às fls.70/72. É a síntese. Primeiramente, reconsidero a decisão de fls. 64/66, porque consta dos autos a peça indicada como ausente. Com efeito, é assente, tanto na doutrina como na jurisprudência, com supedâneo na dicção do artigo 927 do Código de Processo Civil e seus incisos, que incumbe ao autor da ação possessória instruir a petição inicial com a prova da sua posse, da turbação ou o esbulho praticado pelo réu e da data em que ocorreu um ou outro, com o que demonstrará a anterioridade de sua posse. No caso, embora o agravo de instrumento não tenha sido instruído com cópia da peça inicial, extrai-se da decisão liminar de fls. 28/30 que os autores, ora agravantes, em princípio, atenderam os requisitos legais e, por esse motivo, foi reintegrado na posse do imóvel. Porém, em decisão posterior (fl. 12), baseando-se em informações apresentadas pela parte contrária, voltou atrás, suspendendo a liminar anteriormente concedida. Embora relevantes as alegações da agravante, no sentido de que o Decreto Municipal não faz referência à área em que pretende ser reintegrada, o prazo transcorrido desde a interposição do agravo até a presente decisão, consolidou a situação combatida na decisão agravada, de modo que, aguardar o contraditório é o mais aconselhável nessas situações. Por isso que, com os olhos voltados ao princípio da boa-fé processual, destinado *a todos aqueles que de qualquer forma participam do processo* (art. 14, CPC), estou indeferindo a antecipação da tutela recursal. Requisitem-se as informações de praxe, na forma do artigo 527, inc. IV, do CPC, devendo o Magistrado Singular esclarecer se a "suspensão provisória" (cf. fl. 154 dos autos originários) se mantém até o presente. Intimem-se as partes, sendo o agravado para os fins do artigo 527, inc. V, do CPC. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 22 de julho de 2011. Juiz Adonias Barbosa da Silva - Relator.

1ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Intimação às Partes

HABEAS CORPUS Nº 7872 (11/0100025-3)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTES: FRANCISCO DE ASSIS MARTINS PINHEIRO
PACIENTE: GENESIS RIBEIRO DA ROCHA
ADVOGADO.: FRANCISCO A. MARTINS PINHEIRO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS-TO
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* com pedido de liminar, impetrado por *FRANCISCO DE ASSIS MARTINS PINHEIRO*, em favor de *GENESIS RIBEIRO DA ROCHA* apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Palmas – TO.Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 21 de junho de 2011, na cidade de Palmas –TO, sob a alegação de suposta prática dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.O impetrante sustenta excesso de prazo na conclusão do inquérito policial, o que no seu entender torna ilegal a prisão do paciente.Alega falta de fundamentação na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva. Aduz que as circunstâncias expostas pelo Magistrado Singular mostram-se inidônea a justificar a segregação, já que não se baseou em fatos concretos.Afirma que quando o paciente foi preso não se encontrava em situação de flagrância, porquanto não fora encontrado com ele nenhuma quantidade de substância entorpecente.Alega estarem ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.Aduz ser o paciente primário, possuir bons antecedentes, ocupação lícita e domicílio no distrito da culpa.Arremata pleiteando, liminarmente, o relaxamento da prisão em flagrante do paciente, em razão de excesso de prazo na conclusão do inquérito policial ou, a concessão da liberdade provisória, com a conseqüente expedição do alvará de soltura.No mérito, pleiteia a confirmação da liminar deferida.Com a inicial vieram os documentos de fls. 20/72.É o relatório. Decido.*O Juiz monocrático converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva, sob o argumento de garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, em razão de aquele, caso seja posto em liberdade, continuar a disseminar droga ilícita na Capital, e não ter comprovado a ocupação lícita e endereço fixo.Portanto, em um exame preliminar, não vejo nenhum vício ou deficiência de fundamentação que reclame a concessão de uma liminar, pois, na decisão atacada, os requisitos exigidos para a decretação da prisão preventiva foram analisados.*Igualmente, entendo, em princípio, inexistir elementos comprobatórios que permitam identificar a ocorrência do alegado excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial e, se porventura existente, que a morosidade decorreu da atuação dos órgãos de persecução criminal.Ademais, além de os delitos serem graves (tráfico e associação para o tráfico), há vedação legal expressa à liberdade provisória em crimes desta natureza, conforme artigo 44 da Lei nº 11.343/2006.*Cumpre ressaltar, ainda, ser tranqüila a posição desta Corte de Justiça no sentido de que, somente em situações excepcionais, demonstrativas de patente constrangimento ilegal, admite-se a concessão liminar em ordem de* Habeas Corpus*, o que da análise perfunctória destes autos não vejo.*Sendo assim, por cautela e por vislumbrar que no caso em exame podem estar presentes as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva (art. 312, CPP), deixo a deliberação sobre o pedido de soltura dos Pacientes para ocasião do julgamento final deste *writ,* quando a autoridade acoimada coatora já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados aos autos, propiciarão maior clareza e segurança a esta corte para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante.Posto isto, indefiro a liminar, determinando que seja notificada a autoridade inquinada coatora, para que, no prazo legal, preste as informações de mister e, após, colha-se o Parecer da Procuradoria Geral de Justiça.Publique-se, registre-se e intimem-se.Cumpra-se.Palmas –TO, 22 de agosto de 2011.*Desembargador MARCO VILLAS BOAS-Relator"*

HABEAS CORPUS Nº 7867 (11/0099984-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE: ELISÂNGELA CHAVES DA SILVA
DEFENSORA PÚBLICA: NAPOCIANE PEREIRA PÓVOA
IMPETRADA: JUIZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUATINS-TO
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "Trata-se de *Habeas Corpus* com pedido liminar, impetrado em favor de *ELISÂNGELA CHAVES DA SILVA*, com fundamento nos artigos 647 e seguintes do Código de Processo Penal.Afirma a impetrante ter a paciente sido presa em flagrante em 3/12/2010, e posteriormente denunciada por tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico. Neste *writ*, alega estarem os autos conclusos para sentença desde 11 de julho do corrente ano, havendo excesso de prazo para prolação de sentença, gerador de constrangimento ilegal. Pede a soltura liminar da acusada, com posterior confirmação meritória.Acosta à petição inicial os documentos de fls. 10/24.É o relatório. Decido.Os elementos trazidos à baila não permitem a visualização, de plano, de abusivo ou ilegal excesso de prazo.A prisão da paciente – cujas circunstâncias já foram analisadas em outros *Habeas Corpus* desta Relatoria – foi precedida de profícua investigação policial, em curso há mais de um ano. A empreitada contou com ordem judicial de busca e apreensão domiciliar, culminou na prisão de onze pessoas, apreensão de cocaína, maconha, mais de duzentas porções de *crack*, dinheiro, armas e objetos relacionados à traficância.A complexidade do caso recomenda cautela, e pode justificar tramitação menos célere do que a ideala. Inviável, destarte, o acolhimento liminar da alegação de excesso de prazo para prolação de sentença.Posto isso, indefiro o pedido urgente. Notifique-se a autoridade

impetrada para prestar as informações de mister. Após, colha-se o Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça.Publique-se, registre-se e intimem-se. Cumpra-se.Palmas – TO, 22 de agosto de 2011.*Desembargador MARCO VILLAS BOAS*-Relator."

2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY

Pauta

PAUTA ORDINÁRIA Nº 31/2011

Serão julgados pela 2ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na **31ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICIAL**, aos 30 (trinta) dias do mês de agosto (8) de 2011, terça-feira ou nas sessões posteriores, a partir das 14:00 horas, os seguintes processos:

1)=APELAÇÃO - AP-14305/11 (11/0097627-0)
ORIGEM : COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 22067-0/10 DA 2ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ART. 97, §1º, DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : MAURÍCIO BONFIM LINO CARDOSO.
DEFEN. PÚBL. : DANILO FRASSETO MICHELINI.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. **:** RICARDO VICENTE DA SILVA.
RELATOR : JUIZ EURÍPEDES LAMOUNIER.
ÓRGÃO JULGADOR : 3ª TURMA JULGADORA
Juiz Eurípedes Lamounier **RELATOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz **VOGAL**

2)=APELAÇÃO - AP-13529/11 (11/0094515-3)
ORIGEM : COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 1411/05 - ÚNICA VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ARTIGO 302, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.
APELANTE : RODRIGO TAVARES FERREIRA.
ADVOGADO : ADWARDYS BARROS VINHAL.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. : ERION DE PAIVA MAIA – PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO.
RELATOR : JUIZ EURÍPEDES LAMOUNIER.
ÓRGÃO JULGADOR : 3ª TURMA JULGADORA
Juiz Eurípedes Lamounier **RELATOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz **VOGAL**

3)=APELAÇÃO - AP-12455/10 (10/0090333-5)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 79316-3/08- 3ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ARTIGO 39, DA LEI DE Nº 9605/98.
APELANTE : FRANCISCO BOTELHO PINHEIRO.
ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. **:** MARCELO ULISSES SAMPAIO – PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO.
RELATOR : JUIZ EURÍPEDES LAMOUNIER.
ÓRGÃO JULGADOR : 3ª TURMA JULGADORA
Juiz Eurípedes Lamounier **RELATOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz **VOGAL**

4)=APELAÇÃO - AP-13742/11 (11/0095159-5)
ORIGEM : COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 75367-8/10, DA VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISO II, DO CP.
APELANTE : FRANCIVALDO SOUZA DO NASCIMENTO.
DEFEN. PÚBL. : JULIO CÉSAR CAVALCANTE ELIHIMAS.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. **:** DANIEL JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA – PROCURADOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO.
RELATOR : JUIZ EURÍPEDES LAMOUNIER.
ÓRGÃO JULGADOR : 3ª TURMA JULGADORA
Juiz Eurípedes Lamounier **RELATOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **REVISOR**
Desembargador Bernardino Luz **VOGAL**

5)=APELAÇÃO - AP-13542/11 (11/0094546-3)
ORIGEM : COMARCA DE NATIVIDADE.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 0446/05 DA 1ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ART. 302 "CAPUT" C/C O ART. 293, "CAPUT" AMBOS DA LEI DE Nº 9503/97.
APELANTE : JOSE NILTON LOPES.
DEFEN. PÚBL. : POLLYANA LOPES ASSUNÇÃO.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. : JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª TURMA JULGADORA
Juiz Helvécio de B. M. Neto **RELATOR**
Desembargador Bernardino Luz **REVISOR**
Juíza Adelina Maria Gurak **VOGAL**

6)=APELAÇÃO - AP-11725/10 (10/0087861-6)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 280867-0/08 - 1ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ARTIGO 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CP.
APELANTE : SIDNEI JACOBE FEITOSA DE SOUSA.
DEFEN. PÚBL. : CAROLINA SILVA UNGARELLI.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. **:** ELAINE MARCIANO PIRES.
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª TURMA JULGADORA
Juiz Helvécio de B. M. Neto **RELATOR**
Desembargador Bernardino Luz **REVISOR**
Juíza Adelina Maria Gurak **VOGAL**

7)=APELAÇÃO - AP-14331/11 (11/0097764-0)
ORIGEM : COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE : (DENÚNCIA Nº 121914-4/10 DA 1ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ART. 155, § 4º, INCISO I E IV C/C O ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
APELADO : WANDERSON MEDEIROS CARNEIRO.
DEFEN. PÚBL. : DANILO FRASSETO MICHELINI.
PROC. JUST. **:** MARCELO ULISSES SAMPAIO – PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO.
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª TURMA JULGADORA
Juiz Helvécio de B. M. Neto **RELATOR**
Desembargador Bernardino Luz **REVISOR**
Juíza Adelina Maria Gurak **VOGAL**

8)=EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO - AP-13856/11 (11/0095469-1)
ORIGEM : COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE : (APELAÇÃO CRIMINAL Nº 13856/2011).
EMBARGANTE : ELBERTH GOMES DE MATOS.
DEFEN. PÚBL. : JOSÉ MARCOS MUSSULINE.
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS. 326/327.
RELATOR : JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
ÓRGÃO JULGADOR : 2ª CÂMARA CRIMINAL
Juiz Helvécio de B. M. Neto **RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak **VOGAL**
Juíza Célia Regina Régis **VOGAL**
Juiz Eurípedes Lamounier **VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz **PRESIDENTE**

9)=HABEAS CORPUS - HC-7769/11 (11/0099169-4)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
IMPETRANTE : IVAN DE SOUZA SEGUNDO.
PACIENTE : HUDSON ROCHA DE ANDRADE.
ADVOGADO : IVAN DE SOUZA SEGUNDO.
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO.
PROC. JUST. **:** MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA.
RELATOR : DESEMBARGADOR BERNARDINO LIMA LUZ.
ÓRGÃO JULGADOR : 2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Bernardino Luz **RELATOR**
Juíza Adelina Gurak **VOGAL**
Juíza Célia Regina Régis **VOGAL**
Juiz Euripedes Lamounier **VOGAL**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **VOGAL**

10)=APELAÇÃO - AP-12638/11 (11/0090848-7)
ORIGEM : COMARCA DE TAGUATINGA.
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 189/00, DA ÚNICA VARA CRIMINAL).
T. PENAL : ARTIGO 214, C/C O ARTIGO 224, "A", AMBOS DO CP.
APELANTE : JOATAN ALVES DA ROCHA.
ADVOGADO : SAULO DE ALMEIDA FREIRE.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST. **:** MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO – PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO.
RELATOR : DESEMBARGADOR BERNARDINO LIMA LUZ.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Desembargador Bernardino Luz **RELATOR**
Juíza Adelina Maria Gurak **REVISOR**
Juíza Célia Regina Régis **VOGAL**

11)=HABEAS CORPUS - HC-7827/11 (11/0099698-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
TIPO PENAL **:** ART. 159 DO CÓDIGO PENAL.
IMPETRANTE : JOSÉ AURÍSIO FREIRE ALVES.
PACIENTE : JOSÉ AURÍSIO FREIRE ALVES.
ADVOGADO : MESSIAS GERALDO PONTES.
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO.
PROC. JUST. **:** JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR.
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK.
ÓRGÃO JULGADOR : 2ª CÂMARA CRIMINAL
Juíza Adelina Gurak **RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis **VOGAL**
Juiz Euripedes Lamounier **VOGAL**
Juiz Helvécio de B. M. Neto **VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz **PRESIDENTE**

12)=HABEAS CORPUS - HC-7826/11 (11/0099696-3)

ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
TIPO PENAL	**:** ART. 159 DO CÓDIGO PENAL.
IMPETRANTE	: BENEDITO DE SOUSA OLIVEIRA.
PACIENTE	: BENEDITO DE SOUSA OLIVEIRA.
ADVOGADO	: MESSIAS GERALDO PONTES.
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS- TO.
PROC. JUST.	**:** JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR.
RELATOR	: JUÍZA ADELINA GURAK.
ÓRGÃO JULGADOR	**: 2ª CÂMARA CRIMINAL**
Juíza Adelina Gurak	**RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis	**VOGAL**
Juiz Euripedes Lamounier	**VOGAL**
Juiz Helvécio de B. M. Neto	**VOGAL**
Desembargador Bernardino Luz	**PRESIDENTE**

13)=APELAÇÃO - AP-12430/10 (10/0090288-6)

ORIGEM	: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE	: (AÇÃO PENAL Nº 46936-4/09, DA 1ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL	: ARTIGO 147, CAPUT, E ARTIGO 21, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS.
APELANTE	: DANILLO LIMA BEZERRA.
DEFEN. PÚBL.	: HILDEBRANDO CARNEIRO DE BRITO.
APELADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST.	**:** JOSÉ EDUARDO SAMPAIO – PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO.
RELATORA	: JUÍZA CÉLIA REGINA RÉGIS.
ÓRGÃO JULGADOR	**: 2ª TURMA JULGADORA**
Juíza Célia Regina Régis	**RELATOR**
Juiz Euripedes Lamounier	**REVISOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto	**VOGAL**

14)=APELAÇÃO - AP-11726/10 (10/0087862-4)

ORIGEM	: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE	: (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 94591-9/06 - 1ª VARA CRIMINAL).
T. PENAL	: ARTIGO 155, § 4º,INCISO II, (2ª FIGURA) E IV, EM CONTINUIDADE DELITIVA (CP ARTIGO 71) E ARTIGO 180, CAPUT, EM CONTINUIDADE DELITIVA (ARTIGO 71 DO CP) TODOS DO CP.
APELANTE	: MARITON CORDEIRO DA ROCHA.
DEFEN. PÚBL.	: CAROLINA SILVA UNGARELLI.
APELADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUST.	**:** LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.
RELATORA	: JUÍZA CÉLIA REGINA RÉGIS.
ÓRGÃO JULGADOR	**: 2ª TURMA JULGADORA**
Juíza Célia Regina Régis	**RELATOR**
Juiz Euripedes Lamounier	**REVISOR**
Juiz Helvécio de B. M. Neto	**VOGAL**

Intimação às Partes

HABEAS CORPUS N.º 7870 (11/0100007-1)

ORIGEM	:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL	:ART. 157, § 2º, inciso IV, Código Penal.
IMPETRANTE	:Solenilton da Silva Brandão
PACIENTE	:Dalvan Gonçalves Ferreira da Silva
IMPETRADO	:Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína/TO
RELATORA	:JUIZA CÉLIA REGINA

Por ordem da Excelentíssima Senhora JUIZA CÉLIA REGINA RÉGIS – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão de fls. 59/62, a seguir transcrita: "Trata-se de pedido de liminar em ***HABEAS CORPUS*** impetrado pelo advogado **Solenilton da Silva Brandão**, em favor de **Dalvan Gonçalves Ferreira da Silva**, que se encontra preso em flagrante delito desde o dia 14/07/2011, pela suposta prática do delito insculpido no artigo 157, § 2º, inciso IV do Código Penal, tendo sua prisão preventiva sido decretada pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína, sob o fundamento da garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.Alega que o Paciente não teve a intenção de cometer o crime, e que teria sido incluído no contexto criminoso pelo co-autor, razão pela qual não subsistiria o fundamento da garantia da ordem pública.Para fins de concessão da liminar, sustenta que está a sofrer ilegalidade e não obter do Judiciário a atenção necessária somente por se tratar de um roubo que jamais teria ocorrido. Aduz que o *periculum in mora* estaria na permanência do Paciente ergastulado num sistema prisional que não lhe oferece o mínimo de segurança e dignidade aos detentos.Junta os documentos de fls. 14/56.Relatados, **DECIDO.**A análise relativa à participação do Paciente no cometimento do delito, conforme aduzido pelo Impetrante, não será objeto do presente *habeas corpus,* tampouco do pedido liminar, pois é remansoso o entendimento de que o deferimento de medida liminar em *habeas corpus*, face à sua excepcionalidade, deve se revestir de extrema cautela, sob pena de constituir esgotamento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão.De fato o exame da participação ou não do Paciente na empreitada criminosa exige o revolvimento da matéria probatória, inviável na via estreita do *habeas corpus.* Desta forma, o deferimento da medida somente seria admitido nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.No caso dos autos, analisados os argumentos expendidos pelo Impetrante e a documentação que o presente instrui, não vislumbro presentes tais circunstâncias, pois o magistrado decretou a prisão preventiva fundamentadamente.Ademais, analisando os argumentos expendidos na impetração juntamente com os documentos juntados aos autos, noto que o constrangimento não se mostra com a nitidez alegada na inicial, dependendo de uma análise mais profunda.Verifico, ainda, que os argumentos liminares são idênticos aos do próprio mérito da impetração, cuja resolução, conforme exposto anteriormente, demanda análise pormenorizada dos autos, o que ocorrerá quando do julgamento pelo órgão colegiado, após as informações a serem prestadas pela autoridade impetrada e ouvido o Ministério Público nesta instância.Nesse sentido:**"(...) a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus* , de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no *writ*, não cabe medida satisfativa antecipada."** (STJ - HC 17.579/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 09.08.2001.)**"(...) Não despontando, de plano, flagrante ilegalidade na decisão hostilizada, desautorizado está o deferimento da liminar, devendo a decisão agravada ser mantida por seus próprios fundamentos."** (STJ - AgRg no HC 131.828/RJ, Rel. Min. Celso Limongi, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009).**"(...) Não despontando de forma evidente e indiscutível a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação, concomitantemente, não há falar em ilegalidade da decisão que indefere pedido formulado em sede de cognição sumária, principalmente quando se confunde com o próprio mérito da impetração."** (STJ - AgRg no HC 115.631/ES, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 21/10/2008, DJe 24/11/2008).Nesse contexto, reservo ao Colegiado o pronunciamento definitivo no momento apropriado, pelo que **INDEFIRO A LIMINAR** postulada, reservando-me a um exame mais detido do pedido por ocasião do julgamento de mérito deste *habeas corpus.*Solicitem-se informações ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína-TO. Oficie-se com cópia da petição inicial, bem como da presente decisão.Após, dê-se vista ao Ministério Público nesta instância.Publique-se e intime-se.Palmas, 23 de agosto de 2011.(a)**Juíza Célia Regina Regis-Relatora.** Secretaria da 2ª Câmara Criminal aos 24 dias do mês de agosto de 2011.

APELAÇÃO Nº 14261 (11/0097377-7)

ORIGEM	:COMARCA DE PALMAS-TO.
T. PENAL	:ARTIGO 33 da lei nº 11.343/06.
APELANTE	:WALLISON FERNANDES DE OLIVEIRA
DEFENS PUBLIC	:MARINA JÁCOME SANTANA
APELADO	:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA	:JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão de fls. 232/233, a seguir transcrita: "Em manifestação (fls. 227/229), a representante do Ministério Público, nesta instância, opinou pela baixa dos autos à origem, para saneamento de irregularidade, consistente na ausência da petição de interposição do recurso de apelação. Razão assiste ao Ministério Público. Como bem manifestado pelo *Parquet*, restou inviabilizada, nesta instância, a análise quanto à tempestividade da apelação, em razão da ausência da petição de interposição do recurso mencionado. Sendo assim, visando possibilitar a aferição quanto à tempestividade do recurso interposto, converto o julgamento em diligência, razão pela qual determino seja oficiado ao Cartório da 4ª Vara Criminal desta Comarca de Palmas para que certifique a esta Relatoria, no prazo de cinco dias, a data da interposição do recurso de apelação manejado em favor do réu Wallison Fernandes de Oliveira nos autos da Ação Penal de nº 2009.0013.1738-0/0. No ensejo, em havendo a petição de interposição de recurso, determino ao Cartório da 4ª Vara Criminal desta Comarca de Palmas para que encaminhe referido documento a esta Relatoria, juntamente com a certidão acima requisitada. No mais, aguardem os autos na Secretaria a resposta do ofício, após o que, retornem conclusos. Cumpra-se." Palmas – TO, 19 de agosto de 2011. ***Juíza ADELINA GURAK-Relatora*** ".(a) Secretaria da 2ª Camara Criminal , aos 24 dias do mês de agosto de 2011.

HABEAS CORPUS 7865(11/0099982-2)

ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
TIPO PENAL	: ART. 121, § 2º, II e IV do CPB.
IMPETRANTE	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE	: ELISMAR NOLETO LEITE
DEFENS PUBLIC	: LUIS DA SILVA SÁ
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPOEMA/TO
RELATORA	: JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em Substituição ficam intimadas as partes interessadas, nos autos acima epigrafados, da decisão de fls. 97/101, a seguir transcrita: "Trata-se de *habeas corpus,* impetrado pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS – (DR. LUÍS DA SILVA SÁ)**, em favor de **ELISMAR NOLETO LEITE**, em razão de ato reputado ilegal, ofensivo à liberdade de locomoção do paciente, atribuído ao Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Arapoema/TO, sustentando, em suma, que 1) – a posterior apresentação espontânea do paciente afasta a prisão cautelar decretada para garantia da aplicação da lei penal; 2) – a prisão preventiva do paciente é ilegal, tendo em vista o alegado excesso de prazo para formação da culpa, consubstanciado no fato de que o paciente encontra-se preso desde 01.02.2011, isto é, há mais de 180 (cento e oitenta) dias; e 3) – ao caso concreto podem ser aplicadas medidas cautelares substitutivas à prisão preventiva. Assim, postula medida liminar, com sua consequente soltura. No mérito, requer a confirmação da liminar. A inicial de fls. 02/16 veio instruída com os documentos de fls. 17/94. Em síntese, é o relatório. **DECIDO.** O pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontrar sofrendo ou esteja na iminência de sofrer constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir (art. 5º, LXVIII, CF/88). Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. Admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, a liminar em sede de *habeas corpus* exige, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, quais sejam, a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni juris*) e o perigo da demora da prestação da tutela jurisdicional (*periculum in mora*), cujas presenças devem ser evidenciadas de forma expressa e destacadas pela parte impetrante. Pois bem. O caso em análise não comporta concessão de medida liminar, tendo em vista que ausente a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni juris*). Com efeito, num juízo de cognição sumária e não exauriente – próprio para esta fase de gênese processual – é possível vislumbrar que se encontra suficientemente fundamentada, ainda que de forma concisa, a parte da decisão de pronúncia, na qual é deliberada sobre a manutenção da prisão preventiva do paciente. Oportuna a transcrição de trecho pertinente (fl. 77): *"Vencida a primeira fase do*

*procedimento do Tribunal do Júri, com a admissibilidade da acusação (*iudicium accusationis*), e dando início à segunda fase do procedimento, de julgamento do mérito (*iudicium causae*), oportuno se apresenta ressaltar sobre a manutenção da prisão cautelar do acusado Elismar Noleto Leite. A manutenção da prisão preventiva apresenta como fundamento a garantia da aplicação da lei penal, em razão da sua evasão do distrito da culpa, conforme consta da decisão de fls. 62/63, cujos motivos, aqui encampados, vencida a instrução criminal, ficaram preservados. O acusado aguardará o julgamento preso, tendo em vista que as circunstâncias pessoais desautorizam sua liberdade provisória".* Como se vê, para manutenção da segregação provisória do paciente, a autoridade havida coatora invocou, como argumento idôneo, o fato de que o paciente evadiu-se do distrito da suposta culpa, evidenciando, assim, a necessidade de se garantir a aplicação da lei penal. Vale ressaltar que a posterior apresentação espontânea do paciente não tem o condão de afastar a prisão preventiva decretada para aplicação da lei penal, tendo em vista que, uma vez solto, poderá ele se evadir novamente e tomar rumo ignorado, frustrando, assim, eventual execução da pena que possa lhe ser cominada. Nesse sentido, em caso idêntico ao versado nos presentes autos, já restou decidido no âmbito da 1ª Câmara Criminal deste egrégio Tribunal de Justiça que *"a fuga do acusado após o cometimento de homicidio consumado e tentado, somada à violência perpetrada na conduta delituosa, justificam a manutenção da prisão preventiva, mesmo após apresentação espontânea do réu e ainda que primário o agente, sobretudo quando o Magistrado justifica expressamente o cárcere, como forma de preservação da ordem pública e garantia da aplicação da lei penal"*, entendimento esse corroborado pela Quinta Turma do STJ, segundo o qual *"a apresentação posterior do paciente à autoridade policial, para o cumprimento do mandado de prisão, não enseja a revogação da custódia antecipada (...)"*. Noutro aspecto, no tocante ao alegado excesso de prazo para formação da culpa, cumpre ressaltar que, numa primeira análise, não se verifica o reputado constrangimento ilegal, tendo em vista que, concluída a colheita de provas e prolatada a decisão de pronúncia, encerrada está a primeira fase do procedimento escalonado do Tribunal do Júri, valendo ressaltar que é firme o entendimento da Quinta Turma do STJ que, *"proferida a sentença de pronúncia, encontra-se superada a alegação de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal, nos termos da Súmula 21/STJ"*. De resto, no tocante às medidas cautelares substitutivas à prisão, o paciente não formulou pedido explícito quanto à sua aplicação. Não obstante, de qualquer forma, incabível, no caso, a aplicação de medidas cautelares, substitutivas à prisão preventiva. Com efeito, a despeito de a prisão cautelar ser a *ultima ratio* no processo penal, justamente por se tratar de medida extremada que resulta na restrição da liberdade de locomoção do indivíduo, no caso concreto, numa primeira análise, verifica-se que os motivos que ensejaram a prisão preventiva subsistem, tendo em vista que a soltura do paciente, nesta oportunidade, representará risco concreto à eventual aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente já se evadiu para lugar incerto e não sabido noutra oportunidade, valendo enfatizar, de resto, que os crimes pelos quais foi pronunciado têm pena superior a quatro anos, comportando, assim, a decretação da prisão preventiva (art. 312, c/c art. 313, I, CPP). Desse modo, nesta oportunidade de cognição sumária e não exauriente, não é possível vislumbrar a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni juris*), razão pela qual **indefiro o pedido de medida liminar**. Oficie-se à autoridade havida coatora, a fim de que, tratando-se de réu preso, no prazo de 72h (setenta e duas horas), preste informações quanto ao processo em questão. Após, vista à Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Publique-se. Intimem-se." Palmas/TO, 22 de agosto de 2011.(a)***Juíza ADELINA GURAK-Relatora.Secretaria da 2ª Câmara Criminal aos 24 dias do mês de agosto de 2011.***

HABEAS CORPUS Nº7227/11 (11/0092288-9)

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS-TO.
IMPETRANTES : IARA MARIA ALENCAR E THIAGO FLORENTINO ALMEIDA
PACIENTE : NELSON REIS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : IARA MARIA ALENCAR E THIAGO FLORENTINO ALMEIDA
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE AUGUSTINÓPOLIS-TO
RELATOR : DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ- Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão de fls. 51/53 a seguir: Cuida o presente feito de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados acima epigrafados, em favor de NELSON REIS DE OLIVIERA, em face de suposto constrangimento ilegal, imposto ao paciente pelo MM. Juiz de Direito Vara Criminal da Comarca de Augustinópolis/TO. Narra o impetrante que o paciente foi preso em flagrante no dia 07/01/2011, pela suposta prática do crime tipificado nos arts.33 e 35, da Lei 11.343/06. Alega que a decisão, que indeferiu o pedido de liberdade provisória, resta desprovida de fundamentação, uma vez que o MM. juiz a quo apenas baseou-se na garantia da ordem pública, não explicitando de que maneira o paciente colocaria em risco a sociedade, caso permanecesse em liberdade. Reforça que o paciente é primário, possui bons antecedentes, atividade lícita e não possui conduta voltada ao crime. Termina postulando a concessão, liminarmente, da ordem de habeas corpus, para que o paciente seja posto em liberdade, em face da ausência dos requisitos da prisão preventiva e, no mérito, sua confirmação definitiva. Instruem a inicial os documentos de fls.11/24. O pleito liminar foi indeferido, pelas razões constantes na decisão de fls. 28/30, informes prestados pelo juiz a quo nas fls. 33/36, e, instada a manifestar-se, a Procuradoria-Geral da Justiça, através do douto parecer de fls.38/47, opinou pela denegação definitiva da ordem pleiteada. Eis, em breve resumo, o relatório. DECIDO. Analisando detidamente os autos, verifico que o HC 7575/TJTO foi apensado aos presentes e tendo em vista que o pedido inicial visava combater a manutenção da prisão civil do Paciente, entendo que com a superveniência de decisão que revogou a manutenção do cárcere e com a concessão do respectivo alvará de soltura, naqueles autos (HC 7575), resta evidente a perda do objeto do presente Habeas Corpus. Dispõe o artigo 659 do Código de Processo Penal: "Se o juiz ou tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido". Acerca do tema em testilha, leciona Tourinho Filho: "Tendo cessado o motivo que deu causa à impetração do pedido de habeas corpus, obviamente ele perde o seu objeto, cai no vazio, não havendo razão para que seja apreciado. Ou como diz o artigo em exame, o pedido fica prejudicado, ante a ausência de qualquer interesse na sua solução" (cf. Código de Processo Penal Comentado, vol. II, 8ª edição, 2004, Editora Saraiva, p. 508). Desse modo, ante a revogação do decreto de prisão do paciente, a presente impetração perdeu seu objeto, pois cessou sua causa determinante. É o que esclarece o julgado abaixo: **PROCESSUAL. PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 12, CAPUT, C/C ART. 14 DA LEI Nº 6.368/76 (ANTIGA LEI DE TÓXICOS). PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PERDA DE OBJETO. OBSERVÂNCIA DO RITO PROCEDIMENTAL PREVISTO NA LEI Nº 10.409/02. I - Tendo o e. Tribunal a quo relaxado a prisão cautelar em benefício do ora paciente, perdeu objeto o presente writ, já que a pretensão quanto a este ponto restou atendida. II – In casu, tendo sido observado o rito procedimental estabelecido na Lei nº 10.409/02, não restou caracterizada a alegada nulidade processual. Ordem pacialmente conhecida e, nesta parte, denegada. (HC 60.760/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2007, DJ 12/11/2007, p. 243.). (sublinhei).** Verifica-se, pois, in casu, não mais subsistir interesse do impetrante no prosseguimento do feito, por manifesta perda supervieniente do objeto processual. Por todo o exposto, declaro extinto o proceso, sem análise do mérito, em razão da perda de objeto e, em conseqüência determino seu arquivamento, após as formalidades legais. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, 18 de agosto de 2011. Juiz Euripedes do Carmo Lamounier - Relator em Substituição.

Intimação de Acórdão

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 2564/10 (11/0092105-0)

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
REFERENTE : DENÚNCIA Nº. 17474-0/10- 1ª VARA CRIMINAL
T. PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS I, IV E V, DO CÓDIGO PENAL
RECORRENTES: ADEUVALDO BERNARDES DA SILVA e MANOEL DA GUIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO : MIGUEL VINÍCIUS SANTOS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ OMAR ALMEIDA JR
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE RECURSAL EMITIDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE REJEITADA POR MAIORIA. MÉRITO. ALEGAÇÕES DE CERCEAMENTO DE DEFESA. TORTURA. MATERIALIDADE NÃO CONFIRMADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO COMPROVADO. POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA NA FASE DO JÚRI. INDEFERIMENTO MOTIVADO DE PROVAS PELO JUÍZO. IMPUGNAÇÃO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS. EXCESSO DE LINGUAGEM NÃO CONFIGURADO. JUÍZO NÃO SE EXIME DE EXPLICITAR OS MOTIVOS DE SEU CONVENCIMENTO. NEGADO PROVIMENTO. 1. Questão de ordem preliminar de intempestividade do Recurso em Sentido Estrito, em vista do entendimento de que o seu termo inicial seria da publicação da decisão dos embargos de declaração, e não do manifestado interesse em recorrer inserto em dita peça. Rejeitada por maioria. 2. No mérito, as alegações de cerceamento de defesa não prosperam. 3. Materialidade do crime de tortura em fase inquisitorial, não confirmada. Só se declara nulidade de ato quando dele, de modo objetivo e efetivo, resultar prejuízo comprovado, o que não restou evidenciado no caso em tela, pois o acusado não confessou a prática delituosa. 4. Testemunha não viabilizada pela Defesa que insistiu em sua oitiva. A produção de prova testemunhal pode ser feita na sessão de julgamento a ser realizado pelo Júri. 5. Plausibilidade da fundamentação expendida pelo Juízo indeferindo produção de provas - reconstituição pericial do trajeto utilizado pela vítima, exumação do cadáver -, tidas por procrastinatórias. Cabe ao Juiz avaliar a necessidade das provas requeridas, indeferindo-as caso desnecessárias ao esclarecimento da verdade. 6. Não há que se falar em cerceamento de defesa ante a apresentação de documentos juntados sem posterior abertura de prazo para manifestação, porquanto a própria Defesa apresentou impugnação aos mesmos. 7. Excesso de linguagem não configurado. O juízo não se exime de explicitar os motivos de seu convencimento na pronúncia – mero juízo de admissibilidade -, nos termos das provas existentes nos autos, devendo apenas evitar aprofundado exame da prova, afim de não influir no convencimento daqueles que são os juízes naturais da causa, qual seja, o Júri. 8. Ordem conhecida e negado provimento por maioria.
ACÓRDÃO: Sob a presidência do Exmo. Senhor Desembargador AMADO CILTON, a 1ª Turma julgadora da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por maioria de votos, CONHECEU do Recurso em Sentido Estrito e NEGOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Excelentíssima Juíza Adelina Gurak – Relatora, na 20ª Sessão Ordinária Judicial realizada no dia 07/06/2011. Ao iniciar o julgamento a Exma. Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS, votou acompanhando a relatora. Retornando os autos em julgamento, o Exmo. Des. AMADO CILTON, divergiu da eminente Relatora, sendo vencido. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Dra. Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Palmas - TO, 18 de agosto de 2011. Juíza ADELINA GURAK Relatora. Secretaria da 2ª Câmara Criminal.

RECURSOS CONSTITUCIONAIS

SECRETÁRIO: PELÁGIO NOBRE CAETANO COSTA

Intimação às Partes

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº. 13603 (11/0094763-6)

ORIGEM : COMARCA DE GURUPI
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 79763-0/08 - 2ª VARA CRIMINAL)
RECORRENTE : POLLYANE DANTAS ALVES
ADVOGADO : TENNER AIRES RODRIGUES – OAB/TO 4282
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA : MARCELO ULISSES SAMPAIO (Promotor de Justiça em substituição)
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora **JACQUELINE ADORNO** – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, **nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "**Trata-se de **Recurso Especial** interposto por **Pollyane Dantas Alves** com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a"

da Constituição Federal, contra acórdão de fls. 161/162 proferido pela 1ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, que por unanimidade de votos negou seguimento ao apelo. Na origem, o Ministério Público Estadual denunciou a recorrente, como incurso nas penas do artigo 168, § 1º, III c/c art. 71 ambos do Código Penal. Em primeira instância a Magistrada sentenciante julgou procedente a pretensão punitiva condenando a recorrente a pena de 02 (dois) anos de reclusão no regime aberto, substituída por duas restritivas de direito e a pena pecuniária de 120 (cento e vinte) dias-multa. A recorrente irresignada ingressou com apelo. Em suas razões postulou a absolvição sustentando a negativa de autoria e a ausência de provas aptas a ensejar a condenação. Na oportunidade do julgamento a 1ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Sodalício, negou seguimento ao apelo, conforme a ementa que se encontra redigida nos seguintes termos: "APELAÇÃO CRIMINAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA – CONTINUIDADE DELITIVA - REGIME ABERTO - PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO - NEGATIVA DE AUTORIA - AUSÊNCIA DE PROVAS PARA SUSTENTAR A CONDENAÇÃO – NÃO CABIMENTO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. As vítimas relataram os fatos de forma harmoniosa, informando os valores repassados à acusada para pagamentos dos débitos pessoais e o fim diverso dados ao numerário por parte desta, portanto, demonstrada a autoria delitiva, não há que se falar em absolvição. 2. A continuidade delitiva restou devidamente configurada, vez que os crimes de apropriação indébita foram cometidos pelas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. 3. O douto Juízo sentenciante, quando da dosimetria da sanção, analisou de forma acurada os requisitos do artigo 59 do Código Penal. 3. Sentença devidamente fundamentada nos moldes do critério trifásico do art. 68 do Código Penal. Por, a pena aplicada está dentro dos limites definidos pelo legislador para o delito, sendo a mesma justa, necessária e proporcional ao dano praticado. 4. Recurso conhecido e improvido pro unanimidade de votos." Inconformada, Pollyane Dantas Alves interpõe o presente Recurso Especial. Sustenta que o acórdão vergastado contrariou o disposto no artigo 386, inciso IV, do Código de Processo Penal. Regularmente intimado o Ministério Público Estadual apresentou contrarrazões às fls. 182/188. É o relatório. O apelo especial foi interposto com base no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal. O recurso é próprio e tempestivo, as partes são legítimas, está presente o interesse recursal e dispensado o preparo. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. Prequestionamento evidenciado, vez que, a matéria discutida foi abordada nas razões apresentadas às fls. 165/174, debatida no acórdão recorrido às fls. 161/162, bem como, no voto condutor do acórdão às fls. 158/159. Contudo, verifico que o apelo especial não comporta seguimento, haja vista que, em suas razões a recorrente repisa os mesmos argumentos expendidos ao longo do feito, e, conforme disposição da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. Desse modo**, NÃO ADMITO** o Recurso Especial, negando-lhe seguimento. **P.R.I**. Palmas (TO), 24 de agosto de 2011. **Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente".**

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº. 12442 (10/0090305-0)

ORIGEM	:	COMARCA DE PEIXE
REFERENTE	:	(AÇÃO PENAL Nº 580/03 DA ÚNICA VARA CRIMINAL)
RECORRENTE	:	FÁBIO RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO	:	ROGÉRIO RODRIGUES DE PAULA – OAB/TO 3462
RECORRIDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA	:	RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATORA	:	DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora **JACQUELINE ADORNO** – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, **nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "**Trata-se de **Recurso Especial** interposto por **Fábio Rodrigues da Silva** com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão de fls. 356/358 proferido pela 4ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, que por unanimidade de votos deu parcial provimento ao apelo. Na origem, o Ministério Público Estadual denunciou Fábio Rodrigues de Souza, ora recorrente, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, II e IV, última parte (duas vezes), c/c os artigos 61, II, alínea "h" (contra criança) e 69, todos do Código Penal. Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, este, apreciando a quesitação formulada, concluiu por condená-lo pelo crime previsto no artigo 121, § 2º, II e IV, por duas vezes. A Juíza Presidente do Tribunal do Júri fixou a pena definitiva em 42 (quarenta e dois) anos de reclusão e, ainda, condenou o recorrente ao pagamento de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de reparação civil em obediência ao artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal. O recorrente irresignado ingressou com apelo. Preliminarmente sustentou a nulidade da sentença por omissão de formalidade essencial, ferindo o princípio da individualização da pena, afirmando que a Magistrada "a quo" proferiu uma decisão padronizada sem analisar separadamente a fixação da pena para os crimes. Em relação ao mérito, requereu o protesto por novo júri, alegando que o crime ocorreu antes da entrada em vigor da Lei 11.689/08. Finalizou pugnando pela exoneração do pagamento da reparação civil, alegando falta de condições financeiras para arcar com o valor determinado na decisão. Na oportunidade do julgamento a 4ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Sodalício, deu parcial provimento ao apelo, conforme a ementa que se encontra redigida nos seguintes termos: "APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DOSIMETRIAS DAS PENAS. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. AFRONTA AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. PROTESTO POR NOVO JÚRI. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - No caso, o sentenciante teve o cuidado de fixar uma pena mais severa em razão do homicídio praticado em desfavor da vítima menor (3 anos de idade), em obediência ao princípio da individualização da pena. II - Somente quando todos os parâmetros norteadores do artigo 59 do Código Penal favorecem o acusado é que a pena base deve ser estabelecida no seu quantitativo mínimo, devendo residir acima deste patamar nos casos que militam circunstâncias judiciais negativas. III - 0 fato de a lei nova (Lei n.° 11.689/2008) ter suprimido o recurso de protesto por novo júri afasta o direito à recorribilidade prevista na lei anterior, em vigor à época dos fatos. A recorribilidade se submete à legislação vigente na data em que a decisão foi publicada, consoante o artigo 2.° do Código de Processo Penal (incidência do princípio tempus regit actum). Nesse sentido está a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. IV - Não obstante ser desnecessário pedido explícito de condenação no valor mínimo da reparação dos danos causados pela infração (artigo 387, IV, do CPP) , é imprescindível que no decorrer do processo a matéria seja discutida, sob pena de afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa. V – Recurso conhecido e parcialmente provido, exclusivamente para decotar da condenação o valor de R$100.000,00 (cem mil reais) a título de reparação mínima dos danos causados pelo crime." Inconformado, o recorrente interpõe o presente Recurso Especial. Sustenta que o acórdão vergastado contrariou o disposto nos artigo 564, III, "m" do Código de Processo Penal e artigo 5º, inciso LXVI da Constituição Federal. Regularmente intimado o Ministério Público Estadual apresentou contrarrazões às fls. 377/384. É o relatório. O recurso é próprio e tempestivo, as partes são legítimas, está presente o interesse recursal e dispensado o preparo. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. Prequestionamento evidenciado, vez que, a matéria discutida foi abordada nas razões apresentadas às fls. 361/369, debatida no acórdão recorrido às fls. 356/358, bem como, no voto condutor do acórdão às fls. 346/354. Contudo, verifico que o apelo especial não merece ser admitido quanto à interposição fundada na alínea "a", do permissivo constitucional, haja vista que, em suas razões a recorrente repisa os mesmos argumentos expendidos ao longo do feito, e, conforme disposição da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. No que pertine à infringência ao artigo 5º, inciso LXVI da Constituição Federal esclareço que suposta violação à matéria constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Carta Federal, pela via do Recurso Extraordinário. Em relação ao dissídio jurisprudencial, melhor sorte não colhe o apelo. Primeiro, porque o recorrente não comprovou a divergência conforme preceitua a legislação de regência. E segundo, porque o recorrente deixou de efetuar o cotejo analítico. Já decidiu a Corte Superior que "a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com base em três exigências legais: cotejo analítico adequado, similitude fática e jurídica dos julgados colacionados e citação de repositório oficial ou por outro meio idôneo especificado no RISTJ ". Desse modo**, NÃO ADMITO** o Recurso Especial, negando-lhe seguimento. **P.R.I**. Palmas (TO), 24 de agosto de 2011. **Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente".**

AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº. 11164 (10/0085047-9)

ORIGEM	:	COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE	:	(DENÚNCIA Nº 13326-2/09/09 DA ÚNICA VARA CRIMINAL)
AGRAVANTE	:	PAULO BORGES DE CASTRO
DEFEN. PÚBL.	:	JOSÉ MARCOS MUSSULINI – OAB/TO 861-A
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA	:	JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATORA	:	DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora **JACQUELINE ADORNO** – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte **D E S P A C H O: "**Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por **Paulo Borges de Castro**, contra decisão que inadmitiu e negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo agravante, nos autos da Apelação nº. 11164/2010. O **Ministério Público do Estado do Tocantins** apresentou contrarrazões às fls. 412/415, pleiteando que seja mantida a decisão que denegou o seguimento do Recurso Especial, tendo em vista a ausência dos requisitos de admissibilidade exigidos para o apelo especial. Assim sendo, remetam-se os autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens desta Corte. P.R.I. Palmas (TO), 24 de agosto de 2011. **Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente."**

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº. 11173 (10/0085173-4)

ORIGEM	:	COMARCA DE PALMAS
REFERENTE	:	(AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONAL Nº 10974-0/04 - 3ª VARA CRIMINAL)
RECORRENTE	:	CLEITON RODRIGUES DOS SANTOS
DEF. PÚBLICO	:	HERO FLORES DOS SANTOS
RECORRIDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA	:	LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATORA	:	DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO PRESIDENTE

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora **JACQUELINE ADORNO** – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas, nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte **D E C I S Ã O: "**Trata-se de **Recurso Especial** interposto por **Cleiton Rodrigues dos Santos** com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão de fls. 245/247 proferido pela 4ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, que por unanimidade de votos negou provimento ao apelo. Na origem, o Ministério Público Estadual denunciou o recorrente como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, III, do Código Penal. Em primeira instância o Magistrado sentenciante julgou procedente a pretensão punitiva condenando o réu à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, no regime semi-aberto. O réu irresignado ingressou com apelo requerendo: a) a desclassificação do crime de furto qualificado para o furto simples, sustentando que o instrumento utilizado para ligar a moto subtraída, além de não caracterizar chave falsa, não foi apreendido, exibido e periciado; b) a redução da pena base; c) o aumento do quantum reduzido na pena a título de atenuante da confissão. Na oportunidade do julgamento a 4ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Sodalício, negou seguimento ao apelo, conforme a ementa que se encontra redigida nos seguintes termos: *"APELAÇÃO. PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO. USO DE "CHAPA DE METAL". CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO COMO CHAVE FALSA. AUSÊNCIA DE PERÍCIA. CONDENAÇÃO COM BASE EM OUTROS ELEMENTOS. QUALIFICADORA. INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. RÉU REINCIDENTE. PENA DEFINITIVA: 2 (DOIS) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO (POUCO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL - DOIS ANOS) . RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - No caso, o recorrente confessou em juízo, com riqueza de detalhes, ter subtraído a motocicleta, utilizando-se para tanto de "pequena chapa de metal". II - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem pontificado que o emprego de gazuas, mixas, ou qualquer outro instrumento, ainda que sem a forma de chave, mas apto a abrir fechadura ou imprimir funcionamento em aparelhos e máquinas caracteriza a qualificadora do artigo 155, § 4°, inciso III, do Código Penal. III - A ausência de perícia não macula a condenação pelo furto qualificado.*

A prova técnica não é a única apta a comprovar a materialidade das condutas, podendo ser suprida por outros meios de prova capazes de levar ao convencimento o julgador. IV - Deve ser mantido o cálculo da pena que atendeu ao sistema trifásico, devendo apenas ser corrigido o erro na somatória da reprimenda. V - Recurso conhecido e improvido. De ofício, corrigiu-se a ocorrência de erro material." Inconformado, Cleiton Rodrigues dos Santos interpõe o presente Recurso Especial alegando negativa de vigência e dissonância jurisprudencial em relação aos artigos 59, 65, inciso III, alínea "d", 155, § 4º, inciso III todos do CP. Finaliza requerendo o conhecimento e provimento do apelo especial, a fim de que reformado o acórdão impugnado seja: a) desclassificado o crime de furto qualificado para o furto simples; b) reduzida a pena base; c) efetuada maior redução da reprimenda em virtude do reconhecimento da atenuante da confissão. Regularmente intimado o Ministério Público Estadual apresentou contrarrazões às fls. 269/274. É o relatório. O recurso é próprio e tempestivo, as partes são legítimas, está presente o interesse recursal e dispensado o preparo. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. Prequestionamento evidenciado, vez que, a matéria discutida foi abordada nas razões apresentadas às fls. 255/260, debatida no acórdão recorrido às fls. 245/247, bem como, no voto condutor do acórdão às fls. 236/243. Contudo, verifico que o apelo especial não comporta seguimento, haja vista que, em suas razões o recorrente repisa os mesmos argumentos expendidos ao longo do feito, e, conforme disposição da Súmula nº. 07 do Superior Tribunal de Justiça, ***a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial***. Em relação ao dissídio jurisprudencial, melhor sorte não colhe o apelo. Primeiro, porque o recorrente não comprovou a divergência conforme preceitua a legislação de regência. E segundo, porque deixou de efetuar o cotejo analítico. Já decidiu a Corte Superior que "a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com base em três exigências legais: cotejo analítico adequado, similitude fática e jurídica dos julgados colacionados e citação de repositório oficial ou por outro meio idôneo especificado no RISTJ ". Desse modo, **NÃO ADMITO** o Recurso Especial, negando-lhe seguimento. **P.R.I**. Palmas (TO), 24 de agosto de 2011. **Desembargadora JACQUELINE ADORNO Presidente"**

PRECATÓRIOS

SECRETÁRIA: AMANDA SANTA CRUZ MELO

Intimação às Partes

PRECATÓRIO DE NATUREZA COMUM – PRC Nº 1707 (06/0050333-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 5064/02
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO.
EXEQUENTE: MASTER PLANEJAMENTOS LTDA.
ADVOGADO(S): MARCO ANTÔNIO MARQUES, ARAMY JOSÉ PACHECO E OUTROS
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Designo o dia 29 de agosto de 2011, às 09:00h, no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para audiência de conciliação e pagamento do presente Precatório, determinando as respectivas citações da Entidade Devedora Estado do Tocantins, e do Requerente Máster Planejamentos Ltda, este último através de seu procurador habilitado. Indico para a condução dos trabalhos, o Juiz Gilson Coelho Valadares, nos termos da Portaria 366/2011 desta Presidência. Cumpra-se. Palmas, 24 de agosto de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE.

PRECATÓRIO DE NATUREZA COMUM – PRC Nº 1706 (06/0050207-4)
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA Nº 627/98
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIATINS-TO.
EXEQUENTE: PAULO ROBERTO KLIEMANN e OUTROS
ADVOGADO(S): IVO RODRIGUES FERNANDES, RUBENS DARIO LIMA CÂMARA E OUTROS
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de Precatório expedido em desfavor do Estado do Tocantins visando o adimplemento de dívida reconhecida por decisão judicial trânsita em julgado, tendo como credores Paulo Roberto Kliemann e outros. Esclarece-se, em principio, tratar-se de verba de natureza comum, visto proceder de Ação de Desapropriação. No âmbito desta Corte, não houve qualquer obstáculo ao processamento da citada requisição, haja vista todas as providências terem sido tomadas com relação às comunicações de praxe. Consta, às folhas 127/131, decisão da lavra da Desembargadora Dalva Magalhães, então Presidente, outorgando ao Estado a possibilidade de decomposição do pagamento em 10 parcelas. Por decisão da Desembargadora Willamara Leila, Presidente à época, inserta às folhas 559/560 determinou-se o seqüestro da 1ª parcela acordada, consolidado pela certidão da folha 579. Encontra-se às folhas 625/629 penhora no rosto dos autos, efetivada às folhas 636/637. Foi juntada aos autos, às folhas 701/703, nova decisão de seqüestro, dessa vez da lavra do Desembargador Carlos Souza, então Presidente em exercício, referente a liquidação da 2ª parcela, efetivado pela comunicação da folha 723. O Banco do Brasil, interessado na lide, fez juntar aos autos petição de folhas 730/731 requerendo bloqueio de importâncias dos credores Epifanio Martins Rosa e Luiz Oreci Pereira Soares. O Estado do Tocantins, em petição juntada à folha 749 comunica a interposição de Mandado de Segurança, cuja cópia encontra-se juntada às folhas 750/764. Novas petições Estatais encontram-se às folhas 773/777, 780/782, todas pleiteando a realização de novos cálculos, buscando nova sistemática de aplicação de atualizadores monetários. A d. decisão da folha 785 indefere pleitos do Banco do Brasil e do Exeqüente Epifanio Martins da Rosa. Novos cálculos foram juntados às folhas 822/825. Em razão de publicação de novos cálculos, o Estado do Tocantins interpõe petição de impugnação, juntada às folhas 828/834, porém apócrifa. Os exeqüentes contestaram a impugnação às folhas 843/848. É o relato do necessário. Decido. Recebido nesta Casa Judiciária em 28 de junho de 2006, o valor inicial do precatório em tela restou apurado em R$ 69.809.618,71 (sessenta e nove milhões, oitocentos e nove mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e um centavos). Das 10 parcelas inicialmente estabelecidas, duas foram solvidas pelo devedor, restando, portanto 8 parcelas para quitação integral da obrigação. Os documentos apresentados dão conta dos pagamentos que foram efetuados pelo ente devedor. Em hora alguma noticia-se a idealização de acordos objetivando a liquidação da obrigação. Existe, ainda, notícia de Mandado de Segurança relacionado à controvérsia. Diante da necessidade saneadora, tenho por bem adotar cautela, determinando atos a serem cumpridos, após os quais, lançarei decisão. Intimem-se, para que no prazo de 30 (trinta) dias, credor e devedor ofereçam e façam acostar aos autos a planilha de cálculos, levando-se em consideração todos os pagamentos, ajustes, correções, descontos, índices, atualizações, amortizações, compensações e outras informações que julgarem necessárias. Deve ser levado em consideração o artigo 36 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça, verbis: *"Art. 36. A partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 62/09, a atualização de valores dos precatórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios."* No termo suso determinado, pode o Estado do Tocantins, querendo, alegar todas as questões jurídicas e contábeis que entender conveniente, pena de preclusão, inclusive a compensação aludida nos §§ 9º e 10 do artigo 100 da CF/88 e artigo 6º, § 2º, da Resolução n.º 115 do Conselho Nacional de Justiça. Esclareço que é ônus da Fazenda Pública, ao alegar a existência de débito do credor (fato constitutivo do direito de compensar), instruir, previamente, sua pretensão com os documentos próprios ao fato probando: o ônus da prova recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do fato. Deve ainda o devedor, no prazo ofertado, informar eventuais cessões e/ou compensações, penhoras e outros fatos de que tenha notícia, trazendo, inclusive, informações sobre o processo questionando a quitação de diversas faturas que ensejaram o valor disposto nesse precatório. Devem ainda, as partes, trazer aos autos informações sobre eventual julgamento de Mandado de Segurança afeto a esta obrigação, bem assim, a Secretaria certificar possível julgamento. A eventuais terceiros interessados defiro o mesmo prazo comum de 30 (trinta) dias, para peticionarem nos autos comunicando, se existente, qualquer óbice ao pagamento, vez que não serão conhecidas de pedidos deste jaez nos momentos seguintes. De igual forma, determino, ao fim do prazo, seja, incontinenti, encaminhado o processo ao Ministério Público para manifestação, com vistas à legalidade e transparência que o feito exige. Considerando a largueza do período ofertado e a celeridade que o jurisdicionado espera desta Presidência, depois de anos de espera na "fila", desde logo indefiro qualquer pedido de dilação de prazo. Determino, ao fim de todo procedimento, seja encaminhada cópia integral do feito ao Conselho Nacional de Justiça com fito à instrução da Revisão de Inspeção. Após, encaminhem-se à conclusão. Seja pela orientação do poder geral de cautela, seja pelo conjunto do poder discricionário de direção formal e material do processo, mostra-se perfeitamente cabível ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, decisões imperativas objetivando a conclusão mais correta, mais segura e mais justa, mormente, pelo volume apresentado nesta contenda. Assim, destacando esse agrupamento de circunstâncias, urge, como homenagem à recomendável cautela, objetivando resguardar os interesses da relação jurídica e da defesa do erário, determino seja caucionado o valor histórico referente à parcela 3 em conta remunerada a ser aberta, à disposição desta Presidência, afastando temporariamente o precatório em epígrafe da lista cronologicamente ordenada desta Corte até a solução da demanda. Ressalto que, por tratar a obrigação de parcelamento anual, nenhum prejuízo ocorrerá às partes, visto que, no ano vindouro ocorrerá a reserva da próxima parcela (4), e assim por diante. Publique-se. Intime-se, Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE.

PRECATÓRIO DE NATUREZA COMUM – PRC Nº 1530 (97/0007227-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE PALMAS-TO.
EXEQUENTE: ESTEIO – ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/A
ADVOGADO(S): MARCELLO REUS DARIN DE ARAÚJO E PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de Precatório expedido em desfavor do Estado do Tocantins visando o adimplemento de dívida reconhecida por decisão judicial trânsita em julgado, tendo como credor Esteio Engenharia e Aerolevantamento S/A. Esclarece-se, em principio, tratar-se de verba de natureza comum, visto proceder de Ação Ordinária de Cobrança. No âmbito desta Corte, não houve qualquer obstáculo ao processamento da citada requisição, haja vista todas as providências terem sido tomadas com relação às comunicações de praxe, especialmente despachos de folhas 153, 173, 236/238, 290/292, 351/353, dentre tantos outros. Consta, à folha 365, cópia de cheque administrativo ao credor (datado de 28/12/2001), dando conta do início dos pagamentos efetuados pelo devedor, com consequente autorização de levantamento de valores à empresa e ao seu patrono (folhas 369/370). Encontra-se à folha 410 penhora efetuada no rosto dos autos no valor de R$ 56.567,66 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos). Por decisão firmada às folhas 456 e 457, na data de 30 de dezembro de 2002, o Senhor Desembargador Luiz Gadotti, Presidente à época, deferiu o pedido de suspensão dos pagamentos em razão de pleito estatal, sob a alegação de quitação das faturas reclamadas na ação originária deste precatório. Na data de 29 de janeiro de 2004, efetivou-se a decisão do então Desembargador Presidente Marco Villas Boas, autorizando o levantamento de novo depósito efetuado pelo devedor, bem assim, a retenção da penhora a ser destinada à 15ª Vara Cível de Curitiba – PR (fl. 558). Em continuidade aos pagamentos fracionados, consta à folha 603 nova decisão autorizando levantamento de parcela depositada pelo ente devedor. Diversos laudos técnicos de apuração de valores foram juntados aos autos, ensejando nova discussão acerca da atualização da dívida. Nova penhora no rosto dos autos foi juntada às folhas 722 e 723. Por decisão firmada à folha 747, determinou-se a transferência da segunda penhora assim como o levantamento de nova parcela depositada pelo ente estatal. Em petição juntada à

folha 874, a credora informa a possibilidade de acordo direto com o devedor, com vistas à formatação de quitação de parcelas vencidas. O d. despacho de folhas 879/880, da lavra do Desembargador Daniel Negry, então Presidente, homologa o acordo firmado. Em razão de novo depósito efetuado pelo ente devedor, às folhas 894/895 novo despacho autorizou o levantamento de valor depositado, fruto do acordo celebrado entre credor e devedor. Nova penhora no rosto dos autos foi juntada à folha 954. Por decisão de folhas 966/970, da lavra do Desembargador Liberato Povoa, então Presidente em exercício, operou-se o sequestro sedimentado às folhas 979. Em petição de folhas 974 e 975, as partes informam celebração de novo acordo que defere quitação à parcela sequestrada. Em nova decisão firmada às folhas 1052/1054, da lavra da Desembargadora Willamara Leila, então Presidente, procedeu-se novo sequestro buscando o adimplemento de créditos remanescentes e parcelas não pagas. Nova penhora no rosto dos autos foi juntada à folha 1098. O Estado do Tocantins, em petição juntada às folhas 1164/1172, pleiteia a realização de novos cálculos, buscando abatimentos não considerados e correções não aplicadas, assim como a empresa credora, às folhas 1174, requer sejam refeitos os cálculos com fito a sanear o precatório. Juntada à folha 1182 nova penhora no rosto dos autos. É o relato do necessário. Decido. Recebido nesta Casa Judiciária em 10 de setembro 1997, o valor inicial do precatório em tela restou apurado em R$ 5.386.867,15 (cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quinze centavos). Das 10 parcelas inicialmente estabelecidas, oito foram solvidas pelo devedor, restando, apenas as parcelas 9 e 10. Os documentos apresentados dão conta dos pagamentos que foram efetuados pelo ente devedor. Em diversas ocasiões foram perpetrados acordos secundários entre credor e devedor buscando amortização de parcelas, mas, não se vislumbra nos termos, idealização de acordos objetivando a liquidação da obrigação. Assim, buscando o saneamento dos autos, determino a Secretaria que informe o paradeiro da petição de n.º 26931, da qual consta juntada à folha 577 verso, inclusive, intimando as partes para que ofereçam cópia a ser juntada. Intimem-se, para que no prazo de 30 (trinta) dias, credor e devedor ofereçam e façam acostar aos autos a planilha de cálculos, levando-se em consideração todos os pagamentos, ajustes, correções, descontos, índices, atualizações, amortizações, compensações e outras informações que julgarem necessárias. Deve ser levado em consideração o artigo 36 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça, verbis: *"Art. 36. A partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 62/09, a atualização de valores dos precatórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios."* No termo suso determinado, pode o Estado do Tocantins, querendo, alegar todas as questões jurídicas e contábeis que entender conveniente, sob pena de preclusão, inclusive a compensação aludida nos §§ 9º e 10 do artigo 100 da CF/88 e artigo 6º, § 2º, da Resolução n.º 115 do Conselho Nacional de Justiça. Esclareço que é ônus da Fazenda Pública, ao alegar a existência de débito do credor (fato constitutivo do direito de compensar), instruir, previamente, sua pretensão com os documentos próprios ao fato probando: o ônus da prova recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do fato. Deve ainda o devedor, no prazo ofertado, informar eventuais cessões e/ou compensações, penhoras e outros fatos de que tenha notícia, trazendo, inclusive, informações sobre o processo questionando a quitação de diversas faturas que ensejaram o valor disposto nesse precatório. Devem ainda, as partes, trazer aos autos informações sobre o julgamento do Mandado de Segurança nº 4763, afeto a esta obrigação. A eventuais terceiros interessados defiro o mesmo prazo comum de 30 (trinta) dias, para peticionarem nos autos comunicando, se existente, qualquer óbice ao pagamento, vez que não serão conhecidas de pedidos deste jaez nos momentos seguintes. De igual forma, determino, ao fim do prazo, seja, incontinenti, encaminhado o processo ao Ministério Público para manifestação, com vistas à legalidade e transparência que o feito exige. Considerando a largueza do período ofertado e a celeridade que o jurisdicionado espera desta Presidência, depois de anos de espera na "fila", desde logo indefiro qualquer pedido de dilação de prazo. Determino, ao fim de todo procedimento, seja encaminhada cópia integral do feito ao Conselho Nacional de Justiça com fito à instrução da Revisão de Inspeção. Após, encaminhem-se à conclusão. Seja pela orientação do poder geral de cautela, seja pelo conjunto do poder discricionário de direção formal e material do processo, mostra-se perfeitamente cabível ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, decisões imperativas objetivando a conclusão mais correta, mais segura e mais justa, mormente, pelo volume apresentado nesta contenda. Assim, destacando esse agrupamento de circunstâncias, urge, como homenagem à recomendável cautela, objetivando resguardar os interesses da relação jurídica e da defesa do erário, determino seja caucionado o valor histórico referente às 9ª e 10ª parcelas, em conta remunerada a ser aberta, à disposição desta Presidência, afastando temporariamente o precatório em epígrafe da lista cronologicamente ordenada desta Corte até a solução da demanda. Publique-se. Intime-se, Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE.

PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA – PRA Nº 1528 (07/0058375-0)
ORIGEM: COMARCA DE ALVORADA-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 2590/05
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALVORADA-TO.
REQUERENTE: DANIEL BATISTA DA SILVA
ADVOGADO: JUAREZ MIRANDA PIMENTEL
ENTIDADE DEVEDORA: ESTADO DO TOCANTINS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Cuida-se, nesta feita, de Precatório de Natureza Alimentícia, extraído da Ação de Cobrança nº. 2590/05, tendo como requerente Daniel Batista da Silva e como Entidade Devedora o Estado do Tocantins. Após a formalização dos presentes autos, por ordem do então Presidente Des. Daniel Negry foi determinado a intimação da entidade devedora para promover a inclusão do valor de R$ 5.868,01 (cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e um centavo) no orçamento subseqüente, bem como a devida comprovação até 31/01/08 das medidas adotadas para o cumprimento da requisição. Às fls. 75 a Entidade Devedora informa a inclusão de valores destinados à quitação do precatório no orçamento de 2008, no entanto, retorna aos autos à fl. 91 para noticiar a não quitação na data aprazada. Os cálculos foram atualizados às fls. 117/118 e, em decorrência dessa nova atualização, a entidade devedora os impugna, anexando planilha com os valores que entende cabíveis. Instado a se manifestar sobre a impugnação aos cálculos, o requerente quedou-se inerte. Pois bem. Quanto ao cálculo de fls. 117/118, verifica-se através do respectivo Laudo Técnico Demonstrativo, que a metodologia aplicada levou em consideração os "índices da Tabela de Fatores de Atualização Monetária de referência para Justiça Estadual-Precatórios, desenvolvida pelo mesmo autor da Tabela Encoge- Gilberto Melo que considerou o INPC (Tabela do ENCOGE) até 09/12/2009 e TR a partir de 10/12/2009 até 30/09/2010, conforme consulta e resposta anexa e de acordo com o que determina o art. 16 da Emenda Constitucional nº 062/2009 c/c o art. 37 da Resolução nº 115/2010, do CNJ". De acordo com a planilha, os juros de mora foram computados com percentual de 12% (doze por cento) com início em jun/2002/2003 até 09 de dezembro de 2009 e juros simples (poupança) de 0,50 % (meio por cento) a partir de 10 de dezembro de 2009, até outubro de 2010 de acordo com o Art. 16 da Emenda Constitucional 062/2009 c/c Art. 37 da Resolução 115/2010 do CNJ. De fato, como bem sustenta a impugnante, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 591.085-QO, da Relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, onde foi reafirmada a jurisprudência pacificada no sentido da não incidência de juros moratórios entre a data da emissão dos precatórios até o seu efetivo pagamento, nos termos do art. 100, § 1º, do STF, restando o acórdão assim ementadado, verbis: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIOS. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DURANTE O PRAZO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO PARA SEU PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 100, § 1º (REDAÇÃO ORIGINAL E REDAÇÃO DADA PELA EC 30/2000), DA CONSTITUIÇÃO. I - QUESTÃO DE ORDEM. MATÉRIA DE MÉRITO PACIFICADA NO STF. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CONFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. DENEGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS QUE VERSEM SOBRE O MESMO TEMA. DEVOLUÇÃO DESSES RE À ORIGEM PARA ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 543-B, § 3º, DO CPC. PRECEDENTES: RE 579.431-QO/RS, RE 582.650-QO/BA, RE 580.108-QO/SP, MIN. ELLEN GRACIE; RE 591.068-QO/PR, MIN. GILMAR MENDES; RE 585.235-QO/MG, REL. MIN. CEZAR PELUSO. II – Julgamento de mérito conforme precedentes. III – Recurso provido."(RE 591085 QO-RG, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 04/12/2008, DJe-035 DIVULG 19-02-2009 PUBLIC 20-02-2009 EMENT VOL-02349-09 PP-01730 LEXSTF v. 31, n. 363, 2009, p. 313-323)". Pacificada essa orientação, inclusive com a edição da Súmula Vinculante nº 17, a controvérsia cinge-se em saber se a decisão exeqüenda, com trânsito em julgado, pode ser alterada no momento de sua execução para determinar o pagamento dos juros moratórios do precatório nos moldes do que fora sumulado pela Suprema Corte, por potencial ofensa a intangibilidade da coisa julgada e, ainda, o momento da incidência dos respectivos juros moratórios. No mesmo diapasão, o STF firmou entendimento no sentido de que não há se falar em violação à coisa julgada em tais situações, "isso porque haverá incidência de juros moratórios sempre que houver demora injustificada no pagamento". Da mesma forma, restou decidido que a demora da quitação do precatório decorre da própria Constituição, que determina a inclusão da previsão orçamentária do débito até o final do exercício financeiro posterior, incidindo apenas a atualização monetária nesses casos, restando assim ementado, verbis: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. O Supremo Tribunal Federal afastou a caracterização da mora no prazo constitucional para pagamento de precatórios e não há que se falar em incidência de juros de mora. Tampouco há ofensa à coisa julgada, pois a determinação judicial ao pagamento de juros moratórios será observada sempre que se verificar a demora injustificada". (RE 597.833-AgR, primeira turma, Rel. Min. Carmem Lúcia, DJe de 10/06/09). Da mesma forma: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – PRECATÓRIOS JUDICIAIS – NÃO-INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS DURANTE O PERÍODO A QUE SE REFERE O ART. 100, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, NA REDAÇÃO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC Nº 30/2000 – DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS.- Tratando-se de precatórios judiciais, não cabe a incidência de juros de mora durante o período a que alude o § 1º do art. 100 da Constituição da República (na redação anterior à EC nº 30/2000), pois, enquanto não superado o prazo estabelecido em referida norma constitucional, a entidade de direito público não poderá ser considerada em estado de inadimplemento obrigacional. Precedentes." (AI 396.790- AgR-ED, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 6.3.2009). Seguindo a mesma orientação, os RE 544.070, Rel. Min. Dias Toffoli, Dje de 28/10/10; AI 665.701, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 15/10/10; RE 602.444-AgR, Rel. Min. Carmem Lúcia, Dje de 11/12/09, afastaram a incidência dos juros da mora no período ligado a data da expedição do precatório – termo inicial – e o término do exercício subseqüente – termo final. É exatamente o caso dos presentes autos, eis que não há se falar em ofensa à coisa julgada e, ainda, que a aplicação dos juros de mora deverá ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2010, data em que o débito se tornou vencido, ocasionando, pois, a demora injustificada. Por tais motivos, a exclusão dos juros de mora a partir da data de expedição do precatório, até o vencimento ocorrido em 31 de dezembro de 2009, é medida que se impõe, eis que em consonância com os mais recentes posicionamentos da Suprema Corte. Em tais circunstâncias DEFIRO o pedido de impugnação ao demonstrativo de cálculo de fls. 122/130, da forma como apresentado na presente decisão e DETERMINO a atualização dos mesmos de acordo com a aludida sistemática. Publique-se. Intime-se, Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE.

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV Nº 1630 (10/0086101-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº. 2008.0011.0728-0/0
REQUISITANTE: JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO.
REQUERENTE: MÚCIO GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS: HUGO BARBOSA MOURA
ENTIDADE DEVEDORA: MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal de Justiça, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: "Trata-se de REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR, em que figura como entidade devedora o Município de Palmas-TO e, como requerente Múcio Gulherme Moreira de Oliveira, nos termos do Ofício Requisitório nº. 002/2010, da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca de Palmas, da lavra da

Juíza Flávia Afini Bovo. Às fls. 33 foi determinado a intimação da Entidade Devedora, na pessoa de seu representante legal para, nos termos do art. 87, II, dos ADCT, pagar o valor de R$ 858,57 (oitocentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos), no prazo improrrogável de 60 dias, sob pena de seqüestro da quantia requisitada pelo sistema BACENJUD. No dia 13 de dezembro de 2010 a entidade devedora, através de seu Procurador Geral, toma ciência da mencionada intimação deixando transcorrer *in albis* o prazo para pagamento (certidão de fls. 38). Às fls. 42 a entidade devedora, através da Procuradoria Geral do Município, apresenta proposta para pagamento da presente Requisição de Pequeno Valor no Orçamento do exercício de 2012. Todavia, como é de conhecimento comezinho, a Requisição de Pequeno valor não obedece o rito ordinário dos precatórios comuns, tendo processamento diferenciado, induzindo pagamento imediato. Destaco – a título exemplificativo – que malgrado possuam a mesma natureza jurídica, eis que ambos estão insertos na sistemática disposta no §9º do art. 100 da Constituição da República, o que difere os precatórios das RPV's é justamente a forma de pagamento, ou seja, enquanto nos Precatórios a entidade devedora é intimada para inclusão do valor no orçamento do exercício seguinte, nas RPVs o pagamento é imediato, e a entidade devedora é intimada para o depósito, no prazo de 60 (sessenta) dias, da quantia necessária à satisfação do crédito. A própria Constituição Federal ao disciplinar minudentemente o procedimento para cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública em seu art. 100 e parágrafos, excepciona em seu § 3º, as obrigações definidas em lei como de pequeno valor. Em tais circunstâncias, INDEFIRO o pedido de proposta de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, apresentado às fls. 42, eis que incabível à espécie e DETERMINO a Secretaria de Precatórios que cumpra na íntegra o despacho de fls. 33/34. Publique-se. Intime-se, Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2011.". (A) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE.

DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Extrato da Ata de Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2011
AUTOS ADMINISTRATIVOS: PA 42988
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 032/2011 - SRP
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA: MBS Distribuidora Comercial Ltda.
OBJETO DA ATA: Aquisição dos produtos, conforme especificações do anexo I do edital, constantes na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade Anual (B)	Preço Unitário (A)	Valor Anual (C) = (A) X(B)
1	Bandeirão Oficial do Brasil, em tecido de nylon de paraquedas, medindo 8,00x5,90m.	**10 unidades**	**R$ 1.870,00**	**R$ 18.700,00**
2	Fio de Nylon para hasteamento de bandeira, na cor branca	**600 metros**	**R$ 1,37**	**R$ 8.220,00**
TOTAL ANUAL (R$)				**R$ 26.920,00**

VALIDADE DO REGISTRO: **12 (doze) meses**
DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2011.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2011
AUTOS ADMINISTRATIVOS: PA 42867
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 038/2011 - SRP
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA: Bernardinetti & Bernadinetti Ltda.
OBJETO DA ATA: Aquisição dos produtos, constantes na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade ANUAL (B)	Preço Unitário (A)	Valor ANUAL (C)=(A)X(B)
01	Contratação de serviços de UP LINK, via móvel.	12	R$ 11.000,00	R$ 132.000,00
TOTAL ANUAL (R$) = R$ 132.000,00				

VALIDADE DO REGISTRO: **12 (doze) meses**
DATA DA ASSINATURA: 04 de agosto de 2011.

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Intimação às Partes

INTIMAÇÃO ÀS PARTES DA 3781ª DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDENTE O EXMO. SR. DESA. JACQUELINE ADORNO

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: DANIELLY RODRIGUES VALADÃO

AS 08:02 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTES FEITOS:

PROTOCOLO : 09/0075061-8
REEXAME NECESSÁRIO 1540/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 30591-8/07
REFERENTE : (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 30591-8/07 - 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
REMETENTE : JUIZA DE DIREITO DA 1º VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS
IMPETRANTE: LOGUS EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : MOACYR FERREIRA FILHO
IMPETRADO : DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - DEFIM DO INSTITUTO DE NATUREZA DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: SERGIO RODRIGO DO VALE
RELATOR: WILLAMARA LEILA - 1ª CÂMARA CÍVEL - EXCLUSIVO CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA: NOS TERMOS DO DESPACHO DE FLS. 121 A JUIZA EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. CARLOS SOUZA, DEU-SE POR IMPEDIDA.

PROTOCOLO : 10/0084717-6
APELAÇÃO 11093/TO
ORIGEM: COMARCA DE DIANÓPOLIS
RECURSO ORIGINÁRIO: 4223/00
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, Nº 4223/00 DA VARA CIVEL)
APENSO : (IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA Nº 4618/01)
APELANTE : FAUSTO DOS SANTOS BRAGA
ADVOGADO(S: IDÊ REGINA DE PAULA E OUTRO
APELADO : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : ARLENE FERREIRA DA CUNHA MAIA
RELATOR: DANIEL NEGRY - 1ª CÂMARA CÍVEL
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, JUIZ CERTO

PROTOCOLO : 11/0091640-4
APELAÇÃO 12949/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 32244-8/10
REFERENTE : AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 32244-8/10 - 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 157, DO CÓDIGO PENAL
APELANTE : MAIRO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : KELVIN KENDI INUMARU
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0083060-5
IMPEDIMENTO DES: DANIEL NEGRY - JUSTIFICATIVA: O JUIZ GIL DE ARAÚJO CORREIA QUE SUBSTITUI O DES. DANIEL NEGRY, NO PERÍODO DE 04/07 A 01/10/11, DECRETO Nº 373/11, ATUOU COMO JUIZ NOS PRESENTES AUTOS.

PROTOCOLO : 11/0094420-3
APELAÇÃO 13474/TO
ORIGEM: COMARCA DE AXIXÁ DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 5353-4/08
REFERENTE : (RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 5353-4/08 DA UNICA VARA)
APELANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: FABIANA DA SILVA BARREIRA
APELADO : MARIA DAS GRAÇAS MATIAS BARBOSA
ADVOGADO : RENATO JÁCOMO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 11/0096568-5
APELAÇÃO 14055/TO
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
RECURSO ORIGINÁRIO: 0417-7/08
REFERENTE : (DENÚNCIA Nº 0417-7/08 - 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, POR DUAS VEZES E ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL POR DUAS VEZES
APELANTE : FRANCISCO JOSÉ DA SILVA
DEFEN. PÚB: DANILO FRASSETO MICHELINI
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 08/0066530-9

PROTOCOLO : 11/0097187-1
APELAÇÃO 14240/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 014/11 20013-8/11
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 20013-8/11 DA 3ª VARA CRIMINAL)
APENSO : (INQUÉRITO POLICIAL Nº 014/11)
T.PENAL : ART. 155, §4º, INCISO I, C/C O ART. 71, AMBOS DO CÓDIGO PENAL
APELANTE : CLEIBY LIMA E SILVA
DEFEN. PÚB: DANIELA MARQUES DO AMARAL
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0091821-0

PROTOCOLO : 11/0099683-1
APELAÇÃO 14453/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 52879-6/0
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 52879-6/0 DA 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 157, §2º, INCISO II DO CODIGO PENAL

APELANTE : ROBSON CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO : MARCIA MENDONÇA DE ABREU ALVES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CRIMINAL - 2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099687-4
APELAÇÃO 14457/TO
ORIGEM: COMARCA DE PEDRO AFONSO
RECURSO ORIGINÁRIO: 18984-5/10
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 18984-5/10 DA ÚNICA VARA)
T.PENAL : ART. 155, "CAPUT" DO CODIGO PENAL BRASILEIRO
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO : RONALDO NOLETO DOS SANTOS
DEFEN. PÚB: TERESA DE MARIA BONFIM NUNES
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099714-5
APELAÇÃO 14469/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 1577-1/11 15777-1/11
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 1577-1/11 DA ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 33 "CAPUT" DA LEI DE Nº 11343/06
APELANTE : SAULO LOPES FERREIRA
DEFEN. PÚB: JÚLIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0091484-3

PROTOCOLO : 11/0099752-8
APELAÇÃO 14479/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 26367-2/06
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 26367-2/06 DA 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 155, § 4º, INCISOS I E IV DO CÓDIGO PENAL
APELANTE(S: LUIZ CARLOS COSTA, WELDSON ASSUNÇÃO OLIVEIRA E MARCOS ANTONIO GOMES
DEFEN. PÚB: HILDEBRANDO CARNEIRO DE BRITO
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099758-7
APELAÇÃO 14491/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 9202-5/11
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 9202-5/11 DA 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 155 "CAPUT" DO CÓDIGO PENAL
APELANTE : JONAIR ANTÔNIO PEREIRA DAS CHAGAS
DEFEN. PÚB: SILVANIA BARBOSA DE OLIVEIRA PIMENTEL
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099769-2
APELAÇÃO 14488/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 55316-4/10
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 55316-4/10 DA 1ª VARA CRIMINAL)
APENSO : (INQUÉRITO POLICIAL 064/10)
T.PENAL : (ART. 157 "CAPUT" DO CÓDIGO PENAL
APELANTE : CHARLEY DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO : DANIEL PINHEIRO DA SILVA BISERRA AIRES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099975-0
INQUÉRITO POLICIAL 1527/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 6.4828-7/11
REFERENTE : INQUÉRITO POLICIAL Nº 07/11 DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE JAÚ DO TOCANTINS- TO
IND.(S) : PREFEITO MUNICIPAL DE JAÚ DO TOCANTINS -TO - SR: JOÃO LUÍS CERQUEIRA COSTA E RONNEY PETERSON BATISTA SOARES
VÍTIMA : FÉ PÚBLICA
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099981-4
HABEAS CORPUS 7864/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : EDSON FERNANDES DO NASCIMENTO
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099982-2
HABEAS CORPUS 7865/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ELISMAR NOLETO LEITE
DEFEN. PÚB: LUÍS DA SILVA SÁ
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPOEMA -TO
RELATOR: CARLOS SOUZA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0094366-5 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099983-0
HABEAS CORPUS 7866/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : EDIMAR LIMA DE OLIVEIRA
DEFEN. PÚB: ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAÍ-TO
RELATOR: DANIEL NEGRY - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099984-9
HABEAS CORPUS 7867/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ELISÂNGELA CHAVES DA SILVA
DEFEN. PÚB: NAPOCIANE PEREIRA POVOA
IMPETRADA : JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUATINS - TO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0090962-9 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099996-2
HABEAS CORPUS 7869/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: CAROLINA SILVA UNGARELLI
PACIENTE : FRANCISMAR FERREIRA BORGES
DEFEN. PÚB: CAROLINA SILVA UNGARELLI
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TOCANTÍNIA - TO
RELATOR: AMADO CILTON - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0089838-2 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099999-7
TERMO CIRCUNSTÂNCIADO 159/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE : TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA Nº 032.204.902.567-7 - TERCIR
IND. : PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM-TO - NILTON BANDEIRA FRANCO
VÍTIMA(S) : FRANCISCO DE ASSIS DOMINGUES UCHOA E EDIVALDO HENRIQUE DA SILVA
T.PENAL : ART.138 E ART.140, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011

PROTOCOLO : 11/0100007-1
HABEAS CORPUS 7870/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO
PACIENTE : DALVAN GONÇALVES FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0100008-0
HABEAS CORPUS 7871/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO
PACIENTE : MARCIANO DE SOUSA SANTOS
ADVOGADO : SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0100025-0
HABEAS CORPUS 7872/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: FRANCISCO DE ASSIS MARTINS PINHEIRO
PACIENTE : GENESIS RIBEIRO DA ROCHA
ADVOGADO : FRANCISCO A. MARTINS PINHEIRO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE

PALMAS - TO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0099626-2 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0100032-2
HABEAS CORPUS 7873/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: MARIA MARGARIDA MOURA DA SILVA
PACIENTE : JOEL GOMES DE SANTANA
ADVOGADO : MARIA MARGARIDA MOURA DA SILVA
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATOR: AMADO CILTON - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 22/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 04/0038452-3 COM PEDIDO DE LIMINAR

PALMAS 22 DE AGOSTO DE 2011

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR JUDICIÁRIO

INTIMAÇÃO ÀS PARTES DA 3780ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDENTE O EXMO. SR. DESA. JACQUELINE ADORNO

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: DANIELLY RODRIGUES VALADÃO

AS 17:20 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTES FEITOS:

PROTOCOLO : 11/0094811-0
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1661/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 117614-3/10
REFERENTE : (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 117614-3/10 - DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICO)
APELANTE : ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : CLEUSDEIR RIBEIRO DA COSTA
APELADO(S): ALEXANDRE TADEU SALOMÃO ABDALLA - PREFEITO MUNICIPAL DE GURUPI-TO E MUNICIPIO DE GURUPI/TO
PROC GERAL: MILTON ROBERTO DE TOLEDO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 2ª CÂMARA CÍVEL - EXCLUSIVO CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011
IMPEDIMENTO DES: ANTÔNIO FÉLIX - JUSTIFICATIVA: CONFORME EXTRATO DE ATA DE FLS. 273, O RELATOR DEU-SE POR IMPEDIDO.

PROTOCOLO : 11/0099569-0
APELAÇÃO 14422/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 103099-8/10
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 103099-8/10 - ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 157, § 2º, INCISOS II, IV E V, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO
APELANTE(S: TIAGO SANTANA RODRIGUES E EDSON GARCIA CARDOSO MOREIRA
DEFEN. PÚB: JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0089988-5

PROTOCOLO : 11/0099623-8
APELAÇÃO 14442/TO
ORIGEM: COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 53268-0/10
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 53268-0/10, DA ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 155, § 4º,INCISO I E IV, E ARTIGO 329, CAPUT, AMBOS DO CP
APELANTE : LEONARDO PINHEIRO DA SILVA
DEFEN. PÚB: CAROLINA SILVA UNGARELLI
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099921-0
NOTÍCIA-CRIME 1521/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
QUERELANTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATINS-TO - VINÍCIUS DONNOVER GOMES
QUERELADO : PREFEITO MUNICIPAL DE GOIATINS - TO - NEODIR SAORIN
RELATOR: BERNARDINO LUZ - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099935-0
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO) 1507/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: a. 39051-4/11
REFERENTE : NOTÍCIA CRIME Nº 2011/22297 DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
AUTOR. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: VERA NILVA ALVARES ROCHA - SUBPROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA
IND. : CLEYTON MAIA BARROS - PREFEITO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099939-3
HABEAS CORPUS 7858/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: REGIANE SOARES DOS SANTOS RIBEIRO E RONALDO COELHO ALVES BARROS
PACIENTE : ROBÉRIO GONÇALVES MUNIZ
ADVOGADO(S: REGIANE SOARES DOS SANTOS RIBEIRO E OUTRO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GURUPÍ - TO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 01/0022245-5 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099976-8
HABEAS CORPUS 7859/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ALEXANDRE SERRA DA SILVA JÚNIOR
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATOR: CARLOS SOUZA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099977-6
HABEAS CORPUS 7860/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE(S: ANNE NÓBREGA DA SILVA E JULYANNE NÓBREGA DA SILVA
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
RELATOR: DANIEL NEGRY - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099978-4
HABEAS CORPUS 7861/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : MARCOS GOMES DE SOUSA
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATOR: MOURA FILHO - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099979-2
HABEAS CORPUS 7862/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : JUCELINO MOLINA MILANI
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
RELATOR: AMADO CILTON - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099980-6
HABEAS CORPUS 7863/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : D.F.DOS S.S
DEFEN. PÚB: KARINE CRISTINA B. BALLAN
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DO JUÍZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
RELATOR: AMADO CILTON - 1ª CÂMARA CÍVEL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 18/08/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PALMAS 18 DE AGOSTO DE 2011

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR JUDICIÁRIO

INTIMAÇÃO ÀS PARTES DA 3779ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDENTE O EXMO. SR. DESA. JACQUELINE ADORNO

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: DANIELLY RODRIGUES VALADÃO

AS 16:16 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTES FEITOS:

PROTOCOLO : 09/0071917-6
RECURSOS HUMANOS 6028/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REQ : JOSÉ ZITO PEREIRA JÚNIOR E CARLOS EDUARDO COSMA
REQUERIDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 09/0078924-7
AGRAVO DE INSTRUMENTO 9983/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 547/04
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS Nº 547/04 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEIXE-TO)
AGRAVANTE : FRANCISCO ANTONIO DE ABRANTES
ADVOGADO(S: MARCIA MENDONÇA DE ABREU ALVES E EDER MENDONÇA DE ABREU
AGRAVADO(A: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADO(S: MILTON MARTINS MELLO E OUTRA
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, CONEXÃO POR PROCESSO 09/0078922-0

PROTOCOLO : 09/0079832-7
APELAÇÃO 10300/TO
ORIGEM: COMARCA DE PEIXE
RECURSO ORIGINÁRIO: 547/04
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL Nº 547/04 DA 1ª VARA CIVEL)
APELANTE : FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADO(S: MILTON MARTINS MELLO E OUTRO
APELADO : FRANCISCO ANTONIO DE ABRANTES
ADVOGADO(S: MARCIA MENDONÇA DE ABREU ALVES E OUTRO
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 09/0078924-7

PROTOCOLO : 11/0094830-6
APELAÇÃO 13634/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 720/02
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 720/02, DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : DATER PROJETOS E MONTAGENS LTDA
ADVOGADO : MÁRCIA AYRES DA SILVA
APELADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: JAX JAMES GARCIA PONTES
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - 1ª CÂMARA CÍVEL - EXCLUSIVO CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA:
JUIZ TITULAR DE 1ª INSTÂNCIA QUE ATUA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SUBSTITUINDO O DESEMBARGADOR, CONFORME DECRETO N.º 067/2011.

IMPEDIMENTO DES: WILLAMARA LEILA - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS. 145, NOS TERMOS DO ART. 134 DO CPC.

PROTOCOLO : 11/0095377-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11703/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 7.4638-4/09
REFERENTE : (AÇÃO DE IDENIZAÇÃO Nº 7.46384-4/09 DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO)
AGRAVANTE : REBRAM - REVENDEDORA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO : CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA
AGRAVADO(A: CÍCERO TEIXEIRA DE CARVALHO
ADVOGADO : FLORISMAR DE PAULA SANDOVAL
RELATOR: CARLOS SOUZA - 1ª CÂMARA CÍVEL - EXCLUSIVO CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011
IMPEDIMENTO DES: WILLAMARA LEILA - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS. 399, NOS TERMOS DO ART. 134 DO CPC.

PROTOCOLO : 11/0095576-0
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11721/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: a. 38440-9/11
REFERENTE : EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 38440-9/11 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL
AGRAVANTE : JOÃO DORACI ROVERSSI
ADVOGADO(S: FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS LIMA E ADRIANA PRADO THOMAZ DE SOUZA
AGRAVADO(A: CELSO TEIXEIRA DA SILVA, ANITA TEIXEIRA DA SILVA, ANISIO TEIXEIRA DA SILVA, ALVARO TEIXEIRA DA SILVA E EUNICE TEIXEIRA REBOUÇAS
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO MARQUES
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011
IMPEDIMENTO DES: LUIZ GADOTTI - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS. 872 - FÉRIAS DO RELATOR

PROTOCOLO : 11/0098724-7
APELAÇÃO 14396/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 61712-6/09
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 61712-6/09- DA 1ª VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI)
T.PENAL : ARTIGO 121, CAPUT, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CPB
APELANTE : GASPAR COSTA SOUSA
DEFEN. PÚB: EDNEY VIEIRA DE MORAES
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099511-8
APELAÇÃO 14412/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 120628-6/09 129597-1/09
REFERENTE : (DENÚNCIA Nº 129597-1/09- DA 2ª VARA CRIMINAL)
APENSO : (LIBERDADE PROVISÓRIA Nº 120628-6/09)
T.PENAL : ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI DE Nº 11.343/06
APELANTE : REINALDO RODRIGUES BARROS
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0082455-9

PROTOCOLO : 11/0099549-5
APELAÇÃO 14420/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 62682-6/09
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 62682-6/09, DA 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 14,DA LEI Nº10826/03
APELANTE : REGINALDO BEZERRA DE ARAÚJO
DEFEN. PÚB: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099567-3
APELAÇÃO 14421/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 16469-5/09
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 16469-5/09 - 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 12, DA LEI Nº 6.368/76
APELANTE : SILVIO TAVARES DE SOUSA
DEFEN. PÚB: FABIO MONTEIRO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099571-1
APELAÇÃO 14424/TO
ORIGEM: COMARCA DE NATIVIDADE
RECURSO ORIGINÁRIO: 13280-9/11
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 13280-9/11 - ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 33, "CAPUT", DA LEI DE Nº 11.343/06
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO(S): ROGERIO SANTOS CAMPOS, JOZAFA RIBEIRO DE SOUZA E ANA PAULA BEZERRA DA SILVA
ADVOGADO : FELICIO CORDEIRO DA SILVA
APELANTE : JOSE HENRIQUE CARVALHO ARAÚJO
ADVOGADO : TIAGO AIRES DE OLIVEIRA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099608-4
APELAÇÃO 14438/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 105300-9/07
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 105300-9/07, DA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS I E IV, DO CP
APELANTE : MAURO DE PAULA SILVEIRA
DEFEN. PÚB: JÚLIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 09/0073965-7

PROTOCOLO : 11/0099615-7
APELAÇÃO 14439/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 6694-6/11
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 6694-6/11, DA 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CP, E ARTIGO 157,§2º, INCISOS I E II, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, DO MESMO CODIGO
APELANTE : MARCOS LUIZ DOS SANTOS
DEFEN. PÚB: SILVANIA BARBOSA DE OLIVEIRA PIMENTEL
APELANTE : ANDRÉ LUIZ LUZ CRUZ
ADVOGADO : IVANI DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0090235-5

PROTOCOLO : 11/0099625-4
APELAÇÃO 14443/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 17792-8/10

REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 17792-8/10, DA 1º VARA CRIMINAL)
T.PENAL(S): PAULO ROBERTO: ARTIGO 155, CAPUT, ARTIGO 155,§1º, E ARTIGO 155,§4º, INCISOS I E II, NA FORMA DO ARTIGO 71, CAPUT, TODOS DO CP, CLOVISMAR: ARTIGO 180, CAPUT E DO CP
APELANTE : CLOVISMAR SILVA CARVALHO
DEFEN. DAT: LEONARDO GONÇALVES DA PAIXÃO
APELANTE : PAULO ROBERTO CARDOSO DE CASTRO
DEFEN. PÚB: RUBISMARK SARAIVA MARTINS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099656-4
APELAÇÃO 14452/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 47732-4/09
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA Nº 47732-4/09 - 3ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 155, CAPUT, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CP
APELANTE : PAULO SÉRGIO DA SILVA LEITE
DEFEN. PÚB: DANIELA MARQUES DO AMARAL
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011

PROTOCOLO : 11/0099713-7
APELAÇÃO 14468/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 125089-0/10
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 125089-0/10 DA ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 33, "CAPUT" E § 4º, C/C O ART. 40, INCISO V TODOS DA LEI DE Nº 11343/06
APELANTE : FRANCISCO LÚCIO DE ALMEIDA FILHO
DEFEN. PÚB: JÚLIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0091483-5

PROTOCOLO : 11/0099875-3
CAUTELAR INOMINADA 1541/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: agi 10999
REFERENTE : AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 6245/01 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO
REQUERENTE: ELEVADORES DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO(S: JÉSUS FERNANDES DA FONSECA E OUTROS
REQUERIDO(: LEEKÊNIA AIRES DE OLIVEIRA LOPES E ANTÔNIO NEI LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S: ANAURUS VINÍCIUS V. DE OLIVEIRA, CLEUBER ALIONI DA SILVA OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR: DES(A). PRESIDENTE - PRESIDÊNCIA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0099916-4
HABEAS CORPUS 7857/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: LEANDRO DE OLIVEIRA GUNDIM
PACIENTE : WILLIAN DE LIRA RESPLANDES
DEFEN. PÚB: LEANDRO DE OLIVEIRA GUNDIM
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GOIATINS-TO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 17/08/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PALMAS 17 DE AGOSTO DE 2011

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR JUDICIÁRIO

2ª TURMA RECURSAL

Intimação às Partes

Juíza Presidente em Exercício: ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

FICAM AS PARTES INTIMADAS DOS SEGUINTES ATOS PROCESSUAIS:

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 2436/11
Referência: 2008.0004.0855-3
Impetrante: Bravo Comércio de Motos Ltda
Advogado(s): Dr. Alessandro de Paula Canedo
Litisconsorte Necessário: Damião José da Silva
Impetrado: Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Colinas-TO
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento
DESPACHO : "Intime-se o Impetrante para providenciar indicação de novo endereço do litisconsorte passivo necessário, para, caso queira, integrar a lide, no prazo legal, com as advertências legais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Palmas, 23 de agosto de 2011".

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2493/11 (COMARCA DE PIUM-TO)
Referência: 2011.0000.2444-5
Natureza: art.. 233 do CPB
Apelante: Justiça Pública
Apelado: Guiomar Lima Moura
Advogado: Júlio César Cavalcanti Elihimas
Relator: Juíza Ana Paula Brandão Brasil
DESPACHO: " Abra-se vista dos autos ao Representante do Ministério Público atuante perante esta Turma Recursal. Após volte-se os autos conclusos. Palmas –TO, 23 de agosto de 2011"

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2508/11 (COM PEDIDO DE LIMINAR)
Referência: 2010.0009.0991-0
Impetrante: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dra. Bethânia R. Paranhos Infante
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Itaguatins - TO
Relatora: Juíza Ana Paula Brandão Brasil
DESPACHO: "Verificando que o pedido de concessão da medida liminar se confunde com o próprio mérito da ação mandamental, o que demonstra a natureza satisfativa do pleito, deixo para apreciá-lo juntamente com o mérito, após manifestação do órgão ministerial e oitiva da suposta autoridade coatora. Notifique-se a autoridade apontada como Coatora para querendo prestar as informações no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº 12.016/09. Após o transcurso do prazo, com ou sem informações, abra-se vista ao representante do Ministério Público, a teor do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Ao final, volte-se os autos conclusos. Intime-se o impetrante. Palmas-TO, 23 de agosto de 2011".

RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO RECURSO INOMINADO Nº 2437/11 (JECC-TOCANTINÓPOLIS-TO)
Referência: 2010.0000.4677-7/0
Natureza: Anulação de Contrato c/c Restituição de parcelas pagas e Danos Morais
Recorrente: Banco GE S/A
Advogado(s): Dr. Marcos de Rezende Andrade Júnior e Outros
Recorrido: Luís José de Freitas
Advogado(s): Dr. Marcílio Nascimento Costa
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga
DECISÃO: "(...) Desse modo, o acórdão recorrido não foi prequestionado, não sendo ventilada eventual contrariedade à norma constitucional. As alegações de violação a dispositivos constitucionais somente vieram acontecer por ocasião da interposição do recurso extraordinário. Além da falta de prequestionamento, não houve ofensa direta à constituição Federal, pois o tema tratado (danos morais c/c repetição de indébito) limita-se ao âmbito da interposição de matéria infraconstitucional, cujo exame se mostra inviável nessa fase recursal. Ante o exposto, nos termos do art. 102,II, Constituição Federal e súmula 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal,nego seguimento ao recurso extraordinário interposto. Publique-se e Intime-se. Palmas, 23 de agosto de 2011.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO RECURSO INOMINADO Nº 2441/11 (JECC-TOCANTINÓPOLIS-TO)
Referência: 2009.0008.5953-7/0
Natureza: Anulação de Contrato c/c Restituição de parcelas pagas e Danos Morais
Recorrente: Banco GE S/A
Advogado(s): Dr. Marcos de Rezende Andrade Júnior e Outros
Recorrida: Francisca Gomes da Silva
Advogado(s): Dr. Marcílio Nascimento Costa
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga
DECISÃO: "(...) Desse modo, o acórdão recorrido não foi prequestionado, não sendo ventilada eventual contrariedade à norma constitucional. Além da falta de prequestionamento, não houve ofensa direta à Constituição Federal, pois o tema tratado (danos morais c/c repetição de indébito) limita-se ao âmbito da interpretação de matéria infraconstitucional, cujo exame se mostra inviável nessa fase recursal. Ante o exposto, nos termos do art. 102, III, constituição Federal e súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal nego seguimento ao recurso extraordinário interposto. Publique-se e intime-se. Palmas, 23 de agosto de 2011".

1º GRAU DE JURISDIÇÃO

ALMAS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº. 2010.0006.2553-0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: VANEIDE NUNES DA SILVA MARTINS
Advogado: EDNA DOURADO BEZERRA OAB TO 2456
Requerido: EDMILSON WILLIANS FREDERICO BRASSANINI
SENTENÇA: "[...] Ante o exposto, homologo a desistência e, por conseqüência, julgo extinto o processo sem apreciação do mérito (Lei 9099/95, artigo 51, caput e artigo 267, VI). [...]"

PROCESSO Nº.2010.0007.5199-3 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FIAT S/A
Advogado: NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB TO 4.311
Advogado: SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA OAB TO 4093
Requerido: GERVASIO MENDES GONÇALVES
SENTENÇA: "[...] Em face do exposto, julgo procedente o pedido, com fulcro no artigo 269, I, CPC e declaro consolidadas na parte autora a posse e a propriedade do bem descrito na prefacial, valendo a presente como título hábil para a transferência para eventual certificado de propriedade. [...]"

PROCESSO Nº. 2010.0001.7367-1 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: SALMERON PEREIRA DE SOUZA
Advogado: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES OAB TO 2350
Requerido: AMERICEL S/A
Advogado: EDNA DOURADO BEZERRA OAB TO 2456
SENTENÇA: "[...] *Ex positis*, com base no artigo 330, I do CPC, procedo ao julgamento antecipado do feito, para julgar procedentes os pedidos de dano moral e declaração da inexistência do débito e indefiro o pedido de repetição de indébito, para condenar o requerido ao pagamento de verba indenizatória por dano moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) devidamente corrigido. Juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil e art. 161, § 1º do CTN), a partir da citação (art. 405, CC). Pela sucumbência recíproca, condeno as partes equitativamente nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, ressalvado ao autor os termos da Lei nº 1.060/50. Transitada em julgado, fica a requerida intimada para pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da condenação (art. 475-J, CPC).. [...]"

PROCESSO Nº. 2010.0005.3154-3 – AÇÃO MONITÓRIA
Requerente: CLEUSIMAR GOMES BANDEIRA
Advogado: ADONILTON SOARES DA SILVA OAB TO 1023
Requerido: PAULO JORGE DE SOUSA
Advogado: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES OAB TO 2350
SENTENÇA: "[...] Ante o exposto, considerando o que dos autos consta, julgo improcedente o pedido. [...]"

PROCESSO Nº. 2007.0002.0606-5 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: ROSANA PEREIRA ROCHA
Requerido: VENÍCIO MENEZES DA SILVA
SENTENÇA: "[...] Ante o exposto, com fulcro no art. 267, III do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem julgamento de mérito, por ter a parte autora deixado de promover ato que lhe competia. [...]"

PROCESSO Nº. 2010.0007.5190-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE
Requerente: VENCERLINA RODRIGUES DO BONFIM
Advogado: CLAUDIA ROGÉRIA FERNANDES OAB TO 2.350
Requerido: BRADESCO S/A
Advogado: CRISTIANE DE SÁ MUNIZ COSTA
SENTENÇA: "[...] Considerando que estão cumpridas as formalidades legais pertinentes, homologo o acordo entabulado às fls. 57-58, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. *Ex positis*, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil [...]."

1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 30 DIAS

Autos: 222/2004 - Ação Penal
Réu: Gleidson Cardoso de Sousa
FAZ SABER a todos os que o presente edital com o prazo de 30(trinta) dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste fica o réu **GLEIDSON CARDOSO DE SOUSA,** brasileiro, solteiro, desocupado, natural de Dianópolis – TO, nascido aos 05/04/1984, filho de Joanita Carvalho Silva, estando em lugar incerto e não sabido, conforme certificado pelo Senhor Oficial de Justiça, incumbido da diligência, intimada da r. sentença de fls. 39/41, parte conclusiva a seguir transcrita: "Ante o exposto, e de tudo que constam dos autos determino o arquivamento do feito, por falta de justa causa, com base no artigo 41 e 396 do CPP, bem como nas convenções de Direito Humanos, citadas nesta sentença, em relação ao réu GLEIDSON CARDOSO DE SOUSA, qualificado nos autos, diante da evidência, de ofício, da falta de interesse superveniente para o Estado punir o autor. P.R.I e cumpra-se. Almas, 27 de agosto de 2009. Luciana Costa Aglantzakis – Juíza de Direito Titular".

Autos: 139/2002 - Ação Penal
Denunciado: Marcos dos Santos Barros
FAZ SABER a todos os que o presente edital com o prazo de 30(trinta) dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste fica o denunciado **MARCOS DOS SANTOS BARROS,** brasileiro, casado, comerciante, natural do Rio Janeiro – RJ, nascido aos 12/03/1956, filho de José Barros Sobrinho, e de Tereza dos Santos Barros, C.I.R.G nº 13204116-1-12004202 EX-IPF e do CPF nº 322.411.947-00, estando em lugar incerto e não sabido, conforme certificado pelo Senhor Oficial de Justiça, incumbido da diligência, intimada da r. sentença de fls. 155/157, parte conclusiva a seguir transcrita: "Ante o exposto, julgo por sentença extinta a punibilidade do denunciado **Marcos dos Santos Barros,** devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 107, IV c/c art. 109, V, ambos do Código Penal e art. 61 do Código de Processo Penal. P.R.I. Almas, 29 de Agosto de 2008. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto".

ALVORADA

1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

AUTOS: 2008.0005.3988-7 – AÇÃO PENAL
AUTOR: Ministério Público
ACUSADO: José Carlos Ferraz
ADVOGADO: Dr Jorge Barros Filho - OAB/TO 1.490
SENTENÇA: (...) Em síntese, é o relatório. Fundamento e Decido: O processo tramitou dentro da normalidade, obedecendo-se aos prazos processuais previstos em lei. Ademais, garantiu-se ao réu, em todas as fases do processo, o direito ao exercício pleno do contraditório e da ampla defesa (art. 5o, LV, CF/88). Dessa forma, não há nulidades a serem apontadas. Ultrapassada essa fase, passa-se à análise do mérito das acusações. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO Analisando de forma percuciente os autos, entendo que os requisitos para pronúncia do acusado não se fazem presentes, merecendo o feito desenlace desclassificatório diante da prova produzida. As testemunhas ouvidas não retratam de forma clara e evidente o "animus necandi", onde se pudesse encontrar a certeza de que o réu tivesse a sua vontade encaminhada para alcançar o evento morte da vítima. As testemunhas, vítima e o próprio acusado não afirmaram em momento algum que o réu tinha por intuito ceifar a vida da vítima, nem mesmo que existia o ânimo para isso, desistindo voluntariamente de seu intuito criminoso, não prosseguindo na empreitada criminosa. Nesse sentido são as declarações da testemunha José Aparecido Mendes Vieira quanto prestou depoimento em juízo: "(..) Que o acusado efetuou cerca de três disparos (..) Que não tem conhecimento se a vítima estava armada (..) Que o acusado não falou que iria matar a vítima, apenas atirou. Que o depoente ficou sabendo que a vítima tinha negócios com o acusado, e a vítima era pessoa muito problemática. Que após os disparos, o acusado entrou em seu veículo e foi embora e uma vez que o acusado estava armado, se quisesse teria rodeado o carro da vítima e a matado, no entanto preferiu ir embora, evadindo-se do local (..)" (fragmentos do termo de inquirição da testemunha José Aparecido Mendes Vieira a fls. 132/133). Com efeito, importa ressaltar que para a configuração típica da tentativa de homicídio, necessário a presença do elemento subjetivo, consubstanciado no "animus necandi", ou seja, a intenção de matar, o que não ocorrera no caso em epígrafe. Há que ressaltar que o ilustre Membro do Ministério Público em suas alegações finais, pugna pela desclassificação do delito tipificado na denúncia, o que coaduna perfeitamente com as provas produzidas no caderno processual. ASSIM, SENDO TAMBÉM DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO, PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR SOBRE AS TESES LEVANTADAS PELA ACUSAÇÃO E DEFESA, RELATIVO AO CRIME A SER DESCLASSIFICADO. DA INEXISTÊNCIA DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE DE LEGÍTIMA DEFESA (TESE DEFENSIVA) Não se funda a legítima defesa no mero temor de ser agredido e nem tampouco no revide vingativo de quem já o foi agredido. Há de ser presente ou pelo menos estar prestes a ocorrer. Também não há legítima defesa em face de agressão futura, nem mesmo contra a que já cessou. A legítima defesa exige a presença simultânea da agressão injusta; atual ou iminente; em função de direito próprio ou alheio; e o uso moderado dos meios necessários; e ainda, o elemento subjetivo: o animus defendi. Sendo este último requisito de caráter nitidamente subjetivo, enquanto os demais são objetivos. Cumpre observar-se que em suas declarações em sede pré-processual o réu relata sobre sua real intenção: "(..) o interrogado efetuou os disparos, o que fizera apenas para intimidá-lo, não tendo tido a intenção de atingi-lo (..)" (fragmento do termo de interrogatório do réu em sede pré-processual a fls. 19/20) No mesmo sentido, não ressai dos autos nenhum indício de que a vítima pegaria algum instrumento ou arma para atacar o réu. Desta forma, não preenchidos os requisitos objetivos da excludente de ilicitude, a tese da Defesa não prospera. DA INEXISTÊNCIA DO CRIME DE TENTATIVA BRANCA DE LESÃO CORPORAL LEVE (TESE DEFENSIVA) O delito de tentativa branca de lesão corporal leve pode ser a cruenta (vermelha) ou incruenta (branca). Pois bem. O delito de lesão corporal, e conseqüentemente sua modalidade tentada, exigem a existência do animus laedendi, ou seja, a vontade de ferir. Inexistindo o dolo, não há crime. Convém observar que para se configurar a tentativa é necessário que o agente ativo não consiga realizar o fato típico completo por circunstâncias alheias a sua vontade, no caso em tela, observa-se que, como já supramencionado no depoimento da testemunha José Aparecido Mendes Vieira, o réu não tinha nenhum impedimento para causar lesões na vítima, ou até mesmo ceifar sua vida. É certo que, como há de convir, no conhecimento do homem médio, ninguém desfere tiros em outrem apenas para feri-lo. Aliás, seria de uma perícia assustadora quem assim o fizesse, a não ser, é lógico, um profissional habilitado para tanto, o que não se assemelha ao acusado. Ademais, o próprio réu afirma categoricamente em seu depoimento que só queria assustar a vítima. O que realmente se constatou foi à falta de animus necandi (vontade de matar) ou animus laedendi (vontade de ferir). Eis o magistério de Rogério Greco: "Para a configuração do tipo penal é necessária à observação do fato típico como um todo, devendo ele se encaixar perfeitamente na lei penal. Assim, a lei penal não pode punir em virtude da adoção do princípio da lesividade, os atos preparatórios e a mera cogitação". Assim, não configurada claramente a vontade do réu em provocar lesões na vítima, não prospera a tese da Defesa. DA INEXISTÊNCIA DO CRIME DE EXPOSIÇÃO A VIDA OU A SAÚDE A PERIGO (ART. 132, CP) (TESE DEFENSIVA) Cumpre observar-se que o crime de perigo deve se tratar de perigo concreto, não bastando simples conjeturas ou possibilidades indiretas ou remotas de dano. Da mesma forma, o crime de perigo para a vida ou saúde de outrem é de caráter eminentemente subsidiário, isto é, só deve ser reconhecido quando o fato não constituir crime mais grave. Sendo ele subsidiário, não pode ser invocado sempre que o caso estiver especificamente previsto em outra figura, ainda que com pena mais branda. Na verdade, a conduta enquadra-se no tipo penal "disparar arma de fogo em lugar habitado, ou em suas adjacências ou via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha a finalidade de outro crime", conforme previsto no artigo 15, Lei nº 10.826/03. Além disso, o delito do artigo 15 da Lei 10.826/03, que pune o disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, deve ter aplicabilidade tendo em vista sua especialidade. Assim, também não prospera a tese da existência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, levantada pela Defesa. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO DE DISPARO DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (TESE DE ACUSAÇÃO) O Ministério Público, em alegações finais, requereu a desclassificação do crime de tentativa de homicídio para disparo de arma de fogo. Pois bem, razão assiste ao parquet, como acima fundamentado. Antes, contudo, impõe-se transcrever o disposto no art. 15 da Lei n° 10.826/2003: Disparo de arma de fogo Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a eia, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. Pois bem. A prova da existência e autoria do crime de disparo de arma de fogo assenta-se na prova testemunhal produzida em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Com efeito, quando inquirida em juízo, a testemunha José Aparecido Mendes Vieira (já citada nesta sentença) quanto prestou depoimento em juízo: "(..) Que o acusado efetuou cerca de três disparos (..) Que não tem conhecimento se a vítima estava armada (..) Que o acusado não falou que iria matar a vítima, apenas atirou. Que o depoente ficou sabendo que a vítima tinha negócios com o acusado, e a vítima era pessoa muito problemática. Que após os disparos, o acusado entrou em seu veículo e foi embora e uma vez que o acusado estava armado, se quisesse teria rodeado o carro da vítima e a matado, no entanto preferiu ir embora, evadindo-se do local (..)" (fragmentos do termo de inquirição da testemunha José Aparecido Mendes Vieira a fls. 132/133). Corroborando o depoimento da testemunha, o próprio réu José Carlos Ferraz, quando interrogado em juizo, confessa que efetuou os

disparos. A propósito, assim discorreu sobre o fato: "(..) é verdadeira a acusação que lhe é feita com relação aos tiros disparados, porém não queria matar a vítima (..) que achou que a vítima iria pegar uma arma no carro, momento em que o acusado pegou uma espingarda em sua caminhonete e disparou dois tiros na traseira do carro da vítima. Que estava a aproximadamente cinco metros do veículo da vítima. Que após desferir os disparos, entrou em sua caminhonete e saiu do local (..) (q. v. termo de interrogatório do réu a fls. 134/136). Noutro aspecto, convém destacar que o disparo de arma de fogo ocorreu em área urbana, habitada, em frente a um bar onde haviam frequentadores nos arredores. Por todo o exposto, resta evidente a configuração do delito previsto no art. 15, caput, da Lei n° 10.826/2003, sendo certo sua autoria recai, inequivocamente, sobre a pessoa do acusado José Carlos Ferraz, motivo pelo qual impõe-se a prolação de decreto condenatório contra o mesmo. Por fim, há que ressaltar que não prospera a alegação da defesa de que o réu não poderia ser condenado por disparo de arma de fogo, já que não lhe foi imputado na denúncia tal acusação. Há em nosso ordenamento jurídico processual penal previsão normativa da emendatio libelli, em seu artigo 383, ao dizer: "O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave". Sobre o assunto relata Julio Fabbrini Mirabete: "No caso, o juiz, verificando que estão comprovados os fatos e as circunstâncias narradas na peça iniciais, pode condenar o acusado dando ao delito a definição jurídica que entende cabível e não aquela articulada na denúncia. A definição jurídica a que a lei alude é a classificação do crime, é a subsunção do fato à descrição abstrata em determinado dispositivo legal, inclusive quanto às circunstâncias de infração penal. Compreende-se que essa definição seja alterada pela sentença porque o acusado se defende do fato criminoso que lhe é imputado e não dos artigos da lei com que ele é classificado na peça inicial". A Emendatio Libelli é uma atividade exclusiva do juiz, que se dá ao término da instrução probatória. O magistrado que, após colheita das provas, verificar serem os fatos imputados na verdade elementares de crime diverso daquele capitulado, em nada alterando o plano fático, mas sim a incidência de novas elementares do tipo penal, pode fazer as correições necessária. Na verdade, há uma mudança na tipicidade, onde o juiz amolda os fatos descritos na denúncia a um outro delito, que ele entenda ser mais plausível de subsunção do que aquele descrito na inicial penal. Mantém-se aqui a descrição dos fatos, porém, com substituição a imputação que recaí sobre o réu, alterando para outro delito engendrado na norma penal. Pela descrição do artigo, verificamos ser uma atividade facultativa do magistrado que ao verificar existir uma alteração na definição jurídica do fato, poderá julgá-lo, sem mandar o Ministério Público ou o querelante realizar o aditamento da denúncia. Outro ponto, que merece atenção, é o fato de que pela narração da provocação penal em conjunto com os elementos colhidos na instrução poderá o juiz aplicar pena mais severa, ou seja, reconhecer qualificadoras, agravantes, causas de aumento de pena, afastando-se totalmente da descrição típica ou aumentando os limiares do estabelecido quando da deflagração do procedimento penal. A correção se dá apenas sobre o tipo imputado e não sobre o plano fático ao qual se assenta a imputação, por estar implicitamente na narração da denúncia ou queixa, o juiz é autorizado pelos fatos demonstrados a alterar a imputação, sendo a aplicação da consagrada asserção de que o juiz conhece o direito. Assim, colamos o aresto jurisprudencial: "Pode o juiz dar nova definição jurídica ao crime, mormente quando a circunstância qualificadora está narrada na peça vestibular, não havendo, nesse caso, surpresa para a defesa" (TAMG – RT 613/378 e TACRSP – 5/139, RJDTACRIM). Desta feita, considerando o tipo penal estar englobado nos mesmos fatos relatados na denúncia, e, não havendo prejuízo a Defesa, não prospera a tese levantada pela Defesa Posto isso, CONDENO o réu JOSÉ CARLOS FERRAZ, devidamente qualificado nos autos, pela prática do crime descrito no art. 15, caput, da Lei n° 10.826/2003. Em atenção à determinação prevista no art. 68 do Código Penal, passo à DOSIMETRIA DA PENA: 1. PRIMEIRA FASE: fixação da pena-base (art. 68, CP) - análise das circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Compulsando os autos, vislumbro: a. CULPABILIDADE; o crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15, caput, da Lei n° 10.826/2003, é altamente reprovável peia coletividade, máxime quando se é praticado onde há grande aglomeração de pessoas, como no caso dos autos, em que o réu disparou sua arma de fogo nas redondezas de um bar, no centro da cidade de Alvorada-TO, expondo a risco os moradores das redondezas - circunstância judicial desfavorável ao agente, razão pela qual acresço à pena 02 (dois) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa; b.ANTECEDENTES; o acusado não dispõe de maus antecedentes (f. 69/71) - circunstância judicial favorável ao agente; c. CONDUTA SOCIAL; nada consta acerca do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional - circunstância favorável ao agente; d. PERSONALIDADE DO AGENTE; Conforme pontua o mestre Rogério Greco, citando Ney Moura Teles, "a personalidade do agente não é um conceito jurídico, mas do âmbito de outras ciências - da psicologia, psiquiatria, antropologia - e deve ser entendia como um complexo de características individuais próprias, adquiridas, que determinam ou influenciam o comportamento do sujeito" (GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. 2. ed. Niterói: Impetus, 2005, p. 629). Sendo assim, este Magistrado não se sente habilitado para aferir essa circunstância judicial. Destaque-se, outrossim, que poucos elementos se coletaram sobre a personalidade do agente, razão pela qual reconheço a circunstância, mas deixo de valorá-la - circunstância favorável ao agente; e MOTIVOS; nada consta acerca dos motivos que levaram o agente à prática do crime - circunstância favorável ao agente; f. CIRCUNSTÂNCIAS; dos autos não constam as circunstâncias em que a infração penal foi perpetrada - circunstância favorável ao agente; g. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME; o crime praticado pelo acusado não trouxe maiores consequências - circunstância favorável ao agente; h. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA; o sujeito passivo, no caso, é a coletividade. Assim, difícil, quiçá impossível, afirmar que a sociedade contribuiu para a ocorrência delitiva. Logo, a circunstância é desfavorável ao agente, pelo qual pena 02 (dois) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa; Diante da análise de todas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, das quais duas são desfavoráveis ao réu, partindo da pena mínima abstratamente cominada ao delito (dois anos de reclusão, e multa), e considerando o quantum aferido com a circunstância desfavorável (culpabilidade - dois meses de reclusão, e 10 dias-multa e comportamento da vítima - dois meses de reclusão, e 10 dias-multa), fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 30 (trinta) dias-multa, calculados pelo valor unitário mínimo legal, que é de 1/2 (meio) salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nos termos do art. 49, § 1o, do Código Penal. 2. SEGUNDA FASE; circunstâncias agravantes e atenuantes (arts. 61, 65 e 66, do Código Penal): O acusado faz jus à atenuante da "confissão espontânea perante a autoridade" (art. 65, inciso III, alínea "d", CP), tendo em vista que confirmou a prática do delito de disparo de arma de fogo, sendo certo que essa prova se amoldou com perfeição às demais trazidas ao processo. Sendo assim, atenuo a pena em 04 (quatro) meses, e 10 (dez) dias-multa, calculados pelo valor unitário mínimo legal, de modo que a pena provisória passa a 02 (dois) anos de reclusão, e 20 (vinte) dias-multa, calculados pelo valor unitário de 1/2 (meio) salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nos termos do art. 49, § 1o, do Código Penal. Por fim, não há circunstâncias agravantes no caso concreto. 3. TERCEIRA FASE: das causas de aumento e de diminuição de pena: Não há causas de diminuição de pena. Também não há causas de aumento de pena. Sendo assim, diante da inexistência de causas de diminuição e de aumento de pena, converto a pena-provisória em PENA DEFINITIVA, de 02 (dois) anos de reclusão, e 20 (vinte) dias-multa calculados pelo valor unitário de 1/2 (meio) salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nos termos do art. 49, § 1°, do Código Penal. DA CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVAS DE DIREITOS (ART, 44, CP): No caso concreto, vislumbra-se ser plenamente possível a conversão da pena privativa de liberdade aplicada ao réu em penas restritivas de direitos. A propósito, como é cediço, para substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, impõe-se a análise dos requisitos previstos no art. 44, caput e incisos I, II e III, do Código Penal, dispositivos esses que preceituam o seguinte: Art. 44. As penas restritivas de direitos são autónomas e substituem as privativas de liberdade, quando: - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. No caso concreto, vislumbra-se claramente que o réu preenche os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal, para substituição da pena, porquanto: 1) a pena privativa de liberdade que lhe foi aplicada é inferior a quatro anos (foi apenado com 02 anos de reclusão, e 16 dias-multas) e o crime pelo qual foi condenado não foi cometido mediante violência ou grave ameaça (art. 44, I); 2) o réu não é reincidente em crime doloso (art. 44, II); 3) as circunstâncias do art. 59 do Código Penal lhe são favoráveis em sua maioria (art. 44, III). Dessa forma, considerando que a sanção aplicada na presente sentença penal condenatória é superior a 01 (um) ano, com supedaneo no art. 44, § 2o (segunda parte), substituo a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, quais sejam, uma de prestação de serviços à comunidade (art. 43, VI, e 46, CP) e uma de uma de prestação pecuniária (art. 43, I, CP), as quais deverão ser cumpridas da seguinte maneira: Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, e 46, CP): o réu deverá prestar serviços à comunidade, em um órgão da administração pública municipal da cidade de Alvorada-TO, à razão de uma hora diária pelos dias da pena privativa de liberdade que lhe foi aplicada, ficando a cargo do órgão para onde for designado estabelecer o horário em que se dará a prestação do serviço comunitário. Ainda, o órgão público municipal de Alvorada-TO no qual o réu prestará serviços comunitários deverá fornecer mensalmente ao Juízo Criminal desta Comarca relatório de frequência do réu, bem como relatório de assiduidade e do comportamento da mesma; prestação pecuniária (art. 43, I, e 45, §1º CP): A prestação pecuniária será no valor de 05 (cinco) salário mínimos, convertida em cestas básicas, as quais deverão ser entregues na Escrivania Criminal, em prazo a ser estipulado em audiência admonitória, para fins de doação posterior para famílias hipossuficientes previamente cadastradas. Intime-se o réu do inteiro teor da presente sentença. Faça-se constar do mandado que, nos termos do art. 44, § 4o, do Código Penal, o injustificado descumprimento das penas restritivas de direito outrora estabelecidas ensejará a conversão das mesmas em pena privativa de liberdade. DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA: A reprimenda outrora imposta deverá ser cumprida inicialmente no regime aberto, nos termos do art. 33, § 2o, alínea "c", do Código Penal, máxime quando se é levado em consideração que as condições judiciais do art. 59 do Código Penal são, em sua maioria, favoráveis ao réu. DA DESNECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR: Por fim, atento às disposições do art. 33, § 3°, do Código Penal, e, atento ao fato de que circunstâncias judiciais são favoráveis, em sua maioria, ao agente, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. mormente porque estão ausentes os fundamentos (periculum libertatis) para decretação da prisão preventiva. DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS: Oficiem-se ao Instituto Nacional de Informação (DPF-INI) e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins (SSP/TO), informando-se-lhes da condenação do acusado José Carlos Ferraz, para fins de lançamento de dados na Rede INFOSEG, bem como para estatística criminal, nos termos do art. 809, inciso VI, do CPP. Transitada em julgado a sentença: 1. Certifique-se do trânsito em julgado da decisão, e, ato contínuo, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, nos termos do art. 393, inciso II, do CPP; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins (TRE/TO), para os fins do disposto no art. 71, § 2o, do Código Eleitoral, c.c art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 3. Intime-se o réu condenado para o recolhimento das custas processuais, na forma da lei, bem como para o pagamento da multa cominada na sentença penal condenatória. Antes, contudo, à Contadoria, para o cálculo do débito atualizado. 4. Promova-se a extração das cartas de guia de execução, nos termos do art. 105 e 106 da Lei n° 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais - LEP). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se. Cumpra-se. Alvorada-TO, 19 de agosto de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito Substituição Automática"

AUTOS: 2009.0009.0460-5 – AÇÃO PENAL
AUTOR: Ministério Público Federal.
ACUSADO: David Luiz George Wached
ADVOGADO: Dr. Jorge Barros Filho – OAB/TO 1490
INTIMAÇÃO: Intimo de que a carta precatória expedida à Comarca de Gurupi/TO, para inquirição da testemunha de acusação Jose Nilson Vieira da Silva, foi remetida à Comarca de Augustinópolis/TO, em caráter itinerante.

ANANÁS

1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ação Penal n° 2011.0006.2264-4
Acusado: ANTONIO CESAR LEAL XAVIER
Advogado: Dr. SÉRVULO CÉSAR VILLAS BOAS – OAB/TO 2.207.
Pelo presente, fica o advogado constituído acima identificado INTIMADO da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 02 de Setembro de 2011, às 08h 30min. Ananás, 25 de agosto de 2011. Carlos Roberto de Sousa Dutra – Juiz Substituto.

ARAGUACEMA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica o advogado da parte autora intimada da sentença exarada nos presentes autos.

AUTOS Nº 2009.0009.5420-3 – Ação Busca e Apreensão
Autor : BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: DR. ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA- OAB/TO nº4.220
Requerido: VIVIANE GARCEZ MACHADO PARREIRA
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA:[...] Antes de ser cumprida a decisão ir recorrida, foi deferida a liminar de busca e apreensão, o requerente então peticiona informado que as partes transigiram extrajudicialmente e o requerido efetuou o refinanciamento da dívida, às fls. 56/63. Diante da purgação da mora, o processo perdeu o seu objeto, razão porque o julgo extinto, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, II, DO Código de Processo Civil, e em conseqüência, CONDENO a requerida, VIVIANE GARCEZ MACHADO PARREIRA, ap pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) (CPC., art. 26). Transita em julgado, certifique-se e, satisfeitas as custas finais e não havendo manifestação das partes no prazo de 30(trinta) dias, arquivem-se anotando-se as devidas baixas. Publique-se. Registre-se.Intimem-se. Araguacema(TO), 21 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2010.0007.6718-0 – Ação Busca e Apreensão
Autor : BANCO FINASA S/A
Advogada: DRA. LUCIANA CHRISTINA RIBEIROBARBOSA- OAB/MA nº8.681
Requerido: RAIMUNDO NONATO BORGES DE SOUSA
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: Vistos. HOMOLOGO por sentença, para fins do art. 158, parágrafo único do Código de Processo Civil, o pedido de desistência formulado pelo Requerente (fls.32/33) e, em conseqüência, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTA a presente Ação Busca e Apreensão movida por BANCO FINASA S/A em face de RAIMUNDO NONATO BORGES DE SOUSA. Deixo de condenar o Requerente ao pagamento de honorários advocatícios, em virtude de que a relação processual se angularizou, contudo não houve manifestação contrária (art. 26, CPC). Recolha –se o mandado de Busca e Apreensão. Oficie-se o DETRAN/MA, para efetuar o desbloqueio do referido veículo, bem como, a SERASA para a exclusão do nome do Requerido do rol dos inadimplentes. Defiro, o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante fotocópia dos mesmos e recibo nos autos. Custas pelo desistente. Calculem –se as custas e intime-se para pagamento em 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se, anotando-se as devidas baixas. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Araguacema(TO), 20 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2010.0007.6718-0 – Ação Busca e Apreensão
Autor : BANCO FINASA S/A
Advogada: DRA. LUCIANA CHRISTINA RIBEIROBARBOSA- OAB/MA nº8.681
Requerido: RAIMUNDO NONATO BORGES DE SOUSA
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: Vistos. HOMOLOGO por sentença, para fins do art. 158, parágrafo único do Código de Processo Civil, o pedido de desistência formulado pelo Requerente (fls.32/33) e, em conseqüência, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTA a presente Ação Busca e Apreensão movida por BANCO FINASA S/A em face de RAIMUNDO NONATO BORGES DE SOUSA. Deixo de condenar o Requerente ao pagamento de honorários advocatícios, em virtude de que a relação processual se angularizou, contudo não houve manifestação contrária (art. 26, CPC). Recolha –se o mandado de Busca e Apreensão. Oficie-se o DETRAN/MA, para efetuar o desbloqueio do referido veículo, bem como, a SERASA para a exclusão do nome do Requerido do rol dos inadimplentes. Defiro, o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante fotocópia dos mesmos e recibo nos autos. Custas pelo desistente. Calculem –se as custas e intime-se para pagamento em 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se, anotando-se as devidas baixas. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Araguacema(TO), 20 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0008.1878-4 – Ação Busca e Apreensão
Autor : BANCO PANAMERICANO
Advogado: DR.ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA- OAB/TO 4.220
Requerido: FRANCISCO SILVA ANDRADE
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: Vistos. [...] III- DECIDO. Diante do exposto, com fulcro no art.3º, parágrafo 1º, do Decreto-lei nº 911/69 e art. 269, II, do Código de Processo Civil, com resolução de mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo BANCO PANAMERICANO S.A., na qualidade de proprietário fiduciário, para CONSOLIDAR em suas mãos a propriedade e a posse plena e exclusiva sobre a Moto Honda CG 150, combustível Gasolina, Cor: Azul, Ano/Fabricação 2006/2007, Chassi nº 9C2KC08507R001893,Placa MWD 5502, RENAVAM 900631066, para todos os efeitos legais. Em conseqüência condeno o requerido FRANCISCO SILVA ANDRADE, ao pagamento das despesas processuais e dos protestos e, ainda dos honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00(quinhentos reais) (CPC., art. 20, parágrafo 4º). Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se e, satisfeitas as custas finais e não havendo manifestação das partes no prazo de 30(trinta) dias, arquivem-se anotando-se as devidas baixas. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Araguacema(TO), 21 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0008.3013-0– Ação Declaratória de Nulidade
Autor : ANTONIO JOSÉ DE JESUS SILVA
Advogado: DR. JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA- OAB/TO nº 897-A
Requerido: GINETO A. DOS SANTOS E OUTROS
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: [...] III-DECIDO. Diante disso, tendo em vista inércia da parte e o abandono do presente feito há mais de 01(um) ano, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do disposto no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Calculem-se as custas e intime-se a requerente para pagamento em 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa. Após o trânsito em julgado, arquive-se, anotando-se as devidas baixas. Araguacema(TO), 25 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0008.1870-9– Ação Declaratória
Autor : SEBASTIANA NARIMAN DIAS DA SILVA COELHO
Advogado: DR. JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA- OAB/TO nº 897-A
Requerido: COMPANHIA METROPOLITANA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: [...] III-DECIDO. Diante disso, tendo em vista inércia da parte e o abandono do presente feito há mais de 01(um) ano, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do disposto no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Calculem-se as custas e intime-se a requerente para pagamento em 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa. Após o trânsito em julgado, arquive-se, anotando-se as devidas baixas. Araguacema(TO), 25 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0009.3359-1 – Ação Busca e Apreensão
Autor : BANCO BRADESCO S/A
Advogada: DRA. MARIA LUCILIA GOMES- OAB/SP nº 84.206
Requerido: ELZIMÁRIO BARREIRA DA SILVA
INTIMAÇÃO/ SENTENÇA: [...] III-DECIDO. Diante disso, tendo em vista inércia da parte e o abandono do presente feito há mais de 30(trinta) dias, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do disposto no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se, anotando-se as devidas baixas. Araguacema(TO), 22 de julho de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

ARAGUAINA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2010.0009.3463-0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.
REQUERENTE: OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.
ADVOGADO (A): PAULO HENRIQUE FERREIRA – OAB/PE 894 e FABIANO COIMBRA BARBOSA – OAB/RJ 117.806.
REQUERIDO: JESUALDO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA.
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença de fls. 34, a partir de seu dispositivo; bem como a parte autora para pagamento de custas, acaso existentes, após o transito em julgado.
SENTENÇA: "... Assim, homologo por sentença a desistência expressa da ação e, em conseqüência, extingo o processo sem a resolução do mérito, o que faço amparada no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Revoga-se decisão liminar. Custas acaso existentes, pelo desistente. **P. R. I.** Após trânsito em julgado, comunique-se o Cartório distribuidor e arquive-se com cautelas, com ou sem baixa na distribuição."

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) – Ana Paula / Escrivã

Fica o autor por seus advogados, abaixo identificado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimação conforme o Provimento 036/02 da CGJ-TO).

AUTOS: 2007.0003.9796-0/0 - AP
Ação: REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO.
Requerente(s): WAGNER CAVALCANTE E VANIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE
Advogado: DANIELA AUGUSTO GUIMARÃES – OAB/TO 3912
Requerida: BANCO DE CREDITO NACIONAL.
Advogado(s): DEARLEY KUHN – OAB/TO 530.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA REQUERIDA PARA INTIMAR DO DESPACHO DE FL.187, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Intime-se a parte requerida para, conforme decidido pelo Tribunal de Justiça (fl162) no prazo de dez dias, acostar aos autos o contrato objeto da presente demanda, bem como a planilha do custo efetivo total (CET), sob pena dos efeitos legais.

AUTOS: 2010.0008.7994-9/0 - AP
Ação: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente(s): MINERVA S/A
Advogado: CLAYTON SILVA - OAB/TO 2126
Requerida: AGROPECUÁRIA MATA GRANDE S/A
Advogado(s): MARCELO CARDOSO DE ARAUJO JUNIOR.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO DE 113, A SEGUIR TRASNCRITO:
DECISÃO Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO oposto por MINERVA S/A, sob a alegação de que a sentença prolatada às fls. 73/76 foi: a) omissa ao deixar de observar o art. 327 do CPC (intimação do autor para impugnar a contestação) e ao determinar a expedição de alvará, sem ressalva de valores para o pagamento das custas processuais, em caso de reforma da sentença; b) contraditória ao deferir o levantamento dos valores depositados à demandada; e ainda, erro material quanto à condição da 2º requerida de representante da 1º (fls. 102/104).Intimados, os requeridos refutaram as afirmações do embargante e requereram a improcedência do recurso (fls. 106/111).É o relatório. Decido.Apreciando o pedido em questão verifica-se que os presentes embargos foram interpostos no prazo do art. 536 do Código de Processo Civil, e, portanto, guardam condições de apreciação. Todavia, não há qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, nem mesmo erro material.Impertinentes as afirmações quando a não observação do art. 327 do CPC, que determina a intimação da parte autora a manifestar-se nos casos em que haja alegação de preliminares na contestação, posto que matéria a ser analisada em sede de apelação, sendo inadequada sua apreciação em embargos. Do mesmo modo, em relação à representação da 1º Requerida, sob a qual houve manifestação na sentença.A alegada contradição também não se verifica, sendo cristalina

a decisão embargada quanto aos motivos da liberação do alvará à 1ª requerida. Ademais, não havendo dúvida quanto a quem pagar, em observância aos princípios da celeridade, economia e boa-fé contratual, esta seria a conclusão lógica e adequada ao feito, sob pena de causar maiores prejuízos ao demandado, ao responder ação indevida.Sobre as condições das requeridas também não houve erro material, ao contrário, o juízo posicionou-se relativamente ao mesmo, entendendo, inclusive, a ausência de dúvidas quanto a quem pagar como um dos motivos determinantes da extinção do feito, sendo o outro a extemporaneidade da consignação.ISSO POSTO, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, para REJEITÁ-LOS quanto ao mérito, mantendo a sentença *in totum*. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 12/05/11.

AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 2010.0004.2213-2
Exeqüente: CARLOS FRANCISCO XAVIER
Advogado: DRª CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB-TO 1622
Executada : FIAT LEASING S/A
Advogado: DRª CLÁUDIA FAGUNDES LEAL OAB-TO 4552
INTIMAÇÃO da parte EXECUTADA , sobre a penhora "on line" efetivada nos autos, às fls. 74/77 no valor de R$. 2.401,37 (dois mil quatrocentos e um reais e trinta e sete centavos) junto a agência 610 da Caixa Econômica federal S/A.

Estagiário - CAG
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL – 2007.0007.3416-9
Requerente: HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚTIPLO
Advogados: CRISTINA CIBELI DE SOUZA SERENI – OAB/MS 5678; LAZARO JOSE GOMES JUNIOR – OAB/TO 4562-A
Requerido:SEBASTIÃO ELIAS FERRAZ – ME E OUTROS
Advogados: NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE: Para que recolha as custas judiciais referentes a diligência de locomoção do oficial de justiça no valor de R$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos), devendo ser depositado na conta do banco do Brasil Ag. 4348-6, C/C 60240-X , conforme o calculo do contador judicial de fls. 85.

Estagiário - CAG
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – 2009.0002.4908-9
Requerente: BANCO ITAULEASING S/A
Advogados: IVAN WAGNER MELO DINIZ
Requerido:WAGNER DE CARVALHO FREITAS
Advogados: NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO DO REQUERENTE: Para que recolha o edital de citação da parte requerida, para que seja publicado em jornal de grande circulação conforme o despacho de fls.53, sendo que já foi publicado o edital no diário da justiça, e também já foi fixado o edital no mural da sede deste juízo, tudo conforme o despacho de fls. 53.

Estagiário CAG
EDITAL DE CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
AUTOS 2009.0002.4908-9
A Doutora LILIAN BESSA OLINTO, MM. Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Araguaína/TO, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital de Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, virem e dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo da 2ª Vara Cível, os autos da AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, sob nº 2009.0002.4908-9, que BANCO ITAULEASING S/A, movem em desfavor da WAGNER DE CARVLHO FREITAS, por este meio promove a CITAÇÃO da parte requerida: WAGNER DE CARVALHO FREITAS, brasileiro, inscrito no CPF n° 036.171.691-55, com endereço incerto e não sabido, dos termos da presente inicial, para no prazo de quinze (15) dias, oferecer contestação a referida ação, que visa a reintegração de posse do veiculo denominado: "MARCA FORD, RANGER CD XL TB 2.5D, ANO 2001, CHASSI 8AFER13D61J206542, COR VERDE, PLACA HMK 2397", adquirido através do Contrato de Arrendamento Mercantil (Leasing) de n° 34321208.Ficando cientes de que não sendo contestada a ação, presumir-se-á aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual será publicado uma vez, apenas no Diário da Justiça, e deve ser publicado em pelo menos duas vezes em jornal de grande circulação, bem como será afixado no placar do Fórum local. Araguaína/TO, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (23/08/2011).

BOLETIM-WMAA
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO DECLARATORIA DE RESCISAO DE CONTRATO C/C PERDAS E DANOS – 2008.0007.4333-6
Requerente: BRAVO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
Advogado: DEARLEY LUHN – OAB/TO 530
Requerido: AMERICOM COMERCIO DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA- CLARO EMPRESAS
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS.158/162. Parte Dispositiva:"(...) Ex positis, com fundamento no art. 269, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para revisar o contrato de fls. 137/139, determinando ao requerido CLARO EMPRESAS que restitua ao autor R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) referente aos valores cobrados indevidamente da parte autora, consoante demonstrado no quadro de fl. 15 dos autos, bem como ao pagamento de danos morais, arbitrados em R$ 10.000,00 (dez mil reais), ambos corrigidos monetariamente e com juros moratórios a partir do ajuizamento da ação (Lei 6.899/81, art. 1º, § 2º). De consequência, confirmo0 a liminar deferida e, ante a petição de fls. 155, mantendo, em sede de sentença, a antecipação da tutela para determinar que, em relação às pendências aqui debatidas, seja novamente oficiado ao requerido para que se exclua o nome do requerente dos cadastros de proteção ao crédito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais). Condeno o demandado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Se transposto o prazo de 6 (seis) meses sem requerimento dos credores para o cumprimento da sentença, no que se referem aos honorários, ARQUIVEM-SE os autos, conforme dispõe o § 5º, do art. 475-J do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 29 de julho de 2011. (a) Vandré Marques e Silva – Juiz Substituto".

AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 2006.0005.7878-9
Requerente RUBENS GONÇALVES AGUIAR
Advogado: DRª MÁRCIA REGINA FLORES OAB-TO 604
Requerido MADALENA VAZ DOS SANTOS
INTIMAÇÃO da parte autora, para dar andamento na Carta Precatória de intimação de fl. 515, que se encontra em cartório à sua disposição para cumprimento.

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0001.4872-8 /0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – M.L.
Requerente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.
Advogados: DR. PAULO HENRIQUE FERREIRA – OAB/PE Nº. 894; DRª. FLÁVIA DE ALBUQUERQUE LIRA – OAB/PE Nº. 24.521.
Requerido: FRANCISCO GONÇALVES DE LIMA.
Advogados: DR. ORIVAN GONÇALVES DE LIMA – OAB/TO Nº. 4.669; DRª. SANDRA MÁRCIA BRITO DE SOUSA – OAB/TO Nº. 2.261.
Objeto: Intimação dos advogados da parte Requerente acerca da Decisão de fl. 106 proferida em Audiência Preliminar realizada aos 24 dias do mês de Agosto de 2011 as 14:00 horas a seguir transcrita:
DECISÃO: Sobre a Preliminar: a preliminar argüida pela parte ré no que se refere à ausência de comprovação da mora, não merece guarida, uma vez que consta nos autos comprovante de entrega de notificação extrajudicial conforme se verifica às fls. 17/18, ficando assim afastada essa preliminar. Quanto aos pleitos de restituição do valor pago nos termos do Código de Defesa do Consumidor, e esta se refere ao mérito, não podendo ser apreciado em preliminar e sim quando do julgamento da ação. Da Audiência: não havendo comparecido a audiência a parte autora nem seu patrono, em que pese seu procurador ter sido intimado através de publicação no Diário da Justiça ocorrida no dia 14 de Junho de 2011 (fls. 103), fica prejudicada a tentativa de conciliação, havendo pedido de prova oral pela parte autora na inicial, designo a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/11/2011 as 14:00 horas devendo as partes juntarem aos autos rol de testemunhas no prazo de 10 (dez) dias (art. 407 do CPC). Dos Pontos Controvertidos: nos termos do art. 331 do CPC, fixo como ponto controvertido a possibilidade de reembolso no valor pago pela parte autora nos termos do art. 53 do CPC, a cobrança de juros moratórios abusivos, cumulação de comissão de permanência com correção monetária e multa acima de 2% (dois por cento). Em razão do pleito da parte autora no depoimento pessoal da parte ré, sai a mesma devidamente intimada para a audiência de Instrução e Julgamento, cientificada que o não comparecimento ou a recusa em prestar esclarecimentos presumirá como verdadeiros os fatos narrados pela parte contrária. Defiro a juntada de documento postulado pela parte ré. Publique-se. Registre-se.

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 1.104/2000- AÇÃO PENAL
Denunciado: Raimundo Nonato Novaes
Advogado: Dr. Paulo Roberto da Silva, OAB/TO 284-A
Intimação: Fica o advogado do denunciado acima mencionado intimado sobre a parte dispositiva da sentença proferida do teor seguinte: ... extingo a punibilidade de Raimundo Nonato Novaes em razão da prescrição da pretensão executória do Estado, conforme artigo 107, inciso IV, do Código Penal. .Araguaina, 31/05/2011. Francisco Vieira Filho – Juiz de Direito titular. Araguaína, 24 de agosto de 2011.

Autos: 2007.0009.4026-5/0 – AÇÃO PENAL
Denunciado: SEBASTIÃO CONSTANTINO DA SILVA
Advogado Constituído: Doutora Jaudiléia de Sá Carvalho OAB/SP 204.182
Intimação: Fica a(s) advogada (s) Constituída(s) intimada (s), da data da audiência de interrogatório do acusado designada para o dia 08-11-2011, às 13hs30min, a ser realizada no Fórum de Xambioá-TO, nos autos acima mencionados. Araguaína-TO, 24-08-2011. aapd.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

FRANCISCO VIEIRA FILHO, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal desta Cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins.FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital CITAR o (a) acusado (a): ADALBERTO DE MOURA COSTA, brasileiro, solteiro, natural de Araripina/PE nascido aos 13/11/1980, filho de Francisco Antônio da Costa e Maria Alves de Moura Costa, atualmente em local incerto ou não sabido, o qual foi denunciado nas penas do artigo 62, DO DECRETO LEI Nº 3.688/41, ART. 331 C/C ARTIGO 69 DO CP, nos autos de ação penal nº 2010.0012.4209-0 e, como está em lugar incerto ou não sabido, conforme certificou o senhor oficial de Justiça incumbido da diligência, fica citado (a) pelo presente para o fim exclusivo de o acusado oferecer defesa preliminar. O prazo para a defesa começará a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Na hipótese do parágrafo anterior, expirado o prazo do edital e o prazo para oferecimento de defesa inicial e, não comparecendo a acusada, nem constituindo defensor no dia seguinte à expiração do prazo, certifique-se e venham-me os autos conclusos para deliberação nos termos do que dispõe o artigo 366 do Código de Processo Penal.Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no "Placar" do Fórum da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2011. Eu, _____ (Ana Aparecida Pedra Dantas), escrevente do crime, lavrei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS FRANCISCO VIEIRA FILHO, Juiz de Direito titular da 1ª Vara Criminal desta Cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital CITAR o acusado: Ozório Gomes Machado, brasileiro, casado, motorista, filho de Raimundo Gomes Machado e Benalides Sousa Machado, natural de Fortaleza-CE, nascido aos 14/08/1957, atualmente em local incerto ou não sabido, o qual foi denunciado no artigo 155, caput, do Código Penal, nos autos de ação penal nº 2009.0013.2405-0 e, como estão em lugar incerto ou não sabido, conforme certificou o senhor oficial de Justiça incumbido da diligência, fica citado (s) pelo presente para o fim exclusivo de o acusado oferecer defesa preliminar. O prazo para a defesa começará a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Na hipótese do parágrafo anterior, expirado o prazo do edital e o prazo para oferecimento de defesa inicial e, não comparecendo o acusado, nem constituindo defensor no dia seguinte à expiração do prazo, certifique-se e venham-me os autos conclusos para deliberação nos termos do que dispõe o artigo 366 do Código de Processo Penal.Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no "Placar" do Fórum da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2011. Eu, (Alcilene Maciel Lopes) escrevente do crime, lavrei e subscrevi.

2ª Vara Criminal Execuções Penais

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica a parte abaixo identificada, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:

AUTOS: 2011.0001.5595-7 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: FRANCISCO AGNELSON ALVES BELÉM, FRANCISCO SANTOS FONSECA E MARIA APARECIDA SILVA DANTAS.
Advogado: ANTONIO ROGÉRIO BARROS DE MELLO – OAB/TO 4.159 e OAB/MA 9.704-A
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para, no prazo legal, apresentar as alegações finais dos acusados Francisco Santos Fonseca e Maria Aparecida Silva Dantas. Araguaína, aos 17 de agosto de 2011. Alvaro Nascimento Cunha. Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0001.9569-0– AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: LAURO CÉSAR GOMES FERREIRA e EDILSON RIBEIRO ARAUJO
Advogados: Dr.º WANDER NUNES DE RESENDE e Dr° MAIARA BRANDÃO DA SILVA.
FINALIDADE: Intimo V. Sª da expedição de carta precatória para oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público: APF – LUCIANO GUIMARÃES DE ABREU E APF NICODEMOS COUTINHO DE MENEZES. Aos vinte e cinco dias do mes de agosto do ano de 2011. Alvaro Nascimento Cunha Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Araguaina/TO.

AUTOS: 2011.0001.5595-7 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: FRANCISCO AGNELSON ALVES BELÉM, FRANCISCO SANTOS FONSECA E MARIA APARECIDA SILVA DANTAS.
Advogado: CARLOS EURÍPEDES GOUVEIA AGUIAR – OAB/TO 1.750
INTIMAÇÃO: Intimo V. Sª para, no prazo legal, apresentar as alegações finais do acusado Francisco Agnelson Alves Belém. Araguaína, aos 17 de agosto de 2011. Alvaro Nascimento Cunha. Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0001.7111-1/0 – DENÚNCIA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Denunciadas: ANA CRISTINA DE SOUSA GONÇALVES, GARDENIA PEREIRA GONÇALVES e MARIA ANALIA PEREIRA GONÇALVES
Advogado: DR. FABRICIO FERNANDES DE OLIVEIRA OAB/TO 1976
INTIMAÇÃO: Intimo Vossa Senhoria do teor do despacho proferido às folhas 99: "Em razão da cota anterior, designo a data de 30 de agosto de 2011, às 14:45 horas, para realização da audiência de instrução e julgamento. Requisitem-se as presas e eventuais policiais testemunhas. Intimem-se. Araguaína, aos 19 de agosto de 2011. Alvaro Nascimento Cunha – Juiz de Direito".

1ª Vara da Família e Sucessões

EDITAL DE CITAÇÃO C/ PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.
O Doutor JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...FAZ SABER a quem o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania, processam os autos de DIVÓRCIO LITIGIOSO, Processo nº. 2010.0009.7929-3/0, requerida por ORLENE ARAÚJO DOS SANTOS SOUZA em face de DAMIÃO DE SOUZA., sendo o presente para CITAR o requerido DAMIÃO DE SOUZA, brasileiro, casado, trabalhador rural, estando em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação em epígrafe, para em quinze dias, querendo, ofereça resposta ao pedido, sob pena de revelia e confissão. Araguaína-TO., 06/10/2010. (ass) JOÃO RIGO GUIMARÃES, Juiz de Direito". E, para que não ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei . Eu, Celina Martins de Almeida, Escrivã em substituição, que digitei

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA C/ PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O Doutor JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...FAZ SABER a quem o presente Edital virem,ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania, processam os autos de INTERDIÇÃO, Processo nº 2011.0008.0786-5/0, requerida por RITA FÉLIX DE SOUZA em face de RAIMUNDA SOARES DE SOUSA, tendo o MM. Juiz às fl. 13, proferido a r. decisão a seguir transcrita: "Vistos etc... Defiro a gratuidade judiciária. Diante da prova material apresentada, com o objetivo de resguardar a pessoa da interditanda, defiro liminarmente a curatela provisória nomeando a requerente como curadora provisória, mediante termo de compromisso a ser expedido com o cumprimento das formalidades de praxe. Designo interrogatório da interditanda para o dia 07/02/2012, às 16 horas. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se. Araguaína-TO., 15/08/2011. (ass) JOÃO RIGO GUIMARÃES, Juiz de Direito". E, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Celina Martins de Almeida, Escrivã em substituição, que digitei

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0007.6871-1 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: ROSILDA JOSE DOS SANTOS
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 14 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0092-5 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: WASCHINGTON RODRIGUES DE SOUSA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 17 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0096-8 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: MARIA DE NAZARE CARMO SOUSA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 18 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6867-3 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: JANNER SOUSA ARAUJO
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 17 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2001.0007.6868-1 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: LUCIENE PINHEIRO NETO LESSAS
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 16 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0090-9 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: VANDERLI LUCIA DE LIMA ALVES
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 12 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6875-4 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: AMELIA DE SOUSA GOMES
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 17 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6878-9 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: MARIA DAS GRAÇAS FRAZAO
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 18 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6876-2 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: TELMA MIRANDA DE MELO
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 18 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0098-4 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: EVA SOARES DA SILVA CONCEIÇÃO
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 18 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0094-1 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: MARLY ALVES COSTA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO: Fls. 18 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0099-2 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: YARLA JANDA DE FREITAS ANTUNES MAIA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 14 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0101-8 - REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: JOSIELTON TAVARES DE MIRANDA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 12 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6874-6 -- REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: ROBSON MARTINS REZENDE
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 17 – "Promova a parte autora, por seus doutos advogados, a juntada aos autos dos originais do instrumento procuratório e da declaração de hipossuficiência financeira, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se."

Autos nº 2008.0003.2838-0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: LUIZA DE JESUS ALVES BARROS
Requerido: PRISCILA ALVES MANGUEIRA NESKE
Advogado: JOSÉ HOBALDO VIEIRA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Procurador: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
DECISÃO: Fls. 364/365 – "...É o que interessa relatar. Decido. As questões preliminares suscitadas pela primeira requerida confundem-se com o mérito do pedido, razão pela qual serão examinadas quando da prolação da sentença. No tocante a impugnação preliminar de gratuidade judiciária, manifestada pelo ente federado requerido, esta não merece qualquer acolhida, haja vista que formulada em absoluta dissonância com o ordenamento legal, posto que deva ser requerida em peça autônoma e processada em autos apartados, consoante expressa determinação do artigo 4º, § 2º, da Lei 1.060/50. Destarte, não conheço da impugnação ofertada como matéria preliminar da contestação ofertada. Superadas as questões preliminares, reputo presentes as condições da ação e regulares os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como, não havendo nulidades ou irregularidades a serem escoimadas declaro o feito saneado. Não obstante, a hipótese vertente dos autos não comporta julgamento antecipado da lide. As circunstâncias exigem a produção de prova, pelo que defiro as provas requeridas pelas partes: (a) a documental, consubstanciada no prontuário médico da autora junto ao HRA; (b) a oral, consistente no depoimento pessoal das partes, o Estado por preposto, e na oitiva das testemunhas arroladas pelas partes; e, (c) a pericial, constante em exame da autora. Designo, desde logo, perícia na autora para o dia 15 de setembro de 2011, as 14h00, junto ao IML – Instituto Médico Legal de Araguaína, nomeando perito do juízo o doutor Antonio Newton Lima, médico legista, que servirá sob a fé do seu grau, com prazo de 20 (vinte) dias para entrega do laudo respectivo. Faculto as partes, em 05 (cinco) dias, a indicação de assistente técnico e oferecimento de quesitos. Requisite-se ao ilustre senhor Diretor do HRA – Hospital de Referência de Araguaína cópia integral do prontuário médico da autora. Sem prejuízo das determinações retro, designo, ainda, audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de outubro de 2011, às 14h00. Rol de testemunhas no prazo do artigo 407 do CPC. Intimem-se o perito, as partes, patronos e testemunhas."

Autos nº 2006.0006.4838-8 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: NASSANDRO FERREIRA GARCIA
Advogado: SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA
DESPACHO: Fls. 37 – "Defiro a suspensão requerida às fls. 26/36. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0737-7 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: ALUMINAL QUIMICA DO NORDESTE LTDA
Advogado: ALMIR SOUSA DE FARIA
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA
DESPACHO: Fls. 221 – "INTIME-SE, por mandado, a douta Procuradora Geral do Município requerido para todos os termos da liquidação provisória pretendida e, caso queira, manifestar-se em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº. 2006.0007.4646-0 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: AGUIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Advogado: GERLADO MAGELA DE ALMEIDA
DESPACHO: Fls. 34 - "... Manifeste-se exequente sobre a certidão de fls. 32. Intime-se".

Autos nº. 2006.0007.4651-7 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: COMERCIO E INDÚSTRIA DE VELAS TOCANTINS LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 29 – "... R. Hoje. Jse aos autos, ouvindo a exequente, em 10 (dez) dias. Intime-se".

Autos nº. 2010.0001.4900-2 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: HOPE MODAS LTDA
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
DESPACHO: Fls. 37 – "... Manifeste-se exequente sobre o bem oferecido às fls. 17/35. Intimem-se".

Autos nº. 2006.0007.4663-0 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: SILAS LOPES DE SANTANA
Advogado: RUBENS DE ALMEIDA BARROS JUNIOR
DESPACHO: Fls. 32 – "... Manifeste-se exequente sobre a certidão de fls. 29-V. Intimem-se".

Autos nº. 2006.0007.4736-0 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: A SOBERANA COM. REP. DIST. DE P. ALIMENTICIOS LTDA
Advogado: MARCELO CLAUDIO GOMES
DESPACHO: Fls. 16 - "... Sobre o pedido acostado as fls. 09/14 dos autos, manifeste-se a exequente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se".

Autos nº. 2006.0007.5760-8 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: RESTAURANTE CHÃO PRETO LTDA
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
DESPACHO: Fls. 70 - "... Manifeste-se executado sobre a impugnação e documentos (fls. 42/68), em 10 (dez) dias. Após volvam os autos conclusos. Intime-se".

Autos nº. 2006.0007.4700-9 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: ASL CORREA
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
DESPACHO: Fls. 75 - "... Manifeste-se executado sobre a impugnação e documentos (fls.39/55), em 10 (dez) dias. Após, volvam os autos conclusos. Intime-se".

Autos nº. 2006.0007.4676-2 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Executado: CANEDO E TEIXEIRA LTDA
Advogado: EUNICE PEREIRA DE SOUSA KUHN
DESPACHO: Fls. 54 - "... Em razão das infrutíferas diligencias do exequente, suspendo o curso da execução (art. 40, caput, da LEF). Decorrido 01 (um) ano da suspensão sem a indicação de bens do executado, promova o arquivamento dos autos (art. 40, § 2º, a LEF). Intime-se".

Autos nº 201100083564-8 – AÇAO DECLARATÓRIA - Cível
Requerente: SOLANGE XAVIER SANTOS
Advogado: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 23 – ''Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite–se com as cautelas legais. Intime–se.''

Autos nº 201100082331-3 – AÇAO DECLARATÓRIA - Cível
Requerente: IVAN-IRES OLIVEIRA SILVA
Advogado: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
DESPACHO: Fls. 22 - ''Defiro a gratuidade judiciária requerida.Cite–se com as cautelas legais.Intime–se.''

Autos nº 201100076766-9 - AÇAO DE COBRANCA – Cível
Requerente: JOAO CARLOS LIMA DOS SANTOS
Advogado: CABRAL SANTOS GONÇALVES
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINA
DESPACHO: Fls.16 - ''Promova a parte autora, em 10 (dez) dias, a REGULARIZAÇAO da respectiva representação processual, bem como junte aos autos a declaração de hipossuficiência financeira firmada pelo próprio beneficiário, tudo sob as penas da Lei. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0171-9 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: GILIO PEREIRA MATOS
Advogado: JORDÂNIA BARROS DE SOSUA
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUANÃ
DESPACHO: Fls. 13"Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite-se com as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.1551-5 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: IRALDO NOBRE MAUCHE
Advogado: MARCELO CARDOSO DE ARAUJO JUNIOR
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
DESPACHO: Fls. 102 - "Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite-se com as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0106-9 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: MARIA CRISTINA BEZERRA
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA
DESPACHO: Fls. 14 - "Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite-se com as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0104-2 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: SUELLEM APARECIDA MELO CAMPOS
Advogado: DAVE SOLLYS DOS SANTOS
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
DESPACHO: Fls. 34 - "Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite-se com as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2011.0007.6720-0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: NADJA NARA DO SOCORRO FERREIRA
Advogado: AGNALDO RAIOL FERREIRA SOUSA
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA

DESPACHO: Fls. 43 – "Defiro a gratuidade judiciária requerida. Cite-se com as cautelas legais. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5763-2 – EXECUÇÃO FISCAL
Exeqüente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: C H BARROZO
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
DESPACHO: Fls. 63 – "...II – Nos executivos fiscais a intimação da Fazenda Pública é pessoal (art. 25, da LEF). Não houve, pois, transito em julgado, pelo que REPUTO PREJUDICADO, por ora, o presente pedido de cumprimento da sentença. Intime-se."

Autos nº 2011.0008.0725-3 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
Requerente: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Procuradora: SÓYA LÉLIA LINS DE VASCONCELOS
Requerido: JOSÉ ANISIO DA SILVA
Advogado: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
DESPACHO: Fls. 58 – "Ante a manifesta tempestividade, RECEBO os embargos opostos e, por conseqüência, SUSPENDO o curso da execução em apenso (autos nº 2010.0012.1146-1/0). VISTA ao exeqüente embargado para, caso queira, IMPUGNAR a oposição, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2010.0012.1146-1 – AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
Requerente: JOSÉ ANISIO DA SILVA
Advogado: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
Requerido: MUNICIPIO DE ARGUAÍNA
Procurador: JOSÉ PINTO QUEZADO
DESPACHO: Fls. 38 – "Não obstante o deferimento do pedido retro (fls. 35), atente o ilustre subscritor que a procuração deve estar nos autos, bem como para o disposto no artigo 161, do CPC."

2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO IMPETRANTE

AUTOS: 2010.0010.1492-5 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: PAULO CESAR SALDANHA DA COSTA
Advogado: Dr. André Francelino de Moura – OAB/TO 2621
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para efetuar o recolhimento das custas de precatória no valor total de R$ 178,20 (cento e setenta e oito reais e vinte centavos), sendo que R$ 159,00 (cento e cinqüenta e nove reais) deverá ser depositado em Conta da Receita Estadual, via DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária, podendo ser adquirido no site www.tjto.jus.gov.br, e o valor de R$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos), referente a Locomoção do Oficial de Justiça, deverá ser depositado na conta n° 3500-9, agência 4606-X, Banco do Brasil. Após efetuado o devido recolhimento, deverá ser encaminhado o comprovante ao Juízo Deprecado da Vara de Cartas Precatórias Cíveis, Falências e Recuperação Judicial da Comarca de Palmas-TO.

AUTOS: 2011.0003.2293-4 – AÇÃO INDENIZACAO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: DALMO MOREIRA COSTA
Advogado: Dr. Paulo Roberto Vieira Negrão – OAB/TO 2132
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para efetuar o recolhimento das custas de precatória no valor total de R$ 178,20 (cento e setenta e oito reais e vinte centavos), sendo que R$ 159,00 (cento e cinqüenta e nove reais) deverá ser depositado em Conta da Receita Estadual, via DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária, podendo ser adquirido no site www.tjto.jus.gov.br, e o valor de R$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos), referente a Locomoção do Oficial de Justiça, deverá ser depositado na conta n° 3500-9, agência 4606-X, Banco do Brasil. Após efetuado o devido recolhimento, deverá ser encaminhado o comprovante ao Juízo Deprecado da Vara de Cartas Precatórias Cíveis, Falências e Recuperação Judicial da Comarca de Palmas-TO.

AUTOS: 2010.0005.5291-5 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: CRUZ ANTONIO DE BORBA
Advogado: Dr. Gaspar Ferreira de Sousa – OAB/TO 2893
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para efetuar o recolhimento das custas de precatória no valor total de R$ 178,20 (cento e setenta e oito reais e vinte centavos), sendo que R$ 159,00 (cento e cinqüenta e nove reais) deverá ser depositado em Conta da Receita Estadual, via DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária, podendo ser adquirido no site www.tjto.jus.gov.br, e o valor de R$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos), referente a Locomoção do Oficial de Justiça, deverá ser depositado na conta n° 3500-9, agência 4606-X, Banco do Brasil. Após efetuado o devido recolhimento, deverá ser encaminhado o comprovante ao Juízo Deprecado da Vara de Cartas Precatórias Cíveis, Falências e Recuperação Judicial da Comarca de Palmas-TO.

AUTOS: 2010.0001.4882-0 – AÇÃO INDENIZATORIA
Requerente: CLAUDIANO MARTINS DE SOUZA
Advogado: Dra. Dalvalaides Morais Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de 05 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 10 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0008.4337-5 – AÇÃO INDENIZATORIA
Requerente: DOMINGOS GONÇALVES LIMA
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
FINALIDADE: Intimar as partes da data e hora de audiência, dia 22/11/2011 às 16horas.
DESPACHO: "Designo o dia 22/11/2011, às 16hrs:00min., para que seja realizada audiência preliminar de conciliação, oportunidade na qual serão analisadas eventuais questões preliminares e saneado o feito. Intimem-se e advirtam-se as partes que deverão comparecer pessoalmente à audiência ou por meio de preposto com poderes para transigir, mas, em qualquer caso, acompanhadas de advogado. Araguaína-TO, 12 de agosto de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2010.0011.6937-6– AÇÃO COBRANÇA
Requerente: ALDAIRES SOUSA SOARES e MARIA BERENICE ANISZEWSKI
Advogado: Dr. Dalvalaides Morais Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
FINALIDADE: Intimar as partes da data e hora de audiência, dia 22/11/2011 às 14h e 30min.
DESPACHO: "Designo o dia 22/11/2011 às 14h:30min. para que seja realizada audiência preliminar de conciliação. Intimem-se as partes e seus procuradores. Araguaína-TO, 10 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0002.1958-2– AÇÃO INDENIZATORIA
Requerente: JOSE CARLOS DA SILVA
Advogado: Dr. Joaci Vicente Alves da Silva – OAB/TO 2381
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Com as alterações do Código de Processo Civil, promovidas pela Lei n° 10.444/02, afiguram-se duas hipóteses em que não será obrigada a designação de audiência preliminar. A primeira, se o litígio não admitir transação; a segunda se as circunstancias da causa deixarem clara a não probabilidade de obtenção de acordo de audiência. No presente caso, as circunstancias da causa evidenciam a improvável obtenção de transação. Ademais, o requerido é Ente Público, não sendo possível acordo em ações dessa espécie. Destarte, com fulcro no art. 331, §§2º e 3º do CPC, dispenso a realização da audiência preliminar prevista no caput do referido artigo. Por entender justificável a prova testemunhal requerida, designo o dia 23/11/2011 às 08h e 30min, para que seja realizada audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes e as testemunhas arroladas às fls 87/88. Cumpra-se. Araguaína-TO, 18 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0003.2359-0 – AÇÃO REGISTRO/RETIFICACAO DE ÓBITO
Requerente: MARIA DAS GRACAS DIAS CARDOSO
Advogado: Dr. Joaci Vicente Alves da Silva – OAB/TO 2381
DESPACHO: "Redesigno audiência de justificação para o dia 23/11/2011, às 15:00 horas. Intime-se a Requerente no endereço constante de fls. 42 para que compareça à assentada acompanhada das testemunhas que possuir, bem como Sr. Valdemar Cruz da Silva Oliveira, acaso tenha informações sobre o paradeiro do mesmo. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 18 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0002.2030-0 – AÇÃO COBRANÇA
Requerente: MARIA CRISTINA BEZERRA
Advogado: Dr. Dave Sollys dos Santos – OAB/TO 3326
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
DESPACHO: "Designo o dia 22/11/2011 às 14horas para que seja realizada audiência preliminar de conciliação. Intimem-se as partes e seus procuradores. Araguaína-TO, 05 de agosto de 2011 (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2007.0005.2903-4 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: IMOBILIARIA PLANALTO INCORPORADORA LTDA
Advogado: Dra. Soya Lelia Lins de Vasconcelos – OAB/TO 3411
Requerido: CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA
Advogado: Dr. Edson Paulo Lins Junior – OAB/TO 2901
Requerido: JOAO RIBEIRO DE ALMEIDA
Advogado: Dr. Roberto Pereira Urbano – OAB/TO 1440
Requerido: LUZIA RIBEIRO VASCONCELOS
Advogado: Dr. Roberto Pereira Urbano – OAB/TO 1440
DESPACHO: "Redesigno o dia 23/11/2011 às 16horas para que seja realizada audiência preliminar de conciliação. Intimem-se e advirtam-se as partes que deveram comparecer pessoalmente à audiência por meio de preposto com poderes para transigir, alem de acompanhadas de seus procuradores. Intime-se o i. representante do Ministério Público. Araguaína-TO, 23 de agosto de 2011.(ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2006.0008.0045-7 – AÇÃO INDENIZATORIA
Requerente: SANDIO CAVALCANTE DE SOUZA
Advogado: Dr. Carlos Francisco Xavier – OAB/TO 1622
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
DESPACHO: "Redesigno o dia 22/11/2011 as 15:00 horas para que seja realizada audiência preliminar de conciliação. Intimem-se e advirtam-se as partes que deverão comparecer pessoalmente à audiência ou por meio de prepostos com poderes para transigir, mas, em qualquer caso, acompanhadas de advogado. Araguaína-TO, 23 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.9702-3 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: ERCILIA MARIA MORAES SOARES E OUTROS
Advogado: Dr. Vicente Paula Santos – OAB/PR 18877
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGUAINA
Advogado: Procurador Geral do Município
DECISAO: "(...) Ante o exposto, com base no art. 273, §7º do CPC e art. 151, inciso V, do CTN, DEFIRO a medida liminar pleiteada, apenas em relação ao requerente Luiz Gonzaga Clímaco Neto. Aos demais autores o deferimento da presente liminar fica condicionada a

comprovação da exigibilidade do credito tributário. DETERMINO que o requerido suspenda a exigibilidade do ISSQN, bem como se abstenha de adotar qualquer medida de retaliação administrativa e de incluir o nome do requerente em Órgãos de proteção ao credito, até ulterior decisão judicial. Fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) hora para o cumprimento da medida liminar deferida, a contar da intimação do requerido, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ate o limite de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do art. 461, §5º do CPC. Em continuidade, designo o dia 22/11/2011 às 16h:30min para que seja realizada audiência preliminar de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 16 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0008.9914-0 – AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: IANA RAMOS DA SILVA
Advogado: Dr. Clayton Silva – OAB/TO 2126
Requerido: PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINA
DECISAO: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 6º, §1º da Lei n. 12.016/2009, notifique-se a autoridade impetrada, para que no prazo e 10 (dez) dias, junta aos autos documento que comprove quais dentre os candidatos nomeados pela Portaria n. 368/2011, tomaram posse e estão em exercício no Cargo de Enfermeiro, bem como quantos Enfermeiros foram nomeados sem concurso publico para ocupar o mesmo cargo, excluído os contratados na hipótese do art. 37, inciso IX, da CF. No mesmo prazo, devera a autoridade impetrada prestar as suas informações, nos termos do art. 7º, inciso I, da lei n. 12.016/09. Dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe copia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei n. 12.016/09. Em seguida, venham os autos conclusos. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína-TO, 22 de agosto de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

MILENE DE CARVALHO HENRIQUE, JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos, se processam os autos de Execução Fiscal nº 002.2009.902.979-1, proposta pelo MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA-TO em desfavor de SEBASTIÃO DE SOUSA LIMA, CPF Nº 263.296.623-04, sendo o mesmo para CITAR o executado supra qualificado, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, por todos os termos da ação, o qual terá o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a importância de R$ 2.288,21 (dois mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos), representada pela CDA nº 008/2009, referente a Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, acrescida de juros, atualização monetária e demais cominações legais, ou no mesmo prazo ofereçam bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados bens de suas propriedades, tantos quantos bastem para garantir a dívida exeqüenda e acréscimos. Tudo de conformidade com o r. despacho transcrito: "Cite(m)-se o(s) executado(s), bem como seu(s) sócio(s) solidário(s), por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos. Cumpra-se. Araguaína/TO, 25 de Julho de 2011. (ass) Milene de Carvalho Henrique – Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado uma (01) vez no Diário Oficial da Justiça e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (24/08/2011). Eu Cornelio Coêlho de Sousa, Escrevente, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

MILENE DE CARVALHO HENRIQUE, JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos, se processam os autos de Execução Fiscal nº 002.2009.902.996-5, proposta pelo MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA-TO em desfavor de RAIMUNDO LIMA DA SILVA, CPF Nº 144.600.682-49, sendo o mesmo para CITAR o executado supra qualificado, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, por todos os termos da ação, o qual terão o prazo de 05 (cinco) dias, para pagar a importância de R$ 921,74 (novecentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), representada pela CDA nº 053/2009, referente a Alvará de Licença, acrescida de juros, atualização monetária e demais cominações legais, ou no mesmo prazo ofereçam bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados bens de suas propriedades, tantos quantos bastem para garantir a dívida exeqüenda e acréscimos. Tudo de conformidade com o r. despacho transcrito: "Cite(m)-se o(s) executado(s), bem como seu(s) sócio(s) solidário(s), por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos. Cumpra-se. Araguaína/TO, 25 de Julho de 2011 (ass) Milene de Carvalho Henrique – Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado uma (01) vez no Diário Oficial da Justiça e afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (24/08/2011). Eu Cornelio Coêlho de Sousa, Escrevente, que digitei e subscrevi.

1ª Vara de Precatórios

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas intimadas dos atos processuais abaixo relacionados

Autos Nº 2011.0008.4502-3 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 007467/2003 - COBRANÇA
REQUERENTE: MURILO AUGUSTINHO PINHEIRO
ADVOGADO: DR. EDEN PAULO SOUZA DE ALMEIDA- OAB-AP Nº 602
REQUERIDO: SIDNEY DE MELO
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE MACAPÁ - AP
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2010.0012.2654-0 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 15434-38.2010.8.06.0001/0 - EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: MOTO TRAXX DA AMAZONIA LTDA
ADVOGADO: DRA. CLAUDIA VALENTE MASCARENHAS- OAB-CE Nº 9314 E DR. FRANCISCO ARCELINO FILOMENO CALADO OAB-CE 16.075
REQUERIDO: CASTRO COMERCIO DE MOTOS LTDA
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE FORTALEZA -CE
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0007.5341-2 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 2008.0009.7938-0 - EXECUÇÃO DE TITULO
REQUERENTE: PNEUAÇO - COMERCIAL DE PNEUS DE GUARAÍ LTDA
ADVOGADO: DR. JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO- OAB-TO Nº 21.498-B
REQUERIDO: ALDETH LOPES DOS SANTOS
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAÍ - TO
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0007.5465-6 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 2010.0002.5827-8 - REITEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADVOGADO: DR. ELI GOMES DA SILVA FILHO- OAB-TO Nº 2796-B
REQUERIDO: JAIR SOUSA RODRIGUES
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE WANDERLÂNDIA- TO
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0007.5450-8 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 000121454.2010.805.0036 - REITEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR
REQUERENTE: BANCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO: DR. RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA- OAB-BA Nº 25.277
REQUERIDO: HG. TRANSPORTES
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO , CÍVEIS E COMARCIAIS DA COMARCA DE CAETITÉ - BA
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promoverem o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0008.5510-0 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 2011.0003.4601-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: ROSANGELA BRAGA BARROS
ADVOGADO: DR. MARCELO MARCIO DA SILVA- OAB-TO Nº 3885-B
REQUERIDO: WALLVEBER SALES DA ROCHA
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVELDA COMARCA DE PIUM-TO
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0008.0115-8 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 125.2010.1.000040-8 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQUERENTE: MUNICIPIO DE PIÇARRA
ADVOGADO - DR. ELCIO M. QUEIROZ RAMOS- OAB-PA Nº 11.658
REQUERIDO: ADOLFO PINTO DA MOTA
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA SECRETARIA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0008.5484-7 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 0561455-46.2008.8.26.0577 - EXECUÇÃO FISCAL
REQUERENTE: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADVOGADO: DRA. TÂNIA MARA RAMOS- OAB-SP Nº 104.126
REQUERIDO: EDSON DA SILVA SOUZA
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CAMPOS - SP
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Autos Nº 2011.0008.1518-3 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 0024535-61.2009.814.0301 - BUSCA E APREESÃO
REQUERENTE: BANCO FIAT S/A
ADVOGADO: DR. JOÃO BRASIL DE CASTRO- OAB-PA Nº 14.045
REQUERIDO: MAURO ALFREDO LIRAS PAES
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE BELÉM - PA
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Ficam as partes abaixo identificadas intimadas dos atos processuais abaixo relacionados

Autos Nº 2011.0008.0140-9 – CARTA PRECATÓRIA
AUTOS DE ORIGEM: 2010.0009.6171-8/0 - REITEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: DAMIANA JOSÉ GONÇALVES SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: DR. JOACI VICENTE ALVES DA SILVA- OAB-TO Nº 2381 OAB-PA 13243
REQUERIDO: SANDRA APARECIDA TEIXEIRA SILVA
JUIZ DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE WANDERLÂNDIA - TO
JUIZ DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CARTAS PRECATÓRIAS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE ARAGUAÍNA - TO
NTIMAÇÃO: Intimo as partes e advogados para promover o preparo da Carta Precatória.Edson Paulo Lins - Juiz de Direito.

Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
BOLETIM DE EXPEDIENTE N. 38/11
Fica o(a) requerente(a) intimado(a), nos termos abaixo:

Autos: n.2010.0011.9363-3
Ação: Medida Protetiva de Urgência
Requerente: M. I. S.
Requerido: C. F. G.
PRAZO: 15(QUINZE) DIAS
DECISÃO: "... Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c do artigo 13, da Lei n.º 11.340/06, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, revogando, por conseguinte, a decisão de fls. 07/10. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, após as cautelas de praxe, arquivem-se. cumpra-se. Araguaína-TO, 25 de abril de 2011. Alvaro Nascimento Cunha, Juiz de direito, Substituto Automático".

EDITAL DE INTIMAÇÃO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N. 38/11
Fica o(a) requerente(a) intimado(a), nos termos abaixo:

Autos: n.2010.0011.9363-3
Ação: Medida Protetiva de Urgência
Requerente: M. I. S.
Requerido: C. F. G.
PRAZO: 15(QUINZE) DIAS
DECISÃO: "... Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c do artigo 13, da Lei n.º 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução do mérito, revogando, por conseguinte, a decisão de fls. 07/10. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, após as cautelas de praxe, arquivem-se. CUMPRA-SE. Araguaína-TO, 25 de abril de 2011. Alvaro Nascimento Cunha, Juiz de direito, Substituto Automático".

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ação: Execução nº 20.829/2011
Exequente: Pio Dias Vanderley
Advogado: Luciana Coelho de Almeida- OAB-TO 3717
Executado: Jairo Dias Lucena
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) exequente para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, ou bens do mesmo passíveis de constrição,sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual

Ação: Indenização nº 20.967/2011
Reclamante: José Antonio de Loiola F. Rezende
Advogado: Kelly Cristina Oliveira Rocha- OAB-TO 4708
Reclamado: Banco do Brasil
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual

Ação: Reparação de danos nº 20.539/2011
Reclamante: João Batista Carneiro de Araújo
Advogado: Dalvalaides da Silva leite -OAB-TO 1756
Reclamado: Bradesco Auto- RE Cia de Seguros
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Execução nº 20.455/2011
Reclamante: Arivan Ferreira Arraes
Advogado: André Luiz Barbosa Melo- OAB-TO 1118
Reclamado: Eronides Carvalho Nascimento Filho
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, ou bens dos devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Execução nº 20.286/2011
Reclamante: Viviane Souza Porto
Advogado: José Hobaldo Vieira OAB-TO 1722/A
Reclamado: Francisco das Chagas Barbosa Soares
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, ou bens dos devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Execução nº 19.510/2010
Reclamante: Silvana Ferras Azevedo Barros
Advogada: Cristiane Delfino R. Lins– OAB-TO 2119-B
Reclamado: Selma Soares de Carvalho ME
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) do(a) reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida, ou bens dos devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Obrigação de fazer nº 20.302/2011
Reclamante: Jalom Ferreira Carneiro
Advogado: Adriano Miranda Ferreira– OAB-TO 4586
Reclamado: João Pereira Duarte
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida. Sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Cobrança de seguro nº 19.441/2010
Reclamante: Josélia Gamas da Silva/Outros
Advogado: Orlando Dias Arruda
Reclamado: Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT
Advogado: Júlio César de Medeiros Costa– OAB-TO 3595-B
FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes do despacho a seguir transcrito: "Ao compulsar os autos verificou-se que o trânsito em julgado da sentença se deu em 23/05/2011, e que a partir do dia 24/05/2011 dá-se o inicio da contagem do prazo de quinze dias para cumprimento da obrigação, findando-se este no dia 07/06/2011. Constatou-se, ainda, que o depósito efetuado pela demandada foi realizado em 31/05/2011 no valor de R$14.873,39, portanto, dentro do prazo de quinze dias (art.475-J do CPC), motivo pelo qual não incide a multa do art.475-J do CPC. Sendo assim, observou-se que a executada cumpriu a obrigação inexistindo remanescente de débito. Isto posto, indefiro o pedido de penhora realizado às fls.61/62, tendo em vista o cumprimento voluntário da sentença pela demandada e consequente recebimento do valor da divida pela parte autora (fls.60). Intimem-se. Após, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

Ação: Cobrança nº 19636/2010
Reclamante: J. M. Biserra da Silva (Drogaria Farmais)
Advogado: Daniel Pinheiro da Silva Biserra- OAB-TO 4695
Reclamado: Antonio Cesar Ferreira dos Santos
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do reclamante para em cinco dias indicar o atual endereço da parte requerida. Sob pena de extinção do processo por falta de interesse processual.

Ação: Execução nº 21.259/2011
Exeqüente: Cristal Flex Industria de condutores elétricos ltda- EPP
Advogado(a): Jamily Cardoso Campano- OAB-SP 283.374
Executado: E da Silva
FINALIDADE: da advogada do exeqüente para em 10 dias juntar os títulos executivos, sob pena de indeferimento da inicial.

Ação: Execução nº 21.635/2011
Exeqüente: Valdeni Mendonça da Silva Alcântara
Advogado: Daniel Pinheiro da Silva Biserra Aires - OAB-TO 4695
Executado: Lauriete Parente da Silva
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor para em cinco dias acosta aos autos cópia da contra-fé.

Ação: Execução nº 21.633/2011
Exeqüente: Valdeni Mendonça da Silva Alcântara
Advogado: Daniel Pinheiro da Silva Biserra Aires - OAB-TO 4695
Executado: Erly José de Oliveira Silva
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor para em cinco dias acosta aos autos cópia da contra-fé.

Ação: Execução nº 21.632/2011
Exeqüente: Valdeni Mendonça da Silva Alcântara
Advogado: Daniel Pinheiro da Silva Biserra Aires - OAB-TO 4695
Executado: Reverso Confecções e Comércio de Roupas Íntimas
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor para em cinco dias acosta aos autos cópia da contra-fé.

Ação: Execução nº 21.631/2011
Exeqüente: Valdeni Mendonça da Silva Alcântara
Advogado: Daniel Pinheiro da Silva Biserra Aires - OAB-TO 4695
Executado: Núbia Bento da luz

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor para em cinco dias acosta aos autos cópia da contra-fé**.**

Juizado Especial Criminal

APOSTILA

AUTOS Nº 17.366/2009–COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Adivaldo Costa Nascimento
ADVOGADO: André Luiz Fontanela
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 36. Fica o advogado do autor intimado da parte dispositiva da sentença do teor seguinte: "Vistos, etc...Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de **Adivaldo Costa Nascimento,** determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 31 de março de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 18.144/20108–COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Osmar Alves dos Santos
ADVOGADOS: André Luiz Barbosa Melo/ Aliny Fausto Silva
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 79. Fica o advogado do autor intimado da parte dispositiva da sentença do teor seguinte:"Vistos, etc... Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de **Osmar Alves dos Santos,** determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 31 de março de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 17.753/2009–COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Ruzemberg Maciel Santos
ADVOGADO: André Luiz Fontanela
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 84. Fica o advogado do autor intimado da parte dispositiva da sentença do teor seguinte:"Vistos, etc...Em face do cumprimento da pena imposta, declaro extinta a punibilidade de **Ruzemberg Maciel Santos e Nabi Almeida Santana,** determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e, por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95). Dê-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 31 de março de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 16.141/2008–COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Antonio Moreno da Silva
ADVOGADO: André Luis Fontanela
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 40. Fica o advogado do autor intimado da parte dispositiva da sentença do teor seguinte:"Vistos, etc... Ante ao exposto, com âncora no art. 107, IV do Código Penal, julgo extinta a punibilidade de **Antonio Moreno da Silva,** relativamente à infrigência do art. 29 § 1º Inc. III da Lei 9.605/98. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 31 de março de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

AUTOS Nº 18.063/2010–COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTORES DO FATO: Dismatel Comercial de Materiais para Construção Ltda, Gislene Afonso Rodrigues Mendonça
ADVOGADO: André Luiz Fontanela
VÍTIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 42. Fica o advogado do autor intimado da parte dispositiva da sentença do teor seguinte:"Vistos, etc...Em face do cumprimento pena imposta, declaro extinta a punibilidade **DISMATEL Comercial de Materiais para Construção Ltda e Gislene Afonso Rodrigues Mendonça,** determinando que, a presente condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial (art. 76, § 4º, e por analogia, art. 84, parágrafo único e, ambos da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado arquive-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 31 de março de 2011. Ass. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito".

ARAPOEMA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº. 2009.0009.8634-2 (542/09) – APOSENTADORIA
Requerente: EVALDO BRAGA COELHO
Advogado: Dr. Anderson Manfrenato – OAB/TO 4476
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "(...) Face ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO de aposentadoria por idade formulado pelo autor, Evaldo Braga Coelho, brasileiro, solteiro, lavrador, em conseqüência do que decreto a extinção do processo, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, atualizado nos termos do art. 20 do CPC. Por ser a mesma beneficiária da Justiça Gratuita, suspendo a exigibilidade dessas verbas nos termos do art. 11, § 2º e art. 12 da Lei 1.060/50. Intime-se o INSS, mediante remessa dos autos à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, em Palmas - TO (art. 222, "c", CPC). Providencie as demais intimações. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Arapoema, 19 de agosto de 2011. Rosemilto Alves de Oliveira. Juiz de Direito."

AUGUSTINÓPOLIS

2ªVara Cível de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO ADVOGADO

Fica o advogado, abaixo identificado, intimado dos atos processuais, abaixo relacionados.

PROCESSO Nº 2007.0004.3172-7/0.
AÇÃO DE INTERDIÇÃO.
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ DOS SANTOS.
ADVOGADO: PABLO LOPES REGO – OAB/TO 3.310.
REQUERIDA: MARIA QUEIROZ DE SOUSA.

INTIMAÇÃO/DECISÃO de folha 34 – Fica o advogado habilitado nos autos acima mencionado, intimado da respeitável **DECISÃO** proferida nos respectivos autos a seguir toda transcrita. "Vistos etc. Tendo em vista que a interditanda não pôde comparecer a este ato em razão de estar na cidade de Estreito/MA, onde também reside sazonal e temporariamente, intime-se o advogado da requerente para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se ainda tem interesse no feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito, ficando, por ora, mantida a decisão que deferiu a curatela provisória à requerente Maria da Conceição Queiroz dos Santos, filha da interditanda (folha 16v). Dou a presente por publicada e os presentes intimados. Registre-se. Cumpra-se." Augustinópolis/TO, 31 de maio de 2011. ERIVELTON CABRAL SILVA, Juiz de Direito Substituto**."**

Augustinópolis-TO, 24 de agosto de 2011.

AXIXÁ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, através de seus procuradores intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
PROCESSO Nº 2008.0006.0938-9/0 – AÇAO DE ORDINÁRIA PELO RITO SUMÁRIO.
REQUERENTE: PEDRO BISPO DA SILVA.
ADVOGADA: THAIS YUKIE RAMALO MOREIRA - OAB/MA Nº 5.816
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS.
ADVOGADA: LUANA CARREIRO SOUSA - OAB/MA Nº 3.447.
DESPACHO: Tendo em vista a sentença lançada às folhas 113/115, bem como o cumprimento da mesma, determino o arquivamento destes autos, com as baixas de estilo no Cartório Distribuidor e no Registro. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Axixá do Tocantins-TO, 12 de março de 2011. Dr. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito.

PROCESSO Nº 2009.0008.1261/0 – AÇAO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE LIMINAR.
REQUERENTE: RAIMUNDO FERREIRA DE BRITO.
DEFENSOR PÚBLICO: ELIZON DE SOUSA MEDRADO.
REQUERIDO: BANCO DAYCOVAL S/A.
ADVOGADO: MIRIAN NAZARIO DOS SANTOS.
SENTENÇA: POSTO ISTO, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil resolvo o mérito. Julgo procedente o pedido inicial e, em conseqüência, declaro inexistente a relação jurídica de direito material, a obrigação e indevidos os descontos efetivados. Condeno a parte requerida na obrigação de ressarcir a parte autora no valor correspondente ao dobro dos valores descontados no benefício, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios, de 1% (um por cento), desde a data do desconto. Torno definitiva a decisão de fl. 12/13. Oficie-se ao INSS, para tornar definitivo o cancelamento dos descontos. Condeno a requerida no pagamento de verba honorária, em favor da Defensoria Pública, em 1.000,00 (hum mil reais). A parte requerida deverá adimplir a obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa prevista no artigo 475-J do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Axixá do Tocantins, 08 de junho de 2011. Dr. Océlio Nobre da Silva. Juiz de Direito.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

QUEIXA CRIME Nº 20111.0007.5947-0
QUERELANTE: RUIDIARD SOUSA BRITO
QUERELADO: RAIMUNDO SILVA
FICA o causídico WYLKYSON GOMES DE SOUSA, OAB-TO nº 2838, intimado para audiência de conciliação, designada para o dia 06.08.2011, às 09:00 horas.

APOSTILA

QUEIXA CRIME Nº 20111.0007.5947-0
QUERELANTE: RUIDIARD SOUSA BRITO
QUERELADO: RAIMUNDO SILVA
FICA o causídico WYLKYSON GOMES DE SOUSA, OAB-TO nº 2838, intimado para audiência de conciliação, designada para o dia 06.09.2011, às 09:00 horas.

COLINAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N: 2017.0007.7919-5/0
AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO C/C REPARTIÇÃO DE INDEBITO
REQUERENTE: ADSON COELHO MIRANDA
ADVOGADO: Dr. Ricardo de Sales Estrela Lima – OAB/TO 4052
REQUERIDO: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: Sem advogado constituído
INTIMAÇÃO – DESPACHO – FLS. 17: "INTIME-SE a parte autora para EMENDAR a inicial de forma a atender os requisitos do art. 282, II, CPC (profissão do autor). Se for servidor público, deverá juntar também cópia do ultimo contracheque. Prazo: 10 dias. Pena: Indeferimento da inicial fundada nos art. 284, parágrafo único, CPC. Colinas do Tocantins-TO, 21 de julho de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO. Juíza de Direito."

AUTOS N: 2010.0005.4139-5/0
AÇÃO: CANCELAMENTO DE PROTESTO
REQUERENTE: MANOEL MOREIRA NETO
ADVOGADO: Dr. Ricardo de Sales Estrela Lima – OAB/TO 4052
REQUERIDO: WESLEY JOSE
ADVOGADO: Sem advogado constituído
INTIMAÇÃO – DESPACHO – FLS. 20: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs de fls. 19v. Colinas do Tocantins-TO, 24 de maio de 2011. GRACE KELLY SAMPAIO. Juíza de Direito."

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N: 2011.0001.6322-4/0
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE : BANCO DA AMAZÔNIA
ADVOGADO: Dr. Maurício Cordenonzi – OAB/TO 2.223-b
REQUERIDO : JÚLIO CEZAR EDUARDO E MARIA MONTE SERRATE EDUARDO DA SILVA
ADVOGADO: Dra. Andreya Narah R. dos Santos – OAB/GO 17.706, Dr. Luiz R. Oliveira – OAB/GO 11.538
SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO (28/11/2011 A 02/12/2011) METAS CNJ – FLS. 126: "Por ordem da MM. Juíza de Direito, Dra. Grace Kelly Sampaio, INTIMO as partes para comparecerem à Audiência de Conciliação (art. 125, IV, CPC) designada para o dia 29/11/2011, às 14:30 horas, a ser realizada na Sala de Audiência deste Juízo. Colinas do Tocantins – TO, 16/08/2011. Daiana Taíse Pagliarini, Técnico Judiciário."

1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM EXPEDIENTE 538/11 – E
Autos n. 2011.0002.0892-9 (7822/11)
Ação: Substituição de curatela
Requerente: LINDOMAR JOSÉ DE SOUZA
Advogado: DR. ANDERSON FRANCO ALENCAR GOMES DO NASCIMENTO – OAB/TO 3.789
Requerida: MARIA ROSA DE SOUSA
Fica o procurador do requerente acima identificado, intimado a manifestar-se acerca das certidões de fls. 22v e 23v, dando conta da não localização da requerida e do requerente, tudo no prazo legal.

COLMEIA

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

I I- AUTOS: 2010.0002.5991-6/0
Ação: EXONERAÇÃO DE TUTELA C/C DESCONSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL E ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA
Requerente: Euripedes José Goulart
Advogado: Amilton Ferreira de Oliveira - OAB/TO 501
Requerido: Rodrigo Fernandes Goulart
INTIMAR: o Advogado: Amilton Ferreira de Oliveira - OAB/TO 501, patrono dos inventariantes, para comparecer em Cartório, receber e providenciar o cumprimento da Carta Precatória de Citação e Intimação do requerido.

AUTOS: 2009.0001.0409-9/0
Ação: INVENTÁRIO E PARTILHA
Inventariantes: Maria Ferreira Barbosa e Outros
Advogado: Aramy José Pacheco - OAB/TO 3737
Inventariados: José Ferreira Barbosa E Delmira Martins Arruda
INTIMAR: o Advogado: Aramy José Pacheco - OAB/TO 3737, patrono dos inventariantes, para comparecer em Cartório, receber e providenciar o cumprimento da Carta Precatória de Citação e Intimação da Fazenda Pública.

CRISTALÂNDIA

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2010.0004.8824-9/0 – EXECUÇÃO PENAL
Reeducando: Pedro Coelho da Silva
SENTENÇA: "Ante a r. certidão lavrada às fls. 58 e, fulcrado no art. 82 do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PENA do reeducando PEDRO COELHO DA SILVA - ..., pelo seu inteiro cumprimento, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se à Justiça Eleitoral local, com cópia desta decisão e demais dados do reeducando, solicitando-lhe o imediato restabelecimento dos direitos políticos do mesmo, salvo se por outros motivos não estiverem suspensos. Oficie-se, da mesma forma supra, à Secretaria de Segurança Pública do Estado para registrar a presente sentença em seus bancos de dados. Após, arquivem-se os autos com as anotações devidas. Sem custas e sem honorários. P.R.I.C. Cristalândia-TO, 19 de Agosto de 2.011. Agenor Alexandre da Silva – Juiz de Direito Titular."

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimadas dos atos processuais, abaixo relacionados.

AUTOS: 2009.0010.8987-5 – AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público
Réu: Fábio Júnior de Moura Soares
Requerente: Levi da Silva Cardoso
Advogado do requerente: Dr. Wilson Moreira Neto OAB/TO nº. 757
DECISÃO: "Vistos, ... Ante aos documentos acostados às fls. 64/69, acolho o r. Parecer Ministerial lançado à fl. 73 e, fulcrado no art. 118 *a contrario sensu*, defiro o pedido em questão e AUTORIZO a imediata RESTITUIÇÃO do veículo motocicleta descrito no Auto de Apreensão e Exibição fotocopiada À fl. 71, em favor do requerente, desde que seja devidamente habilitado para tanto ou, em não sendo, para pessoa por ele indicada. SIRVA-SE DE CÓPIA DESTA COMO MANDADO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA, nos termos acima alinhavados. Faça acompanhar cópia do Auto de Apreensão e Exibição de fl. 71 e documento de fl. 69 para servir de referência na descrição do bem a ser liberado. ...Intimem-se... Cristalândia-TO, 24 de Agosto de 2.011. Agenor Alexandre da Silva – Juiz de Direito Titular."

Cartório de Família, infânica e Juventude e 2ª cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0003.5384-8/0
PEDIDO: CAUTELAR
REQUERENTE: LUIZ NELSON ANTUNES STRANG
ADVOGADOS: Drs. Raimundo Rosal Filho – OAB/TO 03-A e Marcelo Adriano Stefanello – OAB/TO 2.140.
REQUERIDO: LUIZ FERNANDO CAVALHEIRO CARVALHO E OUTROS
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados do requerente acima identificados do despacho de fl. 68 a seguir transcrito: " 1. Ante ao Agravo de Instrumento noticiado às fls. 41/55, MANTENHO a decisão ali atacada e proferida às fls. 36/38, posto que se encontra consonante com o ordenamento jurídico vigente no país, muito embora o Egrégio Tribunal de Justiçado Estado tenha suspendido os seus eleitos através da r. decisão de fls. 61/65. 2. Nos termos da referida decisão Superior de fls. 61/65. encaminhe-se cópia da decisão questionada - fls. 36/38 e deste despacho -, haja vista que tal *decisum* relata e fundamenta o ato, prescindindo-se, portanto, de informações repetitivas, servindo-se como informações ali requisitadas. 3Conforme determinação ali contida, com cópia da inicial e da r. decisão de fls. 61/65 e deste despacho, SERVINDO-SE as referidas cópias como MANDADO, AVERBE-SE às margens da Matrícula referente à FAZENDA MATO RUIM, localizada no Município de Lagoa da Confusão-TO, os presentes autos de PROTESTO CONTRA SUA ALIENAÇÃO, nos termos ali decididos. No mais, aguardem-se as intimações de fls. 39/40...". Cientificando, ainda, as Vossas Excelência que as cartas precatórias para intimação dos requeridos se encontram em Cartório a disposição do requerente para providenciar o devido cumprimento.

AUTOS Nº 2007.0003.0216-1/0
PEDIDO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: TEREZINHA CABRAL PESSOA
ADVOGADOS: Drs. João Antônio Francisco – OAB/GO nº 21.331;Pedro Lustosa do Amaral Hidasi - OAB/GO 29.479 e Luciano Henrique Soares de Oliveira Ayres – OAB/TO nº 4.699
REQUERIDO: INSS.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima identificados do despacho exarado à fl.91 a seguir transcrito: "1.RECEBO o recurso de APELAÇÃO interposto às fls. 78/86 em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 520. *caput.* do CPC).2. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 508), em querendo, ofertar suas contrarrazões.3Transcorrido o prazo supra, com ou sem as contrarrazões. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal, sediado em Brasília-DF, para douta apreciação, com nossas sinceras homenagens e anotações devidas junto ao sistema.

AUTOS Nº 2007.0003.0204-8/0
PEDIDO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO LIMA DA SILVA
ADVOGADOS: Drs. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi - OAB/GO 29.479; Ricardo Carlos Andrade Mendonça – OAB/GO nº 29.480; Wasinton S.M. Moreira – OAB/TO nº 731-E e Roberto Hidasi – OAB/GO nº 17.260.
REQUERIDO: INSS.INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima identificados do despacho exarado à fl.136 a seguir transcrito: " 1.RECEBO o recurso de APELAÇÃO interposto às fls. 114/131 em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 520. *caput.* do CPC).2. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 508), em querendo, ofertar suas contrarrazões. 3 Transcorrido o prazo supra, com ou sem as contrarrazões. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal, sediado em Brasília-DF, para douta apreciação, com nossas sinceras homenagens e anotações devidas junto ao sistema..."

AUTOS Nº 2011.0007.3976-2/0
PEDIDO: CARTA PRECATÓRIA PARA CITAÇÃO (EXTRAÍDA DOS AUTOS Nº 2011.0006.9090-9/0)
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADOS: Drs. Pompilio Lustosa Messias Sobrinho – OAB/TO 1807-B e Ester de Castro Nogueira Azevedo – OAB/TO 64-B.
REQUERIDO: DJALMA ROCHA DA SILVA.

INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima identificados para no prazo de 30(trinta) dias efetuar o pagamento das custas processuais sob pena de devolução da Carta ao Juízo de Origem. OBS: Valor das custas R$ 385,56, observando-se que os valores correspondentes aos atos da Escrivania e Oficial de Justiça são depositados nas respectivas contas bancárias dos seus titulares. Informação via telefone nº 63 3354-1657.

AUTOS Nº 2011.0008.7427-9
PEDIDO: CARTA PRECATÓRIA PARA CITAÇÃO (EXTRAÍDA DOS AUTOS Nº 2011.0012.0300-0/0)
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADOS: Drs. Pompilio Lustosa Messias Sobrinho – OAB/TO 1807-B e Ester de Castro Nogueira Azevedo – OABN/TO 64-B.
REQUERIDO: LATICINIO MAJESTADE LTDA, E OUTROS.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima identificados para no prazo de 30(trinta) dias efetuar o pagamento das custas processuais sob pena de devolução da Carta ao Juízo de Origem. OBS: Valor das custas R$ 157,00, observando-se que os valores correspondentes aos atos da Escrivania e Oficial de Justiça são depositados nas respectivas contas bancárias dos seus titulares. Informação via telefone nº 63 3354-1657.

INTERDITO PROIBITÓRIO N.º 2009.0004.5982-2/*
REQUERENTE: EDIVAL ARRUDA SALES
ADVOGADO: Dr. ADARI GUILHERME DA SILVA OAB/TO N.º1729
REQUERIDO: VALDIR GHISLENI CEZAR
ADVOGADO: Dr. JORGE AUGUSTO MAGALHÃES ROCHA OAB/TO N.º4.454
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado Advogado do requerido devidamente INTIMADO do r. Despacho, a seguir: "1. ...para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre a certidão de fl.41 (Certifico e dou fé que, faço juntada da Contestação de fls.34/40. Certifico ainda que, mesmo fazendo a juntada supracitada, esta consta divergências, sendo eles: o número apresentado nos presente autos é o mesmo da peça Contestatória (2009.0004.5982-2/0), porém o nome do contestado é diferente do citado na capa do processo e inicial deste Interdito Proibitório – requerente Edival Arruda Sales (capa do processo e inicial), já na Contestação o requerente citado é Isalino João Fiorio. Certifico finalmente que, por haver esta discordância em face do contestado faço estes autos concluso a Vossa Excelência para as providências que entender necessárias...). Após, conclusos. Cristalândia-TO, 24 de Agosto de 2.011. Agenor Alexandre da Silva, Juiz de Direito Titular.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE TRINTA DIAS

Justiça Gratuita
O Dr. AGENOR ALEXANDRE DA SILVA - Juiz de Direito desta Comarca de Cristalândia - Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por esta Escrivania de Família, Sucessões, Infância e Juventude e 2º do Cível, processou os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO, registrado sob o nº. 2011.0001.8727-1/0, no qual foi decretada a Interdição de MARIA NAZARÉ CARVALHO DOS SANTOS, brasileira, deficiente, nascida aos 17 de novembro de 1958, atualmente com 53 anos de idade, natural da cidade de Oeiras-PI, filha de Pedro Vieira de Carvalho e Josefa Maria de Carvalho, portadora da Ident. RG nº 642.721, residente e domiciliada na companhia da requerente IRENE MARIA DE CARVALHO, brasileira, do lar, residente e domiciliada na Av. Vicente Barbosa, s/nº, Quadra 3B, Lote 12, centro, Lagoa da Confusão-TO, por ser uma pessoa portadora de deficiência, tendo sido nomeado a Sra. IRENE MARIA DE CARVALHO, acima qualificado, para sob compromisso, nos termos da sentença que em resumo tem o seguinte teor: "VISTOS, ... POSTO ISTO, *DECRETO* a INTERDIÇÃO de MARIA NAZARÉ CARVALHO DOS SANTOS, inscrita no CPF. Nº 966.428.741/53, filha de Pedro Vieira de Carvalho e Josefa Maria de Carvalho, natural de Oeiras – PI, nascida aos 17/novembro/1958, DECLARANDO-A absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil Vigente e, de acordo com o art. 1.775, § 3º do mesmo diploma legal, nomeio-lhe CURADORA a requerente, sua irmã IRENE MARIA DE CARVALHO,brasileira, viúva, nascida aos 28/3/1954, natural de São Francisco do Piaui – PI, filha de Pedro Vieira de Carvalho e Josefa Maria de Carvalho, portara da RG. Nº 970876-SSP TO e CPF. nº 798.240.051-53, residente e domiciliada na Av. Vicente Barbosa, s/nº, Quadra 3B, Lote 12, centro, Lagoa da Confusão-TO, devendo a mesma dispensar todos os cuidados com a interrditanda e se necessário for, prestar contas quando solicitado. Em atenção ao art. 1.184 do Caderno Instrumental Civil e no art. 9º,inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente interdição no Registro Civil competente. Oficie-se ao Cartório Eleitoral para supensão dos direitos políticos da interditanda nos termos do artigo 15, inciso II da Constituição Federal. Publique-se no Órgão oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Expeça-se o Termo de Curatela definitiva.Publicada e intimados em audiência, registre-se e arquive-se. Sem custas. Cristalândia, 23 de agosto de 2011. Agenor Alexandre da Silva - Juiz de Direito Titular". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital, o qual será publicado por 03(três) vezes com intervalo de 10(dez) dias no Diário da Justiça deste Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cristalândia-TO, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Técnico Judiciário que o digitei e subsc.Dr. *Agenor Alexandre da Silva* -Juiz de Direito CERTIDÃO: Certifico e dou fé que afixei o presente Edital no átrio do Fórum local e na forma determinada, na presente data. Em,24/8/2011.Técnico Judiciário.

DIANÓPOLIS

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS n. 2009.0004.0658-3
Réu: EDSON RODRIGUES DO NASCIMENTO
Advogado: DR. SÍLVIO ROMERO ALVES PÓVOA
Despacho: "(...) Dessa forma, inexistindo diligências a serem realizadas, nem irregularidades a serem sanadas, tenho por preparado o presente processo, ordenando que o Réu EDSON RODRIGUES DO NASCIMENTO, seja submetido a julgamento, cuja sessão DESIGNO PARA O DIA 21 DE SETEMBRO DE 2011, A PARTIR DAS 09H30, no auditório do Tribunal do Júri desta Comarca. (...) Dianópolis-TO, 15 de agosto de 2011. Ciro Rosa de Oliveira. Juiz de Direito Titular da Vara Criminal"

1ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2008.5.4695-6 Reintegração de Posse
Requerente: Dibens Leasing S/A – Arrendamento Mercantil
Adv: Simony Vieira de Oliveira
Requerido: José Bonifácio da Silva Ramos
Adv:
DECISÃO:
Em razão da informação de que o requerido tem domicílio certo, conforme certidão de fls. 24 verso, determino a expedição de carta precatória de citação para o cumprimento no prazo de 40 (quarenta) dias, devendo o requerido ser citado nos termos da decisão de fls. 19/20.
Por ainda não se poder falar em não localização do requerido, INDEFIRO os pedidos de fls. 54/57. Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

Autos n. 2011.6.5901-7 Cautelar de Seqüestro
Requerente: Joaquim Adão Jesus de Almeida
Adv: Ronaldo Ausone Lupinacci
Requerido: Saul Cariolano da Silva
Adv:
Fica o advogado do requerente intimado para no prazo de 30 (trinta) dias, fazer o recolhimento das custas e taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. O DAJ poderá ser retirado no site www.tjto.jus.br .Dianópolis, 24 de agosto de 2011. Maria as Graças Gomes Araújo, Escrivã Judicial

Autos n. 2011.6.7754-6- Indenização
Requerente: Hagahus Araújo e Silva
Adv: Silvio Romero Alves Póvoa
Requerido: Miguelina Francelina Damaceno
Adv :
DESPACHO:
Isto posto, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias, esclarecendo qual procedimento foi escolhido para trâmite da ação, oportunidade que deverá ser requerida a citação da parte ré. Fabiano Ribeiro, Juiz de Direito Substituto.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2011.6.4233-5 – Execução de Sentença
Exeqüente: Gilvanice Soares da Silva e outros
Adv: Hamurab Ribeiro Diniz
Executado: Município de Rio da Conceição
Adv:
Sentença:
ISTO POSTO, INDEFIRO a inicial com fundamento no art. 295, inciso III do CPC, devendo os autores recorrem à via própria. Via de conseqüência, procedo à extinção do feito sem resolução do mérito. Defiro aos requerentes os benefícios da lei n. 1.060/50. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto

Autos n. 2011.6.4232-7 – Execução de Sentença
Exeqüente: Edna Lustosa Moreira França
Adv: Hamurab Ribeiro Diniz
Executado: Município de Rio da Conceição
Adv:
Sentença:
ISTO POSTO, INDEFIRO a inicial com fundamento no art. 295, inciso III do CPC, devendo os autores recorrem à via própria. Via de conseqüência, procedo à extinção do feito sem resolução do mérito. Defiro aos requerentes os benefícios da lei n. 1.060/50. P.R.I.Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

FIGUEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

SENTENÇA

Autos: 2010.0000.8077-0 / 0 – Ação de Interdição
Requerente: Geslânia da Costa Tavares
Requerida: Maria da Costa Tavares
Por ordem do Excelentissimo Juiz de Direito desta Comarca Dr. Fabiano Gonçalves Marques, procedo à 1ª publicação da r. Sentença prolatada nos autos em epígrafe. SENTENÇA: (...) Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para os fins de DECRETAR a INTERDIÇÃO de MARIA DA COSTA TAVARES, brasileira, solteira, nascida aos 03/06/1958, filha de Casiana Costa Tavares, o que faço com fundamento no art. 1.767, I, do C.C. e art. 1.183, parágrafo único do CPC, declarando-a ABSOLUTAMENTE INCAPAZ de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, nomeando-lhe CURADORA SUA FILHA, a Srª. GESLÂNIA DA COSTA TAVARES, que exercerá a curatela sem limitação de poderes, mediante termo de compromisso, a ser lavrado em livro próprio e prestado em cinco dias, a teor do art. 1.187 do CPC, dele expedindo-se certidões. Dispenso, desde logo, nos termos do art. 1.190 do CPC, a especialização de hipoteca legal, em razão da reconhecida idoneidade da curadora e inexistência de bens da curatelada. Determino que seja a presente sentença inscrita no Registro de Pessoas Naturais desta cidade, que seja averbada à margem do registro de nascimento do cartório respectivo, bem como seja publicada na imprensa oficial, por três vezes consecutivas, com intervalo mínimo de dez dias (art. 1.184 CPC). Tome-se o compromisso, por termo, no prazo de cinco dias. Sem custas. P.R.I. Figueirópolis/TO, 09 de agosto de 2011. Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

FILADÉLFIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS:2011.0002.5405-0
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: Ronysio Leite Cruz
Advogado: Defensor Público
Requerido: Sabrina Silva Fragoso Leite
Advogado: Dr. Leonardo Rossini da Silva OAB 1929-TO.
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Fica o advogado da requerida intimado da audiência designada para o dia 20/09/2011, às 16:00 horas, na sala das audiências, no Fórum local de Filadélfia, tudo conforme despacho do teor seguinte: "Tendo em vista a convocação da presidente do Tribunal de Justiça do Estado doTocantins, às fls. Retro, redesigno a audiência anteriormente marcada para o dia 20/09/2011, às 16h:00min, neste Fórum local. Intimem-se as partes na forma determinada anteriormente. Cumpra-se. Filadélfia, 16 de agosto de 2011. As) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto."

AUTOS:2011.0005.5734-6
Ação: Reintegração de Posse
Requerente: Erminia Lopes de Sousa
Advogado: Dra. Amanda Mendes dos Santos OAB-TO 4392
Requerido: Izabel Alves da Costa
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Fica a advogada da requerente intimada da audiência designada para o dia 14/09/2011, às 10:00 horas, na sala das audiências, no Fórum local de Filadélfia, tudo conforme despacho do teor seguinte: "Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de pobreza, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte autora, ressalvada a possibilidade de impugnação/revogação, nos termos da Lei 1.060/50. Entendo prudente a realização de audiência de justificação, razão pela qual a designo para o **dia 14/09/2011, às 10h,** nos termos dos art. 863 e 864 c/c art, 928 e 930, ambos do Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora, através de sua procuradora, via diário da justiça eletrônico, sobre a data da referida audiência. Cite-se e intime-se a requerida, para comparecer à referida audiência sendo-lhe facultada contraditar as testemunhas, inqueri-lás e manifestar-se sobre os documentos, desde que os façam através de advogado, sendo que o prazo para contestar o pedido será contado da decisão que deferir ou não a medida liminar solicitada. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Filadélfia, 24 de agosto de 2011. As) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto."

FORMOSO DO ARAGUAIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0009.3148-5 Aposentadoria Por Idade
Requerente: Maria Rosa Alves de Sousa
Advogado: Dra. Nelson Shoubia OAB/TO nº 3.996-B
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 23 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito

Autos nº 2011.0009.3146-9 Aposentadoria Por Idade
Requerente: Dinalva Gomes Pereira
Advogado: Dra. Nelson Shoubia OAB/TO nº 3.996-B
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 23 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito

Autos nº 2011.0001.6488-8 Aposentadoria (Salário Maternidade)
Requerente: Maiara Cristina Barros de Oliveira
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito

Autos nº 2011.0001.6485-3 Aposentadoria (Salário Maternidade)
Requerente: Maiara Cristina Barros de Oliveira
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de D

Autos nº 2011.0001.6619-3 Aposentadoria
Requerente: Osmarina Pereira dos Santos
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito

Autos nº 2011.0001.6617-7 Aposentadoria
Requerente: Pedro Pereira Aquino
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito

Autos nº 2011.0001.1540-8 – Aposentadoria
Requerente: Geraldo Alves Xavier
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito".

Autos nº 2011.0001.6616-9 – Aposentadoria (Auxílio Doença)
Requerente: Osmarina Pereira dos Santos
Advogado: Dra. Débora Regina Macedo OAB/TO nº 3811
Requerido: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Nada consta
OBJETO: INTIMAÇÃO do(a) autor(a) através de seu procurador do despacho: "Atento ao teor do disposto na Portaria 03/2011, que dispõe sobre a suspensão dos processos judiciais ajuizados em desfavor do INSS, no âmbito desta Comarca de Formoso do Araguaia/TO, determino a intimação do(a) autor(a) para demonstrar que intentou prévio requerimento administrativo junto ao INSS, anexando cópia(s) da documentação pertinente à inicial. Cumpra-se com a urgência que o caso requer. Intime-se. Formoso do Araguaia-TO, 22 de agosto de 2011. Dr. Adriano Morelli – Juiz de Direito".

Cartório da Família e 2ª Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO: Anulatória de Ato Jurídico c/c Danos Morais, Perda e Danos, Danos Emergentes e Lucros, Cessantes c/ Antecipação de Tutela – 2009.0001.3850-3
Requerente: Benedito Batista da Rocha e outra
Advogado (a): Wilmar Ribeiro Filho OAB-TO 644
Requerido: Aristides Otaviano Mendes e outra
Advogado (a): Leopoldino Franco de Freitas OAB-GO 17.374
INTIMAÇÃO: Fica os procuradores da requerente e requerido intimados da sentença de fls.360/368 seguinte transcrito parte dispositiva: "Por todo o exposto, ante a ocorrência de dolo, julgo parcialmente procedente o pedido, razão pela qual declaro anulado o negócio jurídicocelebrado entre os requerentes Benedito Mendes da Rocha e sua esposa Maria Elza Mendes da Rocha, com os requeridos Aristides Otaviano Mendes e sua esposa Lúcia Helena Gouveia Mendes. No entanto, julgo improcedente o pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de indenizacão por perdas e danos, tendo em vista que os próprios autores não tinham condições de devolver os valores antecipados pelos requeridos, como pagamento pelas parcelas vencidas. Determino a devolução pelos requerentes aos requeridos, dos valores recebidos como pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas vencidos, devidamente corrigidos, e, em contrapartida, deverão os requeridos pagarem aos requerentes os valores recebidos a título de arrendamento, também devidamente corrigidos, ficando-lhes, porém, garantido o direito de retenção das benfeitorias realizadas, tudo a ser apurado em liquidação de sentença.Considerando que foi autorizado o pagamento das custas ao final do processo, determino a remessa dos autos à contadoria para os devidos cálculos, intimando-se os requerentes para seu recolhimento.Em razão do provimento parcial dado ao pedido, cada parte arcará com o pagamento de honorários a parte contrária, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Translade-se cópia da presente sentença aos autos n° 2009.0004.7163-6, em apenso, os quais restam prejudicados em razão da decisão aqui prolatada.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, depois de

efetuadas as necessárias baixas e comunicações de estilo.Cumpra-se. Formoso do Araguaia,22 de agosto de 2011.Adriano Morelli-Juiz de Direito".

GOIATINS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº. 2007.0003.1916-1/0 (2.650/07) – Reintegração de Posse
Requerente: Nélson José Volpi Simões, substituído por seus herdeiros legais.
Adv. Renato Goldinho, OAB/TO nº 2550
Requerido: Carlos Alberto Motter
Adv. André Francelino de Moura, OAB/TO nº 2621.
INTIMAÇÃO: dos advogados para conhecimento do inteiro teor da Decisão Judicial a seguir transcrita: Razão assiste à parte ré na petição de fls. 74/75 vez que o prazo para citação deve ser de (15) quinze dias. Assim, o prazo deve ser substituído nos termos do art. 214, § 2º, CPC. Considero feita a citação de forma regular em razão da apresentação espontânea da contestação, art. 214, § 1º, CPC. Assim, concedo o prazo de (10) dez dias ao autor para apresentação de réplica à contestação. Após ,conclusos para saneamento do feito. Intimem-se ambas as partes do inteiro teor. Goiatins, 25 de agosto de 2011.

Autos nº. 2011.0005.4470-8/0 (4.539/11) – Impugnação ao Valor da Causa
Requerente: Carlos Alberto Motter
Adv. André Francelino de Moura, OAB/TO nº 2621.
Requerido: Nélson José Volpi Simões, substituído or seus herdeiros legais.
Adv. Renato Goldinho, OAB/TO nº 2550
INTIMAÇÃO: Fica o advogado dos requeridos INTIMADO para que no prazo de (05) cinco dias manifestar acerca da impugnação de fls, 02/07.
Goiatins, 26 de agosto de 2011.

Autos nº. 2010.0004.9798-1/0 (3.936/10)
Requerente: Raimundo Costa Varão
Adv. Marcos Paulo Favaro, OAB/TO nº 4.128-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social- INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado INTIMADO para impugnar a contestação e documentos de fls. 25/39, no prazo legal. Goiatins, 24 de agosto de 2011.

Autos nº. 2010.0007.1796-5/0 (4.080/10) – Aposentadoria Rural por Idade
Requerente: Inácia Oliveira Machado Almeida
Adv. Marcos Paulo Favaro, OAB/TO nº 4.128-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social- INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado INTIMADO para impugnar a contestação e documentos de fls. 25/48, no prazo legal. Goiatins, 24 de agosto de 2011.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: Nº 2011.0007.6351-5(464/11)– AÇÃO PENAL
Acusado: RAIMUNDO COELHO VIEIRA
Intimação dos Advogados: DRS: JOÃO BEUTER JÚNIOR- OAB/TO Nº3.252 E DR. DANIEL DOS SANTOS BORGES-0AB/TO Nº2.238.
INTIMAÇÃO**:** Ficam os advogados do acusado: Raimundo Coelho Vieira, acima nominados, intimados, para apresentarem a Defesa Escrita, no prazo legal, de que trata o caput, do artigo 396 do Código de Processo Penal. Goiatins-TO, 24 de agosto de 2011.

GUARAÍ

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.487/2011 - LF
Ficam os advogados das partes abaixo identificadas, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos n°: 2008.0009.5098-6 – Ação Demarcatória
Requerente: Climel Clínica Médica e Laboratório Ltda
Advogado: Drº. Marcos Antonio de Souza - OAB/TO n.834
Requeridos: Maurílio Pinheiro Câmara e s/m Mariza Martins de Assunção e Outros
Advogado: Drº. Maurílio Pinheiro Câmara Filho - OAB/TO n.3420
SENTENÇA de fls. 128/129: "(...) Diante do pedido de desistência formulado pela parte autora, tendo em vista que foi formulado através de seu procurador constituído, ao qual outorgou poderes para desistir inclusive (fls.125); bem como antes da complementação da citação da parte requerida e, consequentemente, do início do prazo para resposta, hipótese em que seu deferimento independe da anuência da parte contrária (artigo 267, § 4o, do CPC); HOMOLOGO A DESISTÊNCIA POR SENTENÇA, JULGANDO EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento o artigo 267, inciso VIII e § 4o c/c artigo 158, parágrafo único, todos do CPC. Custas processuais e taxa judiciária pelos autores. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, se necessário, proceda nos termos do r. Provimento n° 002/2011-CGJUS/TO, capítulo 2, seção 5 e arquivem-se com as cautelas legais. P.R.I.C. Guaraí, 18/8/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.4862011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimado dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0010.4197-3 – Ação de Reintegração de Posse
Requerentes: Lucia Ferreira Leite e Outros
Advogado: Drº. Wilson Roberto Caetano - OAB/TO n.277
SENTENÇA de fls. 73/75: "(...) Ante o exposto, concluindo pela falta superveniente de uma das condições da ação: interesse processual, com espeque nos artigos 267, inciso VI, e 598 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem análise do mérito. Custas processuais e taxa judiciária pela parte autora, com a ressalva do artigo 12, da Lei n° 1060/50, uma vez que defiro, com espeque no artigo 4o, caput e § 1o, da mesma lei, os benefícios da justiça gratuita a mesma. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Notifique-se o parquet. P.R.C.I. Guarai, 16/08/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.485/2011 - LF
Ficam os advogados das partes abaixo identificadas, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0010.4197-3 – Ação de Reintegração de Posse
Requerente: Banco Gmac S.A
Advogado: Drª. Marinólia Dias dos Reis - OAB/TO n.1597
Requerido: Michel Grigolo
Advogado: Drº. Elton Tomaz de Magalhães – OAB/DF n.19.437
SENTENÇA de fls. 151/154: "(...) Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, condenando, com espeque no artigo 26 do CPC, o requerido ao pagamento das custas processuais finais, uma vez que as iniciais, a taxa judiciária e os honorários advocatícios já foram quitados. Após o trânsito em julgado, se necessário, proceda nos termos do r. Provimento n° 02/2011 - CG JUS/TO, e voltem-me os autos conclusos. (...) P. R. I.C. Guaraí, 19 de agosto de 2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

Autos: 2011.0006.5992-0/0 - Execução – VR
Ficam os advogados das partes abaixo identificados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Dr. Mauricio Cordenonzi OAB/TO nº 2223-B
Executado: Wanderley Osny Brinkman
DECISÃO de fls 65/72: "Vislumbra-se nos presentes autos físico e não eletrônico, às fls. 50/64, a interposição do recurso de embargos de declaração, pela parte autora, em face da sentença de fls. 40/44. O embargante, em princípio, atendeu aos pressupostos processuais intrísecos, de modo que utilizou do recurso cabível, na forma do artigo 535, do Código de Processo Civil, bem como há interesse processual para recorrer, somada a sua legitimidade recursal; todavia, ao compulsar a peça recursal, observa-se a ausência de assinatura original do recorrente (requisito extrínseco), uma vez que, apenas das fls. 64 (última folha) extrai-se assinatura do advogado subscritor da mesma, de forma digitalizada – que constitui mera reprodução da assinatura de próprio punho, obtida por meio de imagem através de scanner e inserida em documento, ou seja, diversa da assinatura digital – que assegura a autenticidade de documentos em meio eletrônico e disciplina pela Lei nº 11.419/2006 – sem contar que as demais folhas de tal petitório encontram-se sem assinatura alguma, conforme certidão retro; configurando assim, petição apócrifa, e consequentemente ato inexiste, conforme vasto entendimento jurisprudencial. (...) Isto posto, deixo de receber o recurso de fls. 50/64; motivo pelo qual determino a serventia que aguarde o trânsito em julgado desta decisão; após cumpra-se sentença de fls. 40/44. Intime-se. Guaraí, 23 de agosto de 2011. (Ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.484/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimado dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0009.9637-6 – Ação Monitória
Requerente: Agrofarm – Produtos Agroquímicos LTDA
Advogado: Drº. Marcos Antonio de Souza - OAB/TO n.834
Requerido: Thiago Anschau
Advogado: Não Constituído
DESPACHO de fls. 60: "Expeça-se a respectiva carta precatória nos termos da decisão inicial de fls. 37, ressaltando que remarco a audiência de tentativa de conciliação par o dia 13/09/2011, às 15 horas e 30 minutos. Intimem-se. Guaraí, 18/08/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

CARTA PRECATÓRIA nº. **2011.0007.7233-6/0**.
Número da Ação Penal na Origem: nº.: 18462.89.2010.4300.
CP Penal JF n. 18462.89.2010/03/11.
Vítima(s): Banco da Amazônia S/A e/ou a União.
Autor da Denúncia: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
Acusado(s): ANTÔNIO MILHOMEM LACERDA..
Advogado(s): Dra. Jaiana Milhomens Gonçalves (OAB/TO nº. 4.295).
Fica(m) o(a)(s) advogado(a)(s), intimado(a)(s) do(s) ato(s) processual(is) abaixo relacionado(s): (Intimações conforme o Provimento 002/11 da CGJ-TO): ""(6.2) DESPACHO Nº. 41/07. Carta Precatória nº. 2011.0007.7233-6. Cumpra-se, conforme deprecado à fl. 02. Para a realização da audiência de inquirição das testemunhas, designo o dia 31.08.2011 às 10h15min, na sala de audiências da Vara Criminal. Dê-se ciência ao Juízo Deprecante. Intimem-se as testemunhas. Notifiquem-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Guaraí, TO, 13 de julho de 2011. (Ass.). Dr. ALAN IDE RIBEIRO DA SILVA-Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal.".

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N° 2010.0004.4679-1
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: JOSÉ COELHO DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO: DR. WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS
REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S.A.

ADVOGADOS: DR. ANDRES CATON KOPPER DELGADO E DR. BERNARDINO DE ABREU NETO
(6.5) DESPACHO Nº 36/08 .Verifica-se que o autor peticionou às fls. 117 manifestando concordância com o valor depositado e requerendo a expedição de alvarás para o levantamento. No entanto, o autor não cumpriu integralmente o despacho de fls. 116, porquanto deixou de manifestar concordância ou não com o valor como quitação do débito para efeitos de extinção do feito.Diante disso, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar se concordância com o valor depositado para efeito de extinção do feito. Não havendo concordância, requeira o entende de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, será entendido que o autor concordou com o valor depositado e o feito será extinto autorizando-se o levantamento da importância depositada. Publique-se (DJE/SPROC). Intimem-se via DJE. Guaraí, 23 de agosto de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar

GURUPI

1ª Vara Cível

ATA DE REDISTRIBUIÇÃO

Ação: Indenização – 2009.0005.0284-1
Requerente: Nilson Augusto Chagas
Advogado(a): Albery Cesar de Oliveira OAB-TO156-B
Requerido(a): Ariston Alves de Aquino, Salmeron Alves de Aquino, Zélia Oliveira Aquino, Palmeron Alves
de Aquino, Ednaldo Alves de Aquino e Shesman Alves Barbosa
Advogado(a): 4º e 6º requeridos: Silvania Barbosa de Oliveira Pimentel - Defensora Pública; Demais requeridos: não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10(dez) dias, juntar aos autos o Edital devidamente publicado.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ação: Busca e Apreensão – 2010.0005.2930-1
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado(a): José Martins OAB-SP 84.314
Requerido: Claudia Romão Nicezio
Advogado(a): Antônio Honorato Gomes OAB-TO 3393
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Visando dar maior agilidade ao processo e considerando que a transação é renunciável e diante dos Princípios da Celeridade e Economia Processual, intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intime-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunhal o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo de acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. 23/03/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta Auxiliar."

Ação: Indenização por Danos Morais c/c Obrigação de Fazer – 2010.0004.4130-7
Requerente: Roberto Carlos Augusto
Advogado(a): Cristiano Queiroz Rodrigues OAB-TO 3933
Requerido: Moto Honda da Amazônia Ltda e Sertavel Comércio de Motos e Acessórios Ltda.
Advogado(a): 1º requerido: Raimundo Nonato Fraga Sousa OAB-TO 476 e 2º requerido: Leandro Rógeres Lorenzi OAB-TO 2170-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Defiro a prova requerida às fls. 182 (depoimento pessoal do autor). Intime-se para audiência de instrução e julgamento que ora designo para 20/10/11, às 14:00 horas. Intimem-se. 16/08/2011. Odete Batista Dias Almeida – Juíza de Direito Substituta".

Ação: Cautelar de Arresto – 2010.0009.6889-5
Requerente: Tratortins Peças Ltda.
Advogado(a): Ibanor de Oliveira OAB-TO 129 B
Requerido(a): Edir de Resende Cortazio
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para providenciar a publicação do edital de citação que se encontra no bojo dos autos.

Ação – Cautelar de Sustação de Protesto –2009.0009.3526-8
Requerente: Freitas e Melo Ltda.
Advogado (a): Marcelo Palma Pimenta Furlan OAB-TO 1901
Requerido: Manufatura Rio Comércio de Roupas Ltda. e Consulfac Factoring e
Fomento Mercantil
Advogado (a): não constituído.
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para providenciar a publicação do edital de citação que se encontra no bojo dos autos.

Ação: Obrigação de Fazer c/c Danos Morais, Repetição de Indébito com Pedido de Tutela Antecipada – 2010.0011.8032-9
Requerente: Florence Germaine Tible Lainscek
Advogado(a): Wellington Paulo Torres de Oliveira OAB-TO 3929-A
Requerido(a): Brasil Telecom S/A
Advogado(a): Patrícia Mota Marinho Vichmeyer OAB-TO 2245
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intimem-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunha o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. Gurupi-TO, 17 Junho de 2.011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação – Cautelar de Arresto – 2009.0002.0083-7
Requerente: Edsseia Aparecida Pereira
Advogado: Érika Patrícia Santana Nascimento OAB-TO 3228
Requerido: Antônio Manzan e Luiz Humberto Manzan
Advogado: Walter Sousa do Nascimento OAB-TO 1377
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intimem-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunhal o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. Gurupi-TO, 20 Junho de 2.011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação – Restituição de Veículo Apreendido – 2011.0004.2950-0
Requerente: Rafael Carvalho Oliveira e Claudemar Vicente Ferreira
Advogado: Ciran Fagundes Barbosa OAB-TO 919
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "(...) Isto posto, acolho o pedido de NELSON BARBOSA DE SOUZA e determino a autoridade policial que proceda a entrega a ele do veículo VOLKSWAGEN CROSSFOX ano 2005 modelo 2006, cor preta, placa MWA - 9419, chassi 9BWKB05Z864079659 que se encontra na 2º Distrito Policial dessa cidade, desde que não exista outro procedimento criminal que não seja o inquérito n° 2011.0004.2950-0/0, já arquivado sobre o veículo e após o recolhimento de todos os emolumentos respectivas. Determino que NELSON BARBOSA DE SOUZA se mantenha por ora como mero depositário judicial do veículo, mediante termo próprio. Expeça Alvará que deverá se fazer acompanhar de cópia da presente. Traslade cópia para os autos apensos na seqüência arquive com as baixas devidas. Intime. Gurupi 06 de junho de 2011. Edimar de Paula, JUIZ DE DIREITO, em substituição automática."

Ação – Entrega de Veículo em Questão – 2011.0002.3842-9
Requerente: Romulo Ferreira Troncoso e Nelson Barbosa de Souza
Advogado: 1º requerido: Walter Vitorino Junior OAB-TO 3655 e 2º requerido: Nadin El Hage OAB-TO 19 B
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "(...) Isto posto, acolho o pedido de NELSON BARBOSA DE SOUZA e determino a autoridade policial que proceda a entrega a ele do veículo VOLKSWAGEN CROSSFOX ano 2005 modelo 2006, cor preta, placa MWA - 9419, chassi 9BWKB05Z864079659 que se encontra na 2º Distrito Policial dessa cidade, desde que não exista outro procedimento criminal que não seja o inquérito n° 2011.0004.2950-0/0, já arquivado sobre o veículo e após o recolhimento de todos os emolumentos respectivas. Determino que NELSON BARBOSA DE SOUZA se mantenha por ora como mero depositário judicial do veículo, mediante termo próprio. Expeça Alvará que deverá se fazer acompanhar de cópia da presente. Traslade cópia para os autos apensos na seqüência arquive com as baixas devidas. Intime. Gurupi 06 de junho de 2011. Edimar de Paula, JUIZ DE DIREITO, em substituição automática."

Ação de Cautelar de Sustação de Protesto c/ Pedido Liminar - 2010.0007.1032-4
Requerente: Nadin El Hage
Advogado: Janeilma dos Santos Luz OAB-TO 3822
Requerido: Indústria de Comércio de Alimentos JR Ltda.
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10(dez) dias, se manifestar se deseja desistir da ação, nos termos do art. 267, VIII do CPC, posto que os autos não podem simplesmente ser arquivados.

Ação de Declaratória de Inexistência de Débito c/c Pedido de Indenização por Danos Morais – 2011.0004.3198-9
Requerente: Nadin El Hage
Advogado: Janeilma dos Santos Luz OAB-TO 3822
Requerido: Alex Fernandes Cirqueira
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para cumprir a determinação contida no artigo 283 do CPC, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção.

Ação: Cumprimento de Sentença – 2008.0008.8072-4
Exequente: Celma Mendonça Milhomem e Nair Rosa Freitas Caldas OAB-TO 1047
Advogado(a): Celma Mendonça Milhomem OAB-TO 1486
Executada(a): Sady Arcides Rech
Advogado(a): Valdeon Roberto Gloria OAB-TO 685
INTIMAÇÃO: Fica a parte executada intimada para no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do valor de R$ 2.103,38(dois mil cento e três reais e trinta e oito centavos), sob pena de incidir multa de 10%, conforme artigo 475-J do CPC.

Ação: Anulatória de Título c/c Perdas e Danos - 2009.0013.0122-0
Requerente: Rodrigues e Amorim Ltda.
Advogado(a): Leonardo Navarro Aquilino OAB-TO 2428-A
Requerido(a): Forte Distribuidora de Hortifrutigranjeiros Ltda.
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "(...) Sendo assim, tendo em vista a falta de preparo, o qual foi aguardado por prazo superior ao que a lei prevê, determino o cancelamento da

distribuidora destes autos, com fulcro no art. 257 do CPC. Não há honorários. Condeno a autora no pagamento das custas iniciais e da Taxa Judiciária. Cobre-as da autora para pagamento em 15 dias sob as penas da lei. Transitado em julgado, dêem-se as baixas necessárias. Após arquive-se. PRIC. Gurupi, 20 de junho de 2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: Anulatória de Título c/c Perdas e Danos - 2009.0013.0122-0
Requerente: Rodrigues e Amorim Ltda.
Advogado(a): Leonardo Navarro Aquilino OAB-TO 2428-A
Requerido(a): Forte Distribuidora de Hortifrutigranjeiros Ltda.
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "(...) Sendo assim, tendo em vista a falta de preparo, o qual foi aguardado por prazo superior ao que a lei prevê, determino o cancelamento da distribuidora destes autos, com fulcro no art. 257 do CPC. Não há honorários. Condeno a autora no pagamento das custas iniciais e da Taxa Judiciária. Cobre-as da autora para pagamento em 15 dias sob as penas da lei. Transitado em julgado, dêem-se as baixas necessárias. Após arquive-se. PRIC. Gurupi, 20 de junho de 2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: Cautelar de Sustação de Protesto – 2009.0011.8254-9
Requerente: Rodrigues e Amorim Ltda.
Advogado(a): Leonardo Navarro Aquilino OAB-TO 2428-A
Requerido(a): Forte Distribuidora de Hortifrutigranjeiros Ltda.
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "(...) Sendo assim, com fulcro no art. 808, III do Código de Processo Civil julgo extinta a presente ação. Revogo a liminar deferida. Comunique-se ao respectivo cartório. Dêem-se baixa na caução ofertada. Condeno a autora no pagamento das despesas processuais. Sem honorários. Transitado em julgado, dêem-se as baixas e anotações necessárias. Após arquives-se. PRIC. Gurupi 20 de junho de 2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação – Embargos do Devedor – 2011.0000.9147-9
Embargante: Valdiney Araújo Rodrigues e Hilda Carvalho Magalhães
Advogado: Walter Sousa do Nascimento OAB-TO 1377
Embargado: Maria Gorete Araújo Rodrigues
Advogado: Hugo Ricardo Paro OAB-TO 4015
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intimem-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunhal o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. Gurupi-TO, 17 Junho de 2.011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: Monitória – 2008.0010.4537-3
Requerente: Ricardo Lima Pires
Advogado(a): Débora Regina Macedo OAB-TO 3.811
Requerido(a): Wisley Lopes Meneses
Advogado(a): Walace Pimentel OAB-TO 1999-B
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para dar impulso ao feito no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção.

Ação: Busca e Apreensão – 2007.0008.2775-2
Requerente: Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado(a): Milguel Boulos OAB-GO 22.554-A
Requerido(a): Viação Javaé Ltda.
Advogado(a): Raimundo Nonato Franga Sousa OAB-TO 476
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para dar impulso ao feito no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção.

Ação: Resolut. De COnt. de Compra e Mutuo com Garant. c/c Declaratória – 2008.0007.7246-8
Requerente: Evaldo Guimarães da Silva
Advogado(a): Silvania Barbosa de Oliveira Pimentel- Defensora Pública
Requerido(a): Camp House – Comércio de Equipamento de Segurança Ltda.
Advogado(a): Tiago Lopes Benfica OAB-TO 2329
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "(...) Visando dar maior agilidade ao processo e considerando que a transação é renunciável e diante dos Princípios da Celeridade e Economia Processual intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intimem-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunhai o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. Cumpra-se. Gurupi, 05 de Maio de 2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta." DECISÃO: "Vistos etc. Intime-se a requerida para assinar a contestação de fls. 51 sob pena de decretação de sua revelia (art. 13 do CPC), no prazo de 05(cinco) dias. Inverto ônus da prova à luz do artigo 6º, VIII do CPC. Intime-se da presente, reiterando-se a publicação de fls. 60. Cumpra-se. Gurupi 16/08/2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: Reparação por Danos Materiais c/c Obrigação de Fazer e Pedido de Antecipação de Tutela Mérito – 2010.0010.6534-1
Requerente: Ricardo Lemos Abraão
Advogado(a): Juciene Rego de Andrade OAB-TO 1385
Requerido(a): Banco Volkswagen S/A
Advogado(a): Marinólia Dias dos Reis OAB-TO 1597
INTIMAÇÃO: DEPACHO: "Intimem-se as partes para manifestarem a intenção de transigir no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renuncia tácita. Intimem-se ainda para manifestarem a intenção em produzir provas devendo especificá-las no mesmo prazo acima. Havendo protesto por prova testemunhal o rol alusivo deverá ser apresentado nos autos, no prazo acima declinado. Caso tal não seja feito por nenhuma das partes, conclua-se para julgamento por ordem de antiguidade. Mesmo que as provas sejam especificadas, caberá ao julgador verificar sua necessidade. Caso alguma das partes manifeste a intenção de transigir, conclua-se para designação de audiência preliminar. Não havendo acordo, serão fixados os pontos controvertidos e deferidas as provas úteis ao julgamento, caso sejam especificadas pelas partes. Não havendo provas a serem produzidas ou sendo as mesmas indeferidas, ou autos serão postos em ordem de julgamento. Gurupi-TO, 17 Junho de 2.011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

Ação: Indenização por Danos Materiais e Morais c/c Antecipação de Tutela – 2009.0009.9538-4
Requerente: Divino Humberto Leonel da Paiva
Advogado: Fábio Araújo Silva OAB-TO 3807
Requerido: Telegoiás Celular S/A – VIVO e Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: 1º requerida: Marcelo de Souza Toledo OAB-TO 2512-A, Oscar L de Moraes OAB-DF 4300 e Gustavo Souto OAB-DF 14.717 e Leise Thaís da Silva Dias OAB-TO 2288 e 2º requerida: Cristiana Aparecida Santos Lopes Vieira OAB-TO 2608
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "(...) Isso posto e quanto à segunda demandada (BrasilTelecom Celular S.A.), julgo **IMPROCEDENTE** o pedido inicial no tocante ao dano moral que se pretende, entretanto e uma vez que os débitos em cobrança por parte desta decorreram de clonagem junto à linha telefônica de responsabilidade de conveniada sua (VIVO), mantenho e ratifico a liminar para fins de exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, a este título, bem como declaro a inexistência das dívidas que originaram a inclusão referida, na forma legal pertinente, podendo esta valer-se do direito de regresso face à VIVO, acaso entenda pertinente. Em prosseguimento, julgo **PROCEDENTE** o pedido de dano moral quanto à primeira requerida (Telegoiás Celular S.A - VIVO), razão pela qual condeno-a ao pagamento da importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja importância deverá ser acrescida de juros à base de 1% (um por cento) ao mês a partir deste arbitramento (recente julgado da 4ª. Turma do STJ, em mudança de posicionamento - Resp 903.258, notícia de 30/06/11), além de correção monetária com base nos provimentos deste Tribunal a partir deste arbitramento (Súmula 362 do STJ), e pagamento de 50% (cinqüenta por cento) das custas judiciais e honorários advocatícios, que ora arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Considerando a sucumbência recíproca, fulcro no artigo 21 do Código de Processo Civil brasileiro, condeno o autor ao pagamento do remanescente das custas judiciais no importe de 50% (cinqüenta por cento) e honorários advocatícios à segunda requerida (BrasilTelecom Celular S.A.), que ora arbitro equitativamente em R$ 1.000,00 (hum mil reais). A intimação da presente sentença deve observar o comando de fls. 126, cuia publicação deve conter o nome de TODOS os advogados descritos no tópico alusivo (além da Drª. identificada na Certidão de fls. 169v), a fim de se não alegar eventual nulidade. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi/TO, 12 de julho de 2011. Odete Batista Dias Almeida, Juíza de Direito Substituta."

2ª Vara Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS.

O Doutor MÁRCIO SOARES DA CUNHA, meritíssimo Juiz Substituto da 2ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do 2º Cível, processam-se os Autos da Ação de Cumprimento de Sentença – Processo n.º 7241/04 que **BANCO ITAÚ S.A.** move em desfavor de **MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA,** pessoa jurídica, e **MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA,** pessoa física, por este meio **INTIMA** as executada, atualmente em lugar incerto ou não sabido para, no prazo de 15 (quinze) dias, procederem ao pagamento da importância de R$ 6.330,09 (seis mil trezentos e trinta reais e nove centavos) (artigo 475-J, do CPC), e seus acréscimos, sob pena de multa de 10%. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos oito (08) dias do mês de junho do ano de dois mil e onze. Eu _____, Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O Doutor MÁRCIO SOARES DA CUNHA, meritíssimo Juiz Substituto da 2ª Vara Cível, da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do 2º Cível, processam-se os autos **n.º 2009.0005.9215-8/0**, de Ação **de Usucapião** requerida por **MARIA LIDIA DA MATA FERNANDES** em face de **FRANCISCO PIRES MACIEL e ROSA PIRES MACIEL**, e, por este meio CITA os requerido, bem como EVENTUAIS INTERESSADOS, assim como ausentes, incertos e desconhecidos, dos termos da ação de usucapião supra, sobre o imóvel denominado como lote 14, Quadra 189, situado na Av. Território do Rio Branco, com área de 525,00m², para, querendo, contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial, nos termos dos artigos 285 e 319 do CPC. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos dezessete (17) dias do mês de agosto do ano de 2011. Eu _____, Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS.

O Doutor MÁRCIO SOARES DA CUNHA, meritíssimo Juiz Substituto da 2ª Vara Cível, da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do

2º Cível, processam-se os autos ***n.º 2011.0004.3907-6/0****, de Ação* ***de Usucapião*** *requerida por* ***HENRIQUE BATISTA NETO E MARIA DA CONCEIÇÃO AIRES COSTA*** *em face de* ***NEUTON GOMES DA SILVA E ROSILENE DE ARAÚJO AMORIM GOMES****, e, por este meio CITA EVENTUAIS INTERESSADOS, assim como ausentes, incertos e desconhecidos, dos termos da ação de usucapião supra, sobre o imóvel denominado como lote 14, Quadra 10, com área de 250,00 m², situado nesta cidade, à Rua -03, DO LOTEAMENTO RESIDNECIAL PARQUE DAS ACÁCIAS para, querendo, contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial, nos termos dos artigos 285 e 319 do CPC. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos tres (03) dias do mês de agosto do ano de 2010. Eu _____, Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.*

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS.

O Doutor NILSON AFONSO DA SILVA, meritíssimo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, da Comarca de Gurupi, no exercício de suas atribuições legais etc.
Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do 2º Cível, processam-se os autos **n.º 2011.0007.1529-4/0**, de Ação **de Usucapião** requerida por **RAMIRO PEREIRA AQUINO** move em face de **MOACIR MOREIRA MATIAS e CARMINA PINHEIRO DA SILVA MATIAS** e, por este meio CITA os requeridos, bem como EVENTUAIS INTERESSADOS, assim como os ausentes, incertos e desconhecidos, dos termos da ação de usucapião supra, sobre o imóvel denominado como lote 4-A, Quadra 48, situado na Rua 211, do Loteamento Residencial Jardim dos Buritis, com área de 180,00m², para, querendo, contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial, nos termos dos artigos 285 e 319 do CPC. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse expedido o presente edital e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos vinte e dois (22) dias do mês de agosto do ano de 2011. Eu _____, Iva Lúcia Veras Costa – Escrivã, digitei e subscrevo.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º: 2011.0004.3817-7/0
Ação: Protesto
Requerente: José Laureano de Castro e outro
Advogado(a): Dr. Waldomiro de Azevedo Ferreira
Requerido(a): Vilmar da Cruz Negre e outros
Advogado(a): Dr. Jorge Barros Filho
INTIMAÇÃO: DESPACHO: O pedido de fls. 64/67 deverá ser feito pela via hábil. Gurupi, 19 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0005.3352-6/0
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Mendonça e Alves Ltda.
Advogado(a): Defensoria Pública
Embargado(a): Nelson Nunes da Silva
Advogado(a): Dr. Pedro Carneiro
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o embargante em custas processuais. Gurupi, 19 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 4157/94
Ação: Execução
Exeqüente: Nelson Nunes da Silva
Advogado(a): Dr. Pedro Carneiro
Executado(a): Bruno Alves Mendonça de Abreu
Advogado(a): Defensoria Pública
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se o exeqüente para requerer o que for de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Gurupi, 19 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.1262-2/0
Ação: Impugnação ao Valor da Causa
Impugnante: Sergio Patrício Valente
Advogado(a): Dr. Hainer Maia Pinheiro
Impugnado(a): Francisco Narciso da Fonseca
Advogado(a): Dr. Hilton Cassiano da Silva Filho
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Ouça-se o impugnado no prazo de 05 (cinco) dias. Gurupi, 17 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2011.0004.4106-2/0
Ação: Indenização
Requerente: Gleydson de Souza Cirqueira
Advogado(a): Dr. Valdivino Passos Santos
Requerido(a): Cerealista Vale do Tocantins Ltda.
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o teor da certidão de fls. 25.

Autos n.º: 2011.0004.4057-0/0
Ação: Execução
Exeqüente: Otacílio das Dores Brito
Advogado(a): Dra. Geisiane Sores Dourado
Executado(a): BV Financeira S.A.
Advogado(a): Dr. Marcos André Cordeiro dos Santos
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas para, no prazo legal, se manifestarem sobre o termo de penhora de fls. 46.

Autos n.º: 7561/06
Ação: Condenatória de Reparação de Danos
Requerentes: Hilda Alves Medeiros e outros
Advogado(a): Dr. Jorge Barros Filho
Requerido(a): Maria da Glória Fonseca Silva
Advogado(a): Dra. Rosana Ferreira de Melo
Denunciado(a): Bradesco Seguros S.A.
Advogado(a): Dr. Renato Tadeu Rondina Madaliti
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se o recorrente para regularizar a representação processual em 5 (cinco) dias. Após, intime-se o recorrido para apresentar suas contra-razões, no prazo legal. Gurupi, 09 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0004.0317-7/0
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Valdirene de Fátima Cruz Santos e Cia Ltda.
Advogado(a): Dr. Fabrício Silva Brito
Embargado(a): Banco Bradesco S.A.
Advogado(a): Dr. Osmarino José de Melo
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Gurupi, 19 de agosto de 2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0011.2726-2/0
Ação: Cobrança
Requerente: Steel Rol Comércio de Embalagens Ltda.
Advogado(a): Dr. Rogério Cassius Biscaldi
Requerido(a): Colortim Ind. e Com. de Tintas Ltda.
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, HOMOLOGO por sentença, o pedido de desistência formulado pela parte autora, e EXTINGO O PROCESSSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil Brasileiro. Proceda-se o desentranhamento dos documentos originais constantes nos autos de fls. 07 a 22, juntando-se aos autos cópias dos mesmos. Custas, se houver, pelo autor. Gurupi, 18 de agosto de 2010. (Assunto:) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 6756/01
Ação: Reparação de Danos
Requerente: Jéssica Moura Borges
Advogado(a): Dr. Hainer Maia Pinheiro
Requerido(a): Ary Dalcim
Requerido(a): Curtume Amazônia Legal Ltda.
Advogado(a): Dr. Milton Roberto de Toledo
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se a requerente para juntar aos autos a atualização do débito em 05 (cinco) dias. Gurupi, 14/06/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2007.0004.2602-2/0
Ação: Cumprimento de Sentença
Exeqüente: Velto Martins de Sousa
Advogado(a): Dr. Durval Miranda Júnior
Executado(a): HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.
Advogado(a): Dra. Silvana Simões Pessoa
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Expeça-se o competente alvará para levantamento de dinheiro, em conseqüência julgo extinto o feito nos termos do art. 794, I, do CPC. Autorizo ainda o desentranhamento da Guia FUNJURIS, devendo ser substituído por cópia e certificado. Gurupi, 24/08/2011. Nilson Afonso da Silva. Juiz de Direito.

Autos n.º: 2010.0010.6404-3/0
Ação: Indenização
Requerente: Wender Miranda Damasceno
Advogado(a): Dra. Gadde Pereira Glória
Requerido(a): Pires e Freitas Transportadora Ltda.
Advogado(a): Dr. Enzo Alex Velásquez Farias
Requerido(a): Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Advogado(a): Dr. Renato Tadeu Rondina Madaliti
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas acerca da data da audiência para inquirição da testemunha ELIAS PONTES PEREIRA, no Juízo de Miracema do Tocantins, a qual se realizará no dia 27/10/2011, às 14:40 horas.

Autos n.º: 2008.0001.7138-3/0
Ação: Rescisão Contratual
Requerente: Izabel Pereira Portilho
Advogado(a): Defensoria Pública
Requerido(a): Word Datta Equipamentos Hospitalares Ltda.
Advogado(a): Defensoria Pública
Requerido(a): Negrão & Munhoz Ltda.
Advogado(a): Dra. Regiane Aldri
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 06 de outubro de 2011, às 15:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/08/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 5260/97
Ação: Execução
Exeqüente: Banco do Brasil S.A.
Advogado(a): Dr. Albery César de Oliveira
Executado(a): Center Norte Comércio de Material Elétrico Ltda.
Executado(a): Ivan da Costa Oliveira
Advogado(a): não constituído
Executado(a): Eno Pinheiro Barros

Executado(a): Marilene Pinheiro de Barros
Advogado(a): Dra. Meyre Hellen Mesquita Mendes
INTIMAÇÃO: Fica o exeqüente intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao depósito da importância de R$ 5,76 (cinco reais e setenta e seis centavos), na conta corrente n.º 9.306-8, agência 0794-3, Banco do Brasil S.A., referente à locomoção do senhor Oficial de Justiça, juntando-se o comprovante nos autos.

Autos n.º: 7079/03
Ação: Cumprimento de Sentença
Exeqüente: Eva Ramos dos Reis
Advogado(a): Dr. Jorge Barros Filho
Executado(a): Hospital e Maternidade Santa Catarina Ltda.
Advogado(a): Dr. Valdir Haas
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: Homologo por sentença o acordo de fls. 224/225, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em conseqüência determino a expedição de alvarás para pagamento das custas e transferência do saldo remanescente para as contas de origem da devedora. Gurupi, 24/08/2011. Nilson Afonso da Silva. Juiz de Direito.

Autos n.º: 2009.0011.8340-5/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Arnaldo Valério da Silva
Advogado(a): Dr. Javier Alves Japiassú
Requerido(a): Raimundo Nonato Roseno
Advogado(a): Dr. Procópio Araújo Silva Neto
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de outubro de 2011, às 14:00 horas. Intime-se as partes, por seus procuradores, para juntar rol, no prazo de 10 (dez) dias. Gurupi, 23/08/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0001.3848-5/0
Ação: Cautelar de Arresto
Requerente: Aradiesel
Advogado(a): Dra. Leila Strefling Gonçalves
Requerido(a): Rodrisa Construtora Ltda.
Advogado(a): Dra. Áurea Maria Matos Rodrigues
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Com fulcro no artigo 125, § 4º, designo audiência de conciliação para o dia 19 de outubro de 2011, às 15:00 horas, onde serão decididas as preliminares e as questões pendentes, fixados os pontos controvertidos e especificadas as provas. Gurupi, 24/08/2011. Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 6964/02
Ação: Cobrança
Requerente: Banco do Brasil S.A.
Advogado(a): Dr. Antônio Pereira da Silva
Requerido(a): Hugo Hélio Naves Cançado
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: Fica o exeqüente intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao depósito da importância de R$ 11,52 (onze reais e cinqüenta e dois centavos), na conta corrente n.º 9.306-8, agência 0794-3, Banco do Brasil S.A., referente à locomoção do senhor Oficial de Justiça, juntando-se o comprovante nos autos.

Autos n.º: 2011.0007.1865-0/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Giulhierme Oliveira Simões
Advogado(a): Dra. Gleivia de Oliveira Dantas
Requerido(a): Eduardo Oriente de Olivio
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado, para juntar aos autos comprovantes de rendimentos e cópias da ultima declaração de imposto de renda, no prazo de 30 (trinta) dias, com a finalidade de aferir o pedido de assistência judiciária. Gurupi, 24/08/201. Nilson Afonso da Silva. Juiz de Direito.

Autos n.º: 2011.0009.1703-2/0
Ação: Indenização
Requerente: Claudia Roberta Cena Castelo Branco
Advogado(a): Dr. Flásio Vieira Araújo
Requerido(a): BV Financeira S.A. – Crédito Financiamento e Investimento
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado, para juntar aos autos comprovantes de rendimentos e cópias da ultima declaração de imposto de renda, no prazo de 30 (trinta) dias, com a finalidade de aferir o pedido de assistência judiciária. Gurupi, 24/08/201. Nilson Afonso da Silva. Juiz de Direito.

Autos n.º: 2011.0009.1709-1/0
Ação: Despejo
Requerente: Antônio Ferreira Magalhães
Advogado(a): Dr. Ivanilson da Silva Marinho
Requerido(a): Débora Ribeiro dos Santos
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado, para efetuar o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Gurupi, 24 de agosto de 2011. (ass) Nilson Afonso da Silva. Juiz de Direito.

3ª Vara Cível

DECISÃO

AUTOS - 2011.0007.1205-8/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado(a): NUBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB-TO N.º 4.311
Requerido: MARIA RITA BORGES PEREIRA
DECISÃO: (...)Dessa forma, outra saida não há senão a emenda da inicial a fim de se permitir ao requerente a comprovação da mora feita por cartório da circunscrição do local do domicílio do autor, indicado na inicial, qual seja, do Município de Gurupi (Estado do Tocantins). Ante ao exposto, intime-se o autor, por seu advogado, para emendar a inicial, juntando aos autos a comprovação da mora do autor, por meio de notificação hábil, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi (To), 23 de agosto de 2011".

AUTOS - 2011.0007.1669-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(a): FABRÍCIO GOMES OAB-TO N.º 3.350
Requerido: LEONIDAS LUIZ DE CASTRO
DECISÃO: (...)Dessa forma, outra saida não há senão a emenda da inicial a fim de se permitir ao requerente a comprovação da mora feita por cartório da circunscrição do local do domicílio do autor, indicado na inicial, qual seja, do Município de Gurupi (Estado do Tocantins). Ante ao exposto, intime-se o autor, por seu advogado, para emendar a inicial, juntando aos autos a comprovação da mora do autor, por meio de notificação hábil, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi (To), 23 de agosto de 2011".

AUTOS - 2011.0007.1078-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO HONDA S/A
Advogado(a): MARIA LUCILIA GOMES OAB-SP N.º 84.206
Requerido: ALESSANDRO DA SILVA DIAS
DECISÃO: (...)Dessa forma, outra saida não há senão a emenda da inicial a fim de se permitir ao requerente a comprovação da mora feita por cartório da circunscrição do local do domicílio do autor, indicado na inicial, qual seja, do Município de Gurupi (Estado do Tocantins). Ante ao exposto, intime-se o autor, por seu advogado, para emendar a inicial, juntando aos autos a comprovação da mora do autor, por meio de notificação hábil, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi (To), 23 de agosto de 2011".

DESPACHO

AUTOS - 2011.0007.1813-7/0 - INDENIZAÇÃO
Requerente: CARLOS ALVES ARAUJO
Advogado(a): IRAN RIBEIRO OAB-TO N.º 4.585
Requerido: HELIOS COLETIVOS E CARGAS LTDA
DESPACHO: "Intime-se o autor, por seu advogado, para juntar aos autos comprovante de rendimentos em 10 (dez) dias. Gurupi, 23/08/11".

AUTOS - 2011.0007.+1691-6/0 – INDENIZAÇAO
Requerente: GISLENY ALVES BORGES MOTA
Advogado(a): VERÔNICA SILVA DO PRADO DESCONSI OAB-TO N.º 2.052
Requerido: ROSENIR SOUZA CARDOSO E OUTRO
DESPACHO: "Intime-se a autora , por seu advogado, para juntar aos autos comprovante de renda e cópias da última declaração de imposto de renda, visando permitir a análise do pedido de pagamento de custas ao final. Gurupi, 23/08/11".

AUTOS - 2011.0007.1662-2/0 - REVISIONAL
Requerente: GENIVALDO BISPO DA SILVA
Advogado(a): JEANE JAQUES LOPES DE CARVALHO OAB-TO N.º 1.882
Requerido: BANCO VOLKSWAGEN S/A
DESPACHO: "Intime-se o autor , por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos comprovante de rendimentos e cópias da última declaração de imposto de renda, visando subsidiar o pedido de assistência judiciária. Gurupi (To), 23 de agosto de 2011".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS – 2007.0006.4541-7/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: CARMEN DEA RODRIGUES DA SILVA
Advogado(a): DELSON CARLOS DE ABREU LIMA OAB-TO N.º 1.964
Requerido: BANCO DIBENS S/A
Advogado(a): MÁRCIO ROCHA OAB-GO N.º 16.550
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerida intimada para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento do julgado que importa em R$ 2.278,52 (dois mil e duzentos e setenta e oito reais e cinqüenta e dois centavos), sob pena de aplicação do disposto no artigo 475 "j" do CPC.

AUTOS – 2009.0004.2953-2/0 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(a): HAIKA MICHELINE AMARAL BRITO OAB-TO N.º 3.785
Requerido: HUMBERTO TELES TERRA
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora para no prazo de 10 (dez) dias a impugnar a contestação juntada às fls. 92/96.

AUTOS – 2009.0004.0308-8/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(a): HAIKA MICHELINE AMARAL BRITO OAB-TO N.º 3.785
Requerido: GLEISON DOS SANTOS
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça que importa em R$ 22,92 (vinte e dois reais e noventa e dois centavos) a ser depositado na conta corrente n.º 9306-8, agência 0794-3, Banco do Brasil, para cumprimento do mandado de citação.

AUTOS – 345/99 - DEPOSITO
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(a): ARLENE FERREIRA DA CUNHA MAIA OAB-TO N.º 2.316
Requerido: CASETINS
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias dar impulso ao feito sob pena de extinção.

2ª Vara Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

REQUERENTE/ACUSADO(S): MARCONE RAMOS NASCIMENTO
VITIMA: COLETIVIDADE
TIPIFICAÇÃO: Art. 306, caput, da Lei 9.503/97
ADVOGADO(A)(S): Drº JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPESO OAB/TO 2308
Atendendo determinação judicial, INTIMO o(s) advogado (s) acima identificados da audiência de proposta de suspensão do processo designada para o dia 27(vinte e sete) de Setembro de 2011 às 14h00min, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi-TO. Eu, Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, o digitei e fiz inserir.

AUTOS N.º 2011.0002.4033-4/0
REQUERENTE/ACUSADO(S): DAYSE SANDES PONCIANO
VITIMA: JUSTIÇA PÚBLICA
TIPIFICAÇÃO: Art. 229, parágrafo único c/c art. 29, "caput", do Código Penal.
ADVOGADO(A)(S): IRON MARTINS LISBOA OAB/TO 535
Atendendo determinação judicial, INTIMO o(s) advogado (s) acima identificados da audiência de proposta de suspensão do processo designada para o dia 27(vinte e sete) de Setembro de 2011 às 14h00min, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi-TO. Eu, Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, o digitei e fiz inserir.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 2011.0007.0898-0/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: ALIMENTOS
Requerente: L.R. dos S.; A.K.R. dos S.; B.R. dos S., representados por G.B. dos S.
Advogado: Dr. IRON MARTINS LISBOA – OAB/TO 535
Requerido: L. R. da S.
Advogado: não constituído
Objeto: Intimação do advogado da parte para comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 19/10/2011, às 16:30 horas, devendo comparecer acompanhado da parte e eventuais testemunhas, estas em número máximo de três.

Processo: 2011.0007.1218-0/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: ALIMENTOS
Requerente: G.R.B., G.R.B., G.R.B., representadas por M.R. da S.
Advogado: Dr. HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO – OAB/TO 4.044-B
Requerido: E.N.B.
Advogado: não constituído
Objeto: Intimação do advogado da parte para comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 11/10/2011, às 17:00 horas, devendo comparecer acompanhado da parte e eventuais testemunhas, estas em número máximo de três.

Processo: 2011.0004.3573-9/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL
Requerentes: A.L. de S. e M.C.B.J.S.
Advogado: Dr. VALDIR HAAS – OAB/TO 2244
Objeto: Intimação do advogado das partes para comparecer na audiência de ratificação, instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 19/10/2011, às 14:00 horas, devendo comparecer acompanhado das partes.

Processo: 2010.0011.1136-0/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: ALIMENTOS C/C PEDIDO LIMINAR
Requerente: M.E.L.C. de A., representada por R.M.B.L.
Advogado: Dra. GEISIANE SOARES DOURADO – OAB/TO 3.075
Requerido: L.C. de A.
Advogado: Dr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA – OAB/TO 17
Objeto: Intimação dos advogados das partes para comparecerem na audiência de instrução designada nos autos em epígrafe para o dia 04/10/2011, às 16:30 horas, devendo comparecer acompanhado das partes e eventuais testemunhas, estas em número máximo de três.

Processo: 2011.0004.3693-0/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: O.D.P.
Advogado: Dr. IRON MARTINS LISBOA – OAB/TO 535
Requerido: U. P.
Advogado: não constituído
Objeto: Intimação do advogado da parte para comparecer na audiência de tentativa de conciliação, ou se for o caso, mudança do rito designada nos autos em epígrafe para o dia 29/09/2011, às 15:00 horas, devendo comparecer acompanhado da parte.

Processo: 2009.0009.0997-6/0
Autos: INVENTÁRIO
Requerente: NEY LUZ E SILVA
Advogado: Dr. GOMERCINDO TADEU SILVEIRA – OAB/TO 181-B
Espólio de RAIMUNDA LUZ DA SILVA
Objeto: Intimação do advogado da parte para recolher a locomoção do Sr. Oficial de Justiça para cumprimento do mandado de avaliação.

EDITAL DE CITAÇÃO

AUTOS Nº: 2011.0004.3524-00 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO
Requerente: MARIA DO ESPIRITO SANTO DE SOUSA ALVES
Requerido: RAIMUNDO GOMES ALVES
FINALIDADE: CITA E INTIMA o(a) Sr(a). RAIMUNDO GOMES ALVES, brasileiro, casado, demais qualificações pessoais ignoradas, residente e domiciliado(a) atualmente em lugar incerto e não sabido, para querendo, contestar a presente ação, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, na forma do artigo 285 do Código de Processo Civil Brasileiro, bem como INTIME-A para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões, no Edifício do Fórum local, no dia 11 de outubro de 2011, às 15:00 horas, quando será realizada a audiência de tentativa de conciliação ou, se for o caso, conversão do rito, nos termos do r. despacho exarado nos autos em epígrafe.

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS:2010.0004.7504-0 –AÇÃO ORDINÁRIA DE RESTABELECIMENTO DE BENEFICIO
Requerente:WESLEY PEREIRA DA SILVA
Advogado:RUSSEL PUCCI
Requerido:INSS
INTIMAÇÃO: Intimo a parte autora para manifestar sobre a perícia juntada aos autos. Gurupi,24 de agosto de 2011.

Vara de Execuções Penais

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL:2008.0009.6923.7
Autor: MPE
Acusado: Anderson Barbosa Barbalho
Vítima: Fabiano do Nascimento Silva
Advogado:Escritório Modelo Iran Ribeiro OAB-TO 4585
Dispositivo Penal: Artigo 121, caput do CP
Despacho: Intime-se a parte para apresentar as razões do recurso. Prazo legal.

AÇÃO PENAL:2007.0010.1705.3
Autor: MPE
Acusado: Antônio Pereira de Freita
Vítima:s Sérgio Lopes ALves
Advogado:Iron Martins Lisboa OAB-535
Dispositivo Penal: Artigo 121, caput do CP
Despacho: Vista a defesa para apresentar rol de testemunhas que irão depor em plenário, fase do artigo 422 do CPP

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2009.0002.0891-9– INDENIZAÇÃO
Requerente: JOÃO BATISTA MARINHO DOS REIS
Advogados: DRA. DONATILA RODRIGUES REGO OAB TO 789
Requerido: JOÃO CESAR HEITOR DE QUEIROZ
Advogados: DR. JOÃO GASPAR PINHEIRO DE SOUSA OAB TO 41-A
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo e julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I.. Gurupi-TO, 03 de setembro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2011.0002.7828-5- COBRANÇA
Requerente: CIRAN FAGUNDES BARBOSA
Advogados: DR. CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB TO 919
Requerido: PERSIANAS EXECUTIVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Requerido: JOSE MARIA VIANA LOURENÇO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Designo audiência una de conciliação, instrução e julgamento para a data de 24 de outubro de 2011, às 16:00hs." Gurupi, 17 de maio de 2011.".

Autos: 2010.0006.4026-1 - COBRANÇA
Requerente: JONAS LUIZ MARINHO E CIA LTDA
Advogados: DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Requerido: TANIA CONCEIÇÃO DE ARRUDA VIANA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro 267, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 03 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0009.4137-3 - EXECUÇÃO
Requerente:MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: MARINISTA DAS MERCES FERREIRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no § 4º, do art. 53, da lei nº 9.099/09 e enunciado 75 do fonaje, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0010.9253-1 EXECUÇÃO
Requerente: SAMUEL RODRIGUES COSTA
Advogados: DR. JOMAR PINHO DE RIBAMAR OAB TO 4432
Requerido: VIVO
Advogados: DRA. LEISE THAÍS DA SILVA DIAS OAB TO 2288, DR. MARCELO TOLEDO OAB TO 2512-A
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 794, I, do CPC, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0012.2590-6 COBRANÇA
Requerente: WESLEY SALOMÃO SILVA MATOS
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: LILIANE GOMES MARINHO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,II, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 03 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0012.2528-0 COBRANÇA
Requerente: SANDOVAL AQUINO SILVA FREIRE
Advogados: DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB TO 3807
Requerido: WILSON TOMASI
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 03 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.0861-5– COBRANÇA
Requerente: JONAS LUIZ MARINHO E CIA LTDA
Advogados: DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Requerido: VILMA DOS SANTOS SILVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,II do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 03 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0010.9325-2– COBRANÇA
Requerente: MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: ALINE ANDRADE FERNANDES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,II do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.0791-0– REPARAÇÃO
Requerente: JOSÉ DA CONCEIÇÃO SILVA
Advogados: DR. JORGE BARROS FILHO OAB TO 1490
Requerido: LEANDRO NEIVA ROSA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 3 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0012.2457-8– COBRANÇA
Requerente: GENILTON BORGNETH DE OLIVEIRA
Advogados: DR. FERNANDO CORRÊA DE GUAMÁ OAB TO 3993
Requerido: FERTILIZANTES TOCANTINS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,II, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 3 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0012.2534-5– OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: JANISLEY ALVES DE ALMEIDA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSITUÍDO
Requerido: OI – BRASIL TELECOM S/A
Advogados: DRA. PATRÍCIA MOTA MARINHO VICHMEYER OAB TO 2245
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267,II, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 3 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0012.2547-7– INDENIZAÇÃO
Requerente: ALBERTINO DOS SANTOS
Advogados: DR. ANTONIO PEREIRA DA SILVA OAB TO 17
Requerido: DUETTO SUPER IND. E COM DE COMÉSTICO LTDA
Advogados: DR. THIAGO LOPES BENFICA OAB TO 2329
Requerido: GEAN CARLOS TEÓFILO
Advogados: DR. THIAGO LOPES BENFICA OAB TO 2329
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267, VIII, do Código de Processo Civil, homologo por sentença a desistência e julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 8 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0010.9252-3– COBRANÇA
Requerente: COMERCIAL DE ALIMENTOS FLAMBOYANT - LTDA
Advogados: DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Requerido: GLEDSON RODRIGUES DE ARAUJO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0010.9309-0– COBRANÇA
Requerente: MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: LILIA MARRA DUTRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.1085-7– INDENIZAÇÃO
Requerente: MARIA DE LOURDES MENDES MOREIRA
Advogados: DRA. DONATILA RODRIGUES REGO OAB TO 789
Requerido: RONALDO FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no 267, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 03 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0000.5902-0– EXECUÇÃO
Requerente: TEOTONIO E TEOTONIO LTDA - ME
Advogados: DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB TO 3807
Requerido: BERANARDES E SOARES LTDA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no § 4º do art. 53, da lei nº 9.099/09 e Enunciado 75 do Fonaje, Julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 3 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0009.4189-6– EXECUÇÃO
Requerente: MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: CLAUDIA MARIA RABELO PINHO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no § 4º do art. 53, da lei nº 9.099/09 e Enunciado 75 do Fonaje, Julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.0909-3– EXECUÇÃO
Requerente: LOJAS MARANATAS
Advogados: DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB TO 3807
Requerido: GLAUBER DE SOUZA RIBEIRO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no § 4º do art. 53, da lei nº 9.099/09 e Enunciado 75 do Fonaje, Julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Gurupi-TO, 1 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.0898-4– EXECUÇÃO
Requerente: LOJAS MARANATAS
Advogados: DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB TO 3807
Requerido: MARIA DA PAZ QUIXABA DA SILVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 794, I, do CPC, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Gurupi-TO, 06 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Requerente: FLORIZAN DOURADO DE SOUZA
Advogados: DRA. DONATILA RODRIGUES REGO OAB TO 789
Requerido: TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogados: DRA. ADRIANA MENDONÇA S. MOURA OAB GO 8570, DR. EVALDO BASTOS RAMALHO JÚNIOR OAB GO 18029, DRA. VALÉRIA BONIFÁCIO, DRA. ALESSANDRA DAMASIO BORGES OAB GO 25.727
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 794, I, do CPC, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei nº 9.099/95.... P.R.I.. Gurupi-TO 7 de junho de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0010.9323-6– COBRANÇA
Requerente: MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: GABRIEL ANDRADE ABE
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, II, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei nº 9.099/95.... P.R.I.. Gurupi-TO 3 de agosto de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2009.0012.2589-2– COBRANÇA
Requerente: WESLEY SALOMÃO SILVA MATOS
Advogados: DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Requerido: LUIZ PASQUALI
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO COONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, II, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei nº 9.099/95.... P.R.I.. Gurupi-TO 3 de agosto de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0003.0951-4 - EXECULÇÃO
Requerente: WENDER ROGÉIO RODRIGUES
Advogados: DR. ANTONIO SINHOR FACUNDES DA SILVA OAB TO 992
Requerido: NEUTON BARROS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte exequente sobre a penhora e o interesse em adjudicar o bem. Intime-se também o executado sobre o interesse em adjudicar o bem." Gurupi, 17 de agosto de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – Juíza de Direito".

Autos: 2010.0003.1045-8– EXECUÇÃO
Requerente: ANA MARGARETH COVRE PEREIRA BENEVIDES
Advogados: DRA. JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA OAB TO 1775
Requerido: MS CRUZEIROS

Advogados: DRA. LEISE THAÍS DA SILVA DIAS OAB TO 2288, DR. JULIO CESAR DE MEDEIROS COSTA OAB TO 3595-B, DRA. DONATILA RODRIGUES RÊGO OAB TO 789
Requerido: BRAZILWAY OPERADORDA TURISMO
Advogados: DRA. ARLINDA MORAES BARROS OAB TO 2766, DR. THIAGO DE PAULA UNGARELLI OAB GO 23786
SENTENÇA: "(...) Isto posto, no Art. 52, IX, A, da lei nº 9.099/95 e enunciado 121 do fonaje, art.s 234, 236 c/c 237 ambos do CPC, julgo improcedente os embargos a execução e determino o prosseguimento da execução com a liberação do valor penhorado à fl. 119 a parte embargada/exequente. Condeno a embargante/executada ao pagamento das custas face ao Art. 55, parágrafi único, inciso II da lei 9.099/95. Sem honorários face ao Art55, da lei nº 9.099/95. P.R.I.. Gurupi-TO 3 de agosto de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

ITACAJÁ

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS DE REVISÃO DE ALIMENTOS Nº 2009.0008.9986-5
Requerente: Leadison Bezerra de Carvalho
Advogado: Dr. Antonio Carneiro Correia OABTO n. 1841
Requerido: Bruno Ferreira de Carvalho
Advogados: Não constituido
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. Ao autor para informar o endereço dos demais réus. Prazo: 5(cinco) dias, sob pena de revogação da liminar. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

1ª Escrivania Criminal

PAUTA

PAUTA DE JULGAMENTOS - ARIÓSTENIS GUIMARAES VIEIRA, Meritíssimo Juiz de Direito da Única Vara Criminal e Tribunal do Júri desta Comarca de Itacajá, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos que esta virem ou dela tomarem conhecimento, que serão julgados na 2ª Temporada de Julgamentos deste Tribunal do Júri, no ano de dois mil e onze (2011), no Auditório da Câmara Municipal nesta cidade de Itacajá, nos dias 25/08; 14 e 20/09, todos do corrente ano, nos seguintes processos de réus soltos e presos: PROCESSO nº 2008.0007.4596-7, AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, RÉU: DIVINO ROCHA DE NAZARÉ, VITIMAS: ANTONIO NOGUEIRA DE MELO, ADVOGADOS: MARCONDES DA SILVEIRA FIGUEIREDO - OAB/TO 643-A e MÁRCIA CRISTINA FIGUEIREDO - OAB/TO 1319, DATA DO JULGAMENTO: 25/08/2011, às 8h30min. PROCESSO nº 2007.0007.1028-6, AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, RÉU: MILTON SOUZA DOS SANTOS, VITIMA: LUIZ CORREIA DA SILVA, DEFENSORA PUBLICA: CRISTIANE DE SOUZA JAPIASSÚ MARTINS, DATA DO JULGAMENTO: 14/09/11, às 8h30min. PROCESSO nº 2010.0007.2811-8, AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, RÉU: LEONILSON DE SOUZA CARVALHO, VITIMA: MARCOS SANTANA SOUZA, DEFENSORA PUBLICA: CRISTIANE DE SOUZA JAPIASSÚ MARTINS, DATA DO JULGAMENTO: 20/09/11, às 8h30min. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Itacajá, Estado do Tocantins, aos 22 de agosto de 2011. Eu _____ Luiz Alves da Rocha Neto, Escrivão do Crime, a digitei e subscrevi. *Arióstenis Guimarães Vieira, JUIZ DE DIREITO – PRESIDENTE DO JÚRI.*

ITAGUATINS

1ª Escrivania Cível

APOSTILA

AUTOS: 2011.0004.2140-1 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Deuzimar Gomes da Cruz
Advogado: Dr. Miguel Arcanjo dos Santos OAB/TO nº 1.671-A
Requerido: Empresa Claudino S.A – Lojas de Departamentos – Armazém Paraíba
Advogado: Miguel Daladier Barros OAB/MA nº 5.833
Advogada: Jacqueline Aguiar de Sousa OAB/MA nº 4.043
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Tendo em vista que o credor requereu o cumprimento da sentença, nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil, **intime-se** o devedor para promover o pagamento do valor de R$ 3.217,20 (Três mil duzentos e dezessete reais e vinte centavos), conforme planilha judicial de fls. 103, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, caso não efetue o pagamento da referida quantia no prazo mencionado, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 475-J do CPC. Cumpra-se. José Carlos Ferreira Machado, Juiz Substituto".

MIRACEMA

1ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO

O DOUTOR ANDRÉ FERNANDO GIGO LEME NETTO, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc... FAZ SABER, a quanto o presente edital de Citação, extraído do processo nº 4.860/2011 (2011.0007.0494-2), Ação de Manutenção de Posse, onde figura como requerente Manoel Cícero Silva Filho e requeridos Antonio Gomes de Barros e Investco S/A, vierem ou dele conhecimento tiverem que, por este fica devidamente intimado: Antonio Gomes de Barros, CPF nº 061.193.361-68, estando em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação supra e para comparecer no Edifício do Fórum de Miracema do Tocantins, no dia 01/09/2011, às 16:30 horas, para audiência de justificação em que poderá intervir, desde que o faça por intermédio de Advogado. O prazo para contestar, de 15 dias, contar-se-á a partir da intimação do despacho que deferi ou não a medida liminar. Despacho: " Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Conveniente a justificação prévia do alegado, designo audiência para o dia 01/09/2011, às 16:30 horas, devendo o autor arrolar tempestivamente as testemunhas. Nos termos do artigo 928 do CPC, citem-se os requeridos, o primeiro por edital, para comparecerem à audiência, em que poderá intervir, desde que o faça por intermédio de Advogado. O prazo para contestar, de 15 dias, contar-se-á a partir da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar. Intimem-se. Miracema Tocantins, em 13 julho de 2011. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito". E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital que será fixado no placard do Fórum local e no(s) local(is) de costume e divulgados nas entidades representativas do Município, agências bancárias, correios, comarca vizinhas etc. Miracema do Tocantins -TO., Eu, Rosi Souza Guimarães da Guarda Vilanova – Escrivã Judicial, o digitei. Dr André Fernando Gigo Leme Netto -Juiz de Direito.

Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS COM PRAZO DE 30 DIAS ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O Doutor André Fernando Gigo Leme Netto MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e juventude e 2º do Cível, desta cidade e comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos os quanto o presente edital de citação, virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processaram os autos de Arrolamento de Bens nº 5896/11 (2011.05.3062-6) requerente Rosélia Ribeiro Lima e requerido Aldo Matos Rodrigues, sendo o presente para **CITAR** os Terceiros Interessados da indisponibilidade dos bens nos autos supra, para querendo, se manifestarem no prazo legal, conforme parte final da decisão a seguir transcrito: " Isto posto, conforme, o artigo 855 do Código de Processo Civil, concedo a liminar de arrolamento e nomeio depositário a autora Rosélia Ribeiro Lima ou quem esta indicar, sob compromisso. Proceda-se ao levantamento dos bens, pela depositária mediante auto, ficando os mesmo indisponíveis até o final julgamento do feito. Expeçam-se os ofícios requerido pela autora, e expeça-se o edital com prazo e 30 dias para conhecimento de terceiros interessados da indisponibilidade dos bens. Já tendo sido oferecida contestação pelo requerido, após a intimação das partes desta decisão, dê-se vista dos autos a requerente para se manifestar no prazo de 10 dias sobre a contestação. Intime-se. Miracema do Tocantins, 16 de agosto de 2.11. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito "
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (24/08/2011). Eu, _____ Glaucyane Pereira Cajueiro, Técnica Judiciária de 1ª Instância, o digitei e subscrevi.

Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

MIRANORTE

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N°. 2009.0006.1243-4/0 – 6470/09 - AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: MARILENE MENDES DA SILVA
Advogado: Dr. ROBERTO NOGUEIRA OAB/TO 726-B
Requerido: SICOOB/CREDIPAR
Advogado: Dr. LUIZ CARLOS LACERDA CABRAL OAB/TO 812
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, III e artigo 794, I, do CPC. Sem custas e sem honorários. Arquivem-se os autos com as devidas cautelas, após o trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 21 de agosto de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 4.211/05 - AÇÃO: IMISSÃO NA POSSE C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: MARCELO MESSIAS COIMBRA
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
Requerido: ELAINE CRISTINA SILVA FILHO E ZELMIR SOARES COIMBRA
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
INTIMAÇÃO: Intimo o autor para impugnar a contestação no prazo e 10 dias.

AUTOS Nº. 2006.0007.6263-6/0 – 4781/06 - AÇÃO: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: INEZ BRITO COSTA
Advogado: Dr. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/TO 3.407
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS
Advogado: Drª. ISABELA RODRIGUES CARVELO XAVIER – PROC. FEDERAL
INTIMAÇÃO: Intimo a apelada para oferecer as contra-razões de apelação, caso tenha interesse, no prazo de 15 dias.

AUTOS Nº. 2008.0008.3571-0/0 – 446/08 - AÇÃO: RECLAMAÇÃO/EXECUÇÃO
Requerente: IRACELI SILVA ARAÚJO SNTOS
Advogado: Dr. JACKSON MACEDO DE BRITO OAB/TO 2.934
Requerido: EMIVALDO RAIMUNDO DE SOUSA
Advogado:
INTIMAÇÃO: Intimo a parte autora para em dez dias indicar bens passiveis de penhora do executado ou requerer o que entender direito, sob pena de extinção.

AUTOS Nº. 2009.0008.2631-0/0 – 6545/09 - AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: DEUSIVALDO VALE DE SOUZA
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45

Requerido: MARINEIDE PERES DOS REIS
Advogado:
INTIMAÇÃO: Intimo o autor para se manifestar no prazo de 10 dias sob pena de extinção.

Ficam as partes e advogado (a), abaixo identificados, intimadas para o que adiante se vê, nos termos do artigo 236 do CPC (Provimento 009/2008 da CGJ-TO):
AUTOS N°. 2009.0008.4692-3/0 – 6547/09 - AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: CASSIO FERNANDO BARCELOS RIBEIRO
Advogado: Dr. JULIANO LEITE DE MORAIS OAB/TO 4.240
Requerido: AUGUSTO FERREIRA NETO E HENRIQUE HONORIO RINCÓN
Advogado: Dr. ILDO JOÃO CÓTICA JÚNIOR OAB/TO 2.298-B
DECISÃO: "(...) Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o presente Recurso por ser intempestivo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos. Cumpra-se. Miranorte, 18 de agosto de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

NATIVIDADE

1ª Escrivania Cível

DECISÃO

AUTOS: 2011.0000.6231-2/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: LENIR CARDOSO DE ALMEIDA
Advogado: DR. RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA – OAB/GO 29.480
Advogado: DR. PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI – OAB/GO 29.479
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26/07/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2011.0000.6227-4/0 – SALÁRIO MATERNIDADE
Requerente: ESMONY RIBEIRO DA SILVA
Advogado: DR. RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA – OAB/GO 29.480
Advogado: DR. PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI – OAB/GO 29.479
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26/07/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 2 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6597-6/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: LÁZARO MOREIRA MIRANDA
Advogado: DR. MARCOS PAULO FAVARO – OAB/TO 4.128-A e OAB/SP 229.901
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/06/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6499-6/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: MARIA DE MENEZES SANTANA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação,

mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/07/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6454-6/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: ESTEVA BISPO DAS NEVES
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/07/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6492-9/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: JUSTINA GONÇALVES FERREIRA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/06/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6500-3/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: MARIA DA COSTA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/04/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria

Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6491-0/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: LUIZA SILVA CARVALHO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/04/12 às 13h00min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6457-0/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: NOEME DIAS DE MENEZES
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/07/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6488-0/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: DALMIR MARQUES CARDOSO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/07/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6484-8/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: JOSÉ DE AQUINO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo

de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/07/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6470-8/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: OSVALDO NASCIMENTO SOARES
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/06/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6458-9/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: JOSÉ PINTO CARDOSO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/04/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6479-1/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: LÍDIO NUNES DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/04/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6480-5/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: JOSÉ NUNES DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos*

efeitos da revelia. No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/07/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6467-8/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: ANEZÍLIA PEREIRA DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/07/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6459-7/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: DOMINGOS NONATO NETO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/07/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6473-2/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: DOMINGOS ALVES DE MELO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/06/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6475-9/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: ODILON RIBEIRO PINTO

Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/04/12 às 14h00min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6502-0/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: LUIZA DE SOUZA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/04/12 às 15h00min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6453-8/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: ANA MARIA TEIXEIRA BISPO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/07/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6455-4/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: CONCEIÇÃO JOSÉ DE CARVALHO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de

instrução e julgamento para o dia 19/07/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6466-0/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: ELENA TEIXEIRA DIAS
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/06/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6501-1/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: MANOEL CARDOSO DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/06/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6485-6/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: JACINTO DIAS ROCHA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/06/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6456-2/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: NELI RODRIGUES NETO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em

face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/06/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6493-7/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: MARIA DE JESUS DIAS DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/04/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6489-9/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: BENEDITA PEREIRA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/07/12 às 16h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6490-2/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: BENEDITA PEREIRA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/06/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 3 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6460-0/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: MARIA TOLENTINA DA CRUZ
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação,

mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/07/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6461-9/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: MARIA TOLENTINA DA CRUZ
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19/04/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6463-5/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: MARIA RITA DE SOUZA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/06/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6469-4/0 – APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: OSANA SOARES DA SILVA
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/06/12 às 15h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria

Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2010.0000.6497-0/0 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: MAURÍCIO PINTO RABELO
Advogado: DR. NELSON SOUBHIA – OAB/TO 3.996-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/06/12 às 13h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intime-se. Cumpra-se. Natividade, 1 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2011.0000.6223-1/0 – SALÁRIO MATERNIDADE
Requerente: JOSILEIDE CARDOSO DE ALEXANDRIA
Advogado: DR. RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA – OAB/GO 29.480
Advogado: DR. PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI – OAB/GO 29.479
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
DECISÃO EM SANEAMENTO: "Tendo em vista que as audiências previdenciárias de conciliação designadas e realizadas nesta Comarca no ano de 2009 restaram todas, sem exceção, infrutíferas, em razão da ausência do INSS, observo que as circunstâncias da causa, ora deduzida em juízo, evidenciam ser improvável a obtenção de transação, mormente pelo fato do requerido se tratar de pessoa jurídica de direito público, razão pela qual, com base no artigo 331, parágrafos 2º e 3º, do CPC e no princípio da economia processual, deixo de designar audiência preliminar. Ademais, o objeto da presente ação requer a celeridade processual, uma vez que se pretende adquirir benefícios previdenciários. Ante o exposto, passo ao saneamento do feito, onde se faz necessário apreciar as questões preliminar e prejudicial argüidas na contestação. *Ausência de interesse processual*. Não procede a alegação de ausência de interesse processual, sob o fundamento de que a parte autora não pleiteou o benefício previdenciário administrativamente. (...) Uma vez configurado o conflito de interesses entre as partes, o interesse processual se apresenta claro. (...) Assim, rejeito a preliminar suscitada. *Dos efeitos da revelia.* No que tange a prejudicial de inaplicabilidade dos efeitos da revelia, razão assiste ao requerido, pois não há que se falar em incidência de seus efeitos contra a Fazenda Pública, na medida em que, por envolver interesse público, se trata de direito indisponível, à luz do artigo 320, inciso II do CPC. (...) Registre-se ainda que não se mostra possível a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais (onde, em razão da interpretação do parágrafo único do artigo 10, há a aplicação dos efeitos da revelia em face da Fazenda Pública) nas causas previdenciárias que forem movidas nas Comarcas Estaduais. Isso porque, ainda que a Constituição Federal (artigo 109, parágrafo 3º) tenha delegado competência à Justiça Estadual para julgar causas previdenciárias nas localidades onde não houver Vara Federal, o art. 20 da Lei nº 10.259/2001 veda expressamente a adoção da Lei dos Juizados Especiais Federais no juízo estadual e, via de conseqüência, a aplicação da revelia em face da Fazenda Pública. (...) Destarte, reconheço a inaplicabilidade dos efeitos da revelia em favor da autarquia requerida. Estando superadas as questões preliminares, verificando a presença dos pressupostos processuais e as condições da ação, observo que a controvérsia reside na comprovação da atividade de segurado especial, lavrador (a), pescador (a) ou garimpeiro (a), e o tempo de exercício desta atividade. O advogado do requerente protestou genericamente pela produção de prova testemunhal e documental. O procurador do requerido protestou pela oitiva pessoal do (a) autor (a), em audiência de instrução e julgamento, bem como pela prova documental. Defiro as provas documental, testemunhal e o depoimento pessoal do (a) autor (a), as quais reputo suficientes para a espécie dos autos. Estando o processo saneado e em ordem determino o seu prosseguimento, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31/07/12 às 14h30min. Ressalta-se que nesta audiência, antes de se passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 407 do Código de Processo Civil. A teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO, remetam-se os autos, à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Apresentado o rol, intimem-se as testemunhas para comparecerem a audiência ora designada. Intimem-se. Cumpra-se. Natividade, 2 de agosto de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0000.6053-9/0 – MANUTENÇÃO DE POSSE
Requerente: DIONE JOSÉ DE ARAÚJO E OUTROS
Advogado: DR. ANTÔNIO VIANA BEZERRA – OAB/TO 653-A e OAB/SP 243.139
Requerido: RICARDO TANIGUTI E OUTROS
Advogado: DR. NADIL EL HAGE – OAB/TO 19-B
INTIMAÇÃO: Intima-se as partes de que a audiência referente à carta precatória n. 2011.0006.1577-0/0, localizada na Comarca de Palmas-TO, foi designada para o dia 22.09.2011 às 15h30min para a inquirição da testemunha arrolada nos autos.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica a parte abaixo identificada intimada do ato processual abaixo relacionado:

AUTOS: 2009.0001.1711-5/ AÇÃO PENAL
Réu: LUZIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Vitima: MARIA DE SANTANA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado: DR. ITAMAR BARBOSA BORGES OAB/TO 946-B
INTIMAÇÃO: "Intimo V. Sª. para, no prazo legal, oferecer as alegações finais nos autos supracitados. Natividade, 24 de agosto de 2011. **MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto**".

NOVO ACORDO

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: Nº 2011.0008.9283-8
NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C MEDIDA LIMINAR
REQUERENTE: ALCIDES SOUSA ROCHA FILHO
ADVOGADAS: JULIANA DO AMARAL SILVA – OAB/TO 4728 E PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA – OAB/TO 4463
REQUERIDO: SHOPTIME.COM

DESPACHO: "Defiro os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA. Cite-se (via correspondência com aviso de recebimento), na forma do artigo 297 do Código de Processo Civil. Findo o prazo de resposta, com ou sem manifestação, retornem conclusos. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2009.0012.3079-9
NATUREZA DA AÇÃO: ORDINÁRIA
REQUERENTE: OSCAR ZAIAS COSECHEN
ADVOGADO: CESAR LINHARES WALLBACH – OAB/PR 31141
REQUERIDO: GIOVANNA CORIOLANO SOARES COSTA E OUTRO

DESPACHO: "INDEFIRO a expedição de ofício à Receita Federal, conforme requerido às folhas 81/82. É que tal medida excepcional deve ser concedida em último caso, quando esgotados os meios regulares de encontrar a parte requerida. Manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

PALMAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 60/2011
Ficam as partes e advogados abaixo identificados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos nº: 2004.0000.7502-0/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: LEIDEMAR LOPES DA SILVA
Advogado: Valdinez Ferreira de Miranda, OAB-TO-TO n° 500; Leandro de Assis Reis, OAB-TO n° 2.380 B; Augusta Maria Sampaio Moraes, OAB-TO-TO n° 2.154 B; Fernão Pierre Dias Campo, OAB-SP n° 190.939
Requerido: INDUSTRIA E REPRESENTAÇÃO DE PRÉ-MOLDADOS SANTO ANTONIO LTDA
Advogado: Domingos Correia de Oliveira, OAB-TO n° 192 A
INTIMAÇÃO: Pague o REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 417,80 reais.

Autos nº: 2005.0001.1908-5/0 – CAUTELAR INCIDENTAL
Requerente: DARCY SFALCIN

Advogado: Juarez Rigol da Silva, OAB-TO n° 606; Sebastião Luiz Vieira Machado, OAB-TO n° 1.745; Robson da Silva Ottonelli, OAB-TO n° 2.314
Requerido: ATLAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS PESADOS LTDA
Advogado: Luciana Magalhães de C. Menezes, OAB-TO n° 1.757 A; Paulo Roberto de Oliveira Silva, OAB-TO n° 496; Lorena Rodrigues Carvalho Silva, OAB-TO n° 2.270
Requerido: ADRIANA XIMENES CARVALHO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 41,16 reais.

Autos nº: 2005.0001.5585-5/0 - INDENIZAÇÃO
Requerente: VERA LUCIA BASTOS
Requerente: LOGOS IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA
Requerente: JAIRA MARIA CASTRO FONTES
Requerente: VANIA SOUTO MOURA AMARAL
Requerente: INVESTICO S/A
Advogado: Claudia Cristina Cruz Mesquita, OAB-TO n°935; Walter Ohofugi Junior, OAB-TO n° 392 A; Gizella Magalhães Bezerra, OAB-TO n° 1.737
Requerido: MARIA DE FÁTIMA BISPO SILVA
Requerido: LOUDES DOMINGOS DE SOUSA
Requerido: SEBASTIÃO PEREIRA CRUZ
Requerido: JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA
Requerido: ARTUR RIBAMAR SOARES SAMPAIO
Advogado: Deocleciano Gomes Filho, OAB-TO n° 1.171 B; Marly Coutinho Aguiar, OAB-TO n° 518 B; João Martins de Araújo, OAB-TO n° 1.226
INTIMAÇÃO: Pague os AUTORES no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 19,00 reais.

Autos nº: 2005.0001.8365-4/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: SERRA VERDE COMERCIAL DE MOTOS LTDA
Advogado: Sérgio Augusto Pereira Lorentino OAB-TO n° 1.598 A
Requerido: MANOEL TAVARES DE OLIVEIRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 49,50 reais.

Autos nº: 2005.0002.0111-3/0 – RESCISÃO CONTRATUAL
Requerente: J.A NOGUEIRA E CIA LTDA
Advogado: Adriana Duarte Dalla Costa, OAB-TO 3.084; Ronaldo Eurípedes de Souza OAB-TO n° 1.598 A
Requerido: W.W DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (VAREJÃO CEASA)
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 49,50 reais.

Autos nº: 2005.0002.0119-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Osmarino José de Melo, OAB-TO n° 779 A; Erica Ventura Costa, OAB-TO n° 1.943
Requerido: ROBERVAL PEREIRA CARVALHO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 55,50 reais.

Autos nº: 2005.0002.0120-2/0 – EMBARGOS DE TERCEIROS
Requerente: LUIZ AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA
Advogado: Murilo Sudré Miranda, OAB-TO n° 1.536
Requerido: SO SING TIN
Defensor Publico: Edivan de Carvalho Miranda
INTIMAÇÃO: Pague o EMBARGANTE no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 31,99 reais.

Autos nº: 2005.0002.0136-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ABN REAL S.A
Advogado: Aluizio Ney de Magalhães Ayres, OAB-GO n° 6.952; Marinólia Dias dos Reis, OAB-TO n° 1.597
Requerido: EDNEIA MARCIA ALVES BERTTI
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 13,00 reais.

Autos nº: 2005.0002.0162-8/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: FINAUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
Advogado: Walquires Tiburcio de Faria, OAB-GO n° 2.355; Glauber Costa Pontes, OAB-GO n° 18.772
Requerido: ANTENOR SARAIVA DE SOUSA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 30,50 reais.

Autos nº: 2005.0002.0165-2/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: ENGEC CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado: Kenia Tavares Duailibe, OAB-TO n° 293 A
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Lindinalvo Lima Luz, OAB-TO n° 1.250 B; André Luis Waideman, OAB-TO n° 1.926 A
Requerido: AAC SALCIDES E CIA LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 14,99 reais.

Autos nº: 2005.0002.0167-9/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: ENGEC CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado: Kenia Tavares Duailibe, OAB-TO n° 293 A
Requerido: AAC SALCIDES E CIA LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 97,77 reais.

Autos nº: 2005.0002.0195-4/0 – BUSCA E APREENDSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO S.A
Advogado: Cristina Cunha Melo Rodrigues, OAB-GO n° 14.113
Requerido: GILSON REIS PEREIRA VIANA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 97,77 reais.

Autos nº: 2005.0002.0306-0/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO BANDEIRANTES S/A
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira, OAB-RJ n° 151.056 S
Requerido: FAST PIZZA PIZZARIA E CHOPERIA LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 79,00 reais

Autos nº: 2005.0002.0366-3/0 – REPARAÇÃO DE DANOS
Requerente: RAIMUNDO NONATO NESTOR
Advogado: Paulo Roberto Risueno, OAB-TO n° 1.337
Requerido: GRACIONE VIEIRA REIS
Requerido: JORNAL O POVO LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 132,49.

Autos nº: 2005.0002.0379-5/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: CIA BANDEIRANTES CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Osmarino José de Melo, OAB-TO n° 779 A
Requerido: FRANCISCO EMIDIO DE ARAÚJO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 105,04.

Autos nº: 2005.0002.0395-7/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: MARTINIANA BATISTA DOS SANTOS
Defensor Publico: Edivan de Carvalho Miranda
Requerido: JOSÉ BATISTA DA SILVA
Advogado: Silson Pereira Amorim, OAB-TO n° 635 A
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "... Por isso, DECLARO EXTINTO o processo por desistência da parte Autora, sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VIII; c/c art. 158, parágrafo único). Sem custas, eis que defiro a parte os benefícios da gratuidade da justiça. Sem honorários. Autorizo desde já o desentranhamento dos documentos originais, mediante substituição por cópias às expensas da parte desistente. Transitada em julgado e pagas as custas, se for o caso, arquivem-se os autos. P. R. I. Palmas/TO, 29 de outubro de 2009. GERSON FERNANDES AZEVEDO. Juiz de Direito Substituo."

Autos nº: 2005.0002.0398-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Advogado: Fernando Sérgio da Cruz Vasconcelos, OAB-GO n° 12.548
Requerido: JOSÉ DE ARIMATÉIA ALVES DE CASTRO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 28,51 reais.

Autos nº: 2005.0002.0413-9/0 - ORDINÁRIA
Requerente: EURIVALDO MORENO NOLASCO
Advogado: Marcelo Cláudio Gomes, OAB-TO n° 955
Requerido: MAPEÇAS MÁQUINAS E PEÇAS LTDA
Advogado: Jakeline de Morais Oliveira, OAB-TO n° 1.634; Ercílio Bezerra de Castro Filho, OAB-TO n° 69
INTIMAÇÃO: Pague o REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 50,78 reais.

Autos nº: 2005.0002.1508-4/0 - CAUTELAR
Requerente: GISELLE MARIANA RODRIGUES
Advogado: Mauricio Haeffner, OAB-TO n° 3.245; Fábio Barbosa Chaves, OAB-TO n° 1.987
Requerido: BANCO DO BRASIL (AG. PALMAS – AV. JK)
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 131,86 reais.

Autos nº: 2005.0002.1616-1/0 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: MARGARETH LACERDA DUTRA
Advogado: Sérgio Fontana, OAB-TO n° 701
Requerido: CIA DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL
Advogado: Mauro José Ribas, OAB-TO n° 753
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 83,50 reais.

Autos nº: 2005.0002.1618-8/0 - EXECUÇÃO
Requerente: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Advogado: Fernando Sérgio da Cruz e Vasconcelos, OAB-TO n° 12.548; Julio César Bonfim, OAB-TO n° 9.616; Renata Cristina E. Morais, OAB-TO n° 20.294
Requerido: JOVENIL RUELA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 27,51 reais.

Autos nº: 2005.0002.1844-0/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA GORETTI DE LIMA COSTA
Advogado: Nádia Aparecida Santos, OAB-TO n° 2.834
Requerido: ANTONIO LUIZ E SILVA e IZABEL TAVARES E SILVA
Advogado: Eliana Ribeiro Correia, OAB-TO n° 4.187
INTIMAÇÃO: Ficam as partes devidamente intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para o pagamento das custas finais no valor de R$ 114,19 reais que serão rateadas entre ambas.

Autos nº: 2005.0002.3470-4/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: CHAMBARELLI DE ANDRADE COMÉRCIO INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Requerente: SIMONE CHAMBARELLI DE ANDRADE
Requerente: MARCO ROBERTO DE ANDRADE FILHO
Advogado: Julio Solimar Rosa Cavalcanti, OAB-TO n° 260 A; Silvio Alves Nascimento, OAB-TO n° 1.514 A
Requerido: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado: Hélio Brasileiro Filho, OAB-TO n° 1.086 B
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 27,06 reais.

Autos nº: 2005.0002.3471-2/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: CHAMBARELLI DE ANDRADE COMÉRCIO INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Requerente: SIMONE CHAMBARELLI DE ANDRADE
Requerente: MARCO ROBERTO DE ANDRADE FILHO
Advogado: Julio Solimar Rosa Cavalcanti, OAB-TO n° 260 A; Silvio Alves Nascimento, OAB-TO n° 1.514 A
Requerido: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado: Hélio Brasileiro Filho, OAB-TO n° 1.086 B
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 90,65 reais.

Autos nº: 2005.0002.3513-1/0 - INDENIZAÇÃO
Requerente: EDILSON FERREIRA NUNES
Advogado: Marcos Garcia de Oliveira, OAB-TO n° 1.810
Requerido: INVESTICO S/A
Advogado: Walter Ohofugi Júnior, OAB-TO n° 392 A; Fabrício Rodrigues de Araújo Azevedo, OAB-TO n° 3.730
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 747,82 reais.

Autos nº: 2005.0002.3530-1/0 - ORDINÁRIA
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Valdomir Pimentel Barbosa, OAB-TO n° 1.496 A; Anselmo Francisco da Silva, OAB-TO n° 2.498
Requerido: REGINA STANESCO KWIEK
Defensor Publico: Edivan de Carvalho Miranda
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 34,03 reais.

Autos nº: 2005.0002.3533-6/0 - ORDINÁRIA
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Solange Rodrigues da Silva, OAB-GO n° 8.298; Sérgio Henrique de Oliveira Gomes, OAB-DF n° 17.844
Requerido: JOSUE VEIGA RODRIGUES
Advogado: Rivadávia V. de Barros Garção, OAB-TO n° 1.803
INTIMAÇÃO: Pague o REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 61,75 reais.

Autos nº: 2005.0002.3542-5/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: LIVIA ARAÚJO PEREIRA
Advogado: Francisco José de Sousa Borges, OAB-TO n° 413 A
Requerido: LABORATÓRIO AKZO NOBEL AYRES DA SILVA
Advogado: Márcia Ayres da Silva, OAB-TO n° 1.724 A
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 136,20 reais.

Autos nº: 2005.0002.3627-8/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: ADRIANE VALÉRIA DA SILVA
Advogado: Hugo Barbosa Moura, OAB-TO n° 3.083
Requerido: VARIG S/A VIAÇÃO AEREA RIA GRANDENSE
Advogado: Eduardo Mantovani, OAB-TO n° 3.918; Juvenal Klayber Coelho, OAB-TO n° 9.900
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 45,50 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2005.0002.3629-4/0 – IMPUGANAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
Requerente: VARIG – VIAÇÃO AÉREA RIA GRANDENSE S.A
Advogado: Carlos Alexandre de Paiva Jacinto, OAB-TO n° 2.006 B
Requerido: ADRIANE VALÉRIA DA SILVA
Advogado: Caroline Pires Coriolano, OAB-TO n°1.920
INTIMAÇÃO: Pague o IMPUGNANTE no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,00 reais.

Autos nº: 2005.0002.3640-5/0 – PRESTAÇÃO DE CONTAS
Requerente: MEURER E MEURER LTDA
Advogado: Julio Solimar Rosa Cavalcanti, OAB-TO n° 260 A; Fábio wazilewski, OAB-TO n° 2.000
Requerido: BANCO HSBC
Advogado: Rubens Dario Lima Camara, OAB-TO n° 2.807
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 56,00 reais.

Autos nº: 2005.0002.3639-1/0 – CAUTELAR INCIDENTAL
Requerente: WALTER MIGUEL MEURER
Advogado: Julio Solimar Rosa Cavalcanti, OAB-TO n° 260 A
Requerido: BANCO HSBC BAMERINDUS S/A
Advogado: Rubens Dario Lima Camara, OAB-TO n° 2.807; Antonio Luiz Coelho, OAB-TO n° 06 B
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 26,00 reais.

Autos nº: 2005.0002.8482-5/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: ZULEIDE RODRIGUES DOS SANTOS
Requerente: EDILMA BERNARDO DE COSTA
Requerente: GERION RIBEIRO DA COSTA
Requerente: PATRÍCIA GUIMARÃES DA SILVA
Requerente: WALD JANY ALENCAR ASSIS ARRUDA
Requerente: CARNELITA LIMA TAVARES
Requerente: ERASMO CARLOS FALCÃO FILHO
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães, OAB-TO n° 2.481
Requerido: SOCIEDADE OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR – SOES FACULDADES OBJETIVO SOES/IEPO
Advogado: Mamed Francisco Abdalla, OAB-TO n° 1.616 B; Rosângela Bazaia, OAB-SP n° 80.824
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 314,29 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0000.0056-6/0 – REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Requerente: ZULEIDE RODRIGUES DOS SANTOS
Requerente: EDILMA BERNARDO DE COSTA
Requerente: GERION RIBEIRO DA COSTA
Requerente: PATRÍCIA GUIMARÃES DA SILVA
Requerente: WALD JANY ALENCAR ASSIS ARRUDA
Requerente: CARNELITA LIMA TAVARES
Requerente: ERASMO CARLOS FALCÃO FILHO
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães, OAB-TO n° 2.481
Requerido: SOCIEDADE OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR – SOES FACULDADES OBJETIVO SOES/IEPO
Advogado: Mamed Francisco Abdalla, OAB-TO n° 1.616 B; Rosângela Bazaia, OAB-SP n° 80.824
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 587,13 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0000.7281-8/0 – RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS
Requerente: OPÇÃO – CENTRO DE ENSINO PROFICIONALIZANTE LTDA
Advogado: Laurêncio Martins Silva, OAB-TO n° 173 B; Benedito dos Santos Gonçalves, OAB-TO n° 618
Requerido: JOSÉ MARIA DE MOURA
Advogado: Erlon Azevedo Ferreira, OAB-TO n° 1.546 B
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 17,72 reais.

Autos nº: 2006.0000.7280-0/0 – EXECUÇÃO
Requerente: JOSÉ MARIA DE MOURA
Advogado: Erlon Azevedo Ferreira, OAB-TO n° 1.546 B
Requerido: VALDECI YASE MONTEIRO
Advogado: Laurêncio Martins Silva, OAB-TO n° 173 B
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 22,99 reais.

Autos nº: 2006.0000.9317-3/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: DOMINGOS CORREIA DE OLIVEIRA
Advogado: Domingos Correia de Oliveira, OAB-TO n° 192 B
Requerido: BRASIL TELECOM S/A
Advogado: Bethânia Rodrigues Paranhos Infante, OAB-TO n° 4.126 B; Denyse da Cruz Costa Alencar, OAB-TO n° 4.362
INTIMAÇÃO: Pague as PARTES no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 63,05 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0001.8730-5/0 - REINVINDICATÓRIA
Requerente: RICANATO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães, OAB-TO n° 2.481; Leocádia da Silva Alexandre, OAB-MG n° 58.657
Requerido: GENILSON SEVERIANO DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 17,00 reais.

Autos nº: 2006.0002.1046-3/0 - MONITÓRIA
Requerente: AUTOVIA – VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Advogado: Ataul Corrêa Guimarães, OAB-TO n° 1.235
Requerido: DIMAS MARQUES PATRIOTA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 45,50 reais.

Autos nº: 2006.0002.1104-4/0 - DEPÓSITO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Antônio Luiz Coelho, OAB-TO n° 06 B; Coriolano Santos Marinho, OAB-TO n° 10 A; Rubens Dário Lima Câmara, OAB-TO n° 2.807; Luana Gomes Coelho Câmara, OAB-TO n° 3.370; Sandro de Almeida Cambraia, OAB-TO n° 4.677
Requerido: MARY ROSA CARNEIRO SALGADO
Advogado: Alexandre Agreli, OAB-TO n° 1.730
INTIMAÇÃO: Pague a AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 13,02 reais.

Autos nº: 2006.0002.1703-4/0 – COBRANÇA
Requerente: ANADIESEL S.A
Advogado: Enéias Ribeiro Neto, OAB-TO n° 1.434; Lindinalvo Lima Luz, OAB-TO n° 1.250 B
Requerido: SILVIO ROBERTO FERNANDES LIMA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague a AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 14,00 reais.

Autos nº: 2006.0002.1707-7/0 - COBRANÇA
Requerente: ANADIESEL S.A
Advogado: Lindinalvo Lima Luz, OAB-TO n° 1.250 B; Enéias Ribeiro Neto, OAB-TO n° 1.434
Requerido: TRANSBICO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Advogado: Wnder Nunes de Rezende, OAB-TO n° 657 B; Eliane Ayres Barros, OAB-TO n° 2.402
INTIMAÇÃO: Pague a REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 61,11 reais.

Autos nº: 2006.0002.5876-8/0 - INDENIZAÇÃO
Requerente: RODRIGO MAIA RIBEIRO
Advogado: Rodrigo Ribeiro Maia, OAB-TO n° 2.437
Requerido: CIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS
Advogado: Sérgio Fontana, OAB-TO n° 701; Cristiane Gabana, OAB-TO n° 2.073
Requerido: ANDRADE ENGENHARIA LTDA
Requerido: EDIJALSON GONÇALVES DOS SANTOS
Advogado: Wisley de Andrade Ribeiro, OAB-TO n° 2.531
INTIMAÇÃO: Pague o OUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 100,00 reais.

Autos nº: 2006.0002.9280-0/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ERNESTO JARDAS DE BARCELOS
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães, OAB-TO n° 2.481; Adenilson Carlos Vidovix, OAB-SP n° 144.073
Requerido: AVESTRUZ MASTER AGRO – COMERCIAL LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 4.115,50 reais.

Autos nº: 2006.0003.5845-2/0 – EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL
Requerente: KLENIA ARAÚJO VALADARES
Advogado: Rogério Beirigo de Souza, OAB-TO n° 1.545 B
Requerido: EUVALDO PINHEIRO BARROS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o EXEQUENTE no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 62,50 reais.

Autos nº: 2006.0004.1092-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO HONDA S/A
Advogado: Carlos Augusto de Souza Pinheiro, OAB-TO n° 1.340
Requerido: ANA LEILA PEREIRA NEVES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,01 reais.

Autos nº: 2006.0004.3479-5/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S.A
Advogado: Carlos Alessandro Santos Silva, OAB-ES n° 8.773; Allysson Cristiano Rodrigues Da Silva, OAB-TO n° 3.068
Requerido: MARIA FRANCISCA SOUZA NETA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 18,03 reais.

Autos nº: 2006.0004.6770-7/0 – CAUTELAR SUSTAÇÃO DE PROTESTO
Requerente: CLINICA DE APARELHO AUDITIVO LTDA
Advogado: Sandra Cristina Pereira de Moraes Ferro, OAB-GO n° 22.673
Requerido: GN RESOUND IND. E COM. DE AP. AUDITIVOS
Advogado: Noêmia Maria de Lacerda Schutz, OAB-SP n° 12.124 A; Alex Fabian Coimbra Casado, OAB-PR n° 44.753
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 29,51 reais.

Autos nº: 2006.0004.8192-0/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: COMERCIAL MOTO DIAS LTDA – EPP ATACADISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS
Advogado: Juarez Rigol da Silva, OAB-TO n° 606; Sebastião Luiz Vieira Machado, OAB-TO n° 1.745
Requerido: TIM CELULAR
Advogado: Marinólia Dias Reis, OAB-TO 1.597; Bruno Ambrogi Ciabroni, OAB-SP n° 291.013
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 71,31 reais.

Autos nº: 2006.0005.0147-6/0 – DESPEJO C/C COBRANÇA
Requerente: DARCY AFALCIN
Advogado: Juarez Rigol da Silva, OAB-TO n° 606; Sebastião Luiz Vieira Machado, OAB-TO n° 1.745 B
Requerido: ATLAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS PESADOS LTDA
Advogado: Eder Mendonça Abreu, OAB-TO 1.087; Luciana Magalhães de C. Menezes, OAB-TO n° 1.757 A; Cristiano Francisco de Assis, OAB-TO n° 3.688
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 1.096,89 reais.

Autos nº: 2006.0005.1504-3/0 - MONITÓRIA
Requerente: ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARBOSA
Advogado: Rogério Beirigo de Souza, OAB-TO n° 1.545 B; Eduardo Ferreira de Araújo, OAB-TO n° 3.063
Requerido: PORTO E FERNANDES LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 14,00 reais.

Autos nº: 2006.0005.6487-7/0 - COBRANÇA
Requerente: EDER SOUSA BORGES
Advogado: Hamilton de Paula Bernardes, OAB-TO n°2.622 A
Requerido: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti, OAB-SP n° 115.762
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 168,15 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0005.8927-6/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CASTRO
Advogado: Gustavo Ignácio freire Siqueira, OAB-TO n° 3.090
Requerido: N. M. B. SHOPPING CENTER LTDA
Requerido: ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO PALM BLUE SHOPPING CENTER DE PALMAS
Advogado: Leidiane Abalen Silva, OAB-TO n° 2.182; Josué Alencar Amorim, OAB-TO n° 790
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 538,72 reais.

Autos nº: 2006.0006.0494-1/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: UNIMED DE PALMAS/TO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: Adônis Koop, OAB-TO n° 2.176
Requerido: HOSPITAL CRISTO REI
Advogado: Alonso de Souza Pinheiro, OAB-TO n° 80 A; Liliane Rosal Fonseca, OAB-TO n° 3.893
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 39,33 reais.

Autos nº: 2006.0006.0534-4/0 - MONITÓRIA
Requerente: ANDRE ALBINO CABRAL DOS SANTOS
Advogado: Marcos Ferreira Davi, OAB-TO n° 2.420
Requerido: ROMÃO FELISMINO NOGUEIRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 54,50 reais.

Autos nº: 2006.0006.4038-7/0 – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
Requerente: REVILOVAL GUIMARÃES MOTA
Advogado: Luiz Gustavo de Casaro, OAB-TO n° 2.213
Requerido: ADELAIDE PEREIRA CARDOSO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 45,00 reais.

Autos nº: 2006.0007.4356-9/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: TÂNIA MARIA TADEI LOPES
Advogado: Márcio Ferreira Lins, OAB-TO n° 2.587
Requerido: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Sérgio Fontana, OAB-TO n° 701
INTIMAÇÃO: Pague o REQUERIDA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 35,05 reais.

Autos nº: 2006.0007.5973-2/0 – CAUTELAR
Requerente: DARCI SFALCIN
Advogado: Juarez Rigol da Silva, OAB-TO n° 606; Sebastião Luiz Vieira Machado, OAB-TO n° 1.745 B
Requerido: ATLAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS PESADOS
Advogado: Luciana Magalhães de C. Menezes, OAB-TO n° 1.757 A; Cristiano Francisco de Assis, OAB-TO n° 3.688; Eder Mendonça Abreu, OAB-TO 1.087
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 846,28 reais.

Autos nº: 2006.0007.6531-7/0 – ANULAÇÃO DE TÍTULO
Requerente: FARMÁCIA SANTO AGOSTINHO
Advogado: Humberto Soares de Paula, OAB-TO n° 2.755
Requerido: LISTA NEG EMPRESARIAL LTDA
Advogado: Amaranto Teodoro Maia, OAB-TO n° 2.242
INTIMAÇÃO: Pague o DEMANDADO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 13,32 reais.

Autos nº: 2006.0008.0685-4/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Nadim Neme Neto
Requerente: BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Maurílio Pinheiro Câmara, OAB-TO 560 B
Requerido: CLASSE SISTEMA DE ENSINO S/C LTDA
Advogado: Valeska Londe Morato Costa Rodrigues, OAB-GO n° 21.363
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 14,06 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0008.7172-9/0 - COBRANÇA
Requerente: PEDRO IMÓVEIS
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães, OAB-TO n° 2.481
Requerido: NOÊMIA PIRES DE SOUSA
Requerido: TIZIANO CALASTRI
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 378,34 reais.

Autos nº: 2006.0009.0537-2/0
Requerente: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Nadim Neme Neto
Requerente: BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Maurílio Pinheiro Câmara, OAB-TO 560 B
Requerido: CLASSE SISTEMA DE ENSINO S/C LTDA
Advogado: Valeska Londe Morato Costa Rodrigues, OAB-GO n° 21.363
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 40,00 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2006.0009.2606-0/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: FELIPE PASSOS VALENTE
Advogado: Marcelo de Paula Cypriano, OAB-TO n° 3.633
Requerido: MARILSON MOREIRA FARINHA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 72,00 reais.

Autos nº: 2006.0009.6440-9/0 - MONITÓRIA
Requerente: CAMPOS E CAMPOS LTDA
Advogado: Marcos Aires Rodrigues, OAB-TO n° 1.374
Requerido: ANTONIO CARLOS BEZERRA SILVA
Advogado: Márcia Regina Pareja Coutinho, OAB-TO n°
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "... Extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VI, § 3°. Do Código de Processo Civil, ante o reconhecimento, de ofício, da ilegitimidade da autora. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15%(quinze por cento) sobre o valor da causa, corrigidos monetariamente desde o ajuizamento da ação (Súmula n° 14 do STJ). P. R Intime-se. FRANCISCO DE ASSIS GOMES COELHO. Juiz de Direito."

Autos nº: 2006.0009.8084-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S. A – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Alysson Cristiano Rodrigues da Silva, OAB-TO n° 3.068
Requerido: MARIA CLEIDE DE MORAES UCHOA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 26,00 reais.

Autos nº: 2007.0006.4030-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: JEFFERSON FRANCO SILVA
Advogado: Carlos Antonio do Nascimento, OAB-TO n° 1.555
Requerido: ALYSSON VIEIRA DE OLIVEIRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 18,40 reais.

Autos nº: 2007.0010.7662-9/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: VARA NILVA ALVARES ROCHA
Advogado: Amilcar Benevides Bezerra Gerais, OAB-TO n° 2.045
Requerido: ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DO MINISTÉRIO PUBLICO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague a AUTORA no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,00 reais.

Autos nº: 2007.0010.8986-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ABN AMRO REAL S.A
Advogado: Alexandre Iunes Machado, OAB–GO n° 17.275
Requerido: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.3220-0/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: MANUEL DIAS ALVES
Advogado: Marcelo Soares Oliveira, OAB–TO n°1.694 B
Requerido: BRASIL TELECOM CELULAR S.A
Advogado: Bethânia Rodrigues Paranhos, OAB-TO n° 4.126-B
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 91,50 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2008.0000.6710-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FIAT S/A
Advogado: Haika M. Amaral Brito, OAB –TO n° 3.785
Requerido: RUY FERREIRA DE MELO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 26,03reais.

Autos nº: 2008.0000.6780-2/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: Abel Cardoso de Souza neto, OAB-TO n° 4.156
Requerido: LAUDIONY XAVIER DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.6782-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO
Advogado: Patrícia Alves Moreira Marques, OAB-PA n° 13.249; Leandro Souza da Silva, OAB-MG n° 102.588
Requerido: GILSON BARBOSA DE OLIVEIRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.6784-5/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S.A
Advogado: Patrícia Alves Moreira Marques, OAB-PA n° 13.249; Leandro Souza da Silva, OAB-MG n° 102.588
Requerido: EURÍPEDES JOSÉ TAVARES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,99 reais.

Autos nº: 2008.0000.6785-3/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: Patrícia Alves Moreira Marques, OAB-PA n° 13.249; Leandro Souza da Silva, OAB-MG n° 102.588
Requerido: GILSON PEREIRA CAMPOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 28,01 reais.

Autos nº: 2008.0000.6905-8/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Haika M. Amaral Brito, OAB–TO n° 3.785
Requerido: JAIR COELHO DA LUZ
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 22,98 reais.

Autos nº: 2008.0000.7009-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Patrícia Ayres de Melo, OAB-TO n° 2.972; Érico Vinícius Rodrigues Barbosa, OAB-TO n° 4.220
Requerido: JORGE LUIZ FERREIRA PARRA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 33,99 reais.

Autos nº: 2008.0000.7014-5/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BANCO GMAC S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira, OAB-TO n° 4.093
Requerido: JOSÉ ALDIMIRO VIEIRA MARQUES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,01 reais.

Autos nº: 2008.0000.7167-2/0 - ORDINÁRIA
Requerente: BANCO DO BRASIL
Advogado: Francisco de Assis Pacheco, OAB-TO n° 149 B; Raniele Maria O. Silva e Dutra, OAB-TO 915
Requerido: HIRAM MELQUIADES TORRES GOMES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,02 reais.

Autos nº: 2008.0000.9030-8/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL S.A – BANCO MULTIPLO
Advogado: Fernando Fragoso de Noronha Pereira, OAB-TO-TO n° 4.265 A
Requerido: TEOLINO SILVA JUNIOR
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 22,97 reais.

Autos nº: 2008.0000.9163-0/0 - MONITÓRIA
Requerente: AUTOVIA VEICULOS E PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Advogado: Ataul Corrêa Guimarães, OAB-TO n° 1.235
Requerido: JOSÉ NILTON CERQUEIRA GOMES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 76,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.9373-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Advogado: Ailton Alves Fernandes, OAB-TO-TO n° 16.854; Lourdes Fávero Toscan, OAB-GO n° 16.802
Requerido: MAGNA LUCIA POVOA BEZERRA MAGALHÃES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 27,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.9777-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Érico Vinícius Rodrigues Barbosa, OAB-TO n° 4.220
Requerido: PEDRO RODRIGUES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,99 reais.

Autos nº: 2008.0000.9812-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
Advogado: Érico Vinícius Rodrigues Barbosa, OAB-TO n° 4.220
Requerido: ROTERMONDE CARVALHO SANTOS FILHO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,00 reais.

Autos nº: 2008.0000.9823-6/0 – EMBARGOS DE TERCEIROS
Requerente: EPITÁCIO BRANDÃO LOPES
Advogado: Epitácio Brandão Lopes, OAB-TO n° 315 A
Requerido: JULIO CESÁR DE MEDEIROS COSTA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,00 reais.

Autos nº: 2008.0001.5728-3/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: DINOMAGNO ALVES DOS SANTOS
Defensor Publico: Edivan de Carvalho Miranda
Requerido: CELTINS – CIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Cristiane Gabana, OAB-TO n° 2.073;
INTIMAÇÃO: Pague o REQUERIDO no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 175,99 reais.

Autos nº: 2008.0001.5939-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FIAT S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira, OAB-TO n° 4.093
Requerido: IVANILSIA NOLETO DA S. SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 44,01 reais.

Autos nº: 2008.0001.6080-2/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: Érico Vinícius Rodrigues Barbosa, OAB-TO n° 4.220
Requerido: DENILSON XAVIER RIBEIRO
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,00 reais.

Autos nº: 2008.0001.6249-0/0 – CAUTELAR DE ARRESTO
Requerente: W N RADY FILHO - ME
Advogado: Christian Zini Amorim, OAB-TO n° 2.404; Silson Pereira Amorim, OAB-TO n° 635
Requerido: L DE C CASTRO COSMÉTICOS - ME
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,99 reais.

Autos nº: 2008.0001.6330-5/0 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: BELA ATRIX REPRESENTAÇÕES LTDA
Advogado: Anselmo Francisco da Silva, OAB-TO n° 2.498 A
Requerido: BRASPRESS TRANSPORTE URGENTE LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 23,00 reais.

Autos nº: 2008.0001.6383-6/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORA, CRÉDITO Fábio FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Castro Souza, OAB-TO n° 2.868; Alexandre Iunes Machado, OAB-TO n° 4.110 A
Requerido: JOÃO BATISTA PEREIRA SOARES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,00 reais.

Autos nº: 2008.0002.0153-3/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORÉ, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Fábio de Castro Souza, OAB-TO n° 2.868; Wendel Diógenes Pereira dos Prazeres, OAB-GO n° 20.113
Requerido: VANALDO BEZERRA DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 30,00 reais.

Autos nº: 2008.0002.0409-5/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: JOÃO ALVES DA COSTA
Advogado: Wesley de lima Benicchio, OAB-TO n° 3.589
Requerido: SERASA – CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS
Advogado: Agda Corrêa Bizerra, OAB-TO n° 4.244; Sérgio Rodrigo do Vale, OAB-TO n° 547
INTIMAÇÃO: Por estarem de acordo com os parâmetros estabelecidos na decisão de fls. 439/442, homologo os cálculos de fls. 445/446. Intime-se o requerido para efetivar o recolhimento do valor da condenação remanescente, correspondente à importância de R$ 1.677,56 (hum mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinqüenta e seis centavos). Fica o requerido também intimado para, nos termos do art. 475-R c/c art. 614, II, ambos do CPC, apresentar planilha do débito atualizado, referente aos honorários de sucumbência a que tem direito no incidente de impugnação ao cumprimento de sentença. Desde logo estabeleço que o percentual de 5% fixado na decisão de fls. 439/442, deve incidir sobre o valor de R$ 20.661,25 (vinte mil, seiscentos e sessenta um reais e vinte e cinco centavos), que corresponde ao total da redução, ou seja, diferença entre R$ 38.975,45 (trinta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) - cobrado originariamente - e R$ 18.314,20 (dezoito mil, trezentos e quatorze reais e vinte centavos) - valor efetivamente devido. Intimem-se. Palmas – TO, 30 de Março de 2011. VALDEMIR BRAGA DE AQUINO MENDONÇA. Juiz de Direito Substituto.

Autos nº: 2008.0002.7839-0/0 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
Requerente: MONICA SOUSA FERREIRA
Advogado: Joan Rodrigues Milhomem, OAB-TO n° 3.120 A
Requerido: INSTITUTO BRASIL ÁSIA - ABA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o EMBARGANTE no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 27,00 reais.

Autos nº: 2008.0002.8571-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: FIAT ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Advogado: Allyson Cristiano Rodrigues da Silva, OAB-TO n° 3.068
Requerido: LINDONESIA MOTA BARROS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,01 reais.

Autos nº: 2008.0002.8884-1/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Alexandre Iunes Machado, OAB-TO n° 4.110
Requerido: JOSÉ GLAYSTON ARAUJO DOS SANTOS
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 25,00 reais.

Autos nº: 2008.0002.8894-9/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Alexandre Iunes Machado, OAB-TO n° 4.110
Requerido: VALDIR ROGÉRIO DA SILVA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,00 reais.

Autos nº: 2008.0002.8909-0/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: Fábio de Castro Souza, OAB-TO n° 2.868; Wendel Diógenes Pereira dos Prazeres, OAB-GO n° 20.113
Requerido: ALEXSANDRO DE LIMA SOUSA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 27,01 reais.

Autos nº: 2008.0002.8987-2/0 - ORDINÁRIA
Requerente: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Requerente: ARAGUAIA CONSTRUTORA, INCORPORADORA E COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA
Advogado: Fernando Sérgio da Cruz e Vasconcelos, OAB-GO n° 12.548; Samara Cavalcanti Lima, OAB-GO n° 26.060
Requerida: MARA SUELY SOARES NOGUEIRA
Requerido: JOSÉ NOGUEIRA DE SOUSA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 24,98 reais.

Autos nº: 2008.0002.8999-6/0 - DECLARATÓRIA
Requerente: JOSÉ SIMÕES DOS SANTOS FILHO
Advogado: Flávio de Faria Leão, OAB-TO n° 3.965 B; Aneli Souza Amaral Cury, OAB-TO n° 4.084
Requerido: TELEGOIÁS CELULAR S/A
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 65,50 reais.

Autos nº: 2008.0003.1851-1/0 – REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Requerente: TAIRONE CARNEIRO DE OLIVEIRA BARBOSA
Advogado: Neiraci Barbosa de Oliveira, OAB-TO n° 523
Requerido: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: Simony Vieira de Oliveira, OAB-TO n° 4.093
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 124,16 reais.

Autos nº: 2008.0003.2019-2/0 - ORDINÁRIA
Requerente: DEDILSON VALÉRIO DA SILVA
Advogado: Elizabete Alves Lopes, OAB-TO n°3.282

Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Cristiane Sá Muniz Costa, OAB-TO n°4.361
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 80,59 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2008.0003.2477-5/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Haika Micheline Amaral Brito, OAB-TO n° 3.785; Wilian Pereira da Silva, OAB-TO n° 3.251
Requerido: MAGNA REGINA DE SOUZA BORGES
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Pague o AUTOR no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 26,01 reais.

Autos nº: 2007.0006.4065-2/0 - EXECUÇÃO
Requerido: CLASSE SISTEMA DE ENSINO S/C LTDA
Advogado: Valeska Londe Morato Costa Rodrigues, OAB-GO n° 21.363
Requerente: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Nadim Neme Neto
Requerente: BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Maurílio Pinheiro Câmara, OAB-TO 560 B
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 66,06 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2007.0006.3984-0/0 – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
Requerente: BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Maurílio Pinheiro Câmara, OAB-TO 560 B Requerido:
Requerente: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Nadim Neme Neto
Requerido: CLASSE SISTEMA DE ENSINO S/C LTDA
Advogado: Valeska Londe Morato Costa Rodrigues, OAB-GO n° 21.363
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 63,00 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2007.0006.6904-9/0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Nadim Neme Neto
Requerente: BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA
Advogado: Maurílio Pinheiro Câmara, OAB-TO 560 B
Requerido: CLASSE SISTEMA DE ENSINO S/C LTDA
Advogado: Valeska Londe Morato Costa Rodrigues, OAB-GO n° 21.363
INTIMAÇÃO: Pague as partes no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 13,32 reais, que arcarão com o pagamento na proporção de 50% cada.

Autos nº: 2009.0010.4853-2/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: CRISTIANE RIGUEIRA
Requerente: MARCOS ANTONIO ZANETINI DE CASTRO RODRIGUES
Advogado: Marcos Antonio Zanetini De Castro Rodrigues, OAB-TO n°
Requerido: NOVO MUNDO MÓVEIS E UTESÍLIOS LTDA
Advogado: Mauricio Haeffner, OAB-TO n° 3.245
INTIMAÇÃO: Informe o Procurador do autor endereço atualizado da requerente.

Autos nº: 2009.0001.8635-4/0 – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL
Requerente: ANTONIO VAN DUNEM MACHADO BARRIGANA
Requerente: MARCELO BARONI
Advogado: Gisele de Paula Proença, OAB-TO n° 2.664 B
Requerido: NTO INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado: Patrícia Wiensko, OAB-TO n° 1.733
Requerido: MARCO ANTONIO MIRANDA
Advogado: Murilo Sudré Miranda, OAB-TO n° 1.536
INTIMAÇÃO: Informe o Procurador dos autores endereço atualizado dos requeridos, para intimação de audiência.

Autos nº: 2008.0001.6271-6/0 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
Requerente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
Advogado: Antonio Rogério Bonfim Melo, OAB-SP n° 128462
Requerido: ELEUZINA PEREIRA DE SOUSA
Advogado: Cícero Rodrigues Marinho Filho, OAB-TO 3.023
INTIMAÇÃO: Pague o IMPUGNANTE no prazo de 5 (cinco) dias, as custas finais no valor de R$ 160,00 reais.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº: 2010.0008.9917-6/0 - MONITÓRIA
Requerente: TEMPERTINS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA
Advogado: Iramar Alessandra Medeiros Assunção, OAB-TO n° 1.188; Célia Regina Turri de Oliveira, OAB-TO n°2.147
Requerido: VITRINE COMÉRCIO DE VIDROS E ESQUADRARIAS LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Manifeste o AUTOR, acerca do AR, devolvido sem cumprimento

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2009.0010.3530-9 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Gefferson Ramos Damasceno
Advogado(a): Dr. Marcelo de Souza Toledo Silva
Requerido: Total Fleet S/A
Advogado(a):Dr. Públio Borges Alves
Requerido: Investico S/A
Advogado(a): Dra. Ludimylla Melo Carvalho
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido nos autos assim como da data para a qual foi designada a audiência de conciliação. DESPACHO: Ainda que no presente feito não se tenha antevisto a possibilidade de conciliação, anunciando-se o saneamento do processo na forma do art. 331, § 3º do CPC, vislumbrando a importância de as partes se encontrarem em juízo pelo menos uma vez antes da instrução, com a finalidade de pôr um fim à demanda e evitar uma sentença traumática (que às vezes não satisfaz completamente nem mesmo o vencedor). Por outro lado, ainda que as partes já tenham especificado provas, é perfeitamente possível, nesta fase, que sejam exortadas a transigir, conforme autorização expressa do art. 125, IV do CPC, no sentido de competir ao juiz "tentar a qualquer tempo, conciliar as partes". É com esse espírito que o Conselho Nacional de Justiça tem diuturnamente motivado os magistrados a diminuir o volume de processos nas escrivanias brasis afora, lembrando às partes que elas também devem contribuir com o Poder Judiciário na busca de uma solução amigável para os conflitos de interesses, onde, sem dúvida alguma, todos ganham; ninguém perde. Assim sendo, à Central de Conciliação, tendo em vista o dispositivo no art. 125, IV do CPC. Intimações via DJ e, também, via postal, a fim de que as partes se convençam da importância desse momento para a melhor e definitiva solução de suas respectivas causas. Ficam as partes intimadas a comparecerem à audiência marcada para o dia 21/09/2011, às 10:30 horas, a se realizar na Central de Conciliação do Fórum de Palmas. Juiz Prolator João Alberto Mendes Bezerra Jr.

AUTOS: 2008.0003.2308-6 – CAUTELAR
Requerente: Artemsite Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.
Advogado(a): Dr. Christian Zini Amorim e outros.
Requerido: Ludovico e Povoa Ltda.
Advogado(a): Dr. Márcio Viana Oliveira
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido nos autos assim como da data para a qual foi designada a audiência de conciliação. DESPACHO: Ainda que no presente feito não se tenha antevisto a possibilidade de conciliação, anunciando-se o saneamento do processo na forma do art. 331, § 3º do CPC, vislumbrando a importância de as partes se encontrarem em juízo pelo menos uma vez antes da instrução, com a finalidade de pôr um fim à demanda e evitar uma sentença traumática (que às vezes não satisfaz completamente nem mesmo o vencedor). Por outro lado, ainda que as partes já tenham especificado provas, é perfeitamente possível, nesta fase, que sejam exortadas a transigir, conforme autorização expressa do art. 125, IV do CPC, no sentido de competir ao juiz "tentar a qualquer tempo, conciliar as partes". É com esse espírito que o Conselho Nacional de Justiça tem diuturnamente motivado os magistrados a diminuir o volume de processos nas escrivanias brasis afora, lembrando às partes que elas também devem contribuir com o Poder Judiciário na busca de uma solução amigável para os conflitos de interesses, onde, sem dúvida alguma, todos ganham; ninguém perde. Assim sendo, à Central de Conciliação, tendo em vista o dispositivo no art. 125, IV do CPC. Intimações via DJ e, também, via postal, a fim de que as partes se convençam da importância desse momento para a melhor e definitiva solução de suas respectivas causas. Ficam as partes intimadas a comparecerem à audiência marcada para o dia 21/09/2011, às 16:00 horas, a se realizar na Central de Conciliação do Fórum de Palmas. Juiz Prolator João Alberto Mendes Bezerra Jr.

AUTOS: 2011.0004.5994-8 – DECLARATÓRIA
Requerente: Ana Claudia Oliveira Lima
Advogado(a): Dr. Hugo Moura e Késsia Poliana S. de Sousa
Requerido: Banco IBI S/A – Banco Múltiplo
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada a comparecer na audiência de conciliação designada nestes autos para 04 de outubro de 2011, às 16 horas.

AUTOS: 2010.0000.0278-8 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Winecarle Regina Tavares dos Reis
Advogado(a): Dr. Márcio Augusto Monteiro Martins
Requerido: TIM Celular S/A.
Advogado(a): Dr. Bruno Ambrogi Ciambroni
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas da sentença proferida nos autos, assim como, para querendo interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias. SENTENÇA: "Dispositivo: À vista do exposto, reconhecendo a responsabilidade civil da demandada por danos morais provocados à demandante, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor c/c art. 5º, V e X da Constituição da República, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, para, mantida a decisão liminar, decidir o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I do CPC, condenando a requerida, segundo os critérios de razoabilidade acima expendidos, a pagar à requerente a quantia de R$3.500,00(três mil e quinhentos reais), corrigida monetariamente (pelo INPC), e acrescida de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês, capitalizados anualmente, a partir da data da presente decisão (STJ, Súmula 362), até o efetivo pagamento. Custas e honorários pela requerida, fixados estes últimos em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com esteio no art. 20, § 3º do CPC, considerando, ainda, o fato de a demandante ter decaído de parte mínima do pedido (id., art. 21, parágrafo único).Caso não seja feito o pagamento de forma espontânea, fixo, desde já, a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC.P. R. I. Juiz Prolator João Alberto Mendes Bezerra Jr.

AUTOS: 2009.0011.5027-2 – INDENIZAÇÃO
Requerente: Sousa e Moreira Ltda.
Advogado(a): Dr. Rogério Beirigo de Souza
Requerido: Agência de Fomento
Advogado(a): Dr. Anderson de Souza Bezerra
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido nos autos assim como da data para a qual foi designada a audiência de conciliação. DESPACHO: Ainda que no presente feito não se tenha antevisto a possibilidade de conciliação, anunciando-se o saneamento do processo na forma do art. 331, § 3º do CPC, vislumbrando a importância de as partes se encontrarem em juízo pelo menos uma vez antes da instrução, com a finalidade de pôr um fim à demanda e evitar uma sentença traumática (que às vezes não satisfaz completamente nem mesmo o vencedor). Por outro lado, ainda que as partes já tenham especificado provas, é perfeitamente possível, nesta fase, que sejam exortadas a transigir, conforme autorização expressa do art. 125, IV do CPC, no sentido de competir ao

juiz "tentar a qualquer tempo, conciliar as partes". É com esse espírito que o Conselho Nacional de Justiça tem diuturnamente motivado os magistrados a diminuir o volume de processos nas escrivanias brasis afora, lembrando às partes que elas também devem contribuir com o Poder Judiciário na busca de uma solução amigável para os conflitos de interesses, onde, sem dúvida alguma, todos ganham; ninguém perde. Assim sendo, à Central de Conciliação, tendo em vista o dispositivo no art. 125, IV do CPC. Intimações via DJ e, também, via postal, a fim de que as partes se convençam da importância desse momento para a melhor e definitiva solução de suas respectivas causas. Ficam as partes intimadas a comparecerem à audiência marcada para o dia 31/08/2011, às 10:30 horas, a se realizar na Central de Conciliação do Fórum de Palmas. Juiz Prolator João Alberto Mendes Bezerra Jr.

4ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS Nº: 2009.0003.8786-4– AÇÃO EXECUÇÃO
REQUERENTE: COIFA PECULIOS E PENSÕES
ADVOGADO(A): BRUNA BONILHA DE TOLEDO COSTA
REQUERIDO: ISAIAS MACHADO ANTUNES E MARCELO AGUSTO CIPRIANO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: "Providencie o requerente o envio das cartas precatórias"

AUTOS Nº: 2009.0003.8593-4– AÇÃO MONITORIA
REQUERENTE: BANCO BANDEIRANTES S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSÉ DE MELO
REQUERIDO: LAURO KLUSKA, MARCIO KLUSKA E OTACILIA MANCI GRICK KLUSKA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: "DESPACHO DE FLS. 56: "(...) Quanto à requerida OTACILIA MANCI GRICK KLUSKA, intime-se o requerente para que forneça o CPF correto da mesma (...)".

AUTOS Nº: 2009.0000.7128-0– AÇÃO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
REQUERENTE: COFEPE COMERCIO DE FERRO E PERFILADOS LTDA
ADVOGADO(A): WILLIAM GOMES MELO
REQUERIDO: CERRADO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: "Providencie o requerente o envio da carta precatória"

AUTOS Nº: 2007.0008.8280-0– AÇÃO INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: AGOSTINHO GABRIEL HENRIQUE ROCHA, REGINA CELIA CATALFO ROCHA E CONTRATE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ADVOGADO(A): JESUS FERNANDES DA FONSECA
REQUERIDO: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO(A): ANA PAULA IUNG DE LIMA, ANDRE RICARDO TANGANELI
INTIMAÇÃO: "DECISÃO DE FLS. 321: "(...) Nos termos do art. 475-J c/c art. 475-O, ambos do CPC, INTIME-SE a parte devedora para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo que o inadimplemento da obrigação implicará na multa automática de 10% (dez por cento) do valor do débito (CPC, art. 475-J) (...)".

AUTOS Nº: 2008.0002.0254-8– AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: AYMORE, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO(A): FABIO DE CASTRO SOUZA E ALEXANDRE IUNES MACHADO
REQUERIDO: EVERSON DORNELES DE MELO JUNIOR
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: "Providencie o requerente o recolhimento da locomoção do Oficial de Justiça".

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS

O Doutor Zacarias Leonardo, MM. Juíz de Direito da 4a Vara Cível desta cidade e Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de Citação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania Cível, se processam a Ação de Busca e Apreensão, processo n° 2008.0001.6554-5 requerido por Banco Finasa S/A em face de Humberto Leão Ayres, sendo o presente para CITAR o requerido, HUMBERTO LEÃO AYRES, estando em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, sob as advertências dos artigos 902 e incisos do Código de Processo Civil , contestar a presente ação. Em conformidade com o r. despacho a seguir transcrito: "*Proc. nº 2008.0001.6554-2 (...) Na sequencia, na forma do artigo 902 e incisos do Código de Processo Civil, cite-se o requerido por edital com prazo de dilação de 20 (vinte) dias, para que, no prazo de 05 (cinco0 dias faça a entrega do veículo, deposite o valor relativo ao débito ou ofereça contestação, sob pena de revelia e confissão (...). Palmas, 01 de agosto de 2011. Zacarias Leonardo. Juiz de Direito*". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, aos 24 de agosto de 2011. Eu, Rouseberk Ernane Siqueira, Técnico, digitei e subscrevi.

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2009.0013.1647-2/0 - AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: Jorge Luiz Rodrigues dos Santos e outro
Advogado(a)(s): Dr. André Vanderlei Cavalcanti Guedes – OAB/TO 3886-B
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do réu Jorge Luiz Rodrigues dos Santos, o Dr. André Vanderlei Cavalcanti Guedes – OAB/TO 3886-B, militante(s) nessa Comarca de Palmas - TO, INTIMADO acerca da DECISÃO proferida nos autos supra: "Por meio da petição de fl. 270, o acusado Jorge Luiz Rodrigues dos Santos requer a expedição de carta precatória para que seja interrogado na cidade de Parauapebas/PA, seu atual domicílio..., vale frisar que o interrogatório do réu por carta precatória é admissível somente em casos excepcionais, quando razões de ordem material impeçam o comparecimento do acusado perante o juiz natural; a mera comodidade do acusado não serve de razão para amesquinhar as regras processuais. No caso em apreço, observa-se que o réu, além de estar respondendo ao processo em liberdade, não apresentou justificativa de qualquer ordem para o acolhimento do pedido, motivo pela qual indefiro a petição de fl. 270. Aguarde-se a realização da audiência já designada". Prolator da decisão, Frederico Paiva Bandeira de Souza. Palmas-TO, 24 de agosto de 2011. Hericelia da Silva Aguiar Borges – Técnica Judiciária.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS

O Doutor Frederico Paiva Bandeira de Souza, Juiz de Direito Substituto em substituição na 1ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, no uso de suas funções legais, e na forma da lei, etc. FAZ SABER, a quantos o presente edital de intimação, virem ou dele conhecimento tiverem que, por este fica(m) intimado(s) o(s) réu(s) NIVALDO ROBERTO NOGUEIRA RODRIGUES, brasileiro, divorciado, agropecuarista, RG n° 739891 SSP/PI, CPF n° 227.940.003-06, filho de Gessi Afonso Rodrigues e de Ana Clara Nogueira, residente no Condomínio Mansões Entre Lagos, Etapa II, Conjunto C, Casa 09, Sobradinho – DF; EDIVINO AURÉLIO VIANA, brasileiro, solteiro, natural de Mozarlândia – GO, filho de Sebastião Aurélio Viana e de Divina Aurélio Viana, atualmente em lugar incerto e não sabido, bem como o advogado Kleber de Oliveira Silva, OAB-DF 979, militante na Comarca de Novo Gama – GO, dos termos da SENTENÇA proferida nos autos de Ação Penal 2007.0000.8768-6/0, em que a Justiça Pública move em seu desfavor; seguindo trecho da sentença: "Trata-se de Ação Penal promovida pelo Ministério Público Estado do Estado do Tocantins em desfavor de Nivaldo Roberto Nogueira Rodrigues e Edivino Aurélio Viana, sob a acusação de encontrarem-se incursos nas penas do artigo 121, § 2°, incisos II e IV, c/c art. 14, II, e art. 29, todos do Código Penal... Destarte, com fulcro na efetiva possibilidade do reconhecimento futuro da prescrição retroativa, reconheço a inexistência superveniente do interesse de agir na presente ação penal, na modalidade interesse-utilidade. Por consequência, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, cuja aplicação ao processo penal é plenamente admitida por analogia, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito. Recolha o mandado de prisão..." Prolator da sentença, Frederico Paiva Bandeira de Souza. E para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no Diário da Justiça. *Dado e Passado* nesta cidade e Comarca de Palmas, aos 24 de agosto de 2011. Eu___, Ranyere D'christie Jacevícius, Técnica Judiciária, que digitei e subscrevo.

2ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA)
O Senhor Francisco de Assis Gomes Coelho, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO, na forma da lei. Determina a intimação da sentenciada EDIANE MENDES DE SOUSA, brasileira, solteira, nascida aos 13.02.1985, natural de Guadalupi - PI, filha de José Edmundo Sousa e de Maria Vilma Mendes Rocha, a fim de que tome conhecimento da SENTENÇA proferida nos autos nº 2004.0000.8717-7, em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas, cujo resumo segue adiante (...) "Sendo assim, com fulcro no artigo 89, parágrafo 5º, da Lei nº 9.099/95, e por meio desta sentença, declaro extinta a punibilidade que até agora prevalecia em desfavor de EDIANE MENDES DE SOUSA, cujas qualificações se encontram à fl. 02. Transitada em julgado, efetue-se o arquivamento destes autos, sob as cautelas inerentes, especialmente no que condiz com as determinações contidas no Provimento 036/2003 CGJUS-TJ/TO. Registre e Intimem-se. Palmas-TO, em 02 de dezembro de 2010". Francisco de Assis Gomes Coelho - juiz de direito.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2007.0007.6655-9/0 - AÇÃO PENAL
AUTOR: Ministério Público
RÉUS: Ronaldo Rodrigues de Oliveira e Outro
ADVOGADO (RÉU RONALDO): **ADRIANO BUCAR DE OLIVEIRA - OAB/TO 2.438**
INTIMAÇÃO: Fica o Advogado do réu Ronaldo Rodrigues de Oliveira intimado à comparecer neste Juízo no **dia 06 de setembro de 2011, às 14h00min**, a fim de participar de **audiência de instrução e julgamento do feito**, referente aos autos supra. Palmas/TO, 24 de agosto de 2011. Graciele Pacini Rodrigues - Técnica Judiciária de 1ª Instância.

2ª Vara da Família e Sucessões

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2011.0003.8064-0/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: F. de M. O
Advogado: Dr. Edwardo Nelson Luis Chaves Franco, OAB/TO n.º 2557.
Dra. Dayane Maciel Bezerra de Castro, OAB/TO n.º 4682.
Requerido: V. de S. M e M. de F. S. M
INTIMAÇÃO: "Fica o advogado da parte requerente intimado a oferecer réplica à Contestação. Ass. REYNALDO BORGES LEAL – Escrivão Judicial".

2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ATA

AUTOS: 2006.0004.6630-1 - RECLAMAÇÃO
Requerente: MARIA ARAUJO ALVES
Adv.: MÁRCIA REGINA PAREJA COUTINHO – OAB/TO 614
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em dez (10) dias, emendar a inicial, adequando-a ao rito previsto no CPC (arts. 282 e 283), pena de extinção. Pls. 05/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2005.0002.0028-1 - CAUTELAR
Requerente: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: BRASIL TELECOM S/A
Adv.: SEBASTIÃO ALVES ROCHA – OAB/TO 50-A; DAYANE RIBEIRO MOREIRA – OAB/TO 3048 E OUTROS
DESPACHO: "Ante a certidão de fls. 79, ouça-se a parte autora, para requerer o que for de direito, em cinco dias. I. Palmas-TO, 05/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2004.0000.3533-9 - DECLARATÓRIA
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: ZENIR GARCIA
Adv.: Não constituído
DESPACHO: "Intime-se o requerente para manifestar-se sobre o interesse no prosseguimento no feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Intimem-se e cumpra-se. Palmas-TO, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2006.0008.7027-7 - DECLARATÓRIA
Requerente: AJURI FERNANDES DA SILVA E OUTROS
Adv.: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE – OAB/TO 811
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a petição de fls. 162 e documentos que a acompanham, ouça-se a parte autora, em cinco dias. Inexistindo manifestação, estando exaurida a prestação jurisdicional pela homologação do acordo (fls. 144), arquivem-se os autos com as baixas necessárias. I. Pls. 08/07/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2009.0013.1592-1 - DECLARATÓRIA
Requerente: SISEPE - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: KELLY NOGUEIRA SILVA – OAB/TO 4451
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 13/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2006.0007.6537-6 - CAUTELAR
Requerente: ADAILTON AIRES COSTA E OUTROS
Adv.: SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA – OAB/TO 2433
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS E POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. I. Palmas-TO, 10/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2009.0013.1623-5 - COBRANÇA
Requerente: SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS - SIPOCITO
Adv.: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO – OAB/TO 4568
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intimem-se as partes para, no prazo de 03 dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir. Palmas-TO, 13.05.2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2010.0007.6089-5 - ORDINÁRIA
Requerente: CLARICE GIGLIO SARDINHA MACHADO E SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Adv.: JULIO CEZAR MEDEIROS COSTA – OAB/TO 3595-B; JANAY GARCIA – OAB/TO 3959
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Palmas-TO, em 13/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0005.2437-5 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: PSICOTRANSITO – CLINICA MÉDICA E PSICOLOGIA DO CONDUTOR
Adv.: SILVIO MARCOS HUIDA – OAB/GO 28.765
Requerido: DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Diante do credenciamento noticiado pela autoridade impetrada às fls. 50/52, determino a intimação da parte impetrante para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se ainda há interesse no prosseguimento do feito. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 6 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2010.0005.8693-3 - DESCONSTITUTIVA
Requerente: CARLINHO FURLAN
Adv.: PATRICIA PEREIRA DA SILVA – OAB/TO 4463; VALDINEZ FERREIRA DE MIRANDA – OAB/TO 500
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação de fls. 134/144, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. (...). Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2005.0003.9549-0 - DECLARATÓRIA
Requerente: REAL VIDA E PREVIDENCIA S/A
Adv.: JACÔ CARLOS SILVA COELHO – OAB/DF 23.355; OAB/TO 3.678-A
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DECISÃO: "(...) Ante o exposto, HOMOLOGO a desistência do recurso. Decorrido o prazo próprio, certifique a Escrivania o trânsito em julgado da sentença de fls. 147/154, dando-lhe integral cumprimento. Após, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações devidas. Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0007.2228-2 - INDENIZAÇÃO
Requerente: RENATA SOUZA AZEVEDO CARNEIRO
Adv.: LILIANA CARMO GODINHO – OAB/GO 14.548; MARCELO CARMO GODINHO – OAB/GO 22.307-A
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Intime-se a requerente para, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar o recolhimento da taxa judiciária e das custas de locomoção, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 257 do CPC. Intime-se e Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 1542/01 – NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA
Requerente: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: JOSÉ CARLSO PEREIRA / NELMACI PEREIRA RIOS
Adv.: DEFENSORIA PUBLICA – MARLON LUZ COSTA AMORIM
DESPACHO: "Sobre a contestação, ouça-se a parte autora, em dez (10) dias. I. Palmas-TO, 05/05/2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2005.0001.9006-5 – DECLARATÓRIA
Requerente: FUNDAÇÃO DO ENSINO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECOLOGICO DO TOCANTINS - FUNEDES
Adv.: RITA DE CASSIA VATTIMO ROCHA – OAB/TO 2808; IRINEU DERLI LANGARO – OAB/TO 1252
Requerido: IGREJA BATISTA FILADÉLFIA
Adv.: CORIOLANO SANTOS MARINHO – OAB/TO 10-B; LUANA COELHO – OAB/TO
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO: "Manifeste-se o Município de Palmas sobre a certidão de fls. 174. Intime-se e cumpra-se. Palmas, 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0000.1338-9 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: CLEOMAR FERREIRA GUIMARAES E OUTROS
Adv.: ELIZANDRA BARBOSA SILVA PIRES – OAB/TO 2843; JULIANA B. M. PEREIRA – OAB/TO 2674
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DECISÃO: "(...) ANTE O EXPOSTO, havendo expressa vedação legal, denego o pedido liminar. Dando prosseguimento ao feito, intimem-se os autores para se manifestarem sobre a contestação de fls. 134/139, e dos documentos de fls. 152/172. (...). Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0002.1334-5 - ANULATÓRIA
Requerente: CLEOMAR FERREIRA GUIMARÃES E OUTROS
Adv.: ELIZANDRA BARBOSA SILVA PIRES – OAB/TO 2843; JULIANA B. M. PEREIRA – OAB/TO 2674; FABIO BEZERRA DE MELO PEREIRA – OAB/TO 3990
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Sobre a contestação apresentada, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Palmas, 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 1981/02 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Executado: EMILIANO COUTINHO BARROS
DECISÃO: "(...) DECIDO. Com efeito, o pedido de desistência do recurso de apelação formulado pelo Município de Palmas acarreta a expressa aceitação da sentença, fazendo desaparecer o interesse processual na reapreciação da matéria pela Superior Instância, nos termos do art. 503, do CPC. Desta forma, determino a certificação, pela escriania, do trânsito em julgado da sentença de fls. 29/32, após o que, remetam-se os autos ao arquivo, após as baixas e anotações devidas. Cumpra-se. Palmas, em 7 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2010.0002.4773-0 – REGISTRO DE ÓBITO FORA DO PRAZO LEGAL
Requerente: LIDIA FERREIRA DAS CHAGAS LIMA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSORIA PÚBLICA
SENTENÇA: "(...) ANTE O EXPOSTO, acolhendo o pronunciamento ministerial, hei por bem em determinar o assento do óbito de Rita das Chagas Lima, com os dados constantes da inicial e dos documentos que a instruem, devendo a escrivania expedir o competente mandado, encaminhando-o ao Cartório de Registro Civil, cuja circunscrição abranger o local do óbito, facultando à requerente o encaminhamento pessoal, se assim o desejar. Ato contínuo, oficie-se ao Cartório de registro Civil em que foi registrado o nascimento, comunicando-se o óbito. Sem custas. Intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de julho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0000.1348-6 – REGISTRO DE NASCIMENTO NO LIVRO E
Requerente: HELENITA DIAS CARDOSO MATOS
SENTENÇA: "(...) ANTE O EXPOSTO, estando o feito em termos, acolhendo o parecer

ministerial defiro a postulação para determinar ao Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais desta cidade de Palmas/TO, que proceda ao assento no "Livro E" do nascimento da menor Margarida Cardoso Brás Matos, na forma e com os dados constantes na inicial e nos documentos que a acompanham. Oficie-se à serventia extrajudicial competente para o cumprimento imediato. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de junho de 2011. (as) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2a V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0001.8046-3 – REGISTRO DE NASCIMENTO FORA DO PRAZO LEGAL
Requerente: VALERIA CRISTINA TAVARES COELHO
SENTENÇA: (...) ANTE O EXPOSTO, estando o feito em termos, acolhendo o parecer ministerial, defiro a postulação para determinar ao Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais desta cidade de Palmas/TO, que proceda ao assento no "Livro E" do nascimento do menor Daniel Rodrigo Tavares Coelho, na forma e com os dados constantes na inicial e nos documentos que a acompanham. Oficie-se à serventia extrajudicial competente para o cumprimento imediato. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de junho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0003.8667-3 – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
Requerente:DAVID CAYNÃ RODRIGUES DE LIMA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, por desídia da parte autora, julgo extinta a ação, sem resolução do mérito, com amparo no artigo 267, incisos II, III e § 1º, do Código de Processo Civil, o que faço para determinar o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0009.2416-0 – RETIFICAÇÃO DE NOME EM DOCUMENTO PUBLICO
Requerente: DARLENE FERNANDES DA SILVA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, por desídia da parte autora, julgo extinta a ação, sem resolução do mérito, com amparo no artigo 267, incisos II, III e § 1º, do Código de Processo Civil, o que faço para determinar o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0003.8340-0 – REGISTRO DE ÓBITO FORA DO PRAZO LEGAL
Requerente: MARIA ANALIA MELO SOUSA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, acolhendo o pronunciamento ministerial, hei por bem em determinar o assento do óbito de Naíde Melo Silva, com os dados constantes da inicial e dos documentos de fls. 07/08, devendo a escrivania expedir o competente mandado, encaminhando-o ao Cartório de Registro Civil, cuja circunscrição abranger o local do óbito, facultando à requerente o encaminhamento pessoal, se assim o desejar. Ato contínuo, oficie-se ao Cartório de Registro Civil em que foi registrado o nascimento da falecida, comunicando-se o óbito. Sem custas. Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0001.5858-1 – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
Requerente: JOSE CARLOS DE FARIA
Adv.: ALEXSANDER OGAWA DA SILVA RIBEIRO – OAB/TO 2.549
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, estando o feito em termos, defiro o pedido para determinar ao Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Rio Verde, Estado de Goiás, que proceda a retificação do assento de nascimento do requerente, fazendo constar o nome correto de seu genitor, qual seja, "ANTÔNIO JOSÉ DE MELO", bem como seja incluído o sobrenome do pai no nome do requerente, "JOSÉ CARLOS DE FARIA MELO", conforme requerido, por entender que as alterações não implicam em prejuízos a terceiros. Expeça-se, pois, os competentes mandados de retificação, devidamente instruídos com cópia da inicial e dos documentos que a instruem, do parecer ministerial de fls. 51/52, e da presente sentença, para cumprimento imediato, facultando ao requerente o encaminhamento pessoal ao juízo do registro, se assim o desejar. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2011.0001.8119-2 – MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: RITA MARIA VIANA ALVES
Adv.: ANDREY DE SOUZA PEREIRA – OAB/TO 4.275
Impetrado: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, considerando a perda superveniente do objeto, decorrente da contratação da impetrante pelo Município de Palmas, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, fundamentado nas disposições do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Custas ex vi lege. Sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2007.0005.0908-4 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Executado: SUPERMERCADO O CAÇULINHA LTDA
Adv.: NIHIL
AUTOS: 2009.0012.9678-1 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante: SUPERMERCADO O CAÇULINHA LTDA
Adv.: CLÉO FELDKIRCHER – OAB/TO 3.729
Embargado: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, estando cumprida a obrigação pelo pagamento, e fundamentado nos artigos 794, I, e 795 do Código de Processo Civil, hei por bem em homologar, como de fato homologo o pedido de extinção formulado pelo Estado do Tocantins nos autos da Execução Fiscal de Nº 2007.0005.0908-4, o que faço para julgar, como de fato julgo por sentença extinta a obrigação, para determinar as baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Ainda, quanto aos Embargos à Execução de nº 2009.0012.9678-1, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC, acolho a preliminar argüida pelo Estado embargado, reconhecendo a carência de ação da parte embargante por ausência de interesse processual, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Em razão da sucumbência, condeno a executada/embargante no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que, por apreciação das custas processuais e dos honorários advocatícios que, por apreciação eqüitativa, como manda o § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil, e em observância às diretrizes contidas nas alíneas "a" a "c", do mesmo dispositivo, fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Proceda a Escrivania a extração de cópia da presente sentença e a posterior juntada da mesma nos autos de nº 2009.0012.9678-1. publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0007.9653-7 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: SINTIA DE CASSIA GUEDES DE CIRQUEIRA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, acolhendo em parte o pronunciamento do ilustre Membro do Ministério Público e com fulcro nos artigos 5º, 6º e 196 da Constituição Federal, hei por bem em julgar parcialmente procedente a pretensão inicial deduzida, apenas para determinar ao requerido que disponibilize o procedimento cirúrgico de laqueadura de trompas, sem custas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de incorrer em multa que arbitro em R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, sendo que o ato cirúrgico será levado a efeito a critério do representante legal da autora, uma vez disponibilizado pelo Estado do Tocantins. Sem custas e sem honorários, nos termos da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intime-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0002.4800-9 – AÇÃO DE CONHECIMENTO
Requerente: MOZART DIMAS OLIVEIRA
Adv.: MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO – OAB/TO 4047
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, considerando a perda superveniente do objeto, decorrente da convocação do requerente para participar do certame, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, fundamentado nas disposições do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civl. Custas pro rata, arcando cada parte com os honorários de seus patronos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intime-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2010.0011.9205-0 – AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: **MARCENARIA LAUREL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**
Adv.: FABIA RAMOS PESQUEIRA – OAB/TO 227.798
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, por desídia da parte autora, julgo extinta a ação, sem resolução do mérito, com amparo no artigo 267, incisos II, III e § 1º, do Código de Processo Civil, o que faço para determinar o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0001.6130-2 – MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: ROBSON PINTO DE MACEDO
Adv.: MARIA DE FATIMA MELO ALBUQUERQUE CAMARANO – OAB/TO 195-B
Impetrado: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO DA GUARDA METROPOLITANA DE PALMAS-TO
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, considerando a perda superveniente do objeto, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, fundamentado nas disposições do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intime-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0005.3870-6 - ORDINÁRIA
Requerente: ALFA IMÓVEIS LTDA
Adv.: VALTERSON TEODORO DA SILVA – OAB/TO 4363
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "Ante o exposto, nos termos do artigo 269, III do Diploma Processual Civil, hei por bem em homologar o acordo firmado entre as partes, nos termos do documento acostado a fls. 48/49 dos autos, para que surta seus efeitos legais, o que faço para extinguir o processo e determinar o arquivamento dos autos, com as cautelas legais devidas. Custas processuais, pelo requerente e os honorários advocatícios pelas partes, individualmente, nos termos do acordo de fls. 48/49. Publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0002.3825-9 - ORDINÁRIA
Requerente: CLEUDSON DE ARAUJO CORREIA
Adv.: CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO – OAB/TO 1555
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, considerando a perda superveniente do objeto, decorrente da nomeação do requerente para o cargo pretendido, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, fundamentado nas disposições do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Custas pro rata, arcando cada parte

com os honorários de seus patronos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2008.0002.3825-9 - ORDINÁRIA
Requerente: CLEUDSON DE ARAUJO CORREIA
Adv.: CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO – OAB/TO 1555
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, considerando a perda superveniente do objeto, decorrente da nomeação do requerente para o cargo pretendido, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, fundamentado nas disposições do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Custas pro rata, arcando cada parte com os honorários de seus patronos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0000.0929-0 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: ALTRAN DE OLIVEIRA JUNIOR
Adv.: CÉLIA REGINA TURRI DE OLIVEIRA – OAB/TO 2147
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, torno sem efeito o despacho de fls. 33 e julgo extinto o presente, sem resolução do mérito, consoante art. 267, VIII do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente para retirar a cártula anexada às fls. 31 mediante certidão nos autos. Sem custas e sem honorários. Sobrevindo o trânsito em julgado da presente sentença, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0011.5036-1 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: UBALDO TENORIO CAVALCANTE
Adv.: MÁRCIA PAREJA COUTINHO – OAB/TO 614
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, homologo o pedido de desistência da ação formulado pela parte, e, de conseqüência, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito (art. 267, VIII do Código de Processo Civil). Sem custas e sem honorários. Sobrevindo o trânsito em julgado da presente sentença, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 8 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2011.0007.2075-1 - ANULATÓRIA
Requerente: FERREIRA FRANCO ENGENHARIA LTDA
Adv.: EDER MENDONÇA DE ABREU – OAB/TO
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, amparado no que dispõe o artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, hei por bem em homologar, como de fato HOMOLOGO O ACORDO celebrado pelas partes, para que surta os efeitos jurídicos necessários. Sem custas. Cada parte deverá arcar com os honorários de seu advogado. Publique-se, registre-se, intimem-se e CUMPRA-SE. Palmas, em 4 de agosto de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2007.0010.0621-3 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: ANTONIA MARIA ALVES DE LIMA
Adv.: VINICIUS PINHEIRO MARQUES – OAB/TO 4140-A; LUANNE PARREIRA MAGALHÃES – OAB/TO 785-E
Requerido: PREFEITO MUNICIPAL DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, deixo de acolher o pronunciamento ministerial, hei por bem em reconhecer, como de fato reconheço a ocorrência da decadência, o que faço para julgar extinto o feito, com espeque no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pela impetrante, isentando-a do recolhimento por litigar sob o pálio da assistência judiciária. Sem honorários (art. 25, Lei nº 12016/2009). Publique-se, registre-se e intime-se. CUMPRA-SE. Palmas, em 12 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2007.0010.0621-3 – MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: ANTONIA MARIA ALVES DE LIMA
Adv.: VINICIUS PINHEIRO MARQUES – OAB/TO 4140-A; LUANNE PARREIRA MAGALHÃES – OAB/TO 785-E
Requerido: PREFEITO MUNICIPAL DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, deixo de acolher o pronunciamento ministerial, hei por bem em reconhecer, como de fato reconheço a ocorrência da decadência, o que faço para julgar extinto o feito, com espeque no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pela impetrante, isentando-a do recolhimento por litigar sob o pálio da assistência judiciária. Sem honorários (art. 25, Lei nº 12016/2009). Publique-se, registre-se e intime-se. CUMPRA-SE. Palmas, em 12 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2010.00006.6001-7 – CAUTELAR INOMINADA
Requerente: JOSELI ANGELO AGNOLIN
Adv.: LEANDRO FINELLI – OAB/TO 2135-A; PEDRO AIRES JÚNIOR – OAB/TO 2389
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, fundamentado nas disposições dos artigos 806 e 808 ambos do Código de Processo Civil, e acolhendo o bem lançado pronunciamento do Ministério Público, hei por bem em julgar, como de fato julgo o feito extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC, o que ora faço para tornar sem efeitos a decisão de fls. 104/106. Em razão da sucumbência, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Sobrevindo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações devidas. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2006.0003.0343-7 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: SINDICATO DOS AUDITORES DE ENDAS DO ESTADO DO TOCANTINS - SINDARE
Adv.: RONAN PINHO NUNES GARCIA – OAB/TO 1956
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o presente processo, sem o exame do mérito. Considerando que com a citação válida formou-se o contraditório, em que pese não ter havido contestação, em razão do pedido de desistência formulado pelo autor, deve a parte autora arcar com o ônus decorrente da sucumbência. Custas e honorários, que arbitro em 10% (dez por cento), sobre o valor da causa corrigido, pelo autor. P.R.I. e cumpra-se. Palmas, em 06 de julho de 2.011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0013.0821-6 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: LORENA DE SALES MERCUCCI FREIRE
Adv.: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO – OAB/TO 4568
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, homologo por sentença a renúncia manifestada pela parte requerente, determinando a extinção do processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, V, do Código de Processo Civil. Sem honorários advocatícios, vez que não houve citação. Custas, pela requerente, ficando a mesma isenta do pagamento, por postular sob o pálio da assistência judiciária. Sobrevindo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações de estilo. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 6 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0009.5947-7 - ORDINÁRIA
Requerente: EDILSON PEREIRA DA SILVA
Adv.: LEONARDO DO COUTO SANTOS FILHO - OAB/TO 1858
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv.: EDUARDO PRADO DOS SANTOS – PROCURADOR CHEFE
DESPACHO: "Justifique o autor a razão da discrepância entre o nome do autor na inicial e o mencionado às fls. 74. Após conclusos. Palmas-TO, em 21 de fevereiro de 2010. (AS) Luiz Otávio Queiroz Fraz – Juiz de Direito."

AUTOS: 2011.0005.8198-0 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante: VEREDA LTDA E OUTROS
Adv.: ILDEFONSO DOMINGOS RIBEIRO NETO – OAB/TO 372
Embargado: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Defiro provisoriamente os benefícios da assistência judiciária. Intimem-se os embargantes para, em dez (10) dias, comprovar a garantia da execução por meio de penhora, caução ou depósito, bem como para declarar o valor que reputa devido, apresentando memória do cálculo respectivo, nos termos do que dispõe o art. 739-A, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Civil. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 04 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2006.0003.5863-0 - ORDINÁRIA
Requerente: FRANCISCO AMILSON GABRIEL TURÍBIO
Adv.: WYLKYSON GOMES DE SOUSA – OAB/TO 2838; ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA – OAB/TO 2250
Requerido: INSTITUTO NACINAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
Adv.: EDUARDO PRADO DOS SANTOS – PROCURADOR CHEFE
SENTENÇA: "Manifestem-se as partes sobre o cumprimento da decisão de fls. 337/341. Intimem-se. Palmas, em 08 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 1000/00 - INDENIZAÇÃO
Requerente: PONTUAL COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA
Adv.: ZELINO VITOR DIAS – OAB/TO 727
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "(...) Atualizados os cálculos, intime-se a autora, por seu advogado para, no prazo de 15 dias sob pena de multa de 10% sobre o valor devido. Em não havendo pagamento, intime-se o exeqüente para indicar bens penhoráveis da executada em 10 dias sob pena de arquivamento. (...) Cumpra-se. Palmas, 06 de setembro de 2010. (AS) Esmar Custódio Vêncio Filho – Juiz de Direito respondendo."

AUTOS: 1178/00 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Requerido: FRANCISCO FABIANO FERNANDES DA SILVA
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, estando cumprida a obrigação pelo pagamento, homologo o pedido de extinção formulado pelo exeqüente, com fulcro nos artigos 794, I e 795 do Código de Processo Civil, o que faço para julgar, como de fato julgo por sentença extinta a obrigação, para determinar as baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Nos termos do art. 26 da Lei nº 6.830/80, ficam as partes dispensadas dos ônus sucumbenciais. Sobrevindo o trânsito, proceda a escrivania o arquivamento do presente feito, após as baixas e anotações de estilo. Publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-

se. Palmas, em 17 de agosto de 2011. (AS) William Trigilio da Silva – Juiz de Direito – Em substituição automática na 2ª V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0011.2023-7 – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
Requerente: JUAREZ SILVA ALENCAR
Adv.: OLEGÁRIO DE MOURA JUNIOR – OAB/TO 2743
SENTENÇA: "ANTE O EXPOSTO, estando o feito em termos, acolhendo o pronunciamento do Ministério Público, defiro o pedido formulado na inicial para determinar ao Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais desta Comarca de Palmas-TO, que inclua no registro de nascimento do requerente o local onde o mesmo ocorreu, qual seja, o Município de Araguacema-TO, por entender que a alteração não implica em prejuízos a terceiros. Expeça-se, pois, o comeptente mandado de retificação, devidamente instruído com cópia da inicial, dos documentos que a acompanham, do parecer ministerial de fls. 75/78 e da presente sentença, para cumprimento imediato, facultando ao requerente o encaminhamento pessoal ao juízo do registro, se assim o desejar. Sem custas e sem honorários. Sobrevindo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações devidas. Publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-se. Palmas, em 17 de agosto de 2011. (AS) William Trigilio da Silva – Juiz de Direito – Em substituição automática na 2ª V.F.F.R.P."

AUTOS: 2011.0001.5244-3 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA ARLENE COSTA DA SILVA
Adv.: MARLON COSTA LUZ AMORIM – DEFENSOR PÚBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO OESTE E TOCANTINS – UNIMED/PLANSAÚDE
Adv.: MARILANE LOPES RIBEIRO – OAB/DF 6.813; CRISTIANEA FERRAZ PALHARES – OAB/DF 21.171 E OUTROS
DECISÃO: "ANTE O EXPOSTO, considerando a ausência dos pressupostos contidos no artigo 273 do Código de Processo Civil, indefiro o pedido de tutela antecipada. Dando prosseguimento ao feito, determino a intimação da parte requerente para se manifestar sobre as respostas dos requeridos, no prazo de 10 (dez) dias. (...) Intime-se e cumpra. Palmas, em 17 de agosto de 2011. (AS) William Trigilio da Silva – Juiz de Direito – Em substituição automática na 2ª V.F.F.R.P."

AUTOS: 2009.0006.2361-4 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente:JOÃO RODRIGUES
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DESPACHO: "Especifiquem as partes que provas ainda pretendem produzir, em tríduo. Juntada estas aos autos colha-se a manifestação do Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

AUTOS: 2009.0013.0641-8 - COBRANÇA
Requerente: VARLENI ROSA VIEIRA
Adv.: MARLON LUZ COSTA AMORIM – DEFENSOR PUBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATTOS GONÇALVES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: "Especifiquem as partes que provas ainda pretendem produzir, em tríduo. Juntada estas aos autos colha-se a manifestação do Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 11 de julho de 2011. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento - Juiz de Direito da 2ª VFFRP."

3ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº.: 2011.0008.2774-2/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: CEILA MARIA ALMEIDA COSTA
AdvogadA: JANINE LIMA VIANA
Impetrado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
DESPACHO: "Postergo a análise da liminar para após a vinda das necessárias informações da autoridade coatora. Nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009, notifique-se a autoridade apontada coatora a fim de que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias, enviando-lhe cópia da inicial com os documentos que a instrui. Após, com ou sem informações, venham-me os autos conclusos. Palmas, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respodendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 29/2011)".

Autos nº.: 2007.0007.6685-0/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: SINDARE – SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: MAURO JOSÉ RIBAS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: III – DISPOSITIVO **Posto isso, haja vista que os argumentos do requerente não podem ser acolhidos, face à vedação contida no art. 37, X, da Carta Magna, bem como da Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais. Custas ex lege. Arbitro honorários no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na forma do art. 20, § 4º do CPC, por não se tratar de sentença condenatória. Sentença** não **sujeita ao duplo grau obrigatório.** Na hipótese de interposição do recurso de apelação, determino, desde já, a intimação da parte apelada para oferecimento de contrarrazões. Certifique-se sobre a tempestividade da apelação e em seguida, conclusos. **Publique-se, registre-se e intimem-se Palmas, 03 de agosto de 2011.** Ana Paula Araújo Toríbio – Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª Vara dos Feitos das Fazendas Públicas e Registros Públicos. Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO n.º 29/2011)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

Autos nº.: 2010.0002.0197-7/0. Ação: Consignação em Pagamento. Requerente: Estado do Tocantins. Requeridos: Cirlene Borges de Jesus, Juliana Fernandes de Jesus e Espólio de Jurandir Fernandes de Jesus. O Doutor HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio CITAR **CIRLENE BORGES DE JESUS, inscrito no CPF nº 880.306.101-06, JULIANA FERNANDES DE JESUS, inscrito no CPF 030.155.021-23, e demais herdeiros incertos e pessoas interessadas, os quais guardem relação pertinentes à presente demanda com o de cujus, Sr. JURANDIR FERNANDES DE JESUS, brasileiro, Cabo até 06/12/2005, inscrito no CPF sob o nº 143.644.091-20, falecido em 06/12/2005,** advertindo-os de que terão o prazo de 15 (quinze), para apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como os verdadeiros fatos alegados pelo autor na inicial, nos termos do artigo 285 e 319 do CPC, tudo em conformidade com o despacho a seguir transcrito: DESPACHO:" Vistos, Defiro o Depósito da quantia para discussão, devendo o mesmo ser efetuado e, 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 893, I, do Código de Processo Civil. Após, citem-se os credores com as advertências e cautelas de estilo, para oferecerem resposta no prazo de quinze dias e provarem o seu direito ao crédito ofertado na inicial, conforme preconiza o artigo 895 do Código de Processo Civil. Defiro ainda, a citação editalícia dos réus incertos e eventuais interessados. O cartório deve expedir o competente edital de citação, com prazo de 30 (trinta) dias, fazendo constar as advertência do artigo 285 do Código de Processo Civil. Os encargos e a promoção com a publicidade do edital ficam a cargo do requerente, conforme prevê o artigo 232, Inciso III, do Código de Processo Civil, devendo o mesmo juntar aos autos a cópia do comprovante da publicação. Havendo contestação, os requeridos devem informar a existência, ou não, de processo de inventário em trâmite ou concluído, bem como sobre a existência de herdeiros menores habilitados ao direito de crédito em discussão. Ao final, autorizo o depósito das prestações que se forem vencendo sucessivamente, devendo ser feita até 05 (cinco) dias, contados da data do vencimento de cada uma, nos termos do artigo 892 do Código de Processo Civil. Para caso de aceitação do valor consignado, fixo a verba honorária em R$ 500,00 (quinhentos reais). Intime-se. Cumpra-se. Palmas (TO), 30 de junho de 2010. (a) Helvécio de Brito Maia Neto-Juiz de Direito".

Autos nº.: 2010.0002.0132-2/0. Ação: Consignação em Pagamento. Requerente: Estado do Tocantins. Requeridos: Vânia Moraes de Oliveira e Espólio de Feliciano Lopes de Oliveira. O Doutor HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este meio CITAR **VÂNIA MORAIS DE OLIVEIRA, com endereço ignorado, e demais herdeiros incertos e pessoas interessadas, os quais guardem relação pertinentes à presente demanda com o de cujus, Sr. FELICIANO LOPES DE OLIVEIRA, brasileiro, 2º Sargento até a data de 30/10/1994, inscrito no CPF sob o nº 788.628.681-20, falecido em 30/10/1994,** advertindo-os de que terão o prazo de 15 (quinze), para apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como os verdadeiros fatos alegados pelo autor na inicial, nos termos do artigo 285 e 319 do CPC, tudo em conformidade com o despacho a seguir transcrito: DESPACHO:" Vistos, Defiro o Depósito da quantia para discussão, devendo o mesmo ser efetuado e, 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 893, I, do Código de Processo Civil. Após, citem-se os credores com as advertências e cautelas de estilo, para oferecerem resposta no prazo de quinze dias e provarem o seu direito ao crédito ofertado na inicial, conforme preconiza o artigo 895 do Código de Processo Civil. Defiro ainda, a citação editalícia dos réus incertos e eventuais interessados. O cartório deve expedir o competente edital de citação, com prazo de 30 (trinta) dias, fazendo constar as advertência do artigo 285 do Código de Processo Civil. Os encargos e a promoção com a publicidade do edital ficam a cargo do requerente, conforme prevê o artigo 232, Inciso III, do Código de Processo Civil, devendo o mesmo juntar aos autos a cópia do comprovante da publicação. Havendo contestação, os requeridos devem informar a existência, ou não, de processo de inventário em trâmite ou concluído, bem como sobre a existência de herdeiros menores habilitados ao direito de crédito em discussão. Ao final, autorizo o depósito das prestações que se forem vencendo sucessivamente, devendo ser feita até 05 (cinco) dias, contados da data do vencimento de cada uma, nos termos do artigo 892 do Código de Processo Civil. Para caso de aceitação do valor consignado, fixo a verba honorária em R$ 500,00 (quinhentos reais). Intime-se. Cumpra-se. Palmas (TO), 30 de junho de 2010. (a) Helvécio de Brito Maia Neto-Juiz de Direito".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº.: 2011.0002.3592-6/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: CLOVIS EDUARDO FERNANDES CARNEIRO
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 18 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-

Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.7575-3/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: MAXUELL DOS SANTOS DE SOUZA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 18 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.7609-1
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 18 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.1461-9/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: ALEX MATOS FERNANDES
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 17 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.5664-8/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: COLEMAR MENDES DE SOUSA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 17 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.5662-1/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: EVILAZIO PEREIRA DE SOUSA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 17 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.5759-8/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: JOSÉ WILLAMES ARAÚJO SOARES
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 14 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.8121-4/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: PETERSON QUEIROZ DE ORNELAS
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 14 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.7579-6/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: SHERLOCK LUIS DE MESQUITA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS

DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 14 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.5668-0/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: LUIZ ALVES DE MOURA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 13 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.3598-5/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: ANTONIO BARROS GOMES
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 13 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.3594-2/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: SIDIMARCOS PEREIRA DE MESQUITA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 13 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.3596-9/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: ANTONIO LUIZ SOARES DA SILVA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 11 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.7612-1/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: ERLI LEMES DA SILVA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 11 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0001.7607-5/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: REGINALDO LEANDRO DA SILVA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 11 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.3595-0/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: LINDOMAR CARLOS DE MATOS
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 10 do mês de outubro de 2011 às 16:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o

seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.3600-0/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: ANDREYA DE FÁTIMA BUENO DA CRUZ
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 10 do mês de outubro de 2011 às 15:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 22de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

Autos nº.: 2011.0002.5758-0/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PELO RITO SUMÁRIO
Requerente: DIÓGENES MADEIRA DE OLIVEIRA
Advogado: JULIANO LEITE DE MORAIS
Requerido: ESTADO DO TOCANTIS
DESPACHO: "Designo, no termos do artigo 277 do CPC, audiência de conciliação para o dia 10 do mês de outubro de 2011 às 14:30 horas. Cite-se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareça à audiência, constando no mandado as advertências dos artigos 277 § 2º e 319 do CPC, observando o rito sumário. As partes podem fazer-se representar por preposto preposto com poderes para transigirem (art. 277 § 3º, do CPC). Defiro os benefícios as assistência Judiciária gratuita (Lei nº 1.060/50). Nos termos do artigo 154 c/c o artigo 244 ambos do CPC que não exige forma determinada para os atos e termos processuais e que considera válido todo ato desde que alcançado o seu objetivo, determino que a cópia deste despacho sirva como mandado judicial para citação do requerido acima qualificado, para tomar conhecimento dos termos da presente Ação e, querendo, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor na inicial e da confissão ficta, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Devendo ainda, a Sr. Escrivã entregar uma cópia ao Sr. Oficial de Justiça, a qual servirá como mandado, carimbando e assinando para garantir sua autenticidade, além de anexar cópia da petição inicial. Cumpra-se. Intime-se. Palmas/TO, 27 de junho de 2011. (a) Ana Paula Araújo Toríbio-Juíza de Direito Substituta Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO Nº 29/2011)."

4ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

EDITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Dr. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA, MM. Juiz Substituto, respondendo pela 4ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas, na forma da Lei. Determina a INTIMAÇÃO de TOCANTINS VERDE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.627.336/0001-18, na pessoa de seu representante legal, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que constituía novo procurador nos autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do feito. Processo nº 2007.0001.9954-9/0, ação de Mandado de Segurança, tendo como impetrante Tocantins Verde e como impetrado Naturatins (Instituto Natureza do Tocantins). Tudo conforme despacho a seguir transcrito: "Cumpra-se integralmente o despacho retro. Palmas-TO, 03 de maio de 2011. (as) William Trigilio da Silva - Juiz Substituto". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado na forma da lei. Palmas, 03 de agosto de 2011. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA-JUIZ SUBSTITUTO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Dr. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA, MM. Juiz Substituto, respondendo pela 4ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas, na forma da Lei. Determina a CITAÇÃO do ESPÓLIO DE CRISTIANO XAVIER LUSTOSA SOUSA, SRA. ELISÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA, brasileira, viúva, do lar, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, da Ação Declaratória de Nulidade - Autos n.º 2006.0002.1653-4/0, em que ESTADO DO TOCANTINS, move em desfavor de JOAQUIM ALBERTO MOURA LEITÃO, e como Litisconsorte ESPÓLIO DE CRISTINAO XAVIER LUSTOSA SOUSA, SRA. ELISÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA, da existência da presente ação, bem como para que no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, conteste o presente feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial pelo autor. Tudo conforme despacho a seguir transcrito: "Cumpra-se integralmente o despacho retro. Palmas-TO, 03 de maio de 2011. (as) William Trigilio da Silva - Juiz Substituto". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado na forma da lei. Palmas, 03 de agosto de 2011. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA - JUIZ SUBSTITUTO

ESTADO DO TOCANTINS
PODER JUDICIÁRIO – COMARCA DE PALMAS
4ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Dr. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA, MM. Juiz Substituto, respondendo pela 4ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas, na forma da Lei. Determina a CITAÇÃO de ROSÂNGELA HENRIQUE DE ALMEIDA, CPF/MF Nº 656.871.754-15 estando atualmente em lugar incerto e não sabido, da Ação de Cobrança - Autos n.º 2008.0008.6708-6/0, que lhe move a ESTADO DO TOCANTINS, tendo como valor da causa R$ 2.349,00 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais), para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, conteste o presente feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial pelo autor. Tudo conforme despacho a seguir transcrito: "Cumpra-se integralmente o despacho retro. Palmas-TO, 03 de maio de 2011. (as) William Trigilio da Silva - Juiz Substituto". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado na forma da lei. Palmas, 03 de agosto de 2011. WILLIAM TRIGILIO DA SILVA-JUIZ SUBSTITUTO

Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos: 2009.0004.2048-9 – INQUERITO POLICIAL
Autos: 2009.0001.2629-7
Requerido: V. de M. C.
Requerente: G. L. P.
Advogado (Requerente): Dra. Suéllen Siqueira Marcelino Marques, inscrita na OAB/TO n.º 3989.
DESPACHO: "I – Redesigno a presente audiência para o dia 02/09/2011, a partir das 14 horas.*". Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria n.º 48/2011-DJe 2588)*.

Juizado Especial Cível e Criminal – Norte

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 2298/2007- AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
Reclamante: FRANCISCO GLAUTON GOMES
Advogado: LUIZ SÉRGIO FERREIRA
Reclamado: SADY BATISTELLA
DESPACHO: " Intime-se o exeqüente para se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Palmas-TO, 19/08/2011. Valdemir B. de A. Mendonça.. Juiz de Direito".

Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes habilitantes através dos seus advogados, intimadas do ato processual abaixo relacionado:

Processo nº : **2009.10.3472-8 – AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Requerente: TUBOPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS LTDA
Advogado: CHRISTIAN ZINI AMORIM-OAB/TO. 2404
Advogado: FERNANDO JORGE MAMHA FILHO – OAB/SP. 109618
Adm. Judicial: FÁBIO WAZILEWSKI
OBJETO: INTIMAR os advogados nas Habilitações abaixo relacionadas, para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar os seguintes documentos:
1 – BANCO IINDUSTRIAL DO BRASIL S/A: Comprovante do recolhimento das custas processuais da habilitação retardatária dos créditos, bem como os comprovantes originais do crédito em questão, nos termos do artigo 9º, § único, da Lei nº. 11.101/05, sob pena de indeferimento da habilitação postulada;
2 – CMA CGM SOCIÉTÉ ANONYME (CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA: Os comprovantes originais do crédito em questão, nos termos do artigo 9º, § único, da Lei nº. 11.101/05, sob pena de indeferimento da habilitação postulada;
3 - CMA CGM SOCIÉTÉ ANONYME (CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA: Comprovante do recolhimento das custas processuais da habilitação retardatária dos créditos, sob pena de indeferimento da habilitação postulada;
4 – QUATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL: Comprovante do recolhimento das custas processuais da habilitação retardatária dos créditos, sob pena de indeferimento da habilitação postulada.
5 – BANCO SANTANDER BRASIL S/A: Comprovante do recolhimento das custas processuais da habilitação retardatária dos créditos, sob pena de indeferimento da habilitação postulada.
6 – PORTO FORTE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRDITÓRIOS MULTISSETORIAL: Comprovante do recolhimento das custas processuais da habilitação retardatária dos créditos, bem como os comprovantes originais do crédito em questão, nos termos do artigo 9º, § único, da Lei nº. 11.101/05, sob pena de indeferimento da habilitação postulada.

PALMEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 154/05.
Ação: Cumprimento de Sentença.
Requerente: Jovelina Rodrigues de Souza.
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos Albernaz, OAB/GO-2607.
Requerido: Multibens Eletro Eletronico.
ATO ORDINARIO: "Em cumprimento ao Provimento nº. 02/2011, da CGJ/TJTO, Capitulo 2, seção 6, art. XIV, encaminho os autos a parte requerente, através de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca dos documentos juntados aos autos. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos 184/05.
Ação: Cumprimento de Sentença.
Requerente: Edvardo Rodrigues Damascena
Advogado (a): Francieliton R. dos Santos Albernaz, OAB/TO- 2.607.
Requerido: Edgar de Araújo e Pedro Francisco Filho.
Advogado: Lourival Venâncio de Moraes, OAB/TO- 171.
INTIMAÇÃO DESPACHO: "Defiro o sobrestamento do feito até o dia 20/09/2011, data em que o requerente deverá ser intimado para no prazo de 48 horas, dizer se houve a satisfação do crédito ou requerer o de direito. Cumpra-se. Palmeirópolis/TO, 19/08/2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo – Juiz de Direito. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos nº 154/05.
Ação: Cumprimento de Sentença.
Requerente: Jovelina Rodrigues de Souza.
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos Albernaz, OAB/GO-2607.
Requerido: Multibens Eletro Eletronico.
ATO ORDINARIO: "Em cumprimento ao Provimento nº. 02/2011, da CGJ/TJTO, Capitulo 2, seção 6, art. XIV, encaminho os autos a parte requerente, através de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca dos documentos juntados aos autos. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos 2008.0000.1091-6/0.
Ação: Inventario.
Requerente: Joaquim Messias Rodarte
Advogado (a): Francieliton R. dos Santos Albernaz, OAB/TO- 2.607.
Requerido: (espolio) Vilmar Rosa Rodarte.
INTIMAÇÃO DESPACHO: "Intime-se a parte autora para dar prosseguimento no feito, em 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Palmeirópolis/TO, 18/08/2011. Rodrigo da Silva Perez Araújo – Juiz de Direito. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos nº 2009.0012.5737-9/0
Ação: Regulamentação de Guarda.
Requerente: F. R. DOS Santos.
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos Albernaz, OAB/GO-2607.
Requerido: M. de J. F. Barros.
Advogado: Antonio Inácio da Silva, OAB/GO-8034.
INTIMAÇÃO DESPACHO: "Cumpra-se o despacho de folhas 124". "Abro vista sucessivos de 5 (cinco) dias, para alegações finais, devendo a parte requerida via Diário da Justiça.. Pls. 10/08/2011. Rodrigo da Silva Perez Araujo. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos nº. 2010.0005.6924-9/0.
Ação: Execução de Alimentos.
Requerente: E. S. Lustrosa, rep. o menor J.M.L. DE M .
Advogado: Lourival Venancio de Morais , OAB/TO-171.
Requerido: A. F. de Matos.
Advogado:Defensoria Publica.
ATO ORDINARIO: "Em cumprimento ao Provimento nº. 02/2011, da CGJ/TJTO, Capitulo 2, seção 6, art. XIV, encaminho os autos a parte requerente, através de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre certidão do Oficial de Justiça. Bem como para informar atual endereço do requerido. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

Autos nº 2011.0001.8255-5
Ação Indenização por danos morais e materiais c/c pedido de repetição de indebito
Requerente: Maria Aparecida Ferreira
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos de Albernaz- Oab-To 2607
Requerido: Brasil telecom
INTIMAÇÃO: "Fica o advogado da autora intimado para manifestar sobre a contestação apresentada em audiência. Prazo de 10 dias".

APOSTILA

Autos nº 2011.0008.7357-4/0
Ação: Busca e Apreensão.
Requerente: M. A. Rodrigues.
Advogado: Adalcindo Elias de Oliveira, OAB/GO-265-A.
Requerido: N. C. Gouveia
Advogado: Cícero Daniel dos Santos, OAB/TO-4.905-A.
ATO ORDINARIO: "Em cumprimento ao Provimento nº. 02/2011, da CGJ/TJTO, Capitulo 2, seção 6, art. XIII, encaminho os autos a parte requerente, através de seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar acerca da defesa. Pls. 24/08/2011. Escrevente".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0006.6736-2/0
Ação : Reintegração de Posse
Requerente: Bradesco Leasing S/S Arrendamento Mercantil
Advogado: Dra. Mariana Faulin Gamba OAB/SP-28140
Requerido: Sha Ane Bianca Andalécio Paniago
ATO ORDINARIO: "Em Cumprimento ao Provimento nº 002/2011, da CGJ/TJTO, Seção 06, Inciso, 2.6.22, encaminho os autos a parte autora através de seu advogado para que se manifestar em 10 dias sobre a certidão do Oficial de Justiça.....Deixei de proceder a reintegração de posse em virtude de que a requerida não mais reside nesta cidade, por informações a mesma reside atualmente na cidade de Gurupi/TO, não sabendo declinar o endereço. Palmeirópolis 25 de agosto de 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial.

Autos nº 2011.0006.6733-8/0
Ação : Reintegração de Posse
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Dra. Carla Passos Melhado OAB/SP-187329
Requerido: Washington de Souza Milhomem
ATO ORDINARIO: "Em Cumprimento ao Provimento nº 002/2011, da CGJ/TJTO, Seção 06, Inciso, 2.6.22, encaminho os autos a parte autora através de seu advogado para que se manifestar em 10 dias sobre a certidão do Oficial de Justiça.....Deixei de proceder a reintegração de posse em virtude de que o autor não recolheu as custas de diligências do Oficial de Justiça... Palmeirópolis 25 de agosto de 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial.

Autos nº 343/2005
Ação : Declaratória de Nulidade de Clausulas de Contrato de Financiamento
Requerente: Francisco Borges de Almeida e sua Mulher.
Advogado: Dr. Adalcindo Elias de Oliveira OAB/TO-265-A
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
ATO ORDINARIO: "Em Cumprimento ao Provimento nº 002/2011, da CGJ/TJTO, Seção 06, Inciso, 2.6.22, encaminho os autos às partes através de seus advogados para que se manifestem sobre os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial nos autos. Prazo de 05 dias. Palmeirópolis 25 de agosto de 2011- Escrivania Cível-Amarildo Nunes-Escrevente Judicial.

1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0000.1509-8
Natureza: Art. 155, § 2º, Inc. I,II e V do CP
Acusado: José Marques
Advogado(a): Dr. Walter Vitorino Junior – OAB- TO 3.655
Sentença: " Assim, a vista das penas devidamente dosadas em patamares diversos aplico a pena mais grave, aumentada do critério ideal de ¼ (um quarto) ficando o réu JOSÉ MARQUES definitivamente condenado a pena de 12 (doze) ANOS E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO..... Assim, fixo a pena de multa, observados os critérios acima, em 212 (duzentos e doze) dias-multa que deverão ser calculados unitariamente à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, devidamente corrigido.... Elejo o regime inicial fechado para o cumprimento da pena (art. 33, 2º, a, do CP)... Quanto à manutenção do cárcere cautelar de ambos os acusados.... Por tais fundamento, mantenho a prisão preventiva dos acusados e, de conseqüência, nego-lhes o direito de recorrer em liberdade (art. 387, parágrafo único, do CPP). Condeno os réus ao pagamento das custas processuais na forma da Lei, devendo estas serem pagas em 10 (dez) dias após o trânsito em julgado desta sentença condenatória. Para o caso de inadimplemento, proceda-se nos termos da CNGC, comunicando-se o Distribuidor. restituam-se os bens apreendidos, uma vez devidamente comprovada sua propriedade, porque não r demonstrada sua aplicação na prática do crime e porque não constituem coisas cuja fabrico, alienação, uso porte ou detenção constitua fato ilícito (CP 91, II). Quanto à gratuidade da Justiça, deixo de concedê-la porque requerida ao arrepio da Lei 1060/50, ao tempo em que condeno os acusados ao pagamento, em proporção, das custas processuais e da taxa judiciária, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de arbitrar indenização mínima (art. 387. inc. IV, do CPP), por se tratar de direito disponível a respeito a instrução criminal nada se apurou a propósito, de modo que o avançar sobre esse ponto representaria violação ao devido processo legal e ao contraditório, constitucionalmente assegurados. Após o trânsito em julgado desta sentença, inscrevam-se os nomes dos réus no rol dos culpados e oficie-se à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 72, § 2º,, do Código Eleitoral, comunicando a condenação para as providências legais. Procedam-se as anotações e comunicações de praxe, inclusive ao Instituto Nacional de Identificação e ao INFOSEG. Expeça-se guia de execução provisória. PRIC. Pls, 22.08/2011

PARAÍSO

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2009.0011.3323-8/0
Natureza: Ação Ordinária de Amparo Social a pessoa portadora de deficiência, Acunulado com Tutela Antecipada.
Requerente: Mariozam Gomes do Nascimento.
Advogados: Dr. Gilberto Souza Lucena – OAB/TO nº 1.186 e Drª Elenice Araújo Santos Lucena - OAB/TO nº 1.324.
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora. Drª. Isabela Rodrigues Carvelo Xavier – Procuradora Federal
Intimação: Intimar os advogados da parte requerente, Dr. Gilberto Souza Lucena – OAB/TO nº 1.186 e Drª Elenice Araújo Santos Lucena - OAB/TO nº 1.324, do inteiro teor da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA nos autos, que DEIXOU DE INTIMAR o Requerido, para comparecer perante o Médico Perito - Membro da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário, com sede no Fórum da Comarca de Palmas TO, (Av. Teotônio Segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês de São João da Palma, 2º Piso, Edifício Fórum de Palmas) em Palmas TO, PARA REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO PERICIAL, designado

para o dia 01 de setembro de 2.011, às 09:00 horas, munido de todos os documentos médicos exames complementares já realizados. ASSIM, solicitamos que leve pessoalmente seu cliente, para realização do exame médico, ficando advertido que sua ausência, importará na extinção do processo, sem resolução de mérito, por falta de interesse no prosseguimento do feito, em face da imprescindibilidade.

Processo nº: 2011.0001.6482-4/0
Natureza da Ação: Usucapião.
Requerente: Marilda da Silva Lopes e seu esposo Deurivan de Souza Ferreira.
Advogado: Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4279.
Requerido: Cloves Rodrigues de Castro.
Advogado: Nihil.
Intimação: Intimar o advogado dos requerentes, Dr. Jacy Brito Faria - OAB/TO nº 4.279, do inteiro teor da Sentença prolatada nos autos às fls. 23, que segue transcrito parcialmente. Sentença... Relatei/Decido. Trata-se, efetivamente, de desistência do pedido contido na ação e que deve ser homologado, independentemente da oitiva ou manifestação do réu(é), vez que inexistente a litigiosidade e por incompleta a relação jurídico-processual, que só se completaria com a citação e vencido o prazo de resposta (artigos 263, 264, 219 e parágrafos c/c 267, VIII, e seu § 4º, do CPC). Homologo, pois, o pedido de desistência da ação e, transitado em julgado e certificado nos autos, ao arquivo com baixas nos registros, inclusive na distribuição. Custas pela parte autora desistente. Sem verba honorária. Autorizo o(a) autor(a), a retirar dos autos, os documentos originais que entender, desde que os substitua por cópias autenticadas, correndo por sua conta tais despesas. P.R.I. Paraíso do Tocantins TO, 15 de abril de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº: 2008.0007.7124-0/0
Natureza da Ação: Execução de Sentença.
Exeqüente: Olímpio Ferreira de Faria e Vanda Cota de Faria.
e Região Ltda – SICOOB/CREDIPAR.
Advogado: Dr. Ercílio Bezerra de Castro Filho - OAB/TO nº 69.
Executado: Hélio Silvestre Teixeira.
Advogado: N i h i l.
Intimação: Intimar o advogado do exeqüente, Dr. Ercílio Bezerra de Castro Filho - OAB/TO nº 69, do inteiro teor da Sentença prolatada nos autos às fls. 160, que segue transcrito parcialmente. Sentença... Relatei. Decido. ISTO POSTO, em face do recebimento do seu crédito pelos exeqüentes, JULGO EXTINTO o processo executivo, na forma dos artigos 794, II e 795 do CPC. Sem custas e sem verba honorária. Transitado em julgado, certificado, arquivem-se os autos, com baixas nos registros, distribuição e tombo. P.R.I. Paraíso do Tocantins TO, 27 de abril de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº: 3.965/2003
Natureza da Ação: Execução Fiscal.
Exeqüente: A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Procurador: Dr. Anttonyone Canedo Costa Rodrigues – Procurador da Fazenda Nacional.
Executados: Empresa: EME CONSTRUTORA LTDA e seus co-responsáveis, Sr. Marcelo José Lucena Santana e Edivaldo Pereira da Silva.
Advogado: Dr. Rafael Morales Camilo Reis – OAB/TO nº 4651.
Intimação: Intimar o advogado dos executados, Dr. Rafael Morales Camilo Reis - OAB/TO nº 4651, do inteiro teor da Decisão proferida nos autos às fls. 95/99, que segue transcrito parcialmente. Decisão... ISTO POSTO, pelos fundamentos esposados, afasto da penhora os valores penhorados on line, da conta poupança do devedor, até o limite de 40 salários mínimos, determinando que se expeça a favor do mesmo alvará de levantamento da quantia penhorada e rendimentos de f. 64 e 86 dos autos. Sem custas e sem verba honorária, eis que sucumbência, por força da exceção de pré-executividade, pressupõe extinção total ou parcial da execução, não incidindo quando há prosseguimento da execução fiscal. Precedentes: AgRg no REsp 999.417/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 01.04.2008, DJ 16.04.2008; REsp 818.885/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06.03.2008, DJ 25.03.2008; AgRg no Ag. 489.915/SP, Rel. Ministro barros Monteiro, Quarta Turma, julgado em 02.03.2004, DJ 10.05.2004 e etc. Considerando que a situação do processo se amolda ao art. 40, caput, da L. 6.830/80, suspendo a execução pelo prazo de 1(um) ano, o que permitirá a exeqüente diligenciar para fins de proporcionar um resultado frutífero a este executivo fiscal. Alerto, por fim, que a movimentação deste executivo somente estará legitimada diante de requerimento com potencialidade mínima de sucesso para realização do crédito público. Não havendo manifestação do credor, aruivem-se os autos, sem baixa na distribuição, nos termos do § 2º do mesmo dispositivo, começando a correr o prazo prescricional intercorrente. Intimem-se aos advogados do exqüente e do executado. Paraíso do Tocantins TO, 28 de abril de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº: 2009.0010.4612-2/0
Natureza da Ação: Execução Fiscal.
Exeqüente: A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Procurador: Dr. Ailton Laboissiére Villela – Procurador da Fazenda Nacional.
Executados: Empresa: Topos Engenharia Comércio e Indústria Ltda e/ou Carlos Henrique Faria.
Advogado: Dr. Sérbio Télio Tavares Vitorino – OAB/GO nº 15.916.
Intimação: Intimar o advogado dos executados, Dr. Sérbio Télio Tavares Vitorino - OAB/GO nº 15.916, do inteiro teor da Decisão proferida nos autos às fls. 122/123, que segue transcrito parcialmente. Decisão... Assim, julgo improcedente a exceção de pré-executividade, e determino o prosseguimento da execução fiscal, ficando, entretanto, a execução suspensa, até total cumprimento/adimplemento, do parcelamento do débito. Finalmente, não cabe a condenação em honorários advocatícios quando, em sede de execução fiscal, o incidente de exceção de pré-executividade, eventualmente suscitado, for rejeitado e a ação executiva tiver prosseguimento. Precedentes do STJ (AgRg no REsp 1108931/mg, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 27/05/2009. Aguarde-se, pois, manifestação da exeqüente credora quanto a execução/cumprimento do parcelamento. Intime-se as partes por seus advogados/procuradores. Paraíso do Tocantins TO, 09 de maio de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº: 2011.0001.0600-0/0.
Natureza da Ação: Monitória.
Requerente: CREDIPAR – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda – SICOOB/CREDIPAR.
Advogado: Dr. Luiz Carlos Lacerda Cabral - OAB/TO nº 812.
Requeridos: Celmo Vieira Borges e Antonio Sobrinho Rocha dos Santos.
Advogado: Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4.279.
Intimação: Intimar o advogado dos requeridos, Dr. Jacy Brito Faria - OAB/TO nº 4.279, do inteiro teor da Sentença prolatada nos autos às fls. 33, que segue transcrito parcialmente. Sentença... Reconheço na forma do artigo 1102, letra "c" do CPC, em face da não oposição de embargos pelo devedor, a constituição de pleno direito de título executivo judicial, do pedido contido na ação monitória, de pagamento da quantia de R$ 6.628,81 (seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos), com juros de doze pontos percentuais ao ano (12% ao ano) e correção monetária (INPC) contados da citação do(a) ré(u), em 23-05-2011 (f. 27, verso). Custas e despesas processuais pelo réu. Verba honorária a favor do advogado do autor, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da dívida atualizada, nos termos do artigo 20, § 4º, do CPC. Transitado em julgado, certificado nos autos, há extinção do processo de conhecimento com resolução de mérito em razão do acolhimento do pedido do autor (CPC, art. 1.102c, § 3º), sendo inaugurada a fase executória ou de cumprimento de sentença, pelo que determino ao autor, por seu advogado, para apresentação de petição inicial de ação de cumprimento com o cálculo do seu crédito atualizado, para inauguração da fase executória. P.R.I. Paraíso do Tocantins TO, 27 de junho de 2.011. P.R.I. Paraíso do Tocantins TO, 27 de junho de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

2ª Vara Cível, Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 4.970/98 – Embargos de Terceiros
Embargante: Pedro Henrique Aquino Rocha
Advogado (a): Dr. Luiz Carlos Lacerda Cabral OAB-TO 812
Embargado: Banco do Brasil S.A
Advogados: Dr. Ciro Estrela Neto OAB-TO 1.086-B e/ou Dr. Hélio Brasileiro Filho OAB-TO 1283
Ficam os Ilustres causídicos do requerido intimados do teor seguinte: Autos 4970/98. Aguarde-se a transferência do valor. Após a informação pela CEF, converta-se o depósito em penhora, intimando-se o executado para, querendo e no prazo legal, impugnar. Em havendo impugnação, intime-se o exeqüente para manifestar em 10 dias, após, conclua-se. Não havendo impugnação, no prazo legal, autorizo a expedição de alvará de levantamento em favor do exeqüente, arquivando-se os autos posteriormente, intimando-se as partes. Cumpra-se. Paraíso do Tocantins, 12 de Julho de 2011. Dado e passado nesta cidade e comarca de Paraíso do Tocantins, aos 24 dias do mês de Agosto de 2011 eu, Miguel da Silva Sá, Técnico Judiciário, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 7.509/2003 – Embargos à Execução
Embargante: José Soares da Silva - ME
Advogado (a): Dr. Valdeon Batista Pitaluga OAB-TO 342-B
Embargado: Banco do Brasil S.A
Advogado: Dr. Ciro Estrela Neto OAB-TO 1.086-B
INTIMAR ANTONIO CAMPOS DA ROCHA, sem endereço e qualificação nos autos do inteiro teor da sentença:
SENTENÇA: ¡!**RELATÓRIO. JOSÉ SOARES DA SILVA-ME** move *embargos a execução* contra o **BANCO DO BRASIL S/A,** em face da execução por títulos executivos extrajudiciais Processo de execução n° 5.009/1.998, alegando o embargante na inicial: *Que oi processo é nulo porque indispensável a participação do Ministério Público e porque o edital de citação é, também, nulo, porque só foi publicado no Diário da Justiça, não tendo sido publicado em jornal de grande circulação e porque a um só tempo houve a citação para pagamento e para o arresto de bens; Que há excesso de execução e os bens penhorados são impenhoráveis; Pede a procedência dos embargos e condenação do embargado nas verbas de sucumbência.* Impugnando os embargos o exequente Banco do Brasil S/A alega às f. 05/08 dos autos: *Que não há nulidade de citação porque os editais foram corretamente publicados e não possui a comarca jornal de grande circulação; Que não há excesso de execução; Pede a improcedência dos embargos e a continuidade da execução, cm a inversão dos ónus de sucumbência.* Relatei. A matéria é somente de direito e julgo os embargos de forma antecipada. 2.**FUNDAMENTAÇÃO. 2.1 Preliminar. Nulidade de citação.** Com razão o embargante. Está patente nos autos e confessado pelo embargado, que só procedeu à citação do devedor pelo Diário da Justiça, olvidando-se da publicação em jornal de grande circulação, como determina **a** norma de regência do inciso III, do artigo 232 do CPC, sendo, pois, nula, a execução. Dispensável, outrossim, a análise de todas as outras teses jurídicas do embargante. 2.2 **Ausência de título executivo a amparar a execução. Carência de Ação Executiva** (arts. 566, I, 568, I, 583 e 598 c/c 267, IV, VI e § 3º e 329, todos do CPC). **Apreciação de ofício.** A executividade do título deve ser aferida na data de sua apresentação a Juízo. No caso dos autos deveria ter sido repelida *"in limine"* pois que fundada a execução em contrato sem força executiva pois como já dizia ***José Alberto dos Reis,*** o maior civilista e processualista português: *"É ilegal a atividade exercida pelo exequente e pelos órgãos executivos, no processo de execução, quando o título que lhe serve de base não tem força executiva; e o juiz não pode permitir-se o exercício de uma atividade ilegal" (Processo de Execução, Coimbra Editora, n° 57, pàg. 191).* A matéria não se subordina aos efeitos da preclusão, por referir-se **a** questões de ordem pública, suscitáveis a qualquer tempo e grau de jurisdição, na forma do § 3º, do artigo 267, c/c 583 e 598, ambos do CPC e mesmo de ofício, pela ausência de condições da ação, exemplificativamente, a possibilidade jurídica afastada por título flagrantemente nulo ou inexistente, hipótese onde, sequer, se justificaria a realização da penhora, que pressupõe a executoriedade do título. Leciona **Humberto Theodoro Júnior:** *"A nulidade é vício fundamental e, assim, priva o processo de toda e qualquer eficácia, Sua declaração, no curso da execução, não exige forma ou procedimento especial. A todo o momento, o Juiz poderá declarar a nulidade do feito tanto a requerimento da parte como ex oficio. Não é*

preciso, portanto, que o devedor se utilize dos embargos à execução,. Poderá arguira nulidade em simp/es petição, nos próprios autos da execução. Propor execução sem base no conteúdo do título é o mesmo que propô-la sem título. A inicial é inepta e deve ser liminarmente indeferida. Se isso não for feito, o processo estará nulo" (Processo de Execução, 14ª ed., 1.990, p. 200/202). Assinala **Alcides Mendonça Lima:** *"A execução nula é um mal para o devedor, porque o perturba inutilmente, embora sem vanbtagem finai para o credor, no momento em que a nulidade for declarada. Se viciadamente movida, pode prejudicar o devedor, moral e economicamente, em seus negócios, inclusive sujeitando-o ao ónus de ter de embargar, se o Juiz, ex offício, não houver trancado o processo, indeferindo o pedido" (Comentários ao CPC, tomo II, p. 661, Forense, 1.974, n. 1.485).* **Pontes de Miranda** ensina: *"O título executivo quer judicial quer extrajudicial, tem de ser certo- existir e não ser nulo -, ser líquido e de ser exigível. Se o título executivo, que teria de consistir em sentença, sentença não é, não se pode propor, com ele, ação executiva " (Comentários ao CPC, TomoX, RJ, Forense, 1.976, p. 27).* Observo que o exequente não tem título executivo a amparar a execução, pois que se embasa a execução em contratos de abertura de conta-

corrente. O Superior Tribunal de Justiça, através da Segunda Seção consolidou entendimento quanto ao tema, com a edição das **Súmulas 233 e 258,** que dispõem, respectivamente: **O *contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo. A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.*** Tendo o exequente embargado Banco do Brasil S/A fundado a ação de execução em contrato de abertura de crédito em conta-corrente, e não possuindo os mesmos liquidez, não são títulos aptos a execução, pois que, saliente-se, que os títulos executivos estão elencados na lei, sendo incabível, o exequente, se valer de outra fonte de direito que não a lei para instruir sua causa de pedir. **É evidente que não se confunde o contrato de abertura de crédito em conta-corrente, objeto da execução embargada, com a execução lastreada em um contrato de abertura de crédito fixo.** Em tais casos, de execução lastreada em um contrato de abertura de crédito fixo, a jurisprudência do STJ tem afirmado que o contrato, por constituir verdadeiro mútuo de importância determinada, configura título executivo extrajudicial, nos termos do art. 585, II, do CPC, pois o valor do principal da dívida **é** demonstrável de plano, sendo sua evolução aferível por simples cálculos aritméticos, diferentemente do que ocorre no contrato de abertura de crédito em conta-corrente, aos quais não se reconhece tal atributo, a teor do que enuncia a súmula 233 desta Casa. No sentido ora veiculado, são os seguintes precedentes: *"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL ACÓRDÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE NÃO VERIFICADA. CONDIÇÃO DA AÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO EX OFFICIO PELO TRIBUNAL. CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. REPACTUAÇÃO EM ESCRITURA PÚBLICA DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. EXECUÇÃO. TÍTULO HÁBIL CPC, ART. 585, II. I. NSo padece de nulidade acórdão que rejeita tese já afastada no julgamento da apelação, mantendo a conclusão desfavorável à pretensão do recorrente pelo não conhecimento dos embargos declaratórios. II. As questões de ordem pública referentes às condições da ação e pressupostos processuais da execução podem e devem ser conhecidas de oficio pelos tribunais de segundo grau (arts. 618 e incisos, 585, 586, et art. 267, IV a VI, todos do CPC). III. O contrato de renegociação de divida, consubstanciado em escritura pública de abertura de crédito fixo, ainda que oriunda de contrato de conta-corrente ou nela depositados os valores, não se confunde com contrato de abertura de crédito rotativo e constitui, em principio, título hábil a autorizar a cobrança pela via executiva, facultado ao devedor, não obstante, discutir sobre os critérios adotados para a constituição do montante exigido, ainda que remontem ao instrumento originário. IV. Precedentes do STJ. V. Recurso conhecido em parte e, nessa parte, provido." (REsp 324.882MS, Rei. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, Quarta Turma, DJ 17.06.2002); "Contrato de abertura de crédito fixo. Titulo executivo. Precedentes da Corte. 1. O contrato de abertura de crédito fixo é título executivo extrajudicial, na forma da jurisprudência da Corte. 2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 525.41 &SP, Rei. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Terceira Turma, DJ 05.04.2004); "EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. - O contrato de abertura de crédito fixo constitui titulo executivo extrajudicial. Precedentes. Recurso especial não conhecido." (REsp 419.00IGO, Rei. Ministro BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ 14.04.2003); "Processual civil. Execução título extrajudicial. Contrato de abertura de crédito fixo. I - O contrato de abertura de crédito fixo, assinado pelo devedor e testemunhas, em que o principal da dívida é definido e os acréscimos apurados mediante simples cálculos aritméticos, constitui título executivo extrajudicial. II - Recurso especial provido." (REsp 308.75ysC, Rei. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Terceira Turma, DJ 11.06.2001); "Agravo no Recurso Especial. Contrato de abertura de crédito fixo. Título executivo judicial. No contrato de abertura de crédito fixo, pactuam as partes o valor a ser creditado pela instituição financeira na conta corrente do devedor e as condições do respectivo pagamento, sendo tal contrato, dotado de liquidez e certeza, titulo executivo extrajudicial." (AgRg no AgRg no REsp 286.577/SP, Rei. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 26.03.2001). E ainda, possui o STJ precedentes no sentido de que o contrato de crédito fixo, mesmo quando creditado na conta corrente do devedor, constitui título executivo extrajudicial. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. CREDITAMENTO EM CONTA CORRENTE. TÍTULO EXECUTIVO CONFIGURADO. CPC, ART. 585, II. AGRAVO REGIMENTAL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. I. Contrato de abertura de crédito fixo, mesmo quando creditado na conta corrente do devedor, constitui título executivo extrajudicial, afastada a carência da ação decretada no Tribunal a* ***quo.*** *II. Sendo manifestamente improcedente e procrastinatório o agravo, é de se aplicar a multa prevista no art. 557, § 2°, do CPC, em 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. III. Agravo improvido." (AgR-AG no REsp 511.03ZPR, Rei. Min. A/dir Passarinho Júnior, DJU de 22.09.2003); "AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. EXECUTIVIDADE. RECURSO DESPROVIDO. I - O contrato de abertura de crédito fixo, que possui valor certo e determinado, liberado de uma só vez e reconhecido pelo devedor, é título executivo extrajudicial, não se confundindo com o contrato de abertura de crédito em conta-comente, cujo valor depende da efetiva utilização do crédito posto à disposição do correntista, a ser apurado por lançamentos unilaterais do credor. II - Não logrando a parte agravante trazer argumentos hábeis a ensejar a modificação da decisão impugnada, fica ela mantida por seus fundamentos." (AgR-AG no REsp 331.55&SC, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 18.02.2002).* Importante reprisar e ressaltar, por oportuno e finalmente, que **a execução não foi fundamentada em instrumento de confissão de dívida,** situação que daria azo à aplicação da Súmula n° 300 do STJ e **nem em contrato de abertura de crédito fixo.** Reitero que o STJ possui entendimento pacífico, já sedimentado inclusive na Súmula n° 233, no sentido de que **o** contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado do demonstrativo do débito, não constitui título executivo, por faltar-lhe a indispensável liquidez característica dos títulos de crédito. Antes da edição da referida Súmula, a questão foi amplamente discutida, tendo o assunto sido levado ao crivo da 2ª Seção, no julgamento do EREsp 108.2594RS, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 20.09.1999; prevalecendo o entendimento cunhado na Súmula n° 233. Na ocasião, o Min. César Asfor Rocha, relator para o acórdão, concluiu não ser possível reconhecer nenhuma executividade aos contratos dessa natureza, *"mesmo que estando subscrito pelo eventual devedor* ***e*** *assinado por duas testemunhas,* ***ainda que a execução seja instruída com extraio e que os lançamentos figuem devidamente esclarecidos, com explicitação dos cálculos, dos índices e dos critérios adotados para a definição do débito, pois esses são documentos unilaterais de cuia formação não participou o eventual devedor,*** *e o contrato apenas possibilita que uma certa importância possa ser eventualmente utilizada"* (grifei). Os títulos objeto da execução embargada, não se enquadram em nenhum dos itens enumerados pelo art. 585, do Código de Processo Civil, que define o que seja título executivo e, logo, são títulos ilíquidos, pois a) ***não contêm obrigação de pagar quantia determinada*** e **b)** ***os extratos da conta não poderiam completar o título, por serem documentos unilaterais, elaborados pelo credor.*** **3. CONCLUSÃO/DISPOSITIVO.** ISTO POSTO, **julgo procedentes os embargos aforados,** bem como nos termos do arts. 566, I, 568, I, 583 e 598 **c/c** 267, IV, VI e § 3º e 329, todos do CPC, **julgo o exequente embargado carecedor da ação executiva.** Custas e despesas pelo embargado exequente. Verba honorária a que condeno o embargado exequente a pagar a Defensoria Pública, que defendeu os interesses do embargante, que arbitro em exatos 10% (dez pontos percentuais), do valor atribuído aos embargos a execução, contados desta decisão. Transitado em julgado, levante-se as constrições judiciais eventualmente efetivadas, como garantia(s) da execução, oficiando-se se necessário. *Autorizo desde fogo, ao embargado exequente a retirar dos autos os documentos que entender, desde que os substitua por cópias autênticas, correndo as despesas por sua conta.* **Junte-se uma cópia desta sentença à execução e ação cautelar** (processos n°s 5.009/1.998 e 4.920/1.998), **certificando-se.** Transitado em julgado, certificado, arquivem-se os embargos, execução e cautelar de arresto, certificando-se, P.R.I.Paraíso do Tocantins/TO, 28 de outubro de 2.009.

Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2008.0004.5257-9 / COBRANÇA
Requerente: JOAQUIM JESUS DE ASSIS
Advogado: Dr(a). Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro – OAB-TO 2549
Requerido: REGINA LUCIA DANIEL DA SILVA DE ASSIS
TERMO DE OCORRÊNCIA: "Fica designado o dia 16/09/2011, às 13:30 horas, para Audiência de Conciliação, devendo as partes serem intimadas. Paraíso do Tocantins-TO, 18 de maio de 2011.(ass.) Tânia Maria Alves de Barros Resende. Conciliadora."

Autos nº 2011.0000.3101-8 / DECLARATÓRIA
Requerente: IVACY MARTINS CARDOSO GAMA
Advogado: Dr(a). Edneusa Márcia Morais – OAB-TO 3872
Requerido: BANCO CITICARD S.A
TERMO DE OCORRÊNCIA: "Fica designado o dia 15/09/2011, às 15:00 horas, para Audiência de Conciliação, devendo as partes serem intimadas. Paraíso do Tocantins-TO, 18 de maio de 2011.(ass.) Tânia Maria Alves de Barros Resende. Conciliadora."

Processo: 2011.0000.3100-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: NILO DE SOUZA RODRIGUES FILHO.
Advogado: Dra. Edneusa Márcia Morais- OAB-TO 3872.
Requerido(a): LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
Fica a parte Requerente acima identificada, através de seu procurador(a), intimada do ato processual abaixo (Termo de Ocorrência de fl. 30):
TERMO DE OCORRÊNCIA: "Fica designado o dia 19/09/2011, às 14:00 horas, para audiência de conciliação, devendo as partes serem intimadas. Paraíso do Tocantins-TO, 17/05/2011. (ass.) Tânia Maria de Barros Resende – Conciliadora."

Processo: 2011.0000.3106-9 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: ALESSANDRA NASCIMENTO QUEIROZ SANTOS.
Advogado: Dr. José Pedro da Silva- OAB-TO 486.
Requerido(a): ATLANTICO FIDC - NP.
Fica a parte Requerente acima identificada, através de seu procurador(a), intimada do ato processual abaixo (Termo de Ocorrência de fl. 13):
TERMO DE OCORRÊNCIA: "Fica designado o dia 19/09/2011, às 15:00 horas, para audiência de conciliação, devendo as partes serem intimadas. Paraíso do Tocantins-TO, 17/05/2011. (ass.) Tânia Maria de Barros Resende – Conciliadora."

Processo: 2011.0000.3082-8 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: MARIA APARECIDA LIMA FERREIRA.
Advogado: Dr. Rogério Magno de Macedo Mendonça- OAB-TO 4087-B.
Requerido(a): BANCO ITAULEASING S.A.
Fica a parte Requerente acima identificada, através de seu procurador(a), intimada do ato processual abaixo (Termo de Ocorrência de fl. 71):
TERMO DE OCORRÊNCIA: "Fica designado o dia 19/09/2011, às 13:30 horas, para audiência de conciliação, devendo as partes serem intimadas. Paraíso do Tocantins-TO, 17/05/2011. (ass.) Tânia Maria de Barros Resende – Conciliadora."

PARANÃ

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0001.2149-1
Acusado: ADAILTON RIBEIRO DE LIMA
Vítima: A JUSTIÇA PÚBLICA
Advogada: Dr. PAULO DIAS - OAB/PA 11.324
Despacho: "(...) *Portanto recebo a apelação interposta no efeito devolutivo e suspensivo. Devolva-se o exame da matéria fática ao Tribunal de Justiça. Intime-se o advogado de Adailton Ribeiro Lima para, no prazo de 08 (oito) dias apresentar as razões de apelação (CPP 600). (...)Paranã, 24/08/11. as) Dr. Rodrigo da Silva Perez Araújo – Juiz Substituto".*

2ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos de nº. 2011.0004.9338-0/0
REQUERENTE: SÔNIA MARIA ROSSATO.
REQUERIDO: LEOMAR ALVES VARANDA.
ADV.REQIERENTE: DRA. LÍVIA FERRAZ TENÓRIO – OAB-TO 858.
AÇÃO: GUARDA

DESPACHO: Emende-se a inicial no prazo de 10 dias para atender o disposto no art. 282, VII, bem como, para informar com mais detalhes o caminho para localização dos réus. Cumpra-se. Paranã/TO, 1 de junho de 2.011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto.

Autos de nº. 2011.0003.1100-2
EXEQUENTE: N.J.F.T. MENOR REP. POR SUA MÃE VERÔNICA FERNANDES LOURENÇO.
EXECUTADO: DESIMAR FRANCISCO DE TORRES.
AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
ADV. EXEQUENTE: DRA. GUILHERMINA MARIA COELHO E VANESSA FERNANDES E SILVA.

DISPOSITIVO DA DECISÃO:
Assim, (a) indefiro o pedido de citação eventual dos pais do executado para hipótese de não ser encontrado e (b) faculto à parte autora o recolhimento das custas em até 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC). Com o recolhimento das custas, ou escoado o prazo concedido para o seu recolhimento, façam os autos conclusos. Paranã/TO, 5 de abril de 2.011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto.

Autos de Carta Precatória nº. 2011.004.8912-0
Exeqüente: Banco do Brasil S/A
Executado: Iuao Morissugui
Advogado do Exeqüente: José Arnaldo Janssen Nogueira – OAB-MG 79.757
Advogado do Executado: José Augusto Bezerra Lopes e Rogério B. Lopes – OAB-TO 2308-B E 4.193-B
Despacho: Verifico que a penhora deprecada já foi realizada. Assim, antes de analisar o pedido de penhora de dinheiro formulado pelo exeqüente, intime-o para que se manifeste em 48 horas sobre a penhora realizada conforme termo de fls. 44. Cumpra-se. Paranã, 10 de agosto de 2.011. Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz Substituto.

PEDRO AFONSO

Família, Infância, Juventude e Civel

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0004.9629-9 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ASSOCIAÇÃO HABITAT P/ A HUMANIDADE
Advogado: FERNANDO C. FIEL V. FIGUEIREDO – OAB/TO 1754
Requerido: MARIA JOSÉ ABREU DIAS
SENTENÇA – INTIMAÇÃO: "Posto isto, ante a satisfação da obrigação, extingo a presente notificação judicial sem resolução de mérito, com base no inciso VIII do art. 267, CPC. Após cumpridas as formalidades legais, arquive-se o processo... Pedro Afonso, 27 de julho de 2011. Ass) Manuel de Faria Reis Neto – Juiz Substituto."

PEIXE

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
Fica as partes abaixo identificadas,intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS Nº 2011.0003.6639-7 AÇÃO PENAL
Autor:MINISTERIO PÚBLICO
Réus:JOCE CLEITON OLIVEIRA ALVES E DIEKSON NERES REIS
Advogado: JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES OAB/TO 32308 E VILMA ALVES DE SOUZA BEZERRA OAB/TO 2.308/B
INTIMAÇÃO:Ficam os Advogados dos Réus intimados do despacho de fls.377 dos autos supra.
Vistos, Recebo o recurso de apelação de fls. 376 presente os requisitos objetivos e subjetivos. Intimem-se as partes para apresentarem suas razões de recurso no prazo 8(oito) dias nos termos do art.600 do CPP. Após remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Cumpra-se.Peixe-TO, 24 de agosto de 2011.Cibele Maria Bellezzia-Juíza de Direito.

PIUM

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0007.6916-7/0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: ANTÔNIO DA SILVA CARDOSO
Advogado: Drª. IARA MARIA ALENCAR
INTIMAÇÃO: Fica a advogada constituída intimada a comparecer na Audiência de Inquirição de testemunhas de defesa a ser realizada no dia **17/11/2011 ás 14h30m** no fórum da Comarca de Cristalândia-TO. Pium-TO, 25 de agosto de 2011. Agenor Alexandre da Silva MM. Juiz de Direito em Substituição Automática a esta Comarca de Pium-TO.

AUTOS: 2010.0006.3678-7/0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: MARCUS SUEL PEREIRA DE ARAÚJO
Advogado: Dr. WILSON MOREIRA NETO
INTIMAÇÃO: Fica o advogado constituído a comparecer a audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no dia 28/09/2011 ás 15h30m, neste fórum local desta Cidade de Pium-TO, localizado na Rua 03 nº 100 centro em Pium-TO, aos 17 de agosto de 2011. Agenor Alexandre da Silva. MM. Juiz de Direito em Substituição Automática.

PONTE ALTA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0008.6816-3
Requerente: Nelson Rodrigues dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0010.4098-1
Requerente: Raimunda Coelho Lopes
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0004.1016-7
Requerente: Maria Denilce Pereira Lima
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0004.1017-5
Requerente: Sergina Lima do Rosário Neres
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2007.0005.3960-9
Requerente: Enite Aires da Cunha
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2007.0005.3962-5
Requerente: Maria Gomes Chaves
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0004.1015-9
Requerente: Esmeraldina Fernandes Queiroz
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0008.6817-1
Requerente: Luíza Ribeiro de Souza
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0008.6818-0
Requerente: Nelson Rodrigues dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h45min.

PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0004.7037-0
Requerente: Maria de Lourdes Gonçalves Francisco
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 116h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0006.8722-3
Requerente: Nelson Rodrigues dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 16h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0004.1014-0
Requerente:martina Ribeiro Tavares
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 16h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0006.8721-5
Requerente: Agustinho Tavares dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 16h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0005.3365-1
Requerente: Alfredo Pereira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.7649-1
Requerente: Torquatua Aires de Araújo
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h15min.

PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0004.7038-9
Requerente: Neuza Mendes Elisiário
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.9061-7
Requerente: Sabina Evangelista Rodrigues
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h45min.
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados dos autores acima citados, **Dr. João Antônio Francisco-Oab nº. 21331, Dr. George Hidasi- OAB nº. 3643- Dr. Salvador Ferreira da Silva Júnior- OAB nº. 3643 – Dr. Roberto Hidasi- OANB nº. 17260- Dr. Pedro Lustosa do Amaral- OAB nº. 29479 e Dr. Ricardo Carlos Andrade- Oab n 29480,** intimados, para comparecerem perante este Juízo **dia 19 de outubro de 2011,** para audiência de Instrução e Julgamento designada nos autos acima descrito.

PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0004.4404-7
Requerente: Diva Gonçalves
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0111-9
Requerente: Silvina Ferreira de Santana
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0008.1148-8
Requerente: José Carvalho Rodrigues
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4798-5
Requerente: Maria Batista Gonçalves Pereira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0002.3574-0
Requerente: Antônia Aires de França
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.7653-0
Requerente: Ana Rosa Rodrigues dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4797-7
Requerente: Maria Rodrigues dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:09h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0011.7597-6
Requerente: Antônia Faustino Ribeiro
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4793-4
Requerente: Ademar Rodrigues da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:10h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0008.1147-0
Requerente: Ciriaco Mendes da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0001.2241-4
Requerente: DMaria de Lourdes Folha Sousa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0113-5
Requerente: Dalva Rosa Silvério
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4792-6
Requerente:maria de Sousa Carvalho
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:13h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0112-7
Requerente: Jovita Moreira Alves
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4795-0
Requerente: Antônia Evangelista Moura
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.0786-4
Requerente: Luciene Correia da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº.2009.0006.3230-3
Requerente: Maria Ricardo de Sousa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0008.1155-0
Requerente: Raimunda Amaral Martins
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4794-2
Requerente: DValentim Gama
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0115-1
Requerente: Izabel Ferreira dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:14h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0007.8115-9
Requerente: Jovercina Pereira de Souza
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:15h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0011.7599-2
Requerente: Divino Barbosa da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0008.1146-1
Requerente: Ângelo Corado Lira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0011.7600-0
Requerente: Aldaires Aires Pimenta
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 15h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0011.7602-6
Requerente: Diva Gonçalves
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 1600min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0114-3
Requerente: Ivanilde Ricardo de Souza
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 16h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0011.7601-8
Requerente: Rosita Silva Sousa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:16h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0005.4800-0
Requerente: Albertina Ribeiro da Conceição
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 16h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0006.3233-8
Requerente: Carmosina Amaral Lustosa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0008.1149-6
Requerente: Ineis Ribeiro de Oliveira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência:17h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2009.0007.0116-0
Requerente: Eunice Gonçalves Chagas Folha
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0002.3575-8
Requerente: Brasilina Maria da Conceição
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 17h45min.
INTIMAÇÃO: Fica o advogado dos autores acima citados, **Dr. MARCOS PAULO FÁVARO - Oab nº 229901,** intimado, para comparecer perante este Juízo **dia 20 de outubro de 2011,** para audiência de Instrução e Julgamento designada nos autos acima descrito

PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.3060-6
Requerente: Raimunda Ribeiro Macedo
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.7715-3
Requerente: Domingos Martins de Oliveira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0001.2246-5
Requerente: Joviniana Soares da Cunha
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 13h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0001.2247-3
Requerente: Márcio Glória de Oliveira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 14h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0010.5315-7
Requerente: Rafael Soares Pereira
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0010.5317-3
Requerente: Leila da Guia Nascimento da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.3056-8
Requerente: Alice Batista Costa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 10h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.7714-5
Requerente: Ana Gláucia Alves Ribeiro
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0003.7716-1
Requerente: Suilha Ricardo de Sousa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.3059-2

Requerente: Maria Aparecida Fernadnes de Sousa
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2008.0007.9919-6
Requerente: Maria Rezende Rocha
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 09h00min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0010.5310-6
Requerente: Maria Estevão dos Santos
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h45min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0010.5313-0
Requerente: Lorentina Rodrigues da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h30min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.3057-6
Requerente: Maria Beniza Alves da Silva
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h15min.
PROCOTOLO ÚNICO Nº. 2010.0006.3061-4
Requerente: Raimunda Ribeiro Macedo
Requerido: Instituto Nacional do seguro Social
Horas audiência: 08h00min.
INTIMAÇÃO: Fica o advogado dos autores acima citados, **Dr. Marcio Augusto Malagoli-OAB nº3684,** intimado, para comparecer perante este Juízo **dia 19 de outubro de 2011,** para audiência de Instrução e Julgamento designada nos autos acima descrito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O Doutor Cledson José Dias Nunes, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins/TO., na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Cível, processam-se os autos de Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico C/C Cancelamento de Escritura e Registro Público n.º2007.0006.2181-0/0 em que FAUSTO AUGUSTO MACHADO e CREUSA MARIA DE CASTRO MACHADO movem em face de MOISÉS RODRIGUES DO NASCIMENTO, sendo o presente para citar os requeridos RODRIGO AMORIM MARTINS DE SÁ, brasileiro, solteiro, agropecuarista, com endereço na rua c 233, quadra 574, Lote 17, Setor Nova Suíça, Goiânia – GO e CARLOS GOMES CAVALCANTE MUNDIM, brasileiro, solteiro, com endereço na Avenida T-$, n.º880, apto. 1604-A, Setor Bueno, Goiânia – GO., residente e domiciliado em local incerto e não sabido para os termos da ação supracitada, bem como para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial, nos termos dos arts. 285 e 319 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital o qual deverá ser publicado e afixado no átrio do Fórum local, na forma legal. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponte Alta/TO, aos 29 de junho de 2011. Eu,Ezelto Barbosa de Santana, Escrevente Judicial que digitei e subscrevo. Cledson José Dias Nunes JUIZ DE DIREITO TITULAR

PORTO NACIONAL

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0002.1942-2
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORIAS COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: RENATO LOPES DOS SANTOS
Advogado: LEONARDO BEZERRA DE FREITAS JÚNIOR – OAB/TO – 3.164
Requerido: BANCO BRADESCO E BANCO FINASA S/A
Advogado: CRISTIANE DE SÁ MUNIZ COSTA – OAB/TO – 4.361
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: DECISÃO "NEGO provimento aos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 107/10, pois o lapso temporal de descumprimento da decisão antecipatória da tutela será aferido no cumprimento da sentença, se confirmada. Não se pode executar antecipadamente a multa cominatória, verba que ainda pode sofrer modificações a todo tempo, nos termos do art. 461 do CPC..."

AUTOS: 2007.0000.0764-0
AÇÃO: DESPEJO C/C COBRANÇA E RESCISÃO CONTRATUAL E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: WISLEY DE FÁTIMA SILVA
Advogado: FABÍOLA APARECIDA DE ASSIS V. LIMA – OAB – 1.962
Requerido: VALTER CARVALHO SANTOS
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: DECISÃO "... Posto isto, SUSPENDO o presente feito sine die ou até que a parte credora indique algum bem passível de penhora..."

AUTOS: 2009.0012.4237-1
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: RAIMUNDA NONATA ARAUJO SOARES
Advogado: RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA OAB/TO 4413
Requerido: TRANSBRASILIANA TURISMO ENCOMENDAS E CARGAS LTDA
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: DESPACHO "I – Sobre a contestação (fls. 36/75), manifeste-se a parte Autora (CPC, 326/327), em 10 (dez) dias ..."

AUTOS: 2011.0008.3690-3
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: PATRICIA COSTA MARTINS
Advogado: RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA OAB/TO 4413
Requerido: ITPAC - (INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS PORTO LTDA)
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: "... Vista a parte autora para manifestar sobre a CONSTESTAÇÃO de fls. 73/81."

AUTOS: 2006.0005.9857-7
AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO
Requerente: ALBINO ARAÚJO REIS – ME
Advogado: CLAIRTON LUCIO FERNANDES OAB/TO 1308
Requerido: MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
Advogado: LUCIANA MACHADO DE CARVALHO OAB/MG 64.818
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES: SENTENÇA "*Cuida-se de indenização por danos materiais e morais interposta por* ***ALBINO ARAUJO REIS – ME*** *em face de* ***MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO****.Em fls. 74/77 as partes apresentam acordo sobre o objeto do presente feito.Decido. A transação é uma das formas de extinção das obrigações e de litígios, mediante concessões mútuas (CC, 840). Em face da autocomposição da lide, homologo o acordo e* ***DECLARO EXTINTO*** *o processo, com resolução do mérito (CPC, art. 269, III). Honorários e custas remanescentes nos termos do acordo. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.P. R. I. Palmas/TO, 15 de agosto de 2011..."*

AUTOS: 2007.0007.6973-6
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: ALBINO ARAÚJO REIS – ME
Advogado: CLAIRTON LUCIO FERNANDES OAB/TO 1308
Requerido: MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
Advogado: LUCIANA MACHADO DE CARVALHO OAB/MG 64.818
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES: SENTENÇA "*Cuida-se de indenização por danos materiais e morais interposta por* ***ALBINO ARAUJO REIS – ME*** *em face de* ***MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO****.Em fls. 154/157 as partes apresentam acordo sobre o objeto do presente feito.Decido. A transação é uma das formas de extinção das obrigações e de litígios, mediante concessões mútuas (CC, 840). Em face da autocomposição da lide, homologo o acordo e* ***DECLARO EXTINTO*** *o processo, com resolução do mérito (CPC, art. 269, III). Honorários e custas remanescentes nos termos do acordo. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.P. R. I. Palmas/TO, 15 de agosto de 2011..."*

AUTOS: 2007.0005.2576-4
AÇÃO: RENDA MENSAL OU AMPARO ASSISTÊNCIAL À INVALIDO
Requerente: MARCIO FERNANDES FREIRE
Advogado: JOÃO ANTONIO FRANCISCO OAB/GO 21331
Requerido: INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL)
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: DESPACHO "Providencie a parte autora a assinatura na petição de fls. 58, no prazo de 10 dias, sob pena de desentranhamento (...)."

AUTOS: 2011.0003.8487-5
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
Requerente: PATRICIA SANTOS ALVES
Advogado: RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA OAB/TO 29480
Requerido: INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL)
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: "... Vista a parte autora para manifestar sobre a CONSTESTAÇÃO de fls. 20/37."

AUTOS: 2009.0006.4799-8
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: LEINDECKER E CIA LTDA E OU VOLNEI ADRIANO SABINI.
Advogado: JOÃO BEUTER JUNIOR OAB/TO 3.252
Requerido: BRUNO DOS SANTOS VOLPATO
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DA REQUERENTE: "Vista a parte autora para manifestar sobre a certidão de fl. 51"

AUTOS: 2009.0006.4746-7
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
Requerente: ILEUAR CARNEIRO DA SILVA E OUTROS
Advogado: ADOILTON JOSÉ ERNESTO DE SOUZA – OAB - 1763
Requerido: DONIZETE MANOEL DA SILVA
Advogado: ALESSANDRA DANTAS SAMAPAIO OAB/TO 1821
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES: **DECISÃO: "**I — Apesar de entendimento pessoal em sentido contrário, o STJ já assentou em inúmeros precedentes no sentido de que são cabíveis honorários advocatícios em fase cumprimento de sentença, quando não adimplida voluntariamente a obrigação. Assim, **fixo honorários advocatícios de 10% sobre o valor devido**, que deverá ser incluído em conta de liquidação devidamente atualizada pelos credores. II — Feito isto, cumpra-se a decisão de fl. 147. III — Comunique-se ao relator do agravo (fls. 155/208) o teor desta decisão, nos termos do art. 529 do CPC. Intimem-se. Porto Nacional/TO, 8 de agosto de 2011. (...)"

AUTOS: 2011.0003.1777-9
AÇÃO: EMBARGOS DE TERCEIRO
Embargante: DONIZETE MANOEL DA SILVA
Advogado: ALESSANDRA DANTAS SAMAPAIO OAB/TO 1821
Embargado: ILEUAR CARNEIRO DA SILVA E OUTROS.
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DO REQUERENTE: **DECISÃO: "...** Isto posto, **INDEFIRO** o pedido de assistência judiciária**.** II – Promova a Autora o recolhimento das custas judiciais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, 257). (...) Porto Nacional/ TO, 8 de agosto de 2011 (...)"

AUTOS: 2011.0004.4759-1
AÇÃO: INCOMPETÊNCIA
EXCIPIENTE: MAHELPS CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA E CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO: RODOLFO CARLOS PFRIMER OAB/GO 3572
EXCEPTO: MAGAZINE GURI COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS LTDA
ADVOGADO: EDER BARBOSA DE SOUSA OAB/ TO 2077

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES: "Efetuar o pagamento das custas finais, conforme certidão de fls. 66."

AUTOS: 2011.0004.4757-5
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: MAGAZINE GURI COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS LTDA
ADVOGADO: EDER BARBOSA DE SOUSA OAB/ TO 2077
REQUERIDO: MAHELPS CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA E CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO: RODOLFO CARLOS PFRIMER OAB/GO 3572
INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) DAS PARTES: "Efetuar o pagamento das custas finais, conforme certidão de fls. 199."

AUTOS/AÇÃO: 2010.0012.3373-2/0 – AÇÃO CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Requerente: MARIA DOS REIS PEREIRA AMARAL
Advogado (A): Dra. SILVANA DE SOUSA ALVES - OAB/TO: 24.778
Requerido: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA: I- Recebo o recurso de apelação interposto pela Requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, 520). II- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça –TO. Intimem-se. Porto Nacional/TO, 17 de agosto de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2008.0006.7072-0/0 – AÇÃO RENDA MENSAL ou AMPARO ASSISTENCIAL à INVALIDO
Requerente: MARIA EUNICE BARBOSA ALVES
Advogado (A): Dr. PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI OAB/TO: 29.479
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Advogado (a): Dr. VITOR HUGO CALDEIRA TEODORO – Procuradora Federal
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES: I- Recebo o recurso de apelação interposto pelo Requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, 520). II- Contrarrazões não apresentadas. III- Remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Intimem-se. Porto Nacional/TO, 16 de agosto de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2011.0002.8976-7/0 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
Advogado (A): Drs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB-TO 4258 e Dr. ALAN FERREIRA DE SOUZA – OAB/CE 21.801
Requerido: ILTAMAR BARBOSA DA SILVA
Advogado (a): Dra. SILVANA DE SOUSA ALVES OAB/GO: 24.778
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DAS PARTES: SENTENÇA/DISPOSITIVO: ... Por isso, DECLARO EXTINTO o processo por desistência da parte Autora, sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VIII; c/c art. 158, parágrafo único). Custas já recolhidas. Sem honorários. Autorizo desde já o desentranhamento dos documentos originais, mediante substituição por cópias às expensas da parte desistente. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional/TO, 10 de agosto de 2011."

AUTOS/AÇÃO: 2011.0009.0436-4/0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
Advogado (A): Dr. RAFAEL FERRAREZI OAB/TO 2942-B
Executada: MARINALVA BARBOSA GOMES
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA **DISPOSITIVO**: Por isso, **DECLARO EXTINTO** o processo em face do pagamento do débito (CPC, art. 794, I, c/c 795). Sem custas e honorários. Levante-se a penhora, se houver. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Porto Nacional/TO, 22 de agosto de 2011.

AUTOS/AÇÃO: 2011.0003.5554-9/0 - Ação: EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Advogado (A): Dr. Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas – Procurador Geral do Estado
Executado: SUPERMERCADO ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VALE VERDE
Advogado (a):
INTIMAÇÃO DO PROCURADOR DO ESTADO: – DISPOSITIVO: ... Em razão disto, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do Juízo da Comarca de Palmas/TO, ao qual determino seja redistribuído o feito como forma de velar pela rápida solução do litígio (CPC, 125). Intime-se. Porto Nacional-TO, 22 de agosto de 2011.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2009.0013.1912-9/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: JACILENE HELIADORA DE AMORIM
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0089-4/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: MARCIA REGINA PEREIRA DA SILVA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.1900-5/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: RITINHA BORGES FEITOSA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2010.0000.5062-6/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: ORLENE MARTINS DA SILVA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2010.0000.5056-1/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: VANI LUCIANO DA SILVA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0088-6/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: ZILDA PEDRO DOS SANTOS
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.1894-7/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: MARIA FERREIRA SANTOS
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0092-4/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: ERGINA RIBEIRO DIAS CARVALHO
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao

pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0097-5/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: SIMONE DAS MERCES MARTINS
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.1825-4/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: DALVA COELHO DE CARVALHO
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0096-7/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: MARIA IVONE RODRIGUES DOS SANTOS
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0100-9/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: FRANCISCA MARIA BATISTA HONORATO
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: (...) "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0103-3/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: RAIMUNDA DIAS DOS SANTOS
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.1839-4/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: DOMINGAS RIBEIRO DE CARVALHO
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0094-0/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: DEUSENIRA GOMES DE SOUSA GASPAR
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2010.0000.5045-6/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: DEUZAMAR DUARTE CARVALHO
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2011.0005.7579-4/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: ALEXANDRE IUNES MACHADO - OAB / TO Nº 4.110-A
Requerido: JOALTINA DAS DORES BATISTA ROSA
SENTENÇA: (...) " Posto isto, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, tornado sem efeito a liminar de folhas 33. Custas pelo requerente. Cumpra-se. P.R.I. Porto Nacional-TO, 09 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0070-3/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: JUAREZ RESENDES SOARES
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.1910-2/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: JOSÉ JUNNIO PINHEIRO DE SOUZA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.0453-9/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: REINALDO DE SOUZA E SILVA
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da

parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0013.2659-1/0 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: HERCIO CARLOS RIBEIRO ANDRADE
Advogada: CLÁUDIA ROGÉRIA FERNANDES MARQUES - OAB / TO Nº 2350
Requerido: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
SENTENÇA: "EX POSITIS e, por tudo mais que posso extrair dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserto na inicial e, por conseqüência, CONDENO o Requerido ao pagamento dos valores referentes ao FGTS durante todo o período laboral acima referido, acrescidos dos encargos referidos na Lei nº 8.036/90 (juros, multa e correção), os quais serão apurados mediante simples cálculo aritmético e depositados diretamente na conta vinculada da parte Autora, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Outrossim, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º, do CPC. Verifica-se, por derradeiro, que a presente sentença não se sujeita ao reexame necessário (CPC, 475, § 2º) e, portanto, uma vez transitada em julgado, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. P.R.I. Porto Nacional-TO, 08 de agosto de 2011. JOSÉ MARIA LIMA-Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2010.0001.1675-9/0 – Ação Previdenciária
Requerente: Generosa Ferreira Lima
ADVOGADA: OAB / TO Nº 1.842-A – AIMÉE LISBOA DE CARVALHO
Requerido: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV
DESPACHO: "Defiro a gratuidade da justiça. Cite-se como postulado. Int. Porto Nacional, 28 de janeiro de 2010. JOSÉ MARIA LIMA – Juiz de Direito"

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0012.1869-5 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado(s): ROMUALDO LOPES SAMPAIO
Advogado(s): DR. CRÉSIO MIRANDA RIBEIRO – OAB/TO 1.710
Por ordem do Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/TO, Dr. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, fica o advogado da defesa, acima mencionado, intimado da decisão proferida nos autos supra, bem como, acerca dos Relatórios Psicológico e Social, a seguir transcritos, sendo que a defesa técnica tem o prazo de três dias para se manifestar acerca de referidos laudos: "Cuida-se de ação penal de natureza pública em que figura no pólo passivo o acusado mencionado acima. O mesmo foi citado, sendo que apresentou resposta á acusação. Vejo que, na resposta, não foi suscitada questão preliminar. Também percebo que não é caso de absolvição sumária. Com isso, o processo se encontra em ordem, não existindo nenhuma situação concreta que possa impedir o seu prosseguimento normal. Sendo assim, entendo necessário nesse momento a realização de perícia para avaliar o atual estado psicológico da vítima e as condições sociais da mesma. Nomeio as doutoras Psicólogas Nadir Souza de Moura e Lirislainy Abalem Silva e os doutores assistentes sociais Marilda Francisca Gomes Campos e Jurimar Mendes Lima Júnior. O laudo deve ser confeccionado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que o número de sessões com a ofendida e de visitas na casa da mesma ficarão a critério dos doutores acima designadas. Oficie-se ao Dr. Diretor do Fórum solicitando o veículo da diretoria a fim de que a vítima seja conduzida ao local onde serão realizadas as sessões e os assistentes sociais possam se deslocar á residência da criança. Após ajuntada do laudo, dê-se vista as partes para manifestarem sobre o mesmo no prazo de três dias. Em seguida, á conclusão para a designação de audiência de instrução e julgamento. Dêem-se ciência ao Ministério Público e ao Defensor Constituído. Porto Nacional-TO, 10-02-2011. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal. RELATÓRIO PSICOLÓGICO - Este relatório tem por finalidade descrição, análise é avaliação situacional dos atendimentos psicológicos realizado no mês de Maio de 2011. Vitima: B. S. das N. de 12 anos. Denunciado: Romualdo Lopes Sampaio de 42 anos. Caráter do Atendimento: 3 vezes. Base dos Dados: Visita domiciliar, atendimento Psicológico, aplicação dos testes, entrevista com familiares, relatório embasado em todos os métodos aplicados. Conforme solicitação do MM. Juiz de direito Titular da 1° vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/To, Dr. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, foi atendida e avaliada por duas profissionais em psicologia, sendo Lirislainy Abalem Silva e Nadir Souza de Moura, a fim de montar um perfil psicológico e investigar qual seriam as sequelas psicológicas e emocionais desta vitima, sabendo que sempre onde existe abuso e vitimização sexual pode-se desencadear alguns comportamentos e alguns reflexos de origem prejudiciais á vida desta menor. Em consequência dos fatos e dos métodos utilizados, comprovou-se em uma visita domiciliar que o ambiente foi propício ao acontecimento, já que a vitima sempre conviveu com as filhas do denunciado, e a família da vitima confiava muito neste autor, pois sempre foram visinhos e amigos. A casa das duas famílias nunca teve separação por muro e ainda não tem, tendo pouca liberdade e individualidade entre as famílias. Durante a visita domiciliar pôde ser observado que as duas famílias em questão se encontram em dificuldades para conviver de forma amigável, mas mesmo assim ainda não tem muro para separar um lote do outro. A vítima e as filhas do denunciado não se falam e convivem num aspecto de hostilidade e ainda constrangedor, já que a cidade é pequena e todos comentam sobre o caso. Foi feita entrevista com a mãe da vitima, a senhora Deuzuite Soares de Abreu que mantém uma união estável com o senhor Jovismar Lourenço das Neves, pai da vitima. A mãe não teve resistência em falar do fato, disse que foi um grande susto para ela e uma decepção, pois considerava o autor uma pessoa da família. Conta-nos que ainda não acabou de murar a casa por que existia um combinado com os vizinhos, ou seja, a família do autor e o próprio autor que seria parte deles o pedaço que falta, mas os vizinhos não têm a mínima vontade de organizar essa situação. Na entrevista com a vítima pareceram algumas características, que confirmam que este fato foi marcante e poderá então atrapalhar muito em seu desenvolvimento social e outros aspectos, já que agora demonstra medo de homens mais velhos e sai menos de casa. Ficou bem emocionada quando se tocou no assunto e parece ter vergonha, declara que tem um sentimento de culpa, pois não poderia deixar de contar aos pais, desde a primeira vez que ele demonstrou interesse por ela e acha que poderia ter gritado na mesma hora que o denunciado começou chantageá-la. Durante os testes psicológicos podemos sugerir que a menor esta com um sentimento de inferioridade, possivelmente sendo demonstrado na escola, diante de outros adolescentes e demais pessoas de seu convívio. É fortemente mostrado seu sentimento de culpa, carência e bloqueios com o mundo externo, que dará ênfase em sua inibição e sentimento de inadequação junto a uma forte sensação de rejeição. Poderá então despertar uma grande falta de aceitação de si mesma desequilibrando sua auto-estima e equilíbrio interno, diminuindo a vontade de prosperar que hoje ainda é evidente em suas características. Acredita-se que por este motivo é necessário um acompanhamento psicológico à menor para melhor entendimento de si, livrando-a desta culpa e de todos esses sentimentos inadequados, que o profissional em psicologia poderá trabalhar e ajudar a vitima a extrair de forma que se sinta bem afetivamente e equilibrada emocionalmente para enfrentar sua vida e o mundo externo. È percebido que a vitima tem alguns bloqueios e devido a sua fase de adolescente isto é bem visível, seus olhos ficam cheios de lagrimas ao tocar no assunto, seu comportamento também é de repressão o tempo todo demonstra timidez, insegurança, suas reações físicas no decorrer dos testes levam a crer que a mesma precisa de orientação para que seus conflitos internos sejam amenizados e que sua timidez seja sanada, já que sua cabeça é mantida bem baixa, como se não quisesse ser cobrada ou vista por outras pessoas se excluindo do mundo. LAUDO PSICOLÓGICO. De acordo com o que foi observado, comprovado com testes, entrevistas e visitas domiciliares, foi possível detectar que o ambiente contribui para o fato ocorrido (abuso e vitimização sexual), já que a menor morava e ainda mora do lado do autor, já que não existe muro de divisão entre as casas. Esta menor demonstra no âmbito afetivo, muita carência, parece-nos estar preocupada com o que as pessoas acham dela e isso a leva á uma sensação nítida de rejeição e sentimento de inferioridade. A mesma se encontra em situação vulnerável e precisa de apoio psicológico, tendo em vista muitos aspectos a serem trabalhados em função de toda a situação que foi acometida. Levando em consideração que ela de certa forma levará um tempo para processar as informações já que até o momento estava quieta e hoje começa a ser cobrada de forma que a faça pensar e até mesmo se culpar pela situação acontecida. Porto Nacional 24 de Maio de 2011. Lirislainy Abalem Silva, Psicóloga CRP-09/007152 e Nadir Souza de Moura – Psicóloga CRP – 09/004985. RELATÓRIO SOCIAL - Processo n° 2010.0012.1869-5 Vítima: B. S. das N.; Autor: Romualdo Lopes Sampaio. Atendendo determinação do MM. Juiz de Direito Titular da primeira Vara Criminal da comarca de Porto Nacional-TO, Dr. Alessandro Hofmam Teixeira Mendes, foram realizados dois atendimentos a adolescente B. S. das N., brasileira, solteira, estudante, nascida aos 01/07/1998, filha de Deuzuite Soares de Abreu e Jovismar Lourenço das Neves, no sentido de averiguar as condições sociais da mesma, uma vez que foi vítima de Estupro. O primeiro atendimento se caracterizou por meio de visita domiciliar a casa da vítima, localizada no endereço Rua Ciríaco Aires da Silva, s/n°, setor Januário Dias, Município de Brejinho de Nazaré-TO. No momento da visita a adolescente se encontrava sozinha em casa, sendo necessário localizar a sua genitora e solicitar para que a mesma acompanhasse o atendimento, por este ser de caráter inicial. Nesse sentido, diante a entrevista realizada pode se constatar que o núcleo familiar é composto pelos genitores da vitima e seu irmão L. S. das N., estudante, 11 anos. A priori, a adolescente se apresentava um pouco nervosa, mas à medida que a entrevista foi sendo conduzida a mesma se demonstrou disponível aos questionamentos e aos poucos foi se revelando comunicativa e alegre. A adolescente lembra que desde criança sempre foi amiga das filhas do autor, uma vez que são vizinhos e as meninas possuem a mesma proporção de idade que ela. Assim, o autor do fato o Senhor Romualdo Lopes Sampaio se apropriou da confiança da família e da vitima para cometer tal crime. A adolescente relatou em quais circunstâncias ocorreu a contravenção penal, estando em acordo com as informações contidas nos autos processuais. Percebe-se, que no contexto familiar de acordo com a vítima, os membros demonstram harmonia e respeito pela mesma, não a colocando em situação de cobrança e vexame, contribuindo de forma significativa para a possível superação da situação de vitimização. No tocante a estrutura física da residência, é perceptível que a mesma, apesar de simples apresenta aspectos satisfatórios e necessários para um desenvolvimento saudável. A família dispõe de condições sócio-econômicas para gerir as necessidades básicas da adolescente, uma vez que seu genitor é presidente da Câmara municipal dos vereadores do referido município, enquanto sua genitora é coordenadora pedagógica em uma escola municipal. Quando questionada sobre as alterações ocorridas no contexto das relações sociais vivenciadas pela mesma, relata que ficou cerca de um mês sem ir á escola onde estuda, mas que com o apoio da família e das amigas retomou as atividades escolares sendo acolhida por todos que compartilham desse mesmo grupo social, e que vez ou outra alguém faz alguma brincadeira com a história, mas fingi não ouvir e segue sua vida normalmente. Alega também, que participa de atividades diversas, dentre as quais: atividades artísticas no âmbito da unidade escolar, gosta de ir a praça, a igreja, a casa de amigas, jogar volleyball, mas mesmo buscando manter um estilo de relações sócias de acordo com sua idade, ainda possue medo e insegurança, e algumas atividades que realizava antes passaram a ser controladas pela mesma, no momento citou a dança como exemplo, que agora só dança com familiares e amigos, todos de um ciclo social próximo. Em um segundo momento, a adolescente foi atendida individualmente no fórum da comarca de Porto Nacional-TO, no sentido de buscar mais informações para subsidiar a presente solicitação, sendo percebido que as informações e observações realizadas durante a visita domiciliar se confirmam. Diante dos dois atendimentos, foi detectada uma situação de risco vivenciada pela adolescente, a mesma estuda no turno matutino junto com o irmão, e os seus genitores, ambos trabalham o dia todo, geralmente o irmão da vítima sai de casa no período vespertino a deixando sozinha boa parte do tempo. Acontece que, o autor do fato mora ao lado da casa da vítima, e ainda que o mesmo não esteja morando lá no momento a família dele está. Teme-se que possa ter alguma reação contra a adolescente vinda ou da família ou do próprio autor, pois a família do mesmo se revoltou contra a vítima. Existe um muro em fase de construção, o que favorece e propicia a vivência visual das duas famílias constantemente, causando mais medo e receio a vitima. Nesse sentido, apesar de ter sido vitimada, a adolescente demonstra força e determinação para romper com essa situação de vitimização, ainda que fiquem marcas. A vítima está sempre procurando inserção nos grupos sociais e obtendo uma diversidade de relações sociais saudáveis e indicadas para o seu desenvolvimento psicossocial, porém, nesse momento é fundamental um acompanhamento psicossocial, no sentido de auxiliá-la a romper com tal situação. Jurimar Mendes L. Júnior, Assistente Social, CRESS/25ªR nº 0602 e Marilda Francisca G. Campos, Assistente Social, CRESS/25ªR nº 0718."

AUTOS Nº 2011.0009.3421-2 – REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA
Requerente(s): TEÓFILO RODRIGUES GOMES NETO
Advogado(s): DR. ANTÔNIO IANOWICH FILHO – OAB/TO 2643
INTIMAÇÃO: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/TO, Dr. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, fica o advogado da defesa, acima identificado, intimado do inteiro teor da decisão proferida nos autos supra, a seguir transcrita: "Trata-se de requerimento formulado pelo acusado TEÓFILO RODRIGUES GOMES NETO solicitando a revogação da prisão preventiva decretada contra

sua pessoa. Aduz que não há nos autos os requisitos necessários para que fique preso preventivamente. Alega que o requerente é pessoa idônea, sendo que tem residência e emprego fixo. O Ministério Público manifestou pelo indeferimento do pedido. Pois bem. Dispõe o artigo 316 do Código de Processo Penal que o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no decorrer do processo, verificar a falta de motivo para que subsista. No caso em apreço, em que pese os vigorosos argumentos expendidos pelo nobre Defensor Constituído, não vejo novos fatos para mudar o entendimento anterior de manter a prisão preventiva do acusado. No que diz respeito a falta de elementos novos para o deferimento do pedido, entendo que assiste razão ao digno Promotor de Justiça ao manifestar que " (...) Não há fato novo que possa macular o decreto de prisão. As novas medidas cautelares previstas em lei não são adequadas para o fato em comento. Isto porque, tais delitos, de maior gravidade, vêm sendo praticados com frequência nesta comarca. A população reclama por providências, bem como sofre com as atitudes criminosas perpetradas por delinquentes como o requerente. E cabe ao Poder Judiciário, bem como ao Ministério Público Preservar a ordem pública, com objetivo de atingir uma paz social. A justiça precisa se respeitar e garantir o seu papel primordial que é acautelar o meio social e dar tranquilidade para a toda comunidade (...)." (fl. 17). Logo, concordo com o Presentante do Ministério Público, já que não vejo, no momento, alteração no fundamento que serviu de base á decisão anterior que indeferiu a revogação da prisão preventiva do senhor Teófilo. Ainda entendo, mesmo diante da boa argumentação do douto Defensor Constituído, que a manutenção da medida cautelar de natureza pessoal no tocante ao acusado realmente é necessária para a garantia da ordem pública. Com efeito, impõe-se, no caso em exame, manter a prisão preventiva do acusado como forma de se tentar resgatar a credibilidade da justiça afetada diante da gravidade do crime, e, ainda, da comoção provocada pelo resultado da conduta imputada ao requerente. Convém frisar que é a sétima noticia de homicídios, em pouco menos de três meses, praticados em plena luz do dia, em avenidas movimentadas da cidade. O que está acontecendo com a pacata cidade de Porto Nacional-TO? De outra parte, no caso em tela, diante da existência de elementos que apontam no sentido da presença simultânea da prova da existência do crime, indícios suficientes de autoria e do perigo concreto que a permanência do indiciado em liberdade acarreta para a efetividade do processo penal e a garantia da ordem pública, devidamente demonstrado na decisão de proferida nos autos 1408/11, torna-se impossível a substituição da prisão preventiva por outra medida cautelar prevista no artigo 319 do CPP, com a nova redação fornecida pela lei 12403/11. Por último, ressalto que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que a primariedade e os bons antecedentes, por si sós, não elidem a prisão preventiva, desde que outras circunstâncias a recomendem. Em consequência do exposto, e acolhendo manifestação do Ministério Público, deixo de revogar a prisão preventiva do acusado TEÓFILO RODRIGUES GOMES NETO. Intimem-se. Porto Nacional - TO, 24 de agosto de 2011. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal."

AUTOS Nº 2011.0008.9718-0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado(s): TEÓFILO RODRIGUES GOMES NETO
Advogado(s): DR. ANTÔNIO IANOWICH FILHO – OAB/TO 2643
INTIMAÇÃO: Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/TO, Dr. Alessandro Hofmann Teixeira Mendes, fica o advogado da defesa, acima identificado, intimado do inteiro teor da decisão saneadora proferida nos autos supra, a seguir transcrita: "Trata-se de processo em que figura no polo passivo o acusado TEÓFILO RODRIGUES GOMES NETO. Observa-se que o acusado foi citado e apresentou resposta á acusação. Nota-se que o acusado, em sua defesa técnica, não suscitou qualquer hipótese de rejeição da denúncia ou de absolvição sumária. Por outro lado, verifica-se que o processo se encontra devidamente em ordem. Quanto ao pedido de revogação da preventiva, já existem duas decisões a respeito nos autos em apenso 1408/11 e 1393/11. Sendo assim, determino o prosseguimento do feito e autorizo a Senhora Escrivã a incluir na pauta, com urgência, por se tratar de acusado preso, audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. Porto Nacional - TO, 24 de agosto de 2011. Alessandro Hofmann T. Mendes, Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal." Fica ainda, o Senhor Advogado intimado para comparecer perante este juízo da Primeira Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/TO, no dia 02 de setembro de 2011, às 14 horas, em audiência de instrução dos autos supra.

AUTOS Nº 2009.0004.6085-5 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado(s): PEDRO HERMÍLIO PRATES
Advogado(s): DR. LUIZ ANTÔNIO MONTEIRO MAIA – OAB/TO 868 E DR. JOSÉ ARTHUR NEIVA MARIANO – OAB/TO 819
SENTENÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional/TO, ficam os advogados da defesa, acima identificados, intimados do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, a seguir transcrita: "O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de PEDRO HERMÍLIO PRATES pela prática da conduta descrita no artigo 343, parágrafo único, do Código Penal. A peça inicial narra a seguinte conduta delituosa atribuída ao acusado: [...] Por ocasião dos fatos, Pedro Hermíllo Prates foi denunciado pelo Ministério Público, pela prática do ilícito de homicídio culposo na direção de veículo automotor, ocorrido no mês de setembro de 2005, nesta comarca, gerando o processo n° 2475/06. Com o fim de obter prova judicial em seu favor sobre os ratos apurados, o denunciado procurous o nacional Salvador Correia da Silva, testemunha no processo suso mencionado, oferecendo-lhe dinheiro para que mentisse ou "fizesse afirmação falsa" em juízo. Constatou-se que o denunciado, por diversas vezes, foi á casa de SALVADOR afim de convencê-lo, sob promessa de pagamento, a mentir em juízo, o que não foi aceito pela referida testemunha [...]. Houve o recebimento da denúncia (fls.98). O acusado foi devidamente citado (102-verso). A resposta á acusação foi apresentada aos autos às fls. 105/106, com rol de testemunhas. Realizada a audiência foram inquiridas 05 (cinco) testemunhas arroladas pelo órgão acusador e pela defesa técnica, sendo que depois ocorreu o interrogatório do acusado. Em alegações finais, o Órgão Acusador, se manifestou pela absolvição dos acusados, já que nenhuma testemunha ouvida em juízo presenciou os fatos. A defesa técnica, em alegações finais, ratificou o pedido feito pelo douto Promotor de Justiça. É o relatório. Nota-se que as condições da ação e os pressupostos processuais foram devidamente preservados no presente processo. Antes de analisar as provas produzidas na instrução criminal, devo registrar que os elementos colhidos no inquérito policial só têm o objetivo de embasar a propositura da ação penal. Nesse sentido, concordo com Afrânio da Silva Jardim quando afirma que "as investigações policiais não se destinam a convencer o juiz, tendo em vista o sistema acusatório e a garantia constitucional do contraditório, mas viabilizar a ação penal" (Direito Processual penal, Página 148). Ora, os sujeitos processuais, acusação e defesa, não participaram dos depoimentos colhidos neste fase. Logo, é fundamental que as provas sejam produzidas observando-se o princípio do contraditório, sob pena de se construir um sistema pautado pelo desrespeito as garantias constitucionais. No mesmo propósito, afirmam Alexandre Blzzotto e Andreia de Brito Rodrigues: 'Para se chegar a uma gradação condenatória, o Inquérito é agente estranho. Condenação pressupõe o contraditório constitucional. Condenação pressupõe a constitucional dignidade da pessoa humana, não afeta a parcialidade do Inquérito" (Processo Penal Garantista, Página 65). Com efeito, é importante desconsiderar qualquer forma de apreciação das provas colhidas sem a verdadeira adequação a Constituição Federal, firmando o juízo em sede desta sentença conforme o que ficou colhido regularmente no desenvolvimento da relação processual. Registra-se, ainda, que somente as provas insuscetíveis de repetição de natureza técnica têm a admissão da legitimidade constitucional do contraditório diferido. Além do mais, é importante mencionar que a nova ordem constitucional fez uma clara opção pelo sistema acusatório no processo penal brasileiro. Assim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, claramente, as posições dos sujeitos processuais no processo penal. Com isso, cabe ao Ministério Público a função precípua de acusar e, consequentemente, apresentar as provas referentes à existência do fato e autoria narrados na peça acusatória. Na hipótese dos autos, vejo que o sujeito acusação abriu mão de sua pretensão punitiva em relação ao delito imputado na inicial ao acusado. Aduziu o Agente Ministerial, em suas alegações finais, o seguinte: [...] a denúncia Imputa ao acusado a prática do delito previsto no artigo 343, parágrafo único, do CP, uma vez que o mesmo teria oferecido dinheiro a testemunha Salvador Correia da Silva para que mentisse ou fizesse afirmação falsa em juízo. Conforme os depoimentos das testemunhas de acusação, verifica-se que realmente o acusado ofereceu dinheiro ao nacional Salvador Correia da Silva para que o mesmo mentisse em juízo. Porém o delito imputado ao acusado não pode prospera. Isto porque o nacional Salvador Correia da Silva, nos autos de ação penal n° 2475/06 (fls. 56) não foi ouvido como testemunha, mas sim como informante. Portanto, poderia fazer afirmação falsa em juízo. Esse é o entendimento dos Tribunais Pátrios: 'O delito previsto no art 343 do CP somente se configura se o dinheiro oferecido á pessoa que ostenta a condição de testemunha, não se caracterizando em relação aquele que depõe como informante, não prestando compromisso' (TJRS, Ap. Crim. 70017763822, 4° câm. Crim., Rel. Constantino Lisboa. J. 15/02/2007). Assim, devo acolher o entendimento do digno Promotor de Justiça diante do princípio acusatório previsto na Constituição Federal. Em consequência do exposto, julgo improcedente o pedido e absolvo o acusado PEDRO HERMÍLIO PRATES da imputação que lhe é feita nestes autos, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Nacional - TO, 22 de agosto de 2011. Alessandro Hofmann T. Mendes, Juiz de Direito TItular da Primeira Vara Criminal."

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2008.0005.6453-9 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: AILTON LOPES DA CONCEIÇÃO FILHO
Advogado(a)(s): Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior–OAB/TO 1.800
DESPACHO**:** "Dê vista ao MP e à Defesa para se manifestar sobre o laudo." Porto Nacional, 27 de julho de 2011. Luciano Rostirolla-Juiz Substituto.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS

AUTOS Nº 131/99
Ação: Ação Penal
Réu: WILSON ABADIA DOS SANTOS
O Dr. LUCIANO ROSTIROLLA, MM. Juiz Substituto da 2ª Vara Criminal e Execuções Penais, Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, e, em especial o sentenciado, que por este Juízo e Escrivania da 2ª Vara Criminal e Execuções Penais, tramitam os autos de Ação Penal nº 131/99, em que figura como réu WILSON ABADIA DOS SANTOS, brasileiro, filho de Antônio Abadio e Isaltina Alves Abadio, atualmente em lugar incerto ou não sabido. E, para que chegue ao conhecimento do sentenciado, expediu-se o presente Edital ficando, assim, intimado do teor em síntese da sentença que segue: "...Ante o exposto e considerando que no caso em tela não milita em favor do acusado qualquer causa legal ou supralegal de exclusão de tipicidade, ilicitude, da culpabilidade ou punibilidade, julgo procedente a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar Wilson Abadia dos Santos, qualificado nos autos, nas penas do delito tipificado no artigo 213 caput c/c art. 223, caput, ambos do Código Penal, com as implicações especificadas na Lei 8.072/1990. ... P.R.I." Porto Nacional, 14 de dezembro de 2009. Luciano Rostirolla – Juiz Substituto.

Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 3431/98
Ação: inventário
Inventariante : PEDRO SILVA BORGES
ADVOGADA: DRª. ALESSANDRA DANTAS SAMPAIO OAB-TO: 1821
Inventariado: MARIA JOSÉ CIRQUEIRA BORGES e SALOMÃO FRANCISCO BORGES.
DESPACHO:" ... Vistas, Renove-se a intimação retro. Porto Nacional, 21/03/11(ass.) Marcelo Eliseu Rostirolla – Juiz Substituto. " III – Concedo ao inventariante nomeado o prazo de 60 (sessenta) dias, para cumprir a decisão constante do termo de fls. 525/526. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Porto Nacional, 03/12/2009. (ass.) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira - Juíza de Direito.
Autos nº 7348
Ação: Cumprimento de Sentença
Requerente: ANA MARIA BORGES
Requerido : JOÃO CRISOSTOMO DE OLIVEIRA FREIRE
Advogado: AIRTON A. SCHUTZ-OAB/TO-1.348 e PEDRO D. BIAZOTTO-1.228-B
DESPACHO: Defiro o pedido de intimação na pessoas do procurador a fim de cumprir com a obrigação imposta, sob pena de aplicação da multa e solicitação de penhora para garantir o crédito.Porto Nacional, 07.07.2011.(a) Marcelo Eliseu Rostirolla-Juiz Substituto

Autos nº 2010.0002.9239-5/0
Ação: Divórcio
Requerente: JÚLIO CESAR KARNIKOWSKI
Requerido: LUCIA ROSSANA DA SILVA BONI KARNIKOWSKI
Advogado: JOSE FERREIRA DE BRITO – OAB/TO – 151

SENTENÇA: III – DISPOSITIVO: POSTO ISTO, decreto o divórcio de LUCIA ROSSANA DA SILVA KARNIKOWSKI e JULIO CESAR KARNIKOWSK, com fulcro no art. 226,§ 6º da Constituição federal. Homologo o acordo de fls. 43/44, referente à guarda, direito de visitas, pensão alimentícia e partilha de bens, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.. Face ao acordo, resolvo o mérito, com fulcro no art. 269, incisos II e III do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação da sentença. Custas pelo requerente. Tratando-se de direito potestativo, deixo de fixar a verba honorária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Porto Nacional, 22 de junho de 2011. (a) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira - Juíza de Direito.

Autos nº 2009.0008.8968-1
Ação de Divórcio Litigioso
Requerente: ADILA DA SILVA MONTEIRO PARENTE
Requerido : MANOEL DO BONFIM RIBEIRO
Advogada: CLAIRTON LÚCIO FERNANDES-OAB/TO 1308
DESPACHO: Acerca dos documentos que acompanham a contestação, digam a autora e o Ministério Público, no prazo sucessivo de 05(cinco) dias. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Porto Nacional, 30 de junho de 2011.(a) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira. –Juiza de Direito

Autos nº 2010.0004.4958-8
Ação de Alimentos
Requerente: PAULO HENRIQUE GOMES MENDES
Requerido : AGNALDO MENDES
Advogada: SURAMA BRITO MASCARENHAS-OAB/TO 3191
SENTENÇA: Vistos, etc. Homologo, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do feito de f. 12, motivo pelo qual JULGO EXTINTO o processo com fundamento no artigo 267, VIII do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Porto Nacional, 25 de março de 2011.(a) Marcelo Eliseu Rostirolla-Juiz Substituto.

EDITAL DE CITAÇÃO DE AUDICÉA PEREIRA ANES-(Prazo de 20 dias)

Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara da Comarca de Porto Nacional, CITA a Sra. AUDICÉA PEREIRA ANES, brasileiro, separada judicialmente, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para os termos da Ação de Conversão de separação Judicial em Divórcio, autos nº 2011.0005.3509-1, que lhe move SELMO JOSÉ DE FIGUEIREDO . CIENTIFICA-A de que tem o prazo de 15(quinze) dias, para contestar a ação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, (art.319 do CPC). A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente, (art.320 do CPC). E para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e onze (18.04.2011) Eu ,(Maria Célia Aires Alves), Escrivã, subscrevi.(a) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira-Juíza de Direito.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de EDIMILSON NEIVA DA SILVA – AUTOS Nº 2008.0000.0599-8, requerida por MARIA JÚLIA NEIVA DA SILVA, foi decretada a interdição de EDIMILSON NEIVA DA SILVA,conforme se vê no final da sentença: POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE EDIMILSON NEIVA DA SILVA , NOMEANDO-LHE CURADOR NA PESSOA DE MARIA JÚLIA NEIVA DA SILVA, COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, DO DOMICÍLIO DA INTERDITADA, (ART. 1.184 DO CPC E ARTS. 29V. 92 E 93 DA LRP). ANOTE-SE A INTERDIÇÃO NO REGISTRO DE NASCIMENTO. (ART. 107 DA LRP), EM DOIS DIAS, SERVINDO ESTA DE MANDADO.CERTIFICADAS A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1.187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITADO, A CURADORA DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DOS BENS DO INTERDITADO. PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR TRÊS VEZES, CONSTANDO DO EDITAL O NOME DA INTERDITADO E DA CURADORA, A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA(ART. 1.184 CPC), P. R. I. Porto Nacional, 12 de maio de 2011. (a) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira – Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e onze (29.03.2011). Eu (Maria Célia Aires Alves), Escrivã, subscrevi.HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA Juíza de Direito

TAGUATINGA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 65/97 - AÇÃO: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Requerente: Márcio Humberto Brasileiro
Advogado: Dr. Sérgio Ricardo G. Rocha – OAB/GO 12.179
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Dra. Arlene Ferreira da Cunha Maia – OAB/TO 2316
FINALIDADE: intimação da decisão de fls. 827: "Defiro o pedido de fls. 817/818, instruído com os documentos de fls. 819/822, formulada, nos presentes autos. Expeça-se o respectivo alvará, conforme requerido pelo reclamado, às fls. 817/818, para levantamento do valor depositado judicialmente na Caixa Econômica Federal, devendo o mesmo, por intermédio de seus causídicos, apresentar a esse Juízo, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento do alvará, comprovante de retirada dos valores pleiteados, os quais deverão ser juntados ao caderno processual, arquivando-se o mesmo em seguida. Intimem-se. Cumpra-se. Taguatinga-TO, 16 de agosto de 2011. (ass) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0003.0123-6/0 – AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE AMPARO SOCIAL
Requerente: Nestor Luis Baião
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social-INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DO REQUERENTE DA CERTIDÃO DE FLS. 33. Certifico que em atendimento ao Provimento da CGJ 08/2011, intimo a parte autora, para em obediência ao contraditório, apresentar réplica a contestação de fls. 15/19, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 326 e 327 do Código de Processo Civil. Taguatinga-TO, 23 de agosto de 2011. (as) Vilneide Ferreira Lima, Escrivã Judicial".

AUTOS: 2011.0004.1343-3/0 – AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE SALÁRIO MATERNIDADE
Requerente: Katiane Ferreira dos Santos
Advogado: Dr. Marcio Augusto Malagoli OAB/TO n.º 3.685-B
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social-INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DA REQUERENTE DA CERTIDÃO DE FLS. 44. Certifico que em atendimento ao Provimento da CGJ 08/2011, intimo a parte autora, para em obediência ao contraditório, apresentar réplica a contestação de fls. 16/23, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 326 e 327 do Código de Processo Civil. Taguatinga-TO, 23 de agosto de 2011. (as) Vilneide Ferreira Lima, Escrivã Judicial".

AUTOS: 2008.0007.5507-5/0 – AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE SALÁRIO MATERNIDADE
Requerente: Maria de Fátima Ribeiro de Queiroz
Advogado: Dr. Márcio augusto Malagoli OAB/TO n.º 3.685-B
Requerido: Instituto Brasileiro do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DA REQUERENTE DA SENTENÇA DE FLS. 62/76. "Ante o exposto, julgo procedente a pretensão contida na inicial para o fim de condenar o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a pagar mensalmente o benefício de salário maternidade à autora, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DE QUEIROZ, no valor de 01 (hum) salário mínimo, pelo prazo de 120 dias, para sua filha Kamylla Queiroz Rodrigues devidos a partir do requerimento administrativo, sendo que a correção monetária incidirá sobre o débito previdenciário a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1.981, enquanto os juros moratórios serão devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a edição da Lei nº 11.960/2.009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança, contados a partir do requerimento administrativo, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores corrigido monetariamente pelo IGPM, a partir do respectivo vencimento de cada parcela e de juros de mora de 1% ao mês, conforme disposição do art. 406 do Código Civil, combinado com o art. 161, § 1º do CTN. Por conseguinte julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461 § 3º do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação da tutela específica de ofício por se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria sentença. Ressalta-se que, embora o artigo 273 do CPC exija requerimento de tal parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inc. XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente o direito da requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Ademais a fome e a dor não esperam. Assim concedo a antecipação da tutela específica, determinando que a parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Condeno ainda, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, e ao pagamento das despesas processuais conforme Súmula 178 do Superior Tribunal "O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios proposta na justiça estadual". Por não exceder o direito controvertido a patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil. Remetam-se os autos á Procuradoria Federal no Estado do Tocantins (PF/TO) para intimar o INSS acerca desta sentença, bem como para notificá-lo para promover a imediata implantação do benefício, conforme determinado nesta sentença. Fica o INSS ADVERTIDO de que deverá restituir os presentes autos a este juízo de 30 dias (Provimento nº 10/2008 – CGJUS/TO). Após o transito em julgado, encaminhem-se os autos à Contadoria para expedição de guia para recolhimento das custas deste processo. Em seguida, intime-se a parte requerida para o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado relativamente ao inadimplemento das custas processuais. Transcorridos os 30 dias sem o recolhimento das custas, remetam-se cópias do cálculo das custas e da guia de recolhimento à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se. Cumpra-se. Taguatinga-TO, 26 de julho de 2011. (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2008.0007.5504-0/0 – AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE SALÁRIO MATERNIDADE
Requerente: Neurivan Araujo de Abreu
Advogado: Dr. Márcio augusto Malagoli OAB/TO n.º 3.685-B
Requerido: Instituto Brasileiro do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DA REQUERENTE DA SENTENÇA DE FLS. 68/80. "Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para o fim de condenar o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a pagar mensalmente o benefício de salário maternidade à autora, NEURIVAN ARAUJO DE ABREU, no valor de 01 (hum) salário mínimo, pelo prazo de 120 dias, para sua filha IASMYN SANTOS ARAUJO, devidos a partir do requerimento administrativo, sendo que a correção monetária incidirá sobre o débito previdenciário a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1.981, enquanto os juros moratórios serão devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a edição da Lei nº 11.960/2.009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança, contados a partir do requerimento administrativo, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores corrigido monetariamente pelo IGPM, a partir do respectivo vencimento de cada parcela e de juros de mora de 1% ao mês, conforme disposição do art. 406 do Código Civil, combinado com o art. 161, § 1º do CTN. Por conseguinte julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461 § 3º do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação da tutela específica

de ofício por se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria sentença. Ressalta-se que, embora o artigo 273 do CPC exija requerimento de tal parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inc. XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente o direito da requerente ao benefício e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Ademais a fome e a dor não esperam. Assim concedo a antecipação da tutela específica, determinando que a parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Condeno ainda, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, e ao pagamento das despesas processuais conforme Súmula 178 do Superior Tribunal "O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios proposta na justiça estadual". Por não exceder o direito controvertido a patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil. Remetam-se os autos à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins (PF/TO) para intimar o INSS acerca desta sentença, bem como para notificá-lo para promover a imediata implantação do benefício, conforme determinado nesta sentença. Fica o INSS ADVERTIDO de que deverá restituir os presentes autos a este juízo de 30 dias (Provimento nº 10/2008 – CGJUS/TO). Após o transito em julgado, encaminhem-se os autos à contadoria para expedição de guia para recolhimento das custas deste processo. Em seguida, intime-se a parte requerida para o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado relativamente ao inadimplemento das custas processuais. Transcorridos os 30 dias sem o recolhimento das custas, remetam-se cópias do cálculo das custas e da guia de recolhimento à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se. Cumpra-se. Taguatinga-TO, 27 de julho de 2011. (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2008.0008.4832-4/0 – AÇÃO COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – PENSÃO
Requerente: Filomena Catarina dos Santos
Advogado: Dr. Osvair Candido Sartori Filho OAB/TO 4.301-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DA REQUERENTE DA SENTENÇA DE FLS. 64/73. "Ante o exposto, julgo procedente a pretensão contida na inicial para o fim de condenar o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS ao pagamento mensal, à autora, do benefício da pensão por morte, por exercício de atividade rurícola do cônjuge falecido, no valor de um salário mínimo, a partir da citação, respeitando a prescrição qüinqüenal, sendo que a correção monetária incidirá sobre o débito previdenciário a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1.981, enquanto os juros moratórios serão devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a edição da Lei nº 11.960/2.009, quando então serão divididos no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança, contados a partir da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, com fundamento no artigo 461, § 3º do Código de Processo Civil por entender estarem presentes os requisitos que autorizam a antecipação da tutela específica de ofício por se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, na própria sentença. Ressalta-se que embora o artigo 273 do CPC exija requerimento da parte, tal norma deve ser afastada diante do direito fundamental descrito no artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ademais, no caso, por se tratar de ação que tem por objeto o cumprimento da obrigação de fazer, a medida poderá ser concedida de ofício, diante da ausência de exigência de requerimento prévio da parte no artigo 461, § 3º do CPC. É que restou demonstrado de forma clara e patente do direito da requerente ao benefício, e, além disso, dúvida não há fundado receio de dano irreparável, uma vez que restou demonstrado em audiência que se trata de pessoa humilde e trabalhadora rural. A propósito superado está o entendimento da impossibilidade da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. Assim concedo a antecipação da tutela específica, determinando que a parte ré comprove a inclusão e o pagamento do benefício à parte requerente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do artigo 461, § 4º do CPC. Considerando que as verbas de sucumbência regem-se pelo princípio da causalidade, ou seja, aquele que deu causa ao litígio, se vencido, deve arcar com tais verbas, condeno o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS ao pagamento de honorários advocatícios fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a data da prolação da sentença (Enunciado de súmula nº 111 do STJ), e ao pagamento das despesas processuais (consoante verbete de súmula 178 do mesmo tribunal de superposição). Por não exceder o direito controvertido o patamar de 60 salários mínimos, não se aplica o reexame necessário de sentença, conforme disposição do artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil, deixo de remeter os autos a instancia superior para reexame necessário, mormente pelo teor da Súmula 111 do STJ que evidencia que o valor da condenação não engloba as prestações vincendas. Remetam-se os autos á Procuradoria Federal no Estado do Tocantins (PF/TO) para intimar o INSS acerca desta sentença, bem como para notificá-lo para promover a imediata implantação do benefício, conforme determinado nos itens 1.a), 3 e 4 do dispositivo desta sentença. Fica o INSS ADVERTIDO de que deverá restituir os presentes autos a este juízo no prazo de 30 dias (Provimento nº 10/2008 – CGJUS/TO). Após o transito em julgado, encaminhem-se os autos à Contadoria para expedição de guia para recolhimento das custas deste processo. Em seguida, intime-se a parte requerida para o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado relativamente ao inadimplemento das custas processuais. Transcorridos os 30 dias sem o recolhimento das custas, remetam-se cópias do cálculo das custas e da guia de recolhimento à Fazenda Pública Estadual, para os fins de mister. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, após as formalidades legais, arquivem-se. Cumpra-se. Taguatinga-TO, 28 de julho de 2011. (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2009.0011.0418-1 /0 – AÇÃO APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: Elci Teixeira dos Santos
Advogado: Dr. Osvair Candido Sartori Filho OAB/TO n.º 4.301-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social-INSS
Advogado: Procurador Federal do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO AO ADVOGADO DA REQUERENTE DA SENTENÇA DE FLS. 54. "...Julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com apoio no art. 267 VIII, do Código de processo Civil. Desentranhem-se, caso haja requerimento para tanto, os documentos que instruíram a peça vestibular, ficando traslado a cargo da própria parte. Custas pela parte autora, ficando a exigibilidade suspensa pelo período de 5 (cinco) anos, art. 12 da lei 1.060/50. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado da sentença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Taguatinga-TO, 23 de julho de 2011. (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2009.0007.2243-4/0 – EXECUÇÃO PENAL
Reeducando: JAMIR JOCUNDO JOVIAL
Advogado: DR. ELSIO PARANAGUÁ LAGO – OAB-TO SOB N.º 2.409
FINALIDADE: INTIMAR o advogado do reeducando para que compareça perante este Juízo no dia 31 de agosto de 2011, às 13h30min, para participar da audiência admonitória, designada nos autos da execução penal supracitado, a ser realizada no Fórum local, situado na Avenida Principal, s/n.º, Setor Industrial, em Taguatinga-TO.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O DOUTOR ILUIPITRANDO SOARES NETO, Juiz de Direito da Vara Criminal desta Cidade e Comarca de Taguatinga, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital com o prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime que a Justiça Pública desta Comarca, como Autora, move contra o acusado EGILSON AVELINO OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido em 02.08.1972, natural de Taguatinga-TO, filho de Abedias Avelino Oliveira e de Maria Francisca Oliveira, o qual foi denunciado nas penas do artigo 121, § 2º, incisos II (motivo fútil) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), do Código Penal Brasileiro, nos Autos de Ação Penal n.º 2011.0005.9263-0/0, e como está em lugar incerto e não sabido, conforme certificou o Senhor Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica o acusado CITADO pelo presente, para responder à acusação, por escrito no prazo de 10 (dez) dias, consoante ao artigo 406 do Estatuto Processual. Caso não apresente a resposta no prazo legal, ou se o acusado, não responder, serão os autos encaminhados à Defensoria Pública para oferecê-la dentro de 10 (dez) dias. Para conhecimento de todos e publicado no Diário da Justiça, cuja 2ª via fica afixada no Placar do Fórum desta Comarca de Taguatinga, Estado Tocantins. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Taguatinga, Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (2011) Eu,....., Escrivã Judicial, digitei e subscrevo. Iluipitrando Soares Neto - Juiz de Direito da Vara Criminal. *Iluipitrando Soares Neto- Juiz de Direito da Vara Criminal.*

2ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2009.0005.4262-2
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
REQUERENTE: MP, substituto processual de R.H.N, representado por sua genitora Juliana Rego Neto
REQUERIDO: Ivanel Ramires Lima
ADVOGADO: Dr.Elsio Paranaguá e Lago OAB/TO 2409
INTIMAÇÃO do advogado do requerido do despacho a seguir transcrito: "**I –** Tendo em conta o recebimento do resultado do exame de DNA pelo Cartório Cível, designo o **dia 30 de agosto de 2011, às 15 horas**, para abertura do envelope contendo o resultado, oportunidade em que poderão as partes acordarem quanto aos alimentos, na hipótese de resultado positivo. **II –** Intimem-se. Taguatinga, 24 de agosto de 2011. Jean Fernandes B. de Castro. Juiz de Direito Substituto."

TOCANTINÓPOLIS

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Processo nº 2007.07.0242-9/0 - Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: JOSÉ SOARES SOUSA
Advogada: Genilson Hugo Possoline – OAB/TO 1781
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Paulo Roberto Vieira Falcão OAB/TO 2132 - B
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Ante o exposto, com fulcro no art. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e art. 655-A do CPC, DEFIRO o pleito formulado às fls. 99. Proceda-se ao bloqueio de valores nas contas bancárias de titularidade do devedor, por meio do sistema Bacenjud. Intime-se. Tocantinópolis/TO, 23 de agosto de 2011.**José Eustáquio de Melo Júnior**.-Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Processo nº 2010.00.4811-7/0 - Ação: ANULATÓRIA DE TÍTULO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: LUCIVÂNIA LOPES DE SOUSA
Advogada: Marcílio Nascimento Costa – OAB/TO 1110
Requerido: GLOBEX UTILIDADES S/A (PONTO FRIO)
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Ante o exposto, com fulcro no art. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e art. 655-A do CPC, DEFIRO o pleito formulado às fls. 39/40. Proceda-se ao bloqueio de valores nas contas bancárias de titularidade do devedor, por meio do sistema Bacenjud. Intime-se. Tocantinópolis/TO, 23 de agosto de 2011. **José Eustáquio de Melo Júnior**.-Juiz de Direito Substituto – respondendo."

Processo nº2009.03.9976-5/0 - Ação: RECLAMATÓRIA DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: LEONARDO AFONSO FRANCO DE FREITAS
Advogado: Clarisa Franco de Freitas OAB/MA 7374
Requerido: TIM CELULAR S.A
Advogado: Bruno Ambrogi Ciambroni – OAB/SP 291.013
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Defiro pedido fl. 173. Expeça-se o Alvará em nome da TIM CELULAR. Após, arquivem-se, ante o exaurimento da prestação

jurisdicional. Cumpra-se.-Tocantinópolis/TO, 12 de agosto de 2011.-José Carlos Ferreira Machado-Juiz de Direito Substituto- respondendo."

WANDERLÂNDIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 2010.0006.3188-2/0 - AÇÃO DE INCIDENTE DE FALSIDADE

Requerente: MARTIM DIAS NEGREIROS e ANA MARIS NEGREIROS DIAS.
Advogada: DRA. ELISA HELENA SENE SANTOS OAB/TO 2096-B.
Requerido: BUSINESSINCORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogada: DRA. DANIELA AUGUSTO GUIMARÃES OAB/TO 3912
INTIMAÇÃO/DESPACHO/VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS: "I- Defiro o pedido de realização de perícia requerido pelos autores. II- Nomeio como perito o Dr. Mário Campos dos Prazeres... III- Intimem-se, consignando-se que as partes possuem o prazo de 05 (cinco) dias para indicar assistente técnico e apresentar quesitos, consoante disposto no art. 421, § 1° do Código de Processo Civil. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS: R$ 8.000,00 (oito mil reais) a serem pagos 50% na aprovação da proposta e o restante na entrega do laudo.

AUTOS 2009.0003.0269-9/0 - AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Requerente: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
Requerido: S. S. G.
Advogado: DR. HÉRMEDES MIRANDA DE SOUZA TEIXEIRA OAB/TO 2092-A
INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: "Dia 29 de agosto de 2011, às 09h00min." LOCAL DA AUDIÊNCIA: Rua Raimundo Pinto, s/n°, centro, Wanderlândia-TO.

AUTOS 2011.0006.7488-1/0 - AÇÃO DE BUSCA E APRENSÃO PELO DECRETO-LEI N° 911/69
Requerente: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
Advogada: DRA. MARINÓLIA DIAS DOS REIS OAB/TO 1.567.
Requerido: MARIO ALVES TORQUATO ME.
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Considerando que comprovação da mora do devedor em sede de ação de busca e apreensão é providência imprescindível para o seu ajuizamento, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, regularizando a notificação extrajudicial, sob pena de indeferimento, consoante o disposto no art. 285, parágrafo único, do Código de Processo Civil".

AUTOS 2010.0000.5313-7/0 - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO COM PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTES
Requerente: LEONY SOARES FEITOSA.
Advogado: DR. FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA OAB/TO 4.265-A.
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A.
Advogada: DRA. CRISTIANE DE SÁ MUNIZ COSTA OAB/TO 4.361.
INTIMAÇÃO/DECISÃO (...) "Diante disso, concedo a antecipação da tutela pretendida para determinar que o requerido BANCO DO BRASIL S/A proceda à exclusão imediata do nome da requerente do SERASA, do SPC, assim como dos bancos de dados de qualquer instituição de limitação ao crédito, no prazo de 03 (três) dias, vedada a reinclusão, pelo débito discutido nesta demanda, até a decisão final do processo. Estabeleço multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento desta decisão. Intime-se as partes para ciência e cumprimento desta decisão, bem como para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias".

AUTOS 2011.0004.2558-0/0 - AÇÃO DE REVISINAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANO MORAL
Requerentes: SIMONE BARROS NUNES.
Advogado: DR. ADONIAS PEREIRA BARROS OAB/GO 16.715.
Requeridos: DIBENS LEASING S/A.
INTIMAÇÃO/DECISÃO (...) "Diante do exposto, considerando não terem sido demonstrados a presença dos requeridos necessários, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA pleiteada na inicial. Defiro o pedido de depósito judicial do valor que entende devido. Cite-se a parte requerida para contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, devendo contar expressamente no mandado as advertências constantes no artigo 285 do Código de Processo Civil".

AUTOS 2011.0004.2595-4/0 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C REVISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO LIMINAR DE TUTELA ANTECIPATÓRIA
Requerente: MARCIO RESENDE DE ALMEIDA.
Advogado: DR. FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA OAB/TO 4.265-A.
Requeridos: BANCO FIAT S.A.
INTIMAÇÃO/DECISÃO (...) "Diante do exposto, considerando não terem sido demonstrados a presença dos requeridos necessários, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA pleiteada na inicial. Defiro o pedido de depósito judicial do valor que entende devido. Cite-se a parte requerida para contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, devendo contar expressamente no mandado as advertências constantes no artigo 285 do Código de Processo Civil"

AUTOS 2008.0006.5341-8/0 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, DECORRENTE DE DANO À IMAGEM
Requerente: DANIELA RIMONE SANTOS TROVO.
Advogado: DR. PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO OAB/TO 2132-B.
Requeridas: LG MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO e REJANE GOMES PEREIRA.
Advogado: DR. JOSIAS PEREIRA DA SILVAOAB/TO 1677
INTIMAÇÃO/SENTENÇA (...) "Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora DANIELA RIMONE SANTOS TROVO nos autos do presente processo que move em face de LG MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO e REJANE GOMES PEREIRA. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do artigo 20, § 4° do Código de Processo Civil, bem como nas custas processuais, ficando, todavia, suspenso o pagamento até que mude a situação de pobreza, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos quando a obrigação ficará prescrita, por ser beneficiário da justiça gratuita, nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/1950. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo".

AUTOS 2009.0011.2312-7/0 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS C/C DANO MORAL POR PRÁTICA DE ATO ILÍCITO
Requerente: MARIA JOANA PEREIRA DA SILVA.
Advogado: DR. FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA OAB/TO 4.264-A.
Requerido: BANCO BONSUCESSO.
Advogado: DR. CELSO DAVID ANTUNES OAB/BA 1141-A.
INTIMAÇÃO/SENTENÇA (...) "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela autora MARIA JOANA PEREIRE DA SILVA, a fim de declarar inexistente o débito existente com o requerido BANCO BONSUCESSO, o qual CONDENO no pagamento do dobro do valor efetivamente descontado do seu benefício previdenciário, devendo-se incidir juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, desde a data da citação até o efetivo pagamento. Condeno ainda o requerido a pagar os honorários advocatícios, estes arbitrados no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 20, §4°, do Código de Processo Civil, considerando-se o grau de zelo do advogado, o lugar da prestação do serviço, uma vez que ambos residem nesta Comarca, bem como a natureza e importância da causa, que demandou razoável trabalha e tempo do causídico. Concedo os benefícios da justiça gratuita à requerente, razão pela qual deixo de condená-la no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo"

AUTOS 2010.0012.4384-3/0 - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO
Requerentes: OSVALDO TROVO NETO, DOMINGAS PEREIRA DA SILVA e CARLOS ALBERTO FERRARI TROVO.
Advogado: DR. EMERSON COTINI OAB/TO 2.098
Requeridos: JOÃO DE DEUS GOMES DA SILVA, RONEY DOS SANTOS OLIVEIRA, WANDERLEY MARTINS DA SILVA e OUTROS.
INTIMAÇAO/SENTENÇA (...) "Diante do exposto, considerando estarem satisfeitos os requisitos do artigo 932 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido de INTERDITO PROIBITÓRIO formulado por OSVALDO TROVO NETO, DOMINGAS PEREIRA DA SILVA e CARLOS ALBERTO FERRARI TROVO em desfavor de JOÃO DE DEUS GOMES DA SILVA, RONEY DOS SANTOS OLIVEIRA, WANDERLEY MARTINS DA SILVA e OUTROS e, em conseqüência, ratifico a liminar anteriormente concedida, mantendo os autores na posse da área em questão, abstendo-se os requeridos de praticarem qualquer ato atentatório à posse das propriedades objeto da ação. Condeno, ainda a parte vencida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se".

AUTOS 2007.0001.7132-6/0 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: DAISON HERMANI CAMARGO.
Advogado: DR. EDSON DA SILVA SOUZA OAB/TO 2.370.
Requerido: MULTIBENS-ELETRO ELETRONICOS LTDA
INTIMAÇÃO/SENTENÇA (...) "Diante disso, EXTINGO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, incisos III, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente à Lei 9.099/95. Sem custas e sem honorários, ex vi do artigo 55 da Lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Decorrido o prazo legal, arquive-se, com as cautelas de costume".

AUTOS 2007.0010.3087-4/0 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.
Advogados: DRA. SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA OAB/TO 4093 e DRA. NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB/TO 4311.
Requerido: MACK DONALD PEREIRA DA SILVA.
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Considerando determinação de fls. 106, intime-se o autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceder ao pagamento das custas processuais (boleto de fls. 107), sob pena de devolução da Carta Precatória sem o devido cumprimento".

AUTOS 2010.0006.9345-4/0 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerentes: ALCOA ALUMÍNIO S.A. e OUTROS.
Advogados: DR. ALACIR BORGES OAB/SC 5.190 e DR. ANDRÉ RIBAS DE ALMEIDA OAB/SC 12.580.
Requerido: EVANDRO SOARES DE SOUSA.
INTIMAÇÃO/SENTENÇA (...) "Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de Reintegração de Posse formulado pelas autoras ALCOA ALUMÍNIO S/A, CAMARGO CORRÊA ENERGIA S/A, VALE S/A e SUEZ ENERGIA RENOVÁVEL S/A em face de EVANDRO SOARES DE SOUSA. Confirmo a liminar anteriormente concedida. Condeno ainda a parte requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, § 4°, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo"

XAMBIOÁ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROTOCOLO: 2007.0003.9723-5/0 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: Caixa Econômica Federal
Advogado: Miguel Tadeu Lopes Luz OAB/PA 11753
Requerido: Madeireira Canadá Ind. e Com. Ltda
Advogado: Naão Constituído
DESPACHO " Defiro a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano (art. 40 da LEF).Transcorrido in albis, remeta-se ao arquivo provisório. Intimem-se. Cumpra-se. Xam. 21/05/2011 (as) José Roberto Ferreira Ribeiro - Juiz Substituto".

Autos: 2010.0012.5946-4 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: SAULA ALVES DE SOUSA
Advogado: ADONIAS PEREIRA BARROS – OAB/GO 16715
Requerido: BANCO ITAUCARDS S/A
DECISÃO: "Sendo assim, no presente momento, com substrato nos elementos probatórios trazidos ao feito, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, pelos fundamentos acima expostos. Defiro, contudo, o pedido de apresentação do contrato firmado entre as partes, pela ré, no prazo da contestação, invertendo o ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor), neste ponto e nesta fase processual em razão da necessidade do documento para que as partes possam se defender em juízo." Xambioá – TO, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2010.0012.6013-6 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ITAUCARD S/A
Advogado: IVAN WAGNER MELO DINIZ – OAB/MA 8190
Requerido: SAULA ALVES DE SOUSA
DESPACHO: "indefiro a providência requerida a fl. 76, vez que trata-se de incumbência da parte autora. Assim, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos o comprovante do pagamento das custas complementares, sob pena de extinção." Xambioá – TO, 29 de Julho de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

PREVIDENCIÁRIA 2007.0002.0279-0/0
Requerente: Aldeildes Alves Lima.
Requerido: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera. OAB/TO 3.407.
Requerido: INSS.
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada a se manifestar sobre o documento de fls. 108 (desentranhada para formação de Embargos à Execução) que informa a implantação do benefício, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "[...] Em relação ao pedido de implantação do benefício (fl. 114), diga o autor sobre o documento de fl. 108. Xambioá, 20 de Junho de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9158-6/0
Requerente: Luiz Dourado da Silva e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a se manifestarem sobre os documentos de fls. 60/81 (contestação), no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 60/81. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 2010.0010.2854-3/0
Requerente: Adalberto Nascimento Pinto.
Requerido: Dr. Manoel Mendes Filho. OAB/TO 960.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada a se manifestar sobre os documentos de fls. 27/37 (contestação), no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 27/37. Xambioá, 21/05/2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9157-8/0
Requerente: Antonia Rita Costa Monteiro e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9161-6/0
Requerente: Ana Amélia Silva Almeida e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas do inteiro teor do r. despacho a seguir transcrito: "Vistas à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias. Xambioá, 21/05/2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9160-8/0
Requerente: Dazico Batista Coelho e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9153-5/0
Requerente: Arlete Lírio Francisco e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas do inteiro teor do r. despacho a seguir transcrito: "Defiro a gratuidade judiciária. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta ao pedido, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelo (s) autor (es). (CPC, art. 285 e 319). Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0010.2890-0/0
Requerente: Josefa Pereira dos Santos e outra.
Requerido: Dr. Orlando Rodrigues Pinto. OAB/TO 1.092-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas do inteiro teor do r. despacho a seguir transcrito: "Defiro a gratuidade judiciária. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta ao pedido, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelo (s) autor (es). (CPC, art. 285 e 319). Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9154-3/0
Requerente: Cícero Conceição de Oliveira e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9156-0/0
Requerente: Rita Rego da Silva.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Fica a partes autora, por intermédio de seu advogado, intimada a especificar as provas que pretende produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9155-1/0
Requerente: Dionizio Pereira da Silva e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

COBRANÇA 2010.0000.9159-4/0
Requerente: Auzeny Araújo de Sousa e outros.
Requerido: Dr. Renato Dias Melo. OAB/TO 1.335-A.
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes autoras, por intermédio de seu advogado, intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o r. despacho a seguir transcrito: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, no prazo de dez dias. Xambioá, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 2006.0006.4352-1/0
Requerente: José Lopes da Silva.
Requerido: Dra. Thânia Aparecida Borges Cardoso Saraiva. OAB/TO 2.891
Requerido: Município de Xambioá.
INTIMAÇÃO: Fica a partes autora, por intermédio de sua advogad, intimada do inteiro teor do r. despacho a seguir transcrito: "[...] DIANTE DO EXPOSTO, determino, nos termos doa art. 730 do CPC, a citação do Município, para que, caso deseje, oponha, no prazo de 30 (trinta) dias, embargos à execução [...]. Xambioá, 11 de Julho de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

Autos: 2010.0011.3471-8 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: ANA DIAS DA SILVA
Advogado: BRUNO HENRIQUE M. ROMANINI – OAB/TO 4718 E MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA – OAB/TO 4598-A
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 20/40, constetação." Xambioá – TO, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2010.0011.3475-0 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: RAIMUNDO NEVES SOUSA
Advogado: BRUNO HENRIQUE M. ROMANINI – OAB/TO 4718 E MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA – OAB/TO 4598-A
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: "Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir em audiência no prazo de 05 dias." Xambioá – TO, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2010.0011.3476-9 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: AGOSTINHA MENDES BARBACENO
Advogado: BRUNO HENRIQUE M. ROMANINI – OAB/TO 4718 E MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA – OAB/TO 4598-A
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 22/42, contestação." Xambioá – TO, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

Autos: 2010.0011.3479-3 – PREVIDENCIÁRIA
Requerente: ALDENORA RIBEIRO DA SILVA
Advogado: BRUNO HENRIQUE M. ROMANINI – OAB/TO 4718 E MARCUS VINÍCIUS SCATENA COSTA – OAB/TO 4598-A
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: "Intime-se a parte autora para, em 10 dias, manifestar-se sobre os docs. de fls. 19/37, contestação." Xambioá – TO, 21 de Maio de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro – Juiz Substituto.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL
Nº 2008.0002.3623-0/0
Requerente: FRANCISCO DE ARAÚJO DIOGO
Advogado: RAIMUNDO FIDELIS OLIVEIRA BARROS, OAB/TO 2274
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte acima identificado, intimado da designação da data para o exame de Insanidade Mental do réu Francisco de Araújo Diogo, para o dia 12/09/2011, às 08h00 horas, no Instituto de Medicina Legal – IML de Araguaina-TO.

AUTOS: AÇÃO PENAL
Nº 2009.0005.9470-3/0
Réu: RAIMUNDO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Advogado: RAIMUNDO FIDELIS OLIVEIRA BARROS, OAB/TO 2274
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte acima identificado, intimado da designação da data para o exame de Insanidade Mental do réu Raimundo Araújo de Oliveira, para o dia 12/09/2011, às 08h00 horas, no Instituto de Medicina Legal – IML de Araguaina-TO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ROSANA APARECIDA FINOTTI DE SIQUEIRA

VICE-PRESIDENTE
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA
Desa. ÂNGELA PRUDENTE
JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
Drª. FLAVIA AFINI BOVO

TRIBUNAL PLENO
Desª. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Desª. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Des. BERNARDINO LIMA LUZ
Desª. ÂNGELA PRUDENTE

JUIZES CONVOCADOS
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Des. AMADO CILTON)
Juíza ADELINA GURAK (Des. CARLOS SOUZA)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Des. LIBERATO PÓVOA)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Desª. WILLAMARA LEILA)

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente em substituição)
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)
ORFILA LEITE FERNANDES, (Secretária)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. ANTONIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTONIO FELIX (Vogal)
5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX(Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª T'URMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente)
SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY (Secretária)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa.JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Desa.ÂNGELA PRUDENTE
Des. DANIEL NEGRY
Des. MARCO VILLAS BOAS

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Desa. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Desa. (Suplente)
Des. (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Presidente)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des BERNARDINO LIMA LUZ (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Des. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Des. (Suplente)
Des. (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETOR GERAL
JOSÉ MACHADO DOS SANTOS,
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
DIRETORA FINANCEIRA
MARISTELA ALVES REZENDE
DIRETOR(A) DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
VANUSA BASTOS
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCO AURÉLIO GIRALDE
DIRETOR JUDICIÁRIO
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE
DIRETORA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS
ROSANE HELENA MESQUITA VIEIRA
CONTROLADOR INTERNO
SIDNEY ARAUJO SOUSA
ESMAT
DIRETOR GERAL DA ESMAT
DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS
1º DIRETOR ADJUNTO**: Des. BERNARDINO LIMA LUZ**
2º DIRETOR ADJUNTO**: Juiz JOSÉ RIBAMAR M. Jr**
3º DIRETOR ADJUNTO**: Juiz HELVÉCIO B. MAIA**
DIRETORA EXECUTIVA
ANA BEATRIZ DE O. PRETTO

Divisão Diário da Justiça

JOANA P. AMARAL NETA
Chefe de Serviço

KALESSANDRE GOMES PAROTIVO
Chefe de Serviço

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13h às 18h

Diário da Justiça
Praça dos Girassóis s/nº.
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007
Fone/Fax: (63)3218.4443
www.tjto.jus.br